UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

IVANA PANSERA DE OLIVEIRA MUSCALU

“Da boa guerra nasce a boa paz”: A expulsão dos portugueses do
planalto do Zambeze - reino do Monomotapa, África austral
(1693-1695)

São Paulo
2017

VERSÃO CORRIGIDA

*de acordo
revisado*

IVANA PANSERA DE OLIVEIRA MUSCALU

“Da boa guerra nasce a boa paz”: A expulsão dos portugueses do
planalto do Zambeze - reino do Monomotapa, África austral
(1693-1695)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Social do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de
Doutora em História

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Cortez
Wissenbach.

São Paulo
2017

*de acordo
Museum*

VERSÃO CORRIGIDA

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

MM985" Muscalu, Ivana Pansera de Oliveira
"Da boa guerra nasce a boa paz": A expulsão dos portugueses do planalto do Zambeze - reino do Monomotapa, África austral (1693-1695) / Ivana Pansera de Oliveira Muscalu ; orientadora Maria Cristina Cortez Wissenbach. - São Paulo, 2017. 336 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. História da África austral. 2. Redes comerciais do Oceano Índico. 3. Reino do Monomotapa. 4. Império Português. 5. Prazos da Coroa. I. Wissenbach, Maria Cristina Cortez, orient. II. Título.

Nome: Ivana Pansera de Oliveira Muscalu

Título: “Da boa guerra nasce a boa paz”: A expulsão dos portugueses do planalto do Zambeze – reino do Monomotapa, África austral (1693-1695)

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em História

Aprovado em: 23/06/2017

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jaime Tadeu Oliva

Instituição: IEB/USP

Julgamento: APROVADA

Prof. Dr. José Carlos Vilardaga

Instituição: UNIFESP

Julgamento: APROVADA

Prof. Dr. Paulo Daniel Elias Farah

Instituição: FFLCH/USP

Julgamento: APROVADA

Profª. Drª. Patrícia Teixeira Santos

Instituição: UNIFESP

Julgamento: APROVADA

Ao Ruy Francisco (*in memoriam*) e à Salete, meus pais,
guerreiros incansáveis que me ensinaram que nada é
impossível quando se tem amor e coragem.
À Valentina, à Bibiana, à Clarice e à Gabriela,
as mais-que-amadas herdeiras desse legado.

AGRADECIMENTOS

Umntu ngumuntu ugabantu

(Sou quem sou porque somos todos juntos)

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Cortez Wissenbach, pela disponibilidade, carinho e confiança que há muitos anos deposita em mim e no meu trabalho. Palavras jamais serão suficientes para expressar o tamanho da gratidão e da admiração que eu sinto por essa mulher que, para além das credenciais que a qualificam como uma das historiadoras mais rigorosas, competentes e talentosas da academia brasileira, se transformou, ao longo do tempo, em uma amiga generosa e acolhedora.

À Capes, cujo suporte financeiro tornou esta pesquisa viável.

Ao Prof. Dr. Jaime Tadeu Oliva e à Prof^a. Dr^a. Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez, pelas valiosas contribuições oferecidas por ocasião do Exame de Qualificação. Na medida do possível, procurei incorporar suas sugestões a este trabalho.

Juliana de Paiva Magalhães, amiga e confidente, é minha companheira de viagem pelos portos do Índico desde quando eu já não consigo me lembrar. Historiadora rigorosa, competente e comprometida com uma pesquisa que vai além dos muros da academia para tocar o mais possível na face humana dos sujeitos a quem estudamos, sem saber Juliana emprestou a essa pesquisa toda a sua energia criadora. A ela eu agradeço pelas descobertas partilhadas, pelas noites insones, pelas longas conversas, pela revisão criteriosa do texto final e por fazer parte de todos os momentos importantes da minha vida.

A Elisângela Mendes Queiroz, amiga dedicada e delicada, cuja competência absoluta no manejo da Língua Portuguesa enriqueceu em muito esse trabalho na sua fase final, eu agradeço pela revisão do texto mas, principalmente, pela leveza que sua companhia sempre emprestou aos momentos mais difíceis dessa jornada.

A Lia Laranjeira, companheira de viagem e “guia” de Lisboa, que transformou minha curta estada em Portugal numa experiência divertida e

enriquecedora. Agradeço imensamente a Fábiana Barbosa Ribeiro, Rafael Benvindo Galante, Gilson Brandão de Oliveira Jr., David William Aparecido Ribeiro, Iamara Nepomuceno, Rosana Andréa Gonçalves e aos demais orientandos da professora Cristina Wissenbach pela generosa troca de informações, bibliografia e fontes.

Claudinei Vieira, que eu amo como a um irmão, dedicou horas intermináveis à leitura e à revisão deste trabalho. Ele, Fransueldes de Abreu, Jorge de Almeida Francisco e Claudio Henrique Ribeiro foram imprescindíveis nos momentos em que eu quase perdi as forças e a vontade de continuar. Para eles eu reservo sempre meus melhores sentimentos e uma gratidão sem fim. Esses quatro cavaleiros são parte de um grupo de amigos que desde a graduação, há longínquos vinte anos, são suporte afetivo e fonte de leveza e alegria: André Machado, Tatiana Carlotti, Diana Mendes Machado, Lidiane Rodrigues, Luciana Bilhó Gatamorta, Mônica Lopes Galvão e Fernanda Sposito que, para além de todas as demonstrações cotidianas de amizade ao longo desses anos, estando em Simancas às voltas com a sua própria pesquisa, encontrou tempo e disposição para transcrever uma das cartas do *mutapa* utilizadas neste trabalho.

A Claudia Ferreira de Carvalho, amiga de todas as horas, agradeço pelos ombros enormes, que suportaram todas as crises e todas as alegrias, além das ajudas práticas que suavizaram o dia a dia do trabalho. Maurício de Mattos Salgado nunca hesitou em atender ao toque do meu atabaque, pontuando essa jornada com carinho e experiências divertidas que aliviaram, em muito, o peso dos momentos mais difíceis. Inês Garçoni e Ramiro Alves, mais de uma vez, abriram os braços e as portas de seu apartamento na Cidade Maravilhosa para me hospedar com amor (e uma generosa dose de samba) durante minhas viagens de pesquisa ao Rio de Janeiro. A Lucas Bocatto, agradeço por assumir parte substancial dos meus compromissos, me liberando para trabalhar na tese o máximo de tempo possível.

À minha mãe, Salete de Oliveira, não tenho mais palavras para agradecer. Ela, minha irmã, Thaís de Oliveira, e meu cunhado, João Bosco Soares Júnior, se encarregaram dos cuidados com as minhas filhas nos períodos em que o trabalho de pesquisa se tornou mais intenso. Mais do que fisioterapeuta, Felipe Rondini de Matos se tornou parte dessa nossa louca

família estendida e, por cuidar da minha filha com tanto carinho, me garantiu a serenidade necessária à realização de um trabalho desse porte.

Por fim, o mais importante. Agradeço imensamente à Bibiana e à Clarice, minhas filhas, meus grandes amores, que “adolesceram” lindamente enquanto essa pesquisa se realizava e demonstraram imensa generosidade nesse período. Agradeço por compreenderem as muitas e longas ausências, por suportarem a vida na bagunça de uma casa cheia de papéis e livros empoeirados, por lidarem tão bem com suas carências e por acreditarem em mim com tanta força. Ainda que eu saiba que nunca poderei compensá-las por isso, prometo que vou passar toda a vida tentando.

RESUMO

MUSCALU, I.P.O. *“Da boa guerra nasce a boa paz”: A expulsão dos portugueses do planalto do Zambeze – reino do Monomotapa, África austral (1693-1695)*. 2017. 370f.Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Este trabalho tem por objetivo investigar a História Política do reino Monomotapa, na África austral, em sua relação com os agentes portugueses e luso-africanos estabelecidos no vale e no planalto do Zambeze no século XVII. A partir da última década do século anterior, sucessivos *mutapa* solicitaram apoio militar tanto à Coroa ibérica quanto a seus súditos que, instalados em terras africanas, arregimentaram e controlavam poderosos exércitos privados, compostos por homens escravizados. Em 1628, o assassinato de um embaixador português enviado à corte do *mutapa* Nyambo Kapararidze (c.1623-1629), seguido de um embargo comercial no decorrer do qual muitos comerciantes lusos foram atacados e mortos, precipitou um confronto armado entre portugueses e o Estado *shona*, que se prolongou até o ano de 1632. No centro deste conflito, uma luta pela sucessão dinástica: de um lado aquele que pode ser considerado o “legítimo” herdeiro do trono, de acordo com o direito costumeiro, Mhande Mavura; de outro, Nyambo Kapararidze, filho do *mutapa* anterior, Gatse Rucere, que ocupava o trono desde 1623. Mavura derrotou Kapararidze e, em troca do apoio das forças portuguesas, assinou um tratado diplomático com Filipe III, por cujos termos ele passaria a pagar um tributo anual em ouro ao rei ibérico, franquearia aos portugueses o trânsito, o comércio e a exploração das eventuais minas encontradas em seu território, aceitaria a presença permanente de um capitão português em sua corte e permitiria a construção de igrejas católicas de qualquer ordem em suas terras, entre outras concessões. Na visão de alguns historiadores, a assinatura deste tratado representa a conquista portuguesa do território do planalto. Mavura é considerado o fundador de um período de ‘*mutapas* marionetes’ – monarcas sem personalidade política que, embora oficialmente mantivessem o título dinástico e controle de um território paulatinamente reduzido, atuavam a serviço

dos interesses econômicos e políticos alheios ao reino, até a queda do último *mutapa*, em 1902. Em 1693, contudo, um ataque aos comerciantes estabelecidos na feira de Dambarare, orquestrado pelo *mutapa* Nyakunembire (1692-1694), pôs fim às pretensões lusitanas de controle do território do planalto. Objeto do presente trabalho, a sublevação deu início a um curto, porém intenso período de agressões que logrou expulsar definitivamente todos os comerciantes portugueses e luso-africanos estabelecidos nas feiras do planalto. Com base em uma cuidadosa releitura das fontes escritas portuguesas, este trabalho funda-se na hipótese de que a assinatura do Tratado de 1629 não inaugurou um período de ‘*mutapas* marionetes’, uma vez que a Coroa portuguesa nunca logrou estabelecer-se formalmente na região, e que a Revolta de 1693-95 foi uma resposta das sociedades do planalto à desestruturação política e social provocada por agentes lusitanos que, agindo à revelia das autoridades portuguesas, perseguiram interesses privados.

Palavras-chave: África austral – Oceano Índico – Reino do Monomotapa – Império Português – Prazos da Coroa

Abstract

MUSCALU, I.P.O. *"From the good war is born the good peace": The expulsion of the Portuguese from the Zambeze plateau – kingdom of Monomotapa, Southern Africa (1693-1695)*. 2017. 370f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This work aims to investigate the Political History of the Monomotapa kingdom in Southern Africa in its relationship with the Portuguese and Luso-African agents established in the valley and plateau of the Zambezi in the 17th century. From the last decade of the previous century, successive mutapa requested military support both to the Iberian Crown and to its subjects who, settled in African lands, regrouped and controlled powerful private armies, made up by enslaved men. In 1628, the Portuguese ambassador's murder sent to the court of the *mutapa* Nyambo Kapararidze (c.1623-1629), followed by a commercial embargo in the course of which many Portuguese merchants were attacked and killed, precipitated an armed confrontation between the Portuguese and the Shona State, which lasted until the year of 1632. At the centre of this conflict was a struggle for dynastic succession: on the one hand, one who can be considered the "legitimate" heir to the throne, according to customary law, Mhande Mavura; on the other, Nyambo Kapararidze, son of the previous *mutapa*, Gatse Rucere, who occupied the throne from 1623. Mavura defeated Kapararidze and, in exchange for the support of the Portuguese forces, signed a diplomatic treaty with Philip III, under whose terms he would pay an annual gold tribute to the Iberian king, granting the Portuguese the transit, the trade and the exploitation of eventual mines found in its territory, he also would accept the permanent presence of a Portuguese captain in his court and allow the construction of Catholic churches of any order in his lands, among other concessions. In the opinion of some historians, the signature of this treaty represents the Portuguese conquest of the territory of the plateau. Mavura is considered the founder of a period of 'puppets *mutapas*' – monarchs without

political personality who, although they officially maintained the dynastic title and the control of a territory gradually reduced, would act to the service of economic and political interests unrelated to the kingdom, until the fall of the last *mutapa*, in 1902. In 1693, however, an attack on merchants established at the Dambarare fair, orchestrated by the Nyakunembire *mutapa* (1692-1694), put an end to the Lusitanian claims to control the plateau territory. Object of the present work, the uprising started a short but intense period of aggression that managed to definitively expel all the Portuguese and Luso-African traders established in the fairs of the plateau. Based on a careful re-reading of Portuguese written sources, this work is based on the hypothesis that the signing of the Treaty of 1629 did not inaugurate a period of 'puppets *mutapas*', since the Portuguese Crown was never able to establish itself formally in the region, and that the Revolt of 1693-95 was a response from the plateau societies to the political and social disruption provoked by Lusitanian agents who, acting in the absence of the Portuguese authorities, pursued private interests.

Keywords: Austral Africa – Indian Ocean – Kingdom of Monomotapa – Portuguese Empire – Prazo System

SUMÁRIO

Agradecimentos	6
Resumo	9
Abstract	11
Introdução	15
Uma história política do reino do Monomotapa	22
O estado da arte dos estudos africanistas	27
Metodologia e fontes	40
Capítulo 1 Redes ao mar: revisitando as teias do comércio no Índico	48
Espaços, Redes, Lugares	48
A rede muçulmana	56
A rede africana	65
A rede portuguesa	71
Duas linhas, um nó	102
Capítulo 2 As diferentes dimensões da presença portuguesa	117
Da fortaleza para o sertão	117
A missão de Gonçalo da Silveira	124
Da rede ao território	127
Sertanejos e poderes africanos	143
Capítulo 3 “Põem e depõem rei todas as vezes que querem”	183
A Segunda Guerra Civil	183
Os dominicanos e a política shona	186
“Trazer para casa” - Kurova Guva	193
Os portugueses, a política shona e a coroação de Mavura	197
Mulheres e crianças <i>shona</i>	203
Os Tratados de 1607 e 1629	208
Mineiros e colonos	216
Os prazos da Coroa	227
Os chikunda	234
Os prazos e a administração lusitana	239
Imperador marionete?	241
Capítulo 4 “Meus Ossos Ressuscitarão”	251
O reinado de “Siti Domingos”	251

Os jesuítas e a política no Zambeze _____	263
“Povos rebeldes” _____	274
A Revolta de 1693-1695 _____	283
“Da boa guerra nasce a boa paz” _____	292
Considerações finais _____	295
Bibliografia _____	298
Fontes _____	314
Glossário _____	325
Apêndices _____	329
Mapa 1 – Localização aproximada dos reinos mencionados neste trabalho _____	330
Mapa 2 – O Monomotapa e a presença portuguesa no vale e no planalto do Zambeze, na descrição de Manuel Barreto. _____	331
Genealogia dos <i>mutapa</i> até c.1702 _____	332
Anexos _____	333
Esquema – O sistema de sucessão colateral _____	334
Imagem 1 – As ruínas do Grande Zimbábue _____	335
Imagem 2 – O <i>mutapa</i> no olhar europeu _____	336

INTRODUÇÃO

Em 1696, num relato endereçado ao Procurador da Cristandade em Portugal, António da Conceição, frade de Santo Agostinho que servira como administrador da cristandade de Moçambique, descreveu um relato dramático dos ataques sofridos pelos portugueses estabelecidos no planalto do Zambeze, na África austral, orquestrados pelo *mutapa* Nyakunembire, soberano do reino do Monomotapa, e pelo *changamire* Dombo, o rei do Butua, ambos pertencentes à etnia *shona*, que ali vivia desde séculos antes da chegada dos portugueses.¹ Em sua correspondência, o religioso destacava as medidas que considerava necessárias para a recuperação do suposto poderio lusitano no planalto e concluía: “depois de restaurada esta Conquista pelo modo que fica dito, é de crer que tudo fique pacífico, porque da boa guerra nasce a boa paz”.²

Os primeiros contatos dos portugueses com o reino do Monomotapa datam de 1505, quando estes se estabeleceram na cidade de Sofala, no Índico africano, com a principal finalidade de atender aos objetivos estratégicos da navegação para a Índia.³ Desde a célebre viagem de Pedro Álvares Cabral,

¹ A formação social *shona* abrange a área ocupada pelos povos falantes da língua *shona* (do tronco bantu), que se estende, grosso modo, do Zambeze ao Limpopo e do Kalahari ao Índico. Os critérios utilizados para a delimitação da área ocupada por esta formação social são: 1) toda esta área se encontra relativamente integrada do ponto de vista político, constituindo um sistema cujo topo é ocupado pelo Monomotapa. É importante ressaltar que as demais unidades políticas existentes – Barué, Manica, Quiteve, Sedanda (o Butua, até o momento, é a única exceção encontrada) – não obstante a relativa liberdade de que gozavam, estavam, um última instância, politicamente subordinados ao Monomotapa, a quem pagavam tributos. Ainda que nos finais do século XVII a conjuntura política decorrente da Revolta tenha deslocado o eixo da dominância do Monomotapa para o Butua, a relativa integração política permaneceu inalterada; 2) ao par da integração política, observa-se um certo grau de integração econômica provocada pelo fato de a formação social *shona* estar, em diferentes escalas, integrada às redes mercantis tecidas tanto internamente ao continente quanto pelos comerciantes estrangeiros; 3) destaca-se, por fim, a relativa homogeneidade cultural, particularmente linguística, existente. Segundo Nogueira da Costa, essa homogeneidade é fruto de um processo iniciado em meados do século XV, de imposição da ideologia da aristocracia invasora que se constituiu em classe dominante. Cf. MUSCALU, I.P.O. “*Donde o ouro vem*”: uma história política do reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas (século XVI). São Paulo: Intermeios, 2015, passim e NOGUEIRA DA COSTA, A. *Penetração e impacto do capital mercantil português em Moçambique nos séculos XVI e XVII: o caso do Mwenemutapa*. Maputo: Depto. de História da Universidade Eduardo Mondlane, 1982. p.49.

² CONCEIÇÃO, A. “Tratado dos Rios de Cuama”. In: *O Chronista de Tissuary*. Goa: Imprensa Nacional, 1867. [12 de dezembro de 1696]. p.87.

³ O regime de monções existente entre os litorais da Índia e a costa austral de África obrigava as naus portuguesas a esperar aí a chegada dos ventos propícios à navegação. Cf. NEWITT, M. *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1995. pp.35-36.

contudo, os lusitanos já tinham ciência do grande volume de ouro negociado em Sofala pelas populações muçulmanas da costa, conhecidas como *suaílis*, e também já haviam sido informados de que a origem do ouro aí comercializado era principalmente o reino do Monomotapa. O regimento que dispunha sobre a construção de uma fortaleza na cidade costeira, portanto, já elencava o negócio do ouro como um dos interesses da Coroa na região. Se no início o metal amarelo afluiu satisfatoriamente à feitoria ali estabelecida, logo uma série de perturbações decorrentes da política sucessória dos reinos *shona*, por um lado e, de outra parte, as tensões resultantes de rivalidades entre diferentes grupos de comerciantes estabelecidos, respectivamente, nas cidades de Angoche e Sofala, levaram à gradual queda do volume do ouro negociado pelos lusitanos em sua feitoria.

A partir de 1530, os portugueses “não se limitaram a esperar que o comércio indígena os procurasse na feitoria, foram eles mesmos em busca de um mercado que ameaçava fugir-lhes”.⁴ Em outras palavras, passaram a penetrar o sertão em busca do metal amarelo, em um movimento que pode ser caracterizado, simultaneamente, como institucional e particular. Do ponto de vista oficial, há que se destacar o fato de que a administração da feitoria enviou um embaixador, António Fernandes, com a missão específica de descobrir os caminhos e rotas e mapear as riquezas do interior. A outra dimensão desse movimento, mais forte e mais duradoura do que a primeira, foi marcada pelo interesse privado: ao longo do século XVI, centenas de indivíduos penetraram o sertão africano onde, à margem das regras estabelecidas para o comércio na feitoria, procuravam vantagens que o monopólio real do comércio não lhes permitia alcançar pelas vias regimentais.⁵

Esses *sertanejos*⁶ foram os primeiros europeus a se estabelecer ao longo do vale do rio Zambeze – região a que as fontes portuguesas chamam de “Rios de Cuama” – obtendo terras via conquista armada, compra ou concessões feitas

⁴ SANTOS, M.E.M. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. 2ªed. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1988. p.74.

⁵ MUSCALU, I.P.O., op.cit., pp.79-123.

⁶ Compreendidos aqui como homens que, por iniciativa particular, avançaram em direção às terras do interior sem respaldo ou jurisdição da Coroa portuguesa, estabelecendo contatos, conquistando ou obtendo a concessão amigável de terras e mercadejando com as populações locais. Cf. MUSCALU, I.P.O., op.cit., pp.115-117.

pelo *mutapa*, dando origem a um sistema que, posteriormente, ficaria conhecido como *prazos da Coroa*. Conforme se verá ao longo do trabalho, a instituição dos *prazos* é objeto de interesse devido à sua natureza híbrida: misto de chefias africanas e de instituição feudal portuguesa – concessão de terras mediante assinatura de contratos de enfiteuse –, os *prazos* se enraizaram no complexo sistema de relações econômicas e sociais dos povos da região. Se, na visão da Coroa portuguesa, passada a fase da iniciativa privada, o objetivo central dos *prazos* era o de fomentar o assentamento de colonos e estabelecer uma presença institucionalizada na região dos Rios de Cuama, o que uma leitura atenta das fontes revela é a “africanização” dos portugueses.

Já se afirmou que os primeiros *prazeiros* eram portugueses de baixa extração social – pequenos mercadores, oficiais de baixa patente, degredados e outros excluídos – pouco preocupados com a manutenção de uma suposta pureza racial ou mesmo cultural em terras do Além Mar.⁷ A ausência de mulheres de origem europeia favoreceu o rápido surgimento de uma comunidade mestiça, como atesta o relato de Manuel Barreto, jesuíta que viveu na região na segunda metade do século XVII, segundo o qual os filhos de homens portugueses e mulheres africanas passaram a ser conhecidos como *muzungo*,⁸ ou, *filhos do país*.⁹ Não se deve desprezar os impactos da criação desses filhos mestiços em um meio carente de qualquer instituição portuguesa que referenciasse uma educação à europeia. Com o passar do tempo, segundo Malyn Newitt, “tinham tanto de africano quanto de português”. Em outras palavras, os filhos mestiços dos portugueses contraíram matrimônios –

⁷ ISAACMAN, A.; ISAACMAN, B. “The prazeros as transfrontiersmen: a study in social and cultural change”. In: *The International Journal of African Historical Studies*. Vol.8, nº1 (1975), p.9.

⁸ Segundo o Prof. Dr. Paulo Daniel Elias Farah, o termo *muzungo* originalmente designava “aquele que perambula”. Pode-se inferir que, aplicado inicialmente aos portugueses (tanto quanto a outros povos estrangeiros que frequentavam a região para mercadejar), quando da chegada de Barreto à África austral o termo já tivesse passado por um processo de resignificação.

⁹ BARRETO, M. “Informação do estado e conquista dos Rios de Cuama vulgar e verdadeiramente chamados rios de ouro”. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 4 – nº1 – pp.33-53, 1883. [1667]. Baseado em documentos cartorários e paroquiais, Roquinaldo Ferreira faz afirmação semelhante para o caso da sociedade luso-africana de Angola. FERREIRA, R. “Ilhas Crioulas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África atlântica”. In: *Revista de História da Universidade de São Paulo*, 155 (2º-2006), pp.31-32. Sobre a ausência de mulheres portuguesas na colonização das diferentes partes do chamado Império Português, ver BOXER, C.R. *A mulher na expansão ultramarina ibérica. 1415-1815. Alguns factos, ideias e personalidades*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

formalizados ou não – com mulheres africanas (assim como seus pais haviam feito), e estabeleceram relações de parentesco com diferentes linhagens:

Uma das curiosidades mais difíceis de entender no que diz respeito ao governo colonial português é o fato de, pelo menos aparentemente, muito pouco da “civilização” e da tecnologia europeias terem penetrado em África durante um período de tempo que se prolongou por quatro ou cinco séculos. Sem dúvida que isso se ficou a dever ao fato de os muzungos terem adotado o estilo de vida africano, trabalhando a terra e as minas, vigiando, governando e guerreando de acordo com os costumes africanos, e tudo porque se viram obrigados a encaixar num padrão preexistente de transmissão de propriedade, usufruto da terra e obrigações recíprocas, atitude esta que não só deixava satisfeitos os seus parentes africanos, como também aqueles que os serviam e os que recorriam aos seus serviços. [...] Se, aos olhos do sistema português, eram considerados católicos, continuavam a consultar os n'ganga (feiticeiros), a praticar cerimônias destinadas a atrair as chuvas e, depois da sua morte, faziam-se representar na terra através dos médiuns espíritas.¹⁰

Embora fossem, eles mesmo, a “ponte” entre as culturas africanas e portuguesa, as relações com umas e outra nem sempre se desenrolaram pacífica ou mesmo harmoniosamente. Sua conformação social fazia da sociedade *muzungo* um grupo heterogêneo, fragmentado, incapaz de funcionar – na defesa de interesses e posições políticas – como um bloco coeso, e que ora desafiava a autoridade formal dos funcionários portugueses, ora a autoridade dos chefes e reis africanos, ao sabor das motivações privadas de cada família mestiça, em contextos específicos.¹¹

Tudo isso residia no futuro quando, ainda na primeira metade do século XVI, a penetração no vale exigia a negociação no interior de um sistema de relações que era, ainda, bastante favorável ao *mutapa*. Os capitães de navios, feitores e demais autoridades que negociavam em nome do rei de Portugal, tratavam com o soberano em condições de igualdade. Os mercadores e *sertanejos* cumpriam todos os protocolos cerimoniais, inclusive no tocante aos *saguate* [presentes], e colocavam-se sob a alçada do monarca africano em

¹⁰ NEWITT, M. *História de Moçambique*, op.cit., p.123.

¹¹ Cf. ISAACMAN, A.; ISAACMAN, B. “The prazeros as transfrontiersmen...”, op.cit. ISAACMAN, A. *Mozambique, the africanization of a European institution: the Zambezi prazos, 1750-1902*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1972.

todos os casos que envolvessem a administração da Justiça, como em situações de conflito com seus súditos ou com os muçulmanos. No contexto do início do século XVI, em que a presença portuguesa na África austral era incipiente, adaptar-se às condições impostas pelos africanos era requisito *sine qua non* para a penetração *sertaneja*.

Por volta de 1540 havia portugueses estabelecidos em Quelimane, Sena e Tete; desde o início de sua expansão, surgiram relatos da existência de verdadeiros “potentados brancos” no sertão, com forças constituídas por exércitos de africanos escravizados, capazes de sustentar longas guerras.¹² Também nesse período já existia a figura do Capitão dos Rios de Cuama, a primeira autoridade portuguesa no vale, constituída por iniciativa dos próprios comerciantes com o objetivo de assegurar o trânsito de mercadorias no rio Zambeze.¹³ Em janeiro de 1561, quando os portugueses sentiam-se suficientemente confortáveis em sua relação com o *mutapa*, chegou à corte deste soberano uma missão jesuítica comandada por D. Gonçalo da Silveira. Este missionário atingiu rapidamente o objetivo de conversão do monarca que, de sua parte, vislumbrou na adoção de aspectos formais da cultura portuguesa uma possibilidade de estreitar os laços que o prendiam a esse grupo, como forma de se fortalecer diante de reinos da região que, desde o início do século, questionavam a sua autoridade.¹⁴

O batismo do *mutapa* foi celebrado com grande troca de presentes e tudo parecia correr bem até que, em 15 de março de 1562, poucos meses após a chegada de D. Gonçalo da Silveira, o *mutapa* Negomo Mupunzagutu decretou a sua morte. O jesuíta foi enforcado na própria casa que ocupara durante sua estadia e seu corpo foi arrastado e jogado aos crocodilos do rio Musengezi. O assassinato do jesuíta pode ser interpretado como uma reação do *mutapa* à percepção tardia de que a religião trazida por Silveira exigiria de sua sociedade

¹² Se, por um lado, já em 1513 havia registros de portugueses que, ao penetrar no interior, casavam-se com as filhas de chefes, passando a auxiliá-los no plano militar, por outro, a formação de grandes exércitos constituídos por homens escravizados deu origem, ao longo dos séculos, a uma identidade étnica conhecida até a atualidade como *chikunda*. Diretamente ligados ao surgimento e desenvolvimento dos prazos da Coroa, os *chikunda* serão objeto de análise pormenorizada no terceiro capítulo da tese.

¹³ LOBATO, A. *Evolução administrativa e económica de Moçambique (1752-1763)*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. p.138.

¹⁴ Na mesma ocasião, Silveira converteu a mãe do *mutapa* e parte significativa dos membros de sua corte. Cf. MUSCALU, I.P.O, op.cit., p.142-154.

muito mais do que uma simples acomodação a novas manifestações de fé; a adoção do catolicismo proposto pelo missionário pressupunha a extinção dos cultos *shona* e, num modelo ideal para os cristãos portugueses, a expulsão dos muçulmanos, com os quais o reino mantinha antigas e estreitas relações, de modo que a presença do religioso na Mocaranga passara a representar uma ameaça à unidade do reino, já tensionada pelo contexto de hostilidades com alguns dos vizinhos.

Embora o assassinato do missionário em nada tenha afetado a posição e as relações dos mercadores portugueses no interior, em cortes internacionais os juristas lusitanos invocaram o princípio da “guerra justa” – recurso utilizado em diferentes situações coloniais – para justificar o envio de uma expedição militar cujo objetivo nominal seria vingar a morte do religioso. Neste ponto é importante destacar que a administração portuguesa estava estabelecida em fortalezas pontuais e em algumas povoações no vale do Zambeze. Nesta região sujeita a secas periódicas, infestada de tsé-tsé e sem volume considerável de ouro para minerar, obtiveram a permissão do monarca – e das autoridades africanas a ele tributárias – para a sua fixação pontual no território desde a primeira metade do século XVI. Já no planalto, área de terra fértil, clima ameno, rica em recursos hídricos e depósitos de ouro, onde se localizava a Mocaranga, a Coroa portuguesa não lograra se estabelecer formalmente. Ali, a jurisdição política e econômica pertencia diretamente ao dirigente africano, embora já nesse momento alguns particulares portugueses tivessem obtido permissão do soberano para se instalarem em seus principais bazares: Dambarare, Massapa, Ongoé, entre outras. O assassinato do missionário pôs em marcha um projeto que visava à expulsão dos muçulmanos dos bazares e das rotas de comércio e ao controle do território – portanto, das minas de ouro. Tal expedição de represália se inseria em um contexto mais amplo da política portuguesa para o continente africano.¹⁵

A historiografia aponta que, assim como a Espanha havia encontrado riquíssimas minas de metais preciosos nas Américas, a Coroa portuguesa acalentava o desejo de realizar feito equivalente na África central, descobrindo e controlando as minas de prata que supunha existirem no território angolano,

¹⁵ Cf. MUSCALU, I.P.O., op.cit., pp.154-168.

as chamadas minas de Cambambe, bem como as minas de ouro do planalto do Zambeze.¹⁶ Além disso, é preciso considerar que na década de 1560 Portugal começava a sentir os primeiros sinais de instabilidade financeira. Os lucros obtidos com as especiarias eram inferiores às despesas com a manutenção de fortes e guarnições e, segundo Malyn Newitt, a solvência do império dependia cada vez mais dos impostos cobrados dos camponeses indianos e das contribuições relacionadas com a posse da terra.¹⁷ Luís Filipe Thomaz, autor que apontou o pronunciado caráter de rede que o chamado Império Português assumiu no início de sua presença no Índico, identifica a acentuação de um movimento de territorialidade ao longo do século XVI.¹⁸

Com parecer favorável à execução da “guerra justa”, Francisco Barreto, soldado experiente que já havia sido governador do Estado da Índia,¹⁹ montou uma expedição de dimensões consideráveis: ainda em Portugal, arregimentou um exército de cerca de mil soldados, formado em grande medida por veteranos das guerras no Marrocos, aos quais se somaram mais de 2 mil homens africanos; além dos homens, estavam à disposição do comandante cerca de trinta cavalos levados da Índia, bois, carroças, canhões e um contingente de cavalaria.²⁰

Ainda que tenha fracassado em seu principal objetivo, a expedição de Barreto foi responsável pela introdução de “muitos filhos de Portugal e da Índia”²¹ no vale do Zambeze. Homens que, nas palavras de Alberto da Costa e Silva, “havam entrado no Zambeze para ficar”²² e que, via negociações diplomáticas, obtiveram do *mutapa* a permissão formal para o estabelecimento das capitanias de Sena e Tete. No planalto, grupos de comerciantes obtiveram

¹⁶ Cf. NEWITT, M. *História de Moçambique*, op.cit., p.63; MUDENGE, S.I.G. *A Political History of Munhumutapa. C.1400-1902*. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1988. pp.201-202.

¹⁷ NEWITT, M. *História de Moçambique*, op.cit., p.62.

¹⁸ THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor*. 2ªed. Lisboa: Difel, 1998. p.217.

¹⁹ Juntamente com o comando da expedição, Francisco Barreto recebeu o cargo de “Governador de Sofala, Moçambique e Monomotapa”. Cf. “Carta de D. Sebastião”. Lisboa, 21 de fevereiro de 1571. In: REIS, J.C. (org). *A empresa da conquista do senhorio do Monomotapa*. Lisboa: Heuris, 1984. pp.51-54.

²⁰ Cf. MONCLARO, F. “Relação da viagem que fizeram os padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na conquista de Monomotapa...”. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 4, nº10, pp.492-508; série 4, nº11, pp.542-563.

²¹ SANTOS, J. *Ethiopia Oriental. Varia Historia de cousas notáveis do Oriente e da christandade que os religiosos da Ordem dos Pregadores nele fizeram*. Vol.1. Lisboa: Coleção Biblioteca dos Clássicos Portugueses, 1981. [1609]. p.161.

²² SILVA, A.C. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p.633.

permissão para se instalar nos ricos e dinâmicos bazares de algumas das principais cidades da Mocaranga, onde o soberano destinou a eles áreas para residência, além de ceder terras para suas culturas agrícolas. É possível estabelecer uma distinção clara entre essas novas relações *mutapa*-portugueses no planalto e aquelas que estabeleceram as autoridades lusitanas no vale: nos bazares do altiplano, o representante português era um comerciante particular, escolhido pelos mercadores, que respondia ao *mutapa*, não à Coroa lusitana.

Uma história política do reino do Monomotapa

Partindo do quadro político brevemente referido, este trabalho procura investigar o teor das relações entre os sucessivos *mutapa* e os portugueses ao longo do século XVII, atentando para essas modificações estruturais ocorridas na sociedade *shona* como consequência das ações portuguesas em seu território. A começar pelo caso da feira de Massapa. Cidade considerada “porta” de entrada no reino do Monomotapa, seu administrador – o “capitão das portas” – era o terceiro homem na hierarquia do reino. Anteriormente ocupado por membros das famílias nobres da Mocaranga, a partir da expedição de Barreto esse cargo vitalício passou a ser preenchido por um representante da Coroa portuguesa, escolhido pelo governador de Moçambique e confirmado pelo *mutapa*, em nome de quem cobrava e recebia os tributos devidos pelos comerciantes do bazar, luso-africanos e mouros, e administrava justiça sobre todos os moradores e mercadores ocasionais, fossem africanos ou estrangeiros. Se a administração portuguesa não foi permitida no planalto como um todo, em sua fronteira, onde “ninguém pode entrar, ou passar, sem licença do mesmo rei [o *mutapa*] ou deste capitão”,²³ passava a operar um oficial de jurisdição mista. Trata-se de uma temática que vem ganhando espaço nos estudos mais recentes

²³ SANTOS, J., op.cit., p.140.

das relações entre europeus e africanos, como nos casos da Angola portuguesa²⁴ e de Moçambique colonial.²⁵

A partir da última década do século XVI, sucessivos monarcas solicitaram apoio militar às Coroas ibéricas²⁶ e a grupos de particulares para a solução de conflitos envolvendo as sucessões dinásticas, a contenção de inimigos africanos ou a submissão de tributários rebeldes. O primeiro tratado assinado entre as Coroas e o *mutapa* data de 1607, quando Gatse Lucere (c.1589-1623) fez a concessão formal de exploração de todas as minas de metais preciosos localizadas em suas terras ao rei ibérico, em troca da ajuda portuguesa na contenção de dois grupos de guerreiros marave que invadiram seu território, vindos da margem norte do Zambeze. Os portugueses acorreram em 1599 com setenta e cinco mosqueteiros e cerca de dois mil homens africanos armados, recrutados nas capitanias de Sena e Tete. O pedido demandava que o *mutapa* abolisse uma proibição que havia feito anteriormente e abria um importante precedente: pela primeira vez, estrangeiros foram autorizados a entrar em seu território portando armas de fogo.²⁷ As divergências no interior da comunidade luso-africana ficam claras quando se analisa este episódio: Lucere primeiro recorreu aos moradores de Sena; não obtendo auxílio, voltou-se para o capitão de Massapa exigindo socorro, sob ameaça de destruir o bazar e acabar com o resgate.²⁸ Entretanto, a ajuda não veio das autoridades institucionais: foi o poderoso prazeiro Diogo Simões Madeira quem congregou os exércitos particulares de outros portugueses para o auxílio a Lucere. Uma vez vitorioso, este transferiu imediatamente a concessão das minas de prata (que, o tratado deixa claro, foram doadas a ele) ao rei Felipe II, de Portugal.²⁹

²⁴ FERREIRA, R. "Ilhas Crioulas...", op.cit.; CANDIDO, M. *Na African slaving port and the Atlantic World: Benguela and its hinterland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

²⁵ O trabalho de Fernanda Thomaz permite observar a aplicação de lógica semelhante, séculos depois, no norte de Moçambique. Segundo esta autora, a fundação de tribunais especiais explicita a impossibilidade de administrar a justiça colonial sem adaptá-la às estruturas sócio-políticas dos povos subjugados. Assim, as questões relacionadas ao direito civil, no século XIX, eram submetidas a um sistema de justiça africana que foi apropriado pelos administradores coloniais. THOMAZ, F.N. *Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re)ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894-c.1940*. Tese (doutorado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

²⁶ Em 1580 se iniciou o período de União das Coroas Ibéricas, sob o controle da monarquia espanhola. Filipe II da Espanha, o primeiro monarca das Coroas unificadas, recebeu o título de Filipe I de Portugal.

²⁷ MUDENGGE, S.I.G. *A Political History of Munhumutapa*, op.cit., pp.224-227.

²⁸ NEWITT, M. *História de Moçambique*, op.cit., p.85.

²⁹ LOBATO, A. *Evolução administrativa e económica de Moçambique*, op.cit., p.97.

Como se pode supor, a doação atraiu para o sertão um grande contingente de aventureiros, acentuando o povoamento lusitano no planalto do Zambeze. A doação também parece ter acirrado as rivalidades e disputas existentes no interior da comunidade luso-africana e entre esta e os funcionários da Coroa ibérica, como atesta uma extensa oitiva de testemunhas da violenta disputa entre Diogo Simões Madeira e Francisco da Fonseca Pinto, desembargador de Goa, enviado oficialmente à África austral pelas autoridades portuguesas com o objetivo de checar a veracidade, localização e qualidade da prata proveniente das minas da Chicova.

As testemunhas foram unânimes ao afirmar que as ações de Fonseca Pinto equivaliam a uma declaração de guerra contra Diogo Simões Madeira: em Tete, incendiou uma povoação de escravos que pertencia ao *sertanejo*, sequestrando e matando centenas de homens; na qualidade de enviado do monarca ibérico, aconselhou o *mutapa* a declarar guerra contra Madeira, obstruindo todos os caminhos para o litoral ao mesmo tempo em que atacava o forte de São Miguel da Chicova, onde o *sertanejo* se encontrava refugiado; proibiu todos os mercadores luso-africanos de comercializar com Madeira, sob ameaça de graves penas, com o objetivo de provocar fome e outras privações. De sua parte, Fonseca Pinto alegava que o *sertanejo* havia se levantado contra a autoridade portuguesa e impedia o acesso de sua comitiva às minas da Chicova.³⁰

Vinte e um anos depois, em 1628, o assassinato de Jerônimo de Barros, embaixador português enviado à corte do *mutapa* Nyambo Kapararidze (c.1623-1629), seguido de um embargo comercial no decorrer do qual muitos comerciantes lusos foram atacados e mortos, precipitou um confronto armado entre portugueses e o Estado *shona* que se prolongou até o ano de 1632. No centro deste conflito uma luta pela sucessão dinástica: de um lado, o legítimo herdeiro do trono, de acordo com as regras de sucessão colateral, Mhande Mavura; de outro, Nyambo Kapararidze, filho do *mutapa* anterior, Gatse Lucere, que ocupava o trono desde 1623. O sistema de sucessão colateral pressupõe que os irmãos se sucedam no trono. Quando todos os irmãos ocuparem o lugar que havia pertencido ao pai, a linha sucessória volta-se para o filho mais velho

³⁰ “Treslado dos papéis da Chicova e Minas de Prata que se treladaram neste juízo dos feitos da Fazenda de Sua Majestade”. AHU_CU_064, Cx.1, d.20.

do primeiro irmão da geração anterior. Dele, o trono deve passar ao primogênito do irmão seguinte, e assim sucessivamente.³¹

Mavura, legítimo herdeiro do trono de *mutapa*, segundo o direito costumeiro, derrotou Kapararidze e, em troca do apoio decisivo das forças lusitanas, ainda no decorrer do conflito, assinou um tratado de vassalagem com Felipe III por cujos termos ele, até então considerado soberano de um Estado independente, a quem os portugueses enviavam missões diplomáticas e *saguete* e a quem pagavam taxas pelo direito de comerciar em seu território, passaria a pagar um tributo anual em ouro ao rei ibérico. Além disso, o mesmo tratado franqueava aos portugueses o trânsito, o comércio e a exploração das eventuais minas que fossem encontradas em seu território; o capitão de Massapa deixaria de atuar em jurisdição mista, passando a ser um representante formal das Coroas no reino do Monomotapa. Por fim, o *mutapa* deveria aceitar a construção de igrejas católicas de qualquer ordem em seu *zimbabué*³² (em outras palavras, os portugueses retomavam o projeto de conversão interrompido com a morte de Silveira; tarefa doravante dividida entre diversas ordens católicas), além de se comprometer a, no decorrer de um ano, expulsar de seu território todos os mercadores muçulmanos que, segundo os cálculos de Donald Abraham chegavam a 10.000 no início do século XVI.³³ Os que fossem ali encontrados após esse período seriam mortos, assinala o tratado, e suas fazendas confiscadas em nome do rei de Portugal.

Para muitos dos historiadores do tema, a assinatura deste tratado assinala a efetiva conquista portuguesa do território do planalto. É no cerne desta discussão que reside a principal indagação deste trabalho, conforme o que segue. Em 1635 foi nomeado o primeiro governador dos Rios de Cuama, subordinado ao vice-rei da Índia, a quem o monarca ibérico escreveu: “vista a doação que o imperador Monomotapa me fez das minas, resolvi se tratasse logo

³¹ MUDENGE, S.I.G. *A Political History of Munhumutapa*, op.cit., p.82. Nesta sociedade poligâmica, nem sempre se lograva estabelecer a prioridade nos nascimentos dos filhos de várias esposas e os conflitos de precedência eram comuns. O sistema tendia a multiplicar as linhas de descendência e podia ter como candidatos ao poder pessoas já velhas, nem sempre com forças para sustentar suas pretensões. Cf. SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...*, op.cit., p.662.

³² “A todos estes edifícios os da terra lhe chamam zimbabué, que acerca deles quer dizer corte, porque a todo lugar onde está o Monomotapa chamam assim”. BARROS, J. *Ásia: primeira década*. Livro X. Org. António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932. [1552]. p.375.

³³ ABRAHAM, D.P. “Maramuca: na exercise in the combined use of Portuguese records na oral tradition”. In: *The Journal of African History*, vol.2, nº2 (1961), pp.211-225.

da povoação e benefício delas, e do aumento e conservação daquela nova conquista”.³⁴ Novas levas de colonos levaram a penetração mais para o interior e a presença lusitana no sertão atingiu, em meados do século XVII, a sua maior extensão. Em finais deste século, o cronista António da Conceição relatou o ataque aos comerciantes estabelecidos no bazar de Dambarare, orquestrado em 1693 pelo *mutapa* Nyakunembire, que pôs fim às pretensões lusitanas de controle do altiplano.³⁵ A sublevação deu início a um curto e intenso período de agressões que logrou expulsar definitivamente todos os comerciantes portugueses e luso-africanos estabelecidos nos bazares do planalto.

Os fatos foram explicitados pelo cronista: à morte do *mutapa* Mukombwe, em 1692, seu irmão Nyakunembire ascendeu ao trono, conforme as regras de sucessão colateral. Os portugueses e luso-africanos estabelecidos nos principais bazares do planalto tinham suas posições relativamente enfraquecidas nesse momento e optaram por não intervir na disputa sucessória, embora apoiassem as pretensões do príncipe Nyamaende Mhande, herdeiro educado em Tete, batizado e catequizado na juventude, e considerado “um bom amigo” dos lusitanos. Nyakunembire foi entronado e Mhande se exilou em Manica, acompanhado do irmão Chirimbe. Assim que Nyakunembire assumiu o trono, solicitou apoio militar ao *changamira* Dombo,³⁶ dirigente do reino vizinho, Butua, para punir os portugueses de Dambarare, supostamente por alguma ofensa que eles teriam cometido contra si mas, mais provavelmente por temer que Mhande estivesse aliado aos prazeiros articulando a sua derrocada.

O *changamira* que, por sua vez, também demonstrava sinais de inquietação pela presença portuguesa tão próxima, correu com auxílio e, em novembro de 1693, atacou de surpresa o bazar de Dambarare exterminando os

³⁴ Apud LOBATO, A. *Evolução administrativa e económica de Moçambique*, op.cit., p.146.

³⁵ CONCEIÇÃO, A. “Tratado dos Rios de Cuama”, op.cit.

³⁶ Na última década do século XV, um dos nobres “favoritos” do *mutapa*, de nome Changa, protagonizou o caso mais emblemático de sublevação contra o monarca. Rebelando-se contra o poder central, eliminou o *mutapa* Mukombero Nyahuma (c.1480-90) e 22 de seus filhos, assumindo o poder e adotando o título de *Changamira I*. Mesmo tendo sido derrotado quatro anos depois, por um filho sobrevivente de Nyahuma, Chikuyo Chisamarengu (c.1494-1530), *Changamira* continuou senhor de um pequeno território no planalto e deu origem a uma nova dinastia. Os descendentes de *Changamira* continuariam a guerra contra o novo *mutapa* até meados do século XVI. Na história do Monomotapa, os *changamira* reapareceriam na segunda metade do século XVII, à frente do reino de Butua, a disputar com os portugueses o controle das rotas comerciais do planalto. Cf. SILVA, A.C. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p.453.

60 brancos, canarins³⁷ e luso-africanos que lá se encontravam. A igreja foi destruída. Os mortos, desenterrados. Os demais portugueses do platô se refugiaram em Tete, onde iniciaram os preparativos para a contraofensiva. O medo esvaziou os bazares do planalto. Após a destruição de Dambarare e o incêndio de Massapa, os exércitos do Butua se retiraram e Nyakunembire, sozinho em seu *zimbabué*, não conseguiu fazer face a Mhande, que então comandava uma força composta por mosqueteiros e soldados portugueses e pelos exércitos *chikunda* de *prazeiros* poderosos.³⁸ Mhande saiu vitorioso do conflito, mas essa vitória não trouxe de volta os sertanejos e os comerciantes lusitanos que o apoiaram. Ocasionalmente, indivíduos continuaram a ir comerciar no planalto, mas os portugueses e luso-africanos, enquanto grupo, optaram por se estabelecer nas terras baixas do vale do Zambeze.³⁹

O estado da arte dos estudos africanistas

A bibliografia específica sobre o tema das dinâmicas internas ao reino do Monomotapa é escassa. Randles, Mudenge e David Beach foram os únicos pesquisadores a dedicar volumes inteiros especificamente ao tema na segunda metade do século XX. Os trabalhos mais recentes estão espalhados em artigos de revistas especializadas ou capítulos de livros de história geral de Moçambique, da África ou de Portugal. À exceção de pouquíssimas obras de divulgação, como a *História Geral da África*, coleção em oito volumes organizada pela UNESCO e viabilizada no Brasil pelo Ministério da Educação, e o manual de História de Moçambique, de Malyn Newitt, os poucos estudos sobre o reino do Monomotapa sequer são traduzidos para o português. Para além da escassez de trabalhos sobre o tema de modo geral – e, em particular,

³⁷ Luso-indianos.

³⁸ Em meados do século XVII alguns prazeiros haviam construído impérios pessoais que incluíam muitos dos reinos africanos dos arredores de Sena e Tete. Seu poder se baseava no controle dos *chikunda*, que eram adquiridos por compra, razias e pela prática africana de escravização voluntária. Os prazeiros mais proeminentes possuíam alguns milhares de *chikunda*, sendo que a pelo menos um colono do Zambeze foi atribuído um exército de quinze mil homens. Cf. ISAACMAN, A; ISAACMAN, B. "The prazeiros as transfrontiersmen...", op.cit.

³⁹ Cf. LOBATO, A. *Evolução administrativa e económica de Moçambique*, op.cit., p.167; RANDLES, W.G.L. *L'Empire Du Monomotapa Du XV^e au XIX^e Siècle*. Paris: Mouton & Co; Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1975. p.57.

no Brasil –, a própria renovação epistemológica dos chamados estudos africanos têm demandado novas reflexões dos pesquisadores do hemisfério Sul que se dedicam a escrever uma história renovada de África.

Em uma elaborada reflexão sobre os estudos africanos, Paulin Houtondji, filósofo beninense, identificou nas disciplinas ocidentais (história, antropologia, etnografia, linguística, sociologia, filosofia, ciência política etc.) a gênese e os alicerces de um conhecimento sobre África essencialmente produzido por não-africanos – nomeadamente os investigadores das sociedades do Norte global.⁴⁰ Nas palavras do filósofo, “o estudo da África é marcado por uma espécie de pecado original, tendo em vista o papel que desempenhou na história da colonização”, inclusive no que tange à formação de pesquisadores africanos, marcada, segundo o autor, por referenciais teórico-analíticos do Ocidente. “Quão africanos são os chamados estudos africanos?” é a pergunta que subjaz à reflexão sobre o período inicial de constituição dessa área de investigação.

Assim colocado, o problema parece insolúvel. Mas o próprio filósofo oferece, se não um “antídoto infalível”, uma chave que, devidamente operada, pode oferecer uma compreensão renovada da África: o pluralismo, tanto na África contemporânea quanto da chamada África “tradicional”. Nas palavras da historiadora brasileira Juliana de Paiva Magalhães, “no que se refere à prática historiográfica, há que se ter em mente o ‘pecado original’ ao qual se refere o filósofo para que atentemos para os desafios metodológicos e analíticos específicos desta área e possamos evitar reproduzir generalizações e estereótipos atávicos”.⁴¹ No que se refere especificamente ao objeto deste trabalho, essa síntese é especialmente exata, uma vez que se trata de uma pesquisa inteiramente baseada em documentação europeia.

Em balanço historiográfico publicado na coleção *História Geral da África*, John Fange afirmava que, como resultado da convergência de correntes de pensamento originadas no Renascimento, no Iluminismo e na chamada

⁴⁰ HOUNTONDJI, P. “Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março (2008), pp.149-160.

⁴¹ MAGALHÃES, J.P. *Trajetórias e resistências de mulheres sob o colonialismo português (Sul de Moçambique, XX)*. 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25102016-124247/en.php>. Acesso em 20/02/2017.

Revolução Científica e Industrial, a partir do século XIX a principal orientação da produção acadêmica europeia foi a desconsideração das sociedades não-europeias, tanto como objetos legítimos de investigação, quanto como produtoras de conhecimento.

O resultado foi que, baseando-se no que era considerado uma herança greco-romana única, os intelectuais europeus convenceram-se de que os objetivos, os conhecimentos, o poder e a riqueza de sua sociedade eram tão preponderantes que a civilização europeia deveria prevalecer sobre todas as demais. Consequentemente, sua história constituía a chave de todo conhecimento, e a história das outras sociedades não tinha nenhuma importância. Esta atitude era adotada sobretudo em relação à África. De fato, nessa época os europeus só conheciam a África e os africanos sob o ângulo do comércio de escravos.⁴²

Embora tenham sido citadas à exaustão, vale ressaltar, por exemplares, as passagens da *Filosofia da História* em que Hegel expressou um profundo desprezo pela África: “A África não é um continente histórico; ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento”. [Os povos negros] “são incapazes de se desenvolver e de receber uma educação. Eles sempre foram tal como os vemos hoje”.⁴³ A noção de África a-histórica, largamente difundida pelos historiadores do século XIX, manteve-se praticamente inabalada durante a primeira metade do século XX e ainda se expressa ocasionalmente, à boca pequena, pelos corredores de alguns departamentos de História do Brasil e do mundo nesse início de século XXI.

Nesse sentido, é emblemática a fala de Hugh Trevor-Hoper, professor da Universidade de Oxford que, em 1960, durante a aula inaugural de sua disciplina – História Moderna – afirmou:

Pode ser que, no futuro, haja uma história da África para ser ensinada. No presente, porém, ela não existe; o que existe é a história dos europeus na África. O resto são trevas...e as trevas não constituem tema de história. Compreendam-me bem. Eu não nego que tenham existido homens mesmo em países obscuros e séculos obscuros, nem que eles tenham tido uma vida política e uma cultura interessantes para os sociólogos e os

⁴² KI-ZERBO, J. “Introdução geral”. In: _____ (org.). *História geral da África. I: Metodologia e pré-história da África*. 2ªed. ver. Brasília: Unesco; Ministério da Educação, 2010. p.XXXI.

⁴³ HEGEL, G.W.F. *Filosofia da história*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

antropólogos; mas creio que a história é essencialmente uma forma de movimento e mesmo de movimento intencional [...] a história, ou melhor, o estudo da história, tem uma finalidade. Nós a estudamos a fim de descobrir como chegamos ao ponto em que estamos [...] Não podemos nos divertir com o movimento sem interesse de tribos bárbaras nos confins pitorescos do mundo, mas que não exerceram nenhuma influência em outras regiões [...].⁴⁴

O movimento de reação africana a essa concepção começou a se desenhar nas décadas de 1940 e 1950, quando as universidades se multiplicaram no continente. Os primeiros professores eram oriundos de instituições de ensino não-africanas – notadamente europeias – o que justifica e confirma a crítica elaborada por Hountondji. Mas não demorou para que a operação de “africanização” destas instituições se completasse, quando das primeiras turmas de formandos surgiram os novos pesquisadores e docentes. Simultaneamente, o contexto de lutas de libertação do jugo colonial – primeiro das colônias britânicas, depois das francesas e, por fim, de todas as possessões europeias no continente – levou os professores historiadores a sentir a “necessidade de ampliar a parte reservada à história da África em seus programas e, quando essa história fosse pouco conhecida, de incluí-la em suas pesquisas”.⁴⁵ No advento da era pós-colonial, “o primeiro trabalho histórico se confunde com o *estabelecimento de fontes*”. Segundo Théophile Obenga, os processos de independência das antigas colônias britânicas e francesas colocaram aos pesquisadores “uma nova e profunda necessidade de conhecer”, a partir da qual eles “fundaram definitivamente a História africana”.⁴⁶

Em paralelo, as Ciências Humanas ocidentais viviam uma crise epistemológica que viria a alterar profundamente o modo como os historiadores formulariam seus métodos e seus objetos de estudo. Ainda que as primeiras críticas a uma história pretensamente universal, centrada nos grandes personagens e eventos políticos, remontem à década de 1930, após a fundação da *École des Annales*, foi somente a partir da segunda metade do século XX que se verificou um movimento consistente e amplo de crítica a esse velho

⁴⁴ Apud MAGALHÃES, J.P., op.cit., pp.8-9.

⁴⁵ MAGALHÃES, J.P., op.cit., p.22.

⁴⁶ OBENGA, T. “Fontes e técnicas específicas da História da África”. In: KI-ZERBO, J. (org.). *História geral da África. I: Metodologia e pré-história da África*. 2ªed. ver. Brasília: Unesco; Ministério da Educação, 2010. pp.91-104. [grifo do autor].

formato do fazer historiográfico. Se, nas palavras de Steven Feierman, “no começo dos anos de 1960, ainda era possível descrever a história humana em termos de uma história com uma única narrativa linear, dos primórdios até os tempos modernos”,⁴⁷ nas últimas décadas desse século surgiram, no Ocidente, pesquisas sobre temáticas, pessoas e grupos até então ignorados pela historiografia. Em artigo sugestivamente intitulado “Histórias africanas e a dissolução da História mundial”, o autor concluiu

Uma consequência óbvia da expansão da pesquisa histórica a partir de 1960 foi revelar como eram limitados nossos entendimentos anteriores. Muitas das novas pesquisas especializadas focalizaram pessoas ou grupos que anteriormente haviam sido excluídos da história geral da humanidade. A história da África não está sozinha neste sentido. Ao seu lado estão as novas áreas de conhecimento sobre a história dos camponeses medievais, dos bárbaros na Europa antiga, dos escravos nas plantações americanas, e das mulheres como a maioria anteriormente silenciada (silêncio, ao menos, nos relatos históricos) em todos os tempos e lugares [...]. Os historiadores compreendem agora os critérios dúbios segundo os quais mulheres, africanos, camponeses e escravos foram excluídos da história das gerações precedentes.⁴⁸

É um caminho sem volta. Esse movimento, que operou uma profunda ruptura com a narrativa única, formou diversos pesquisadores que, nos quatro cantos do mundo, foram responsáveis pela formação de tantos outros. Passou-se a questionar, de um lado, os velhos objetos de estudo, conforme já referido e, de outra parte, a trabalhar em “inovações nos métodos de construção do conhecimento sobre os povos e as pessoas que anteriormente foram deixados de lado pelos estudos históricos acadêmicos”.⁴⁹ Resultado do duplo movimento – a “fundação” da História africana e a crise epistemológica das Ciências Humanas ocidentais – não apenas aumentou significativamente o interesse de

⁴⁷ FEIERMAN, S. “African histories and the dissolution of world history”. In: BATES, R.H.; MUDIMBE, V.Y.; O'BARR, J. (eds.). *Africa and the disciplines: the contributions of research in Africa to the Social Sciences and Humanities*. Chicago: University of Chicago Press, 1993. pp.167-212. [tradução minha].

⁴⁸ Idem, ibidem.

⁴⁹ Conforme esclarece Feierman, “estes métodos renovados, alguns dos quais se desenvolveram inicialmente entre os historiadores da África, incluem história oral, arqueologia histórica, linguística histórica, bem como análises históricas de formato antropológico. Os novos métodos e modos de interpretação permitiram aos historiadores se aproximar da história dos povos iletrados, em muitos casos destituídos de poder, sem partir dos cânones aceitos pela crítica da pesquisa histórica”. Idem, p.176. [tradução minha].

pesquisadores africanos e não-africanos pela História da África, como desenvolveu-se um olhar renovado para esses sujeitos históricos desprezados até recentemente. Sofisticaram-se os métodos, ampliaram-se os temas, períodos e regiões abordados. Contrariando o cenário verificado por Hountondji, o que se observa no início do século XXI é um esforço sistemático das universidades dos países periféricos na tessitura de uma História da África que

[...] pode oferecer condições de serem (re)equacionadas as premissas de uma história eurocêntrica, baseada em pressupostos evolucionistas e raciais. [...] Um dos ensinamentos que podemos retirar da produção acadêmica que tem sido feita a partir das universidades brasileiras, inspirada possivelmente por uma perspectiva Sul-Sul.⁵⁰

O ano de 2003 marca a determinação legal acerca da obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no ensino básico, que promoveu a inclusão de disciplinas que versassem sobre África e a presença africana no Brasil nas grades curriculares de cursos de licenciatura. Após pouco mais de uma década, é inegável a significativa ampliação do campo dos estudos africanos e afro-brasileiros no país. Conquistada graças a uma reivindicação histórica dos movimentos negros, a lei 10.639/2003 foi um marco nos estudos africanistas no Brasil devido ao grande impulso verificado nas diferentes áreas do conhecimento.⁵¹

É preciso ressaltar, no entanto, que os esforços para se compreender a África e a presença africana no Brasil antecederam a referida lei em algumas décadas. Segundo Héctor Hernandez:

Em relação a este processo de consolidação dos “estudos africanos” na atualidade, precisamos antes fazer o devido reconhecimento do trabalho sistemático da produção acadêmica sobre o mundo africano, de uma série de instituições no âmbito acadêmico brasileiro desde a década de 1960 como o Centro de Estudo Afro Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, ou o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, ou finalmente o Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.⁵²

⁵⁰ WISSENBACH, M.C.C. “Prefácio”. In: MUSCALU, I.P.O., op.cit., p.14.

⁵¹ A íntegra da Lei nº10.639/2003 está disponível no endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 10/04/2016.

⁵² HERNANDEZ, H.G. *História: Questões & Debates*, vol.62, nº1 jan/jun.2015, p.5.

O Centenário da Abolição, em 1988, se constituiu como outro importante marco para os estudos africanistas e diaspóricos brasileiros, uma vez que motivou uma série de estudos, eventos e publicações acerca da história da escravidão. Com metodologias renovadas e revisitando criticamente diferentes tipologias documentais, ou descobrindo novas fontes, os estudiosos perceberam que, apesar da brutalidade do sistema escravista, era possível deslindar detalhes acerca da vida de homens e mulheres escravos, recolocando-os como sujeitos históricos e não apenas como vítimas passivas da violência escravista. Assim, sociabilidades, laços de amizade e familiares, identidades étnicas, práticas culturais e religiosas, formas de resistências e de negociação, entre outros eixos temáticos, guiaram as investigações nesse campo.

Com o desenvolvimento da história social da escravidão, ficou patente a necessidade de focalizar as sociedades africanas para compreender de modo mais profundo o *ethos*, as visões de mundo que embasavam as práticas sociais de homens e mulheres trazidos compulsoriamente para as Américas. Em razão disso, historiadores brasileiros se debruçaram sobre a história de diferentes lugares e períodos do continente africano, especialmente as regiões da África Ocidental e Centro-Ocidental, de onde saiu a maioria dos escravizados cujos destinos finais – após a longa *Travessia* – eram os portos brasileiros.

Ao longo dos anos subsequentes, os estudiosos da história social da escravidão da *Geração de 1980* pavimentaram suas carreiras acadêmicas sem perder de vista que a compreensão da história africana era condição *sine qua non* para entender a escravidão brasileira. Se o mundo atlântico se constituiu como um *espaço*,⁵³ com uma intensa circulação de pessoas, saberes e produtos, os historiadores brasileiros estavam convictos que era preciso mirar a África para melhor enxergar o Brasil.

Nas últimas décadas, os historiadores dessa *Geração de 1980*, ao se tornarem docentes nas principais universidades do país e do mundo, continuaram suas pesquisas e desenvolveram novos estudos voltados à compreensão de diferentes sociedades, regiões e períodos da história

⁵³ O conceito de espaço será abordado na primeira parte do primeiro capítulo deste trabalho.

africana. Paulatinamente, a importância dos estudos africanistas se consolidou de tal forma que as pesquisas sobre África se desvincilharam de sua justificativa inicial, as relações Brasil-África, uma vez que a história da África e seus povos se mostrou tão legítima e importante quanto qualquer outra. Ao mesmo tempo, se tornou necessário encarar o complexo desafio de entender a história de um continente imenso e tão diverso como o africano.

Entre os historiadores da *Geração de 1980*, inclui-se a Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Cortez Wissenbach, cujo percurso acadêmico atesta a passagem da temática dos estudos da escravidão brasileira à história africana. Um dos aspectos interessantes no convívio com essa intelectual é poder acompanhar de perto algumas das recentes iniciativas no que se refere à aproximação, em nível interinstitucional, de acadêmicos brasileiros e africanos. Nos últimos anos, tem-se estabelecido um diálogo profícuo entre investigadores do Sul global. Esse contato com historiadores, geógrafos, antropólogos e filósofos africanos tem estimulado a interdisciplinaridade nas pesquisas históricas, enriquecido as reflexões teórico-metodológicas e refinando os exercícios analíticos.⁵⁴

O desenvolvimento e crescimento das pesquisas sobre África realizadas no Brasil nas últimas décadas consolidou o campo dos estudos africanistas. Apesar disso, ainda subjaz o desafio no que se refere à difusão desse conhecimento: não apenas nas instituições escolares, mas para a sociedade brasileira como um todo. Isso se faz necessário por que, em grande medida, os estereótipos negativos veiculados sem nenhum pudor pela mídia tradicional sobre o continente mantêm os preconceitos enraizados no senso comum brasileiro. A imagem da África como continente a-histórico, sem cultura, onde vivem pessoas incompreensíveis lutando em guerras infundáveis e vitimadas por doenças graves como o Ebola e a Aids, ainda persiste no imaginário ocidental. Desconstruir tal imagem é tão urgente quanto difícil:

Esta imagem de África resulta da construção da imagem da Europa como centro do mundo, processo esse que começou a

⁵⁴ Neste sentido, vale ressaltar a importância do projeto pró-mobilidade internacional intitulado *Entre o Índico e o Atlântico: conexões históricas, circulações e desafios epistemológicos (Brasil – Moçambique, séculos XVIII-XX)*, coordenado pela professora Wissenbach e iniciado em 2013. O referido projeto de intercâmbio estabeleceu uma parceria entre a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e a Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo, Moçambique), possibilitando a ida de docentes e discentes brasileiros e a vinda de moçambicanos.

desenhar-se a partir do século XVI. África, sobretudo a região ao sul do Saara, transformou-se num lugar das trevas, do desconhecimento, da ausência de razão, por contraste com o mundo da razão, território ocupado pela civilização. A ideia de África enquanto *tabula rasa* instalou-se como consensual em grande parte do pensamento europeu, símbolo de um imenso território habitado por “pagãos selvagens e bárbaros”, ocupando um escalão muito anterior da “grande cadeia evolutiva”, desprovidos de referências civilizadoras. É o conceito de civilização que autoriza a distinção entre o humano e o Outro – um humano em potência, que se poderia transformar em ser humano completo se lhe fosse dada uma formação adequada. A noção da humanidade como composta de uma série progressiva de estádios, onde os vários povos não ocidentais ocupavam os níveis inferiores, constituía, nos séculos XVIII-XIX, a estrutura de base que produziu a invenção do africano enquanto lugar de inferioridade, e que levou à imposição da ideia de progresso científico como imperativo para atingir o estágio supremo do desenvolvimento – a civilização – predicado da Europa.⁵⁵

Esta pesquisa se insere nesse contexto e procura examinar a história do reino do Monomotapa a partir das novas perspectivas. Um exame atento da já referida escassa bibliografia sobre o tema indica a necessidade de um olhar renovado para a história desse reino, conforme explicitado nas próximas páginas. No que se refere ao período e eventos contemplados pela pesquisa, Donald Abraham defendeu, nas décadas de 1950 e 1960, que, após a assinatura do Tratado de vassalagem de 1629, o reino do Monomotapa foi governado por uma linhagem de “puppet emperors” ao longo dos séculos XVII e XVIII. A sequência de “marionetes” controlados pelos portugueses somente seria quebrada, de quando em quando, por usurpadores apoiados pelo *changamira*, soberano rival do reino do Butua que, a partir de meados do século XVII, detinha força suficiente no planalto para, em alguns casos, liquidar o *mutapa* reinante e substituí-lo por seus próprios candidatos. O autor considera que a tensão entre os interesses portugueses e o poder dos *changamira* nos séculos XVII e XVIII, e a posterior chegada dos guerreiros *angune*,⁵⁶ em movimento migratório, seriam a causa de uma crescente decadência e

⁵⁵ MENESES, M.P. “Uma perspectiva cosmopolita sobre os estudos africanos: a lembrança e a marca de Aquino de Bragança”. In: SILVA, T.C.; COELHO, J.P.B.; SOUTO, A.N. (orgs.). *Como fazer ciências sociais e humanas em África. Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: CODESRIA, 2012. pp.90-91.

⁵⁶ Povos zulus do território sul-africano que, nesse período, invadiram o território do atual Moçambique. Cf. RITA-FERREIRA, A. *Povos de Moçambique: história e cultura*. Porto: Afrontamento, s/d.

desintegração que reduziu o reino do Monomotapa à área entre as cidades de Zumbo e Tete.⁵⁷

Dos autores aqui comentados, Abraham é o único que defende a tese de que o controle lusitano sobre o reino *shona* não foi interrompido pela revolta de 1693-1695, evento que oferece o ensejo para a discussão acerca da vassalagem do Monomotapa. Em sua avaliação, os sucessivos *mutapa* mantiveram-se à mercê dos interesses portugueses até por volta de 1850, quando os lusitanos abandonaram os prazos da Coroa e todas as suas pretensões sobre as populações e territórios da África austral, em função das grandes secas e dos consequentes períodos de fome e violência que se abateram sobre toda a região nesse período.⁵⁸

Também em artigo de periódico, na década de 1970, o historiador David Chanaiwa afirmava que a autoridade do *mutapa*, assim como a unidade e integração de seu império, dependia de sua habilidade na promoção e controle da economia no interior de seus domínios, especialmente no que toca às questões relacionadas ao comércio de longa distância. Em sua interpretação, ao longo do XVI os *mutapa* exerceram efetivamente sua soberania, ao se mostrarem capazes de refutar as pretensões portuguesas de alcançar as minas e dominar os mercados e as rotas do comércio internacional. Entretanto, as guerras dinásticas do final do século XVI e início do XVII forneceram aos lusitanos a oportunidade de dominar militar e politicamente o reino, tornando os “puppet *mutapa*” do XVII impopulares e, portanto, incapazes de manter a paz e a ordem necessárias ao sucesso do comércio de longa distância. Na leitura de Chanaiwa, sem o controle de sua principal fonte de poder, os *mutapa* não lograram assegurar as condições políticas necessárias à manutenção da

⁵⁷ ABRAHAM, D.P. “Maramuca...”, op.cit., pp.59-81.

⁵⁸ Abraham realizou um excepcional trabalho de coleta e confrontação das tradições orais africanas com as fontes escritas portuguesas para elaborar uma genealogia dos *mutapa*, de 1420 a 1902, quando o último *mutapa*, Chioko Dambamupute foi encontrado à frente de seus exércitos remanescentes, auxiliando Makombe, rei do Barué, a resistir à ocupação portuguesa. Cf. ABRAHAM, D.P. “Ethno-history of the empire of Mutapa: problems and methods”. In: VANSINA, J.; MAUNY, R.; THOMAS, L.V. (eds.). *The Historian in Tropical Africa*. Londres, 1964, pp.104-126; _____ “Maramuca...”, op.cit., pp.211-225; _____ “The early political history of the kingdom of Mwene Mutapa (850-1589)”. In: *Historians in Tropical Africa*. Salisbury, 1962, pp. 61-91; _____ “The Monomotapa dynasty”. In: *NADA*, nº36, 1959, pp.59-86.

unidade territorial, imprescindível para o sucesso das atividades econômicas, o que levou o reino ao fim neste período.⁵⁹

Fundamental para o estudo do tema, na medida em que oferece vastas e completas referências, tanto da documentação escrita portuguesa, quanto de parte da bibliografia, a obra de W.G.L. Randles endossa a interpretação de Chanaiwa de que, no século XVI, a despeito das tentativas portuguesas de fixação no território, o reino do Monomotapa foi capaz de manter essa penetração sob seu controle, conseguindo, assim, manter-se territorialmente intacto. Randles também identifica o desmantelamento político, social e econômico daquilo que considera um império, ao longo do século XVII, creditando-o ao enfraquecimento das instituições *shona*, precipitado pela assinatura do Tratado de vassalagem.

Embora sua análise do período dos “imperadores marionetes” não seja substancialmente divergente das interpretações dos demais autores, Randles, contrariamente ao que afirmam Abraham, Newitt e Mudenge, defende que a influência ou dominação exercida pelo *changamira* sobre os *mutapa* tem seu início apenas no século XVIII e duração bastante curta. Isso faz com que o autor procure as motivações internas ao próprio reino do Monomotapa, e não a agência do *changamira*, para explicar a revolta de 1963. Para ele, o levante é expressão do conflito entre as instituições culturais *shona* e as novas dinâmicas introduzidas pelo comércio europeu. Embora enuncie uma perspectiva analítica inovadora, talvez por se tratar de obra que abrange longo período da história do reino, o autor não aprofunda a análise da revolta nessa direção.⁶⁰

O historiador português José Capela, em resenha crítica dedicada ao livro de Malyn Newitt, *História de Moçambique*, aponta como uma das qualidades da obra a desmistificação do poder e riqueza atribuídos ao Monomotapa pelas fontes lusitanas dos séculos XVI e XVII.⁶¹ Todavia, ao procurar redimensionar o poder atribuído ao Monomotapa, seja nas fontes portuguesas, seja na interpretação de historiadores e antropólogos, Newitt incorre em equívoco que

⁵⁹ CHANAIWA, D. “Politics and long-distance trade in the Mwene Mutapa Empire during the sixteenth century”. In: *The International Journal of African Historical Studies*, vol.5, nº3, 1972, pp.424-435.

⁶⁰ RANGLES, W.G.L. “South east Africa as show non selected printed maps of the 16th century”. In: *Studia*, 2, 1958, pp.103-163; _____ *L’Empire Du Monomotapa...*, op.cit.

⁶¹ CAPELA, J. “Reviewed work: a History of Mozambique by Malyn Newitt”. In: *The International Journal fo African Historical Studies*, vol.29, nº2, 1996, pp.394-396.

o leva ao extremo oposto: em seu trabalho, o reino do Monomotapa perde toda a importância política, econômica e social que possuiu na região, em variadas gradações, até o final do século XIX.

Newitt afirma que a ingerência lusitana na política do reino a partir de 1629 pode ser medida pela sucessão dinástica, ora influenciada pelos missionários dominicanos, ora pelas diversas facções de comerciantes e sertanejos luso-africanos:

Quando da morte de Mavura, em 1652, os dominicanos rapidamente instalaram o seu candidato, Siti (a quem chamavam Siti Domingos), e obtiveram o seu batismo oficial. Esta sucessão não foi muito disputada, mas, em 1655, quando Siti morreu, os dominicanos tiveram dificuldade em repetir tal sucesso. Numa primeira fase o seu candidato, D. Afonso, triunfou sobre o seu mais direto oponente, mas a sua autoridade logo foi desafiada por um rival proveniente da outra linhagem de mutapa, que contava com o apoio de uma facção de mercadores portugueses e da chefia caranga [shona] suprema [o changamira]. Esta disputa sucessória, na qual os candidatos eram apoiados por facções portuguesas rivais, revelou a impotência dos chefes shona [...].⁶²

Se, segundo a lógica adotada pelo autor em toda a obra, as sociedades africanas só assumem importância na medida em que se relacionam de forma mais ou menos intensa com os portugueses, parece natural que, uma vez que os lusitanos “neutralizaram” o Monomotapa – a partir da assinatura do Tratado de vassalagem – a revolta de 1693-95 só possa ser explicada pelos interesses políticos e comerciais do *changamira*, considerado pelo autor o principal vencedor do confronto.

Não por acaso, o autor que oferece a leitura mais original dos eventos contemplados por esta pesquisa é também o único africano. Baseado em amplo conjunto de documentos e em tradições orais recolhidas no planalto do Zambeze, o zimbabuano Stan Mudenge, em sua obra *A political history of Munhumutapa*, oferece interpretações bastante diferentes para os eventos históricos aqui considerados, à luz de informações e análises – inéditas até a década de 1980 – sobre a organização política, econômica, social e religiosa das sociedades *shona* do vale e do planalto do Zambeze. Um bom exemplo

⁶² NEWITT, M. *História de Moçambique...*, op.cit., pp.91-92.

desse novo olhar sobre a história do Monomotapa é a interpretação oferecida para os eventos ocorridos no período Mavura. Na leitura de Mudenge, a aproximação de Mavura com os portugueses foi articulada pelo próprio pretendente ao trono, numa tentativa de estabelecer alianças que o ajudassem a recuperar um direito de sucessão que lhe pertencia, de acordo com as regras de sucessão colateral. A vassalagem de Mavura teria sido mais significativa no papel do que na prática, e a continuidade da ameaça representada por Kapararidze, a principal responsável pela manutenção das relações de amizade com os portugueses.

O autor oferece chaves interpretativas renovadas ao relativizar a ideia de “imperador marionete”, creditando o comportamento de Mavura a contingências internas à política de seu próprio reino, que o soberano não pôde controlar. Contudo, não oferece a mesma perspectiva com relação à revolta de 1693-95, que, em sua interpretação, esteve condicionada aos objetivos políticos do changamira para a região, especialmente no que tange à presença portuguesa no planalto. Mudenge chega a especular que

[...] a ascensão ao poder de Nyakunembire pode ter sido articulada pelo Dombo [*changamira*] e seus associados. É concebível que Nyakunembire fosse um membro de uma facção liderada pelo Dombo. Colocar um homem hostil aos portugueses no trono do mutapa era uma estratégia que trazia óbvias vantagens ao Dombo.⁶³

Em linhas gerais, é possível identificar, portanto, duas interpretações da revolta de 1693-95. Sob a ótica de Abraham, o levante pode ser entendido como mais um episódio pontual na história dos *mutapa*, que não alterou significativamente as relações destes com os portugueses, que continuaram a manipulá-los até que conjunturas externas os fizessem se retirar da região. Os demais autores concordam que, embora continuassem a negociar com as sociedades do altiplano, os lusitanos não mais voltariam a se estabelecer ali após a revolta. Randles, único deles que tem um olhar mais atento às motivações internas à sociedade *shona*, não logrou realizar uma análise pormenorizada da sublevação. Newitt não apenas credita a iniciativa da revolta

⁶³ MUDENGE, S.I.G. *A political history of Munhumutapa...*, op.cit., p.288.

ao *changamira*, como se desinteressa pela história do Monomotapa quando os portugueses deixam o planalto e Mudenge, que desconstrói de modo brilhante a ideia de “soberano marionete” para o período Mavura, não reconhece a autonomia do *mutapa* no episódio de Dambarare. Na direção oposta, este trabalho se funda na hipótese de que a própria natureza da Revolta de 1693-95 – ocorrida quase sete décadas depois da assinatura do Tratado de vassalagem –, bem como a documentação produzida ao longo do século XVII, na medida em que deixa entrever a personalidade política autônoma dos diversos *mutapa*, ao revelar conflitos e tensões entre estes e a comunidade lusitana, contraria a noção de “imperadores marionetes”.

Metodologia e fontes

Ainda que se advogue a tese de que o método histórico vem se revolucionando e que o primado do documento escrito já não se sustenta, não há como negar a excelência da fonte escrita como instrumento de compreensão das mediações do processo histórico. Nesse sentido, mesmo que ela tenha perdido a preeminência, não perdeu a importância; à riqueza das hipóteses e dos marcos teóricos há que corresponder um sólido respaldo documental. [...] Aliás, insista-se no fato de que a pesquisa empírica pode levar à contestação de bem elaboradas hipóteses, marcos e pressupostos teóricos e de que as fontes e o seu tratamento poderão se constituir no ponto mais relevante de um trabalho científico.⁶⁴

Parte expressiva do tempo dedicado à pesquisa que culminou neste trabalho foi consumida em reflexões acerca dos limites e das possibilidades oferecidas pelos registros escritos portugueses para a elaboração de uma narrativa histórica que se pretendeu, desde o início, africana. A história do reino do Monomotapa a partir do século XVI – mas, para os propósitos deste trabalho, especificamente ao longo do século XVII – somente se reveste de sentido quando estudada a partir do encontro entre os projetos e interesses *shona* e portugueses, que provocou o surgimento de novos contextos, diante dos quais ambos tiveram de se rearranjar. Não se trata, contudo, de uma história dos

⁶⁴ BOSCHI, C.C. “O historiador, os arquivos e as novas tecnologias: notas para debate”. In: _____. *Exercícios de pesquisa histórica*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011.

portugueses em África; o movimento lusitano apenas ofereceu as fontes e o ensejo para a tentativa de compreensão dos processos internos ao grande reino *shona*, cujo ponto de partida foram as considerações de Marc Bloch:

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.⁶⁵

Para o estudo da África austral o problema das fontes, com o qual todo historiador se depara, se apresenta de maneira diversa devido, principalmente, ao número reduzido de documentos escritos não-europeus. Escassos, esses registros foram, em geral, redigidos em árabe, o que dificulta particularmente o trabalho dos pesquisadores brasileiros. Em contrapartida, a documentação portuguesa é abundante e abrangente no que respeita aos formatos, período e assuntos referidos, e encontra-se, em grande medida, publicada em volumes e compilações disponíveis em bibliotecas brasileiras ou em arquivos organizados e acessíveis a pesquisadores estrangeiros, em Portugal. Este trabalho, portanto, se funda nas fontes produzidas pelos administradores dos interesses lusitanos no Índico, correspondência de colonos e militares, descrições e relatos de viajantes e farto material documental produzido pelos missionários jesuítas e dominicanos.

Entre os arquivos consultados para a realização da pesquisa, no Brasil, destacam-se duas bibliotecas da Universidade de São Paulo: a Biblioteca Florestan Fernandes, da FFLCH/USP, cujo acervo reúne todos os números do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* [SGL] e a coleção *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África central* [DPMAC], e a biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros [IEB], que abriga cópia dos dois volumes da *Ethiopia Oriental*. Ainda no Brasil, a Biblioteca Nacional, no Rio de

⁶⁵ BLOCH, M. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001, p.83. [grifos meus].

Janeiro, dispõe dos quatro fascículos de *O Chronista de Tisuary*, periódico goês do século XIX, no qual foi publicada a íntegra da descrição da Revolta de 1693-1695, feita por António da Conceição.

Em Lisboa, foram consultados os acervos da Biblioteca Nacional de Portugal, onde foi possível localizar os nove volumes de *Records of South Eastern Africa*, compilação de documentos referentes aos séculos XVII e XVIII organizada por George McCall Theal, e as *Memórias e Documentos acerca dos Direitos de Portugal aos Territórios de Machona e Nyassa*, publicadas em 1890, além de diversos manuscritos da seção de “Reservados”; o Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT] concentra o conjunto de manuscritos organizados sob a designação de *Documentos Remetidos da Índia* [DRI], ou *Livros das Monções*, bem como os livros das *Chancelarias* dos reis de Portugal,⁶⁶ e o Arquivo Histórico Ultramarino, cuja riqueza do acervo de manuscritos compensa a falta de um catálogo detalhado – com referências cruzadas, por exemplo – dos documentos referentes à África no período que baliza este trabalho. Esta ausência obriga os pesquisadores a investigar manualmente todas as caixas de documentos, o que, se por um lado, demanda maior tempo e esforço, de outra parte possibilita descobertas inesperadas e instigantes.⁶⁷

A partir da constatação da diversidade dos arquivos e das fontes em si e entre si (manuscritas e impressas, cópias e originais, organizadas em fundos ou avulsas etc.), há de se destacar a advertência de José Subtil:

[...] é completamente absurdo [...] aplicar uniformidade e coerência a arquivos que não eram nem uniformes nem coerentes porque foram produtos de instituições diversas, com funções, organizações e procedimentos diversos, em situações históricas diversas.⁶⁸

⁶⁶ A chamada “Chancelaria Real” era a repartição encarregada da redação e expedição de todos os atos lavrados em nome do rei, fossem respeitantes aos negócios particulares deste, fossem referentes aos negócios públicos. A documentação lavrada fora da Chancelaria tinha que passar por esta para ser registrada e selada.

⁶⁷ A documentação examinada neste arquivo encontra-se no fundo “Conselho Ultramarino”, série “Moçambique”, em caixa cujo critério de organização é apenas cronológico. Assim, foram investigadas, para esta pesquisa, as caixas 1 (1605-1635), 2 (1636-1669), 3 (1670-1698) e 4 (1700-1729). O catálogo pode ser consultado aqui: <http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc064/CU-Mocambique-Parcial.pdf>.

⁶⁸ SUBTIL, J.M.L.L. *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1996.

Se, como ressaltou Caio Boschi, é necessário ter ciência dos processos de produção e fluxo dos documentos, bem como das lógicas de organização e armazenamento; se a organização e a ordenação dos acervos documentais permanentes se dá na forma de *fundos* e é necessário que o historiador tenha conhecimento de como, quando e em que circunstâncias esses fundos foram constituídos e entregues à instituição que os abriga, abre-se uma nova problemática no que tange ao *corpus* documental disponível para a pesquisa. Isto porque, conforme já referido, em pelo menos três casos somente foi possível acessar documentos copiados a posteriori e organizados segundo critérios que escapam às lógicas arquivísticas contemporâneas. Um deles é o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, que reproduziu três das principais fontes desta investigação.

Quando a Sociedade de Geografia de Lisboa foi criada, em 1875, existiam aproximadamente 40 sociedades semelhantes no mundo (Paris, Berlim, Londres etc.). A origem destas associações, em variados graus, relaciona-se ao Iluminismo e ao consequente interesse pelas ciências físicas e naturais. O desejo de experimentação fomentou viagens de exploração que, por sua vez, alargaram o interesse econômico por novos mercados, especialmente os africanos. Por este motivo, muitos governos europeus apoiaram, instrumentalizaram e financiaram “explorações científicas” a diferentes partes do continente.⁶⁹ No caso português, os movimentos da Sociedade de Geografia inseriam-se, igualmente, no processo de afirmação imperial contra os interesses das demais potências europeias, notadamente a Inglaterra, pelo continente africano. Neste contexto, a *Sociedade* encomendou a cópia de documentos dos séculos XVI e XVII sob guarda de arquivos estrangeiros, como a Biblioteca Nacional da França, em Paris, e os publicou, em séries, nos seus *Boletins*.

No mesmo contexto, com os mesmos objetivos, mas ocupando a trincheira oposta da “disputa imperial”, encontramos os *Records of South Eastern Africa collected in various libraries & archive departments in Europe*, compilados por George McCall Theal, missionário sul-africano, funcionário da administração britânica e, posteriormente, historiador e guardião dos arquivos da Colônia do Cabo. Em 1891, em reconhecimento aos serviços prestados,

⁶⁹ SANTOS, G.A. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do Sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo: Alameda, 2010. pp.21-28.

Theal foi nomeado historiógrafo colonial, o que lhe colocou em posição privilegiada para encomendar cópias e organizar séries de volumes de documentos referentes à presença europeia na África austral e do Sul nos séculos XVII e XVIII.

Leila Leite Hernandez sintetizou o processo de disputas imperialistas que levou à realização da célebre Conferência de Berlim (1884-1885) e a posterior Partilha da África. Segundo esta autora, foram quatro os principais motivos que levaram à realização da Conferência. O primeiro diz respeito aos interesses do rei Leopoldo II, da Bélgica, que intencionava fundar um império ultramarino e, por isso, promoveu a fundação de uma cadeia de postos comerciais e científicos na África central, cuja imagem projetada era a filantropia, já que Leopoldo alegava combater o comércio de escravos e proteger as missões cristãs. Para a africanista, o segundo motivo foi a frustração dos planos de Portugal em conquistar e manter o território que se dispõe entre Angola e Moçambique, do Atlântico até o Índico, abrangendo quase toda a Zâmbia e o Zimbábue numa única província. “Acresça-se o fato de ter sido Portugal o último país a ser convidado para a Conferência Geográfica de Bruxelas, realizada em setembro de 1876, o que melindrou e alarmou sobremaneira os portugueses interessados na África”.⁷⁰

Ainda de acordo com Hernandez, o terceiro motivo para a realização da Conferência de Berlim foi o expansionismo da política francesa, que vinha realizando expedições exploradoras, assinando tratados com chefes africanos e estabelecendo sua iniciativa colonial na Tunísia e em Madagascar. E por fim, o quarto motivo foram os interesses em torno da livre navegação e comércio nas bacias do Níger e do Zaire, expressos principalmente pela Inglaterra que, assim como os portugueses, também acalentava o desejo de dominar uma faixa territorial contínua “do Cabo ao Cairo” – objetivo esse cada vez mais dificultado pelas pretensões dos demais países, assim como pelos bôeres, o grande obstáculo às pretensões inglesas na África austral.⁷¹

Em outras palavras, os interesses de Portugal e Inglaterra pelas vastas áreas da África austral entraram em choque no período imediatamente anterior

⁷⁰ HERNANDEZ, L.L. *África na sala de aula: visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005. pp.59-61.

⁷¹ Idem, p.61.

à Conferência de Berlim e, mesmo depois da realização da Conferência, esses países disputaram uma suposta legitimidade de domínio, calcada no mito da “herança sagrada”, ou na ideia de anterioridade da presença na região. Valentim Alexandre já chamou a atenção para o peso que a questão colonial assumiu na história portuguesa nos séculos XIX e XX, pela relação estreita que manteve com o problema central da identidade e, em última instância, com a sobrevivência do país. Segundo este autor, todas as correntes do nacionalismo português se defrontam, de uma ou outra forma, com a opção ultramarina:

[O] “mito da herança sagrada” – vê na conservação de toda e qualquer parcela do território ultramarino um imperativo histórico, tomando os domínios sobretudo como testemunhos da grandeza dos feitos da nação, que não os poderia perder sem se perder. Geralmente latente, o tema vem à superfície sempre que se configuram casos de perigo e de iminência de perda, real ou suposta, de qualquer das possessões ou de zonas sobre que se reivindicava a soberania portuguesa. [...] Também o “mito da herança sagrada” tem um caráter permanente, estrutural, que lhe resulta da sua estreita relação com dois elementos de fundo do nacionalismo português: a consciência, sempre presente nas elites políticas, da vulnerabilidade de Portugal (que as torna especialmente sensíveis às ameaças externas); e sobretudo a ideia, muitas vezes expressa, de que a própria sobrevivência da nação dependia da existência do império [...].⁷²

O caso da *Sociedade de Geografia de Lisboa* permitiria afirmar que, naquele momento, a comunidade acadêmica lusitana empreendia um grande esforço para justificar as pretensões portuguesas sobre os territórios africanos em disputa, lastreada pelo mito de “herança sagrada” segundo o qual toda a região austral, do Atlântico ao Índico, estaria “naturalmente” voltada ao domínio português, pelo direito de descoberta e pela influência aí exercida historicamente? A leitura de outra compilação de documentos portugueses do período pode responder afirmativamente a essa questão. Trata-se da coletânea *Memórias e documentos acerca dos direitos de Portugal aos territórios de Machona e Nyassa*, publicada em 1890 e concebida como resposta ao *Ultimatum* inglês, que exigia a retirada imediata das tropas do major lusitano

⁷² ALEXANDRE, V. “África no imaginário político português (séculos XIX-XX)”. In: *Penélope*, nº15, Lisboa, 1995, pp.40-41.

Serpa Pinto, estacionadas no território compreendido entre Angola e Moçambique. Lê-se na introdução:

Tem sido modernamente contestados a Portugal pela Inglaterra os direitos ao território ao sul do Zambeze, geralmente designado nas cartas pelo nome de Machona, [planalto do Zambeze] e bem assim a uma parte da região do Nyassa. Para demonstrarmos que a contestação não tem o menor fundamento, começaremos por coligir, em as notas e memoranda do governo britânico, os argumentos e considerações com que se pretende negar ou invalidar os nossos direitos. [...] No decurso da refutação que vamos empreender, teremos o cuidado de ir fazendo referência a todos os argumentos e observações que se tem empregado oficialmente, por parte do governo britânico, no empenho de justificar a sua oposição às reclamações do governo português.⁷³

Estaríamos diante do que Jacques Le Goff chamou de documento/monumento? Em outras palavras, essas compilações de documentos exemplificariam, com clareza, a operação assim exposta por Le Goff: “o que transforma o documento em *monumento* [é] a sua utilização pelo poder”? Não parece tão simples. Os documentos investigados nesta pesquisa, antes da sua publicação nas condições expostas acima, eram já *monumento*. “Não existe um documento objetivo, inócuo, primário”.⁷⁴ O documento é simultânea e, muitas vezes, inconscientemente, uma montagem da época que o produziu e resultado do esforço dessa sociedade para impor ao futuro certa imagem de si mesma. O documento também é *monumento* na medida em que é produto das épocas que o sucederam e que continuam a manipulá-lo, de maneira mais evidente nos processos de seleção e guarda, mas também na escolha do que será publicado e do que será esquecido nos arquivos. Neste início de século XXI, o processo fica ainda mais explícito: em tempos de *internet*, é interessante procurar os critérios de seleção das fontes que foram (e serão) digitalizadas e disponibilizadas para o grande público por este canal, por importantes arquivos mundiais, inclusive alguns daqueles em que esta investigação foi realizada.

⁷³ IMPRENSA NACIONAL. *Memória e documentos acerca dos direitos de Portugal aos territórios de Machona e Niassa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. pp.5-23.

⁷⁴ LE GOFF, J. *História e Memória*. 5ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p.535.

Assim, as compilações, nas condições que foram expostas até aqui, colocaram duas outras importantes questões de caráter teórico-metodológico: em primeiro lugar, a crítica externa ao documento precisou considerar o contexto em que as fontes foram copiadas e publicadas. Quem, como e, principalmente, que interesses nortearam a seleção e publicação das fontes?⁷⁵

Uma vez explicitada a questão geral que norteou o trato dispensado às compilações de documentos e, identificada a necessidade de conferir organicidade a este conjunto que inclui originais e cópias, manuscritos e transcrições, fundos e documentos avulsos, o trabalho com as fontes teve como meta acessar, ainda que não em sua totalidade, as características e os processos históricos internos ao reino do Monomotapa, no século XVII. Na medida do possível, e observando a fluidez do texto, foram utilizadas palavras, expressões e trechos longos da documentação, para que o leitor possa checar a validade das inferências, interpretações e hipóteses de trabalho apresentadas.

Por fim, algumas considerações formais: as diferentes classes nominais do tronco bantu são identificadas por meio de prefixos agregados ao radical. São esses prefixos, particulares para cada forma, que determinam se o substantivo se encontra no singular ou no plural, ao contrário das línguas do tronco latino, nas quais a forma plural é indicada por sufixos; esse é o motivo pelo qual, ao longo de todo o trabalho, há referências aos “mutapa”, aos “changamira”, aos “shona” etc., numa forma que, à primeira vista, pode soar equivocada aos falantes das línguas latinas, mas que encontra sentido nas gramáticas bantu. Embora a documentação portuguesa e parte da historiografia designem pelo termo “Monomotapa”, simultânea e indistintamente, o reino e seu soberano, o critério aqui adotado foi a diferenciação entre um e outro a partir da adoção do termo “*mutapa*” para designar o monarca, na esteira dos trabalhos de Stan Mudenge e Eugénia Rodrigues. Quando da citação literal de fontes, grafia e pontuação foram atualizadas de modo a facilitar a leitura. Os nomes próprios aparecem na documentação e na bibliografia do tema sob diversas grafias, que foram padronizadas no corpo do texto e nas citações.

⁷⁵ É preciso considerar, ainda, que os documentos nos quais essa pesquisa se assenta foram produzidos por outra sociedade que não aquela que se procura compreender; para além, foram produzidos por indivíduos distintos mesmo no interior de sua sociedade de origem – letrados, em uma sociedade de analfabetos, e nobres, em sua maioria.

CAPÍTULO 1

REDES AO MAR: REVISITANDO AS TEIAS DO COMÉRCIO NO ÍNDICO

O que não está em nenhum lugar não existe

Aristóteles

Espaços, Redes, Lugares

Os lugares onde se desenrolam as ações humanas são elementos de análise considerados por parte dos historiadores ocidentais desde pelo menos o lançamento, em 1946, de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico no tempo de Filipe II*, célebre trabalho do historiador francês Fernand Braudel. Em realidade, a *École des Annales*, o movimento de renovação da historiografia francesa que impactou os modos de se estudar e escrever a história em todas as partes do mundo ocidental, do qual Braudel é expoente da segunda geração, já postulava, em sua fundação, a aproximação com a ciência geográfica.⁷⁶

Segundo José Carlos Reis, os *Annales* são um projeto “do exterior da História”, cujas fontes principais são a crítica histórica de François Simiand e Henri Berr, a Sociologia Durkheimiana e a Geografia Humana de Vidal de La Blache.⁷⁷ Esta última se destaca nos trabalhos dos fundadores do movimento: em sua investigação sobre a região da Île-de-France, Marc Bloch sublinhou a concepção da paisagem dos bosques, aldeias e campos como marcas deixadas pelas comunidades agrárias; o mesmo fez Lucien Febvre em sua tese de doutorado sobre o Franco-Condado.⁷⁸ Febvre também escreveu *A terra e a evolução humana: introdução geográfica à História*, manual metodológico que

⁷⁶ BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*. 2 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

⁷⁷ ERIS, J.C. *Escola dos Annales e a Inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. pp.52-63.

⁷⁸ BLOCH, M. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru: Edusc, 1001. FEBVRE, L. *Phillippe II et la Franche-Comté. Étude d'histoire politique, religieuse et sociale*. Paris: Flammarion, 1970.

versa sobre a relação entre Geografia, Sociologia e História, e publicou uma obra sobre o rio Reno, em coautoria com o geógrafo Albert Demangeon.⁷⁹

Como apontou o geógrafo Guilherme Ribeiro,

[...] as novas explorações realizadas pelos *Annales* teriam como um de seus principais traços a ênfase dada às relações homem-meio, o reconhecimento da mudança e da permanência dos aspectos que compunham a paisagem de um determinado lugar, identificando a constituição física da mesma, aliada ao comportamento social e cultural de seus habitantes. Portanto, não apenas a dimensão temporal era posta em destaque, tal como acontecia habitualmente. Neste panorama, o conjunto das obras de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel levanta e problematiza algo já conhecido pelos historiadores, mas com uma abordagem deveras original. Para eles, as sociedades estão diretamente associadas a um determinado espaço, grafando seus traços numa paisagem cujas formas correspondem e representam um dado período histórico, com todo este movimento podendo ser circunscrito a várias escalas (local, regional e nacional) e apreendido através da longa duração.⁸⁰

Para Braudel, o tempo quase imóvel, a longa duração, é um tempo *geográfico*, articulado às realidades mais lentas e duradouras. Para além, em uma determinada dimensão, seus trabalhos apresentam as sociedades como “prisioneiras” de quadros climáticos e das vegetações, destacando a fixidez das civilizações em determinados espaços e a permanência de certas rotas e tráficos na constituição das cidades. A primeira parte do *Mediterrâneo* – sugestivamente intitulada *A influência do meio ambiente* – amarra lentamente a história da complexa interação homem-natureza-espaço, sublinhando a indissociabilidade do homem e de seu entorno e reconhecendo os obstáculos, muitas vezes intransponíveis, colocados à ação humana pela natureza. Por outro lado, interessa ao autor, na escrita de sua Geo-História, identificar as adaptações; tanto do homem ao meio quanto do meio pelo homem. Em outras

⁷⁹ FEBVRE, L. *A Terra e a Evolução Humana. Introdução Geográfica à História*. 2ªed. Lisboa: Cosmos, 1991. FEBVRE, L.; DEMANGEON, A. *Le Rhin: problèmes d'histoire et d'économie*. Paris: Armad Colin, 1935. Uma edição brasileira, da qual foram suprimidas as partes escritas pelo geógrafo, foi publicada no ano 2000. Cf. FEBVRE, L. *O Reno: história, mitos e realidades*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁸⁰ RIBEIRO, G. “Epistemologias braudelianas: espaço, tempo e sociedade na construção da geo-história”. *GEOgraphia*, América do Norte, 8, nº15 (2006). Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/190>. Acesso em 25/02/2013.

palavras, na geografia de Braudel o meio limita a ação humana, mas, dialeticamente, é transformado por ela.

Assim, esta nova temporalidade [a longa duração] desenha-se como o resultado de uma via de mão dupla: das condições efetivas colocadas pelo meio às sociedades e das respostas dadas por estas ao ambiente que as envolve. Esboçada desta forma, uma concepção singular de História resolvia, conjugando o espaço e o tempo dialeticamente, o problema de apreensão simultânea das mudanças e das permanências.⁸¹

Maria Cristina Wissenbach explica que do ponto de vista da Ciência Histórica, entre o lançamento do *Mediterrâneo* e o início do século XXI,

[...] a percepção do oceano enquanto espaço histórico, introduzido pelos expoentes da Escola dos Annales, sobretudo Fernand Braudel, aos conceitos historiográficos que mobilizaram a ideia de fluxos e refluxos, de mundos em movimento, até chegar ao conceito de mundialização ou da *primeira globalização* e ao de *connected histories*, o processo cultural subjacente aos encontros dos tempos modernos vem sendo pensado numa perspectiva mais dialógica e a partir da ideia de circulação e produção de saberes.⁸²

A Ciência Geográfica, por sua vez, passou por um longo e ainda incompleto processo de renovação teórico-metodológica. Conceitos e categorias operatórias foram retomados e renovados para dar conta das novas realidades surgidas com a *globalização* no século XX; o *espaço*, que está para a Geografia como o *tempo* está para a História, mudou fundamentalmente de natureza e passou a exigir, portanto, uma mudança igualmente fundamental de definição.⁸³ Segundo Milton Santos, o problema é que a noção de *espaço* cobre uma variedade muito ampla de objetos e significações: são *espaço* os objetos de uso comuns à vida doméstica – uma panela ou uma cadeira; são *espaço* uma estátua ou uma escultura; são *espaço* um edifício ou uma cidade. Do mesmo modo, há os *espaços* das nações e Estados – o território – e o *espaço* terrestre.

⁸¹ Idem, p.97.

⁸² WISSENBACH, M.C.C. “Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americano”. In: ALGRANTI, L.M.; MEGIANI, A.P.T. *O império por escrito*. São Paulo: Alameda, 2009. pp.375-393.

⁸³ SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 6ªed. São Paulo: Edusp, 2004. (Col. Milton Santos). p.121.

De modo que, antes de prosseguir, é necessário caracterizar esse *espaço* ao qual se referem os teóricos da renovação da Geografia:

O espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço social, que contém ou é contido por todos esses múltiplos de espaço.⁸⁴

Mas ainda é preciso aprofundar essa definição, uma vez que nela ainda há uma visão que confunde *espaço* com as categorias de *território* e de *lugar*. É ainda o conceituado geógrafo brasileiro quem propõe que o espaço seja considerado, simultaneamente, como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações;⁸⁵ como um **conjunto de relações** de funções e de formas que testemunham processos do passado e do presente. Ou seja, o que se está propondo é a temporalização de um espaço que é, essencialmente, construído pelas relações humanas e não um dado atemporal e apriorístico. O que a Geografia renovada propõe a si mesma e às demais ciências humanas é o abandono da ideia de espaço como *suporte* das relações humanas, portanto, externo a elas.

O espaço é um fato social [...]: um fato histórico, na medida em que o reconhecemos como um elemento de um conjunto e realiza assim uma dupla função que lhe assegura, efetivamente, a condição de fato histórico: de um lado, ele se define pelo conjunto mas também o define; ele é simultaneamente produtor e produto; determinante e determinado; um revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem revela; e, ao mesmo tempo em que adquire uma significação autêntica, atribui um sentido a outras coisas. Segundo essa acepção, o espaço é um **fato social**, um **fator social** e uma **instância social**.⁸⁶

Fato social, pois o espaço pode, em medidas variáveis, exercer poder de coerção sobre os indivíduos e se impor a todos, indistintamente. Fator social, pois a organização do espaço tende a fazer com que se reproduzam suas principais linhas de força na medida em que os seus elementos condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. Instância social, pois é

⁸⁴ Idem, p.151.

⁸⁵ SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional*. 5ªed. São Paulo: Edusp, 2005. (Col. Milton Santos). p.86. [grifos meus].

⁸⁶ Idem, p.163. [grifos meus].

tanto resultado como condição para os processos, e tem papel ativo na evolução social. Sendo um dos mecanismos de transformação das práticas e das relações dos grupos sociais, contribui para produzir, reproduzir e transformar os modos de produção. Mas também é, ele mesmo, resultado da produção.

Afinal, qualquer produção, por mais simples que seja, exige a vida em sociedade, os meios e a divisão do trabalho. A produção impõe formas e ritmos à vida social – marcados por mecanismos de controle do tempo cada vez mais sofisticados – já que cada atividade tem lugar e tempo determinados para acontecer e, deste modo, implica em determinada disciplina do tempo e do espaço. Nesse sentido, “produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis”.⁸⁷ Do mesmo modo, cada vez que o uso social do tempo muda – pela introdução de novas técnicas, por exemplo – a organização do espaço também muda: “toda técnica nova é revolucionária quanto ao comando do espaço pelo homem”.⁸⁸

A partir daí, Milton Santos esquematizou a evolução das sociedades humanas da seguinte maneira: quando a fase de subsistência é ultrapassada, torna-se necessário que os excedentes de cada grupo sejam trocados. Se tal comércio se configura numa troca simples, temos uma relação de escambo que em nada altera a organização dos grupos originais. No estágio da troca simples, de cada lado se troca o mesmo tempo de trabalho – ainda que representado por quantidades diferentes de bens, cujo valor se acerta durante a negociação. Já o comércio especulativo introduz uma nova escala de valores: o valor dos bens não é mais baseado na quantidade de trabalho fornecida para a produção, mas arbitrariamente fixado. O produto se transforma em *mercadoria*:

*A mercadoria é introduzida na vida de um grupo social com a criação de uma nova relação social, a moeda, o nexo monetário (cash nexus). É uma forma social estranha, até então, mas que se impõe ao grupo social como meio de obter dinheiro líquido e assim poder comprar o que se precisa. O equilíbrio antigo é, desse modo, rompido.*⁸⁹

⁸⁷ SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova...* op.cit., p.203.

⁸⁸ Idem, p.204.

⁸⁹ Idem, p.206.

Quando a ordem antiga é quebrada surge uma nova dinâmica que resulta da junção dos movimentos da sociedade local com aquele que lhe é transmitido pelas sociedades de onde vêm as mercadorias. Note-se que não há substituição; os movimentos se superpõe, o que provoca novas organizações do tempo e do espaço. A cada renovação das técnicas de produção, transporte, comercialização, transmissão de ideias etc., correspondem novos movimentos e, conseqüentemente, novas formas de organização do tempo e do espaço, mais profundas e espacialmente mais extensas.⁹⁰

O período compreendido nesta pesquisa, inaugurado pela expansão islâmica no século VIII do calendário gregoriano e que se estende até finais do século XVII, permite identificar o desenvolvimento e as articulações de três diferentes *espaços em rede* ou *espaços reticulares* que, em diferentes escalas, englobaram partes da África, do Oriente Médio, da Ásia e da Europa: o espaço africano, constituído pelas redes internas ao continente, do qual o Reino do Monomotapa ocupa o centro; o espaço islâmico e o espaço português.

*

Do latim ‘retis’, a palavra *rede* remete imediatamente à ideia de linhas entrelaçadas, nas quais os ‘nós’ correspondem aos pontos de intersecção; o termo também se constituiu em um conceito operatório utilizado pelos geógrafos para compreender a organização do *espaço*. Segundo Milton Santos, novamente não se trata de *uma* conceituação, mas de um conjunto de definições e conceituações que se enquadram em duas grandes matrizes. Uma delas apenas considera o seu aspecto, ou realidade, material – e, portanto, exige uma definição formal:

[...] toda infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação.⁹¹

⁹⁰ SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova...* op.cit., pp.206-207.

⁹¹ CURIEN, N. Apud SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ªed. São Paulo: Edusp, 2003. (Col. Milton Santos). p.176.

Mas – defende o autor – além da territorialidade e dos meios técnicos, uma rede também é social e política, uma vez que é movimentada por pessoas, mensagens e valores. Sem isso, afirma, “a rede é, na verdade, uma mera abstração”.⁹² E prossegue:

A noção de um espaço reticulado (*espace maillé*) [...] vem dessa construção deliberada do espaço como quadro de vida, pronto a responder aos estímulos da produção em todas suas formas materiais e imateriais. Mediante as redes, “a aposta não é a ocupação de áreas, mas a preocupação de ativar pontos e linhas, ou de criar novos”.⁹³

Como se verá ao longo deste trabalho, as redes islâmica e portuguesa – que, em diferentes escalas, incluíram sociedades da África Índica – tinham finalidades prioritariamente comerciais.⁹⁴ Entretanto, ambas as redes tinham por objetivo acessar determinados lugares e, ainda que marginalmente, a questão territorial estava posta: os muçulmanos se estabeleceram em lugares que, antes e depois da conversão de parcela significativa da população, precisaram se organizar localmente para responder às demandas do comércio internacional; os portugueses, por sua vez, se não pretendiam dominar territórios, necessitavam da instalação de feitorias em pontos determinados do litoral africano.

Ao discorrer sobre as relações das redes com os territórios, Milton Santos ajuda a explicar por que um trabalho que pretende tratar de uma revolta africana, ocorrida no *Seiscentos*, se inicia em séculos tão recuados e tratando de povos que não os protagonistas da mencionada revolta. Como esclarece o geógrafo, na perspectiva das relações com os territórios, as redes podem ser examinadas segundo dois enfoques distintos: um deles, genético, é necessariamente diacrônico. Isto porque as redes são formadas por objetos instalados em diferentes momentos – portanto, diferentemente datados – muitos deles já desaparecidos no instantâneo analisado, e cuja substituição no território também ocorreu em momentos diferentes. Isto não quer dizer que a sucessão

⁹² Idem, pp.176-177.

⁹³ Idem, p.177

⁹⁴ Até o terceiro quartel do século XVI os portugueses não realizaram esforços significativos no sentido de conquistar territórios na África austral – a questão da territorialidade sequer estava colocada, enquanto projeto, no *Regimento de Francisco de Almeida*, como se verá adiante.

seja aleatória. Ao contrário, as sucessões ocorrem precisamente nos momentos em que o movimento social exige mudanças morfológicas e técnicas. “A reconstituição dessa história é, pois, complexa, mas igualmente ela é fundamental, se queremos entender como uma totalidade a evolução de um lugar”.⁹⁵

Por sua vez, o estudo atual pressupõe a descrição dos elementos constituintes da rede; o estudo das quantidades e das qualidades técnicas e a avaliação das relações entre os elementos da rede e a vida social – a qualidade de servir como suporte material do cotidiano. É preciso conhecer a idade das técnicas e dos objetivos e a longevidade de sua adoção em determinado lugar. Além disso, é necessário conhecer a quantidade e distribuição desses objetos no território, o uso que lhes é dado e também as relações que esses objetos mantêm com os outros, bem como as modalidades de controle e regulação do seu funcionamento.

[...] cada fase do processo pode também ser vista como uma situação; e cada situação pode ser vista como um corte num movimento que é desigual, segundo levemos em conta este ou aquele elemento. Diacronia e sincronia, vistas através do espaço geográfico são, exclusivamente, duas faces de um mesmo fenômeno, ou, ainda melhor, duas formas de perceber um movimento unitário.⁹⁶

É possível estabelecer com algum grau de confiança que, por um lado, os povos muçulmanos constituíram uma rede longa no oceano Índico e, de outra parte os portugueses almejavam semelhante feito. Mas, o que acontece quando essas redes se encontram nos territórios da África austral e sobrepõem-se às redes internas pré-existentes?

⁹⁵ SANTOS, M. *A natureza do espaço...* op.cit., p.177.

⁹⁶ Idem, p.178.

A rede muçulmana

A se acreditar nas tradições, a presença árabe na costa índica africana é anterior ao surgimento do islã. Mas, como assinala Alberto da Costa e Silva, os primeiros grupos de árabes e persas ali instalados não conseguiram conservar suas culturas, inseridos que foram nos hábitos e condições das novas terras. Segundo este autor, com o advento do islã algumas dessas coletividades encontraram condições mais favoráveis para a manutenção dos traços culturais que as distinguiam das demais populações costeiras.⁹⁷

O islã surgiu na península da Arábia, na primeira metade do século VII do calendário gregoriano, nas franjas de dois grandes impérios – o Bizantino e o Sassânida (Pérsia) – a partir das revelações que Muhammad teria recebido do anjo Gabriel. Segundo Albert Hourani,

Várias histórias registradas pelos que mais tarde escreveram sua vida **retratam um mundo à espera de um guia, e um homem em busca de uma vocação**. [...] Rabinos judeus, monges cristãos e adivinhos árabes preveem o advento de um profeta: um monge, encontrado por Maomé [sic] numa viagem de negócios ao sul da Síria, “olhou as costas dele e viu o selo do profetismo entre os ombros”. Os objetos naturais saudavam-no: “Nem uma pedra ou árvore que por ele passava deixava de dizer: ‘A paz esteja convosco, ó apóstolo de Deus’”.⁹⁸

Ao comunicar a sucessão de mensagens que recebera do anjo enviado por Deus (*Allah*, em árabe), Muhammad reuniu em torno de si um pequeno grupo de pessoas que, embora mínimo, passou a inquietar as famílias poderosas da cidade. Entre outros motivos, pela condenação da acumulação de riquezas – “Só será possível construir uma sociedade justa partilhando a riqueza pessoal com os mais necessitados”⁹⁹ – que, conseqüentemente, atraía sobretudo os pobres, descontentes com as desigualdades sociais.¹⁰⁰ De outra

⁹⁷ SILVA, A.C. *A enxada e a lança*... op.cit., pp.348-349.

⁹⁸ HOURANI, A. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.35.

⁹⁹ BISSIO, B. *O mundo falava árabe: a civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p.26.

¹⁰⁰ *Ao se contrapor às privações do presente, colocavam-se as expectativas de uma vida melhor depois da morte e mais ainda: através das palavras de Muhammad sabia-se que Deus defendia a igualdade e justiça e repudiava a usura*. Idem, p.104.

parte, as pregações do Profeta contra as imagens dos deuses politeístas promoviam agitações indesejadas na cidade, que era entreposto comercial e que, portanto, deveria evitar todo tipo de inquietação que prejudicasse os negócios.¹⁰¹

A repressão promovida pela elite comercial contra essa pequena comunidade os levou a fugir, em 622, para Yathrib, um oásis a trezentos quilômetros de Meca que, futuramente, seria conhecido como *Madinat al-Nabi* (a cidade do Profeta) ou, como a conhecemos na atualidade, Medina.¹⁰² A viagem foi articulada por comerciantes de Yathrib que negociavam em Meca e estavam à procura de um árbitro para disputas tribais. O teor dos acordos propostos por Muhammad – e aceito pelas duas principais tribos da cidade, os Aws e os *Khazraj*, bem como pela extensa comunidade judaica local – foi preservado por seus biógrafos: cada parte manteria as suas próprias leis e costumes, e estabeleceu-se um *haram*,¹⁰³ cuja área deveria ser de paz e, a partir de então, em detrimento da força, o juízo do Profeta apaziguaria as disputas.¹⁰⁴

Como consequência da posição de liderança que passou a ocupar em Medina, o poder acumulado por Muhammad ultrapassou os limites da cidade e se alastrou para o deserto circundante, chegando, eventualmente, à luta armada contra os *Quraysh*,¹⁰⁵ provavelmente pelo controle das rotas comerciais. Segundo Hourani, “no curso da luta formou-se a natureza da comunidade”.¹⁰⁶

¹⁰¹ A religião dos árabes pré-islâmicos era politeísta, e seu culto endereçava-se a deuses ou espíritos que podiam ser astros, como o Sol ou Vênus, e que acreditava-se habitarem blocos de pedra, rochedos e árvores. Nesta religião já estava presente a ideia de um ser supremo chamado *Allah* que, contudo, não constituía objeto de nenhum culto. A deusa *al-Lat*, ao contrário, desempenhava papel importante nessa religiosidade. As representações de alguns desses deuses estavam dispostas em um antigo santuário de Meca, denominado *Ka'ba*, para o qual concorriam milhares de árabes em peregrinação anual – o que significava uma fonte de ganhos consideráveis para os comerciantes de Meca. Cf. EL FASI, M; HRBEK, I. “O advento do islã e a ascensão do Império Muçulmano”. In: EL FASI, M. (ed.). *História Geral da África. III. África do século VII ao XI*. Brasília: UNESCO; Ministério da Educação, 2010. pp.41-42.

¹⁰² “Essa mudança para Medina, a partir da qual as gerações posteriores iriam datar o início da era muçulmana, é conhecida como *hégira* [hijrah]: a palavra não tem apenas o sentido negativo de fuga de Meca, mas o positivo da busca de proteção, estabelecendo-se num lugar que não o seu próprio. Nos séculos posteriores, seria usada para significar o abandono de uma comunidade pagã ou má por uma outra que vive segundo a doutrina moral do islã”. HOURANI, A. op.cit., p.37.

¹⁰³ *Haram* significa “sagrado” ou, de modo geral (e aplicado ao caso em tela), designa uma área sagrada.

¹⁰⁴ HOURANI, A. op.cit., p.37. Conhecido como “Constituição de Medina” ou “Pacto do Ano I”, o manuscrito original foi preservado até a atualidade. Cf. BISSIO, B., op.cit., p.105.

¹⁰⁵ O Clã dos *Quraysh*, um dos mais poderosos de Meca, mantinha acordos com tribos pastoris em torno de Meca e suas relações estendiam-se à Síria e ao sudoeste da península. HOURANI, A. op.cit., pp.34-35.

¹⁰⁶ Idem, p.37.

Esta comunidade que se formava – a *umma* – tinha como pilar o islã, que não deve ser entendido apenas como um conjunto de crenças e valores religiosos: abrange todas as esferas da vida e determina toda a vida social, bem como as esferas da economia, da política e da relação com outros povos.

A fé comum em *Allah*, Deus único, e nas suas Revelações ao profeta Muhammad é o elo que unifica a sociedade muçulmana. Todos os fiéis são membros da *umma*, a comunidade formada por Muhammad na cidade de Medina, em 622 d.C. **O pertencimento a um determinado território foi sempre um dado secundário para os membros da *umma*** e esse sentimento foi muito importante na etapa de construção do Império Muçulmano, pois permitiu dar coesão a populações de um vasto espaço que nem sempre guardava coerência geográfica.¹⁰⁷

Muhammad foi um grande líder político até a sua morte, em 632. O islã dava aos homens e mulheres uma identidade que os distinguia coletivamente dos demais; pouco mais de cem anos após a morte do Profeta, verificava-se a existência dos chamados *domínios muçulmanos* da Europa à Índia, com destaque para o Magreb. Na Europa, como se sabe, sua presença em enclaves territoriais da península Ibérica a partir do século VIII, ajudou a construir o imaginário do muçulmano como opositor político-religioso fundamental dos cristãos¹⁰⁸ e, por isto, quando se procura analisar os confrontos entre eles, no mais das vezes as motivações religiosas e econômicas se apresentam indissociáveis.

Tendo Muhammad como exemplo, o islã, nos séculos VII e VIII se expandiu pelas armas, mas depois da primeira “onda” expansionista o império muçulmano se estabilizou. Embora pontuado por guerras episódicas, em geral o crescimento do islã se deu de forma gradual e pacífica, por meio de contatos de ordem pessoal, cultural e, principalmente, comercial. Especificamente no tocante à expansão islâmica em África, Zakari Dramani-Issifou destaca que o mundo muçulmano tinha preocupações distintas: a importância estratégica do Norte era imensa, simultaneamente como trampolim para a continuação da

¹⁰⁷ BISSIO, B. op.cit., p.103. [grifo meu].

¹⁰⁸ ALBUQUERQUE, L.; FERRONHA, A.L.; HORTA, J.S.; LOUREIRO, R. *O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas – séculos XV e XVI*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991. p.50.

expansão em direção à Espanha, às ilhas mediterrânicas e à Itália, bem como linha de defesa de qualquer retorno ofensivo dos cristãos.

Sob essa dupla perspectiva, era necessário manter, a qualquer preço e por quaisquer meios, a conquista do Egito – ainda que isto significasse a submissão militar de seus habitantes. A relação com os berberes, por sua vez, pôde ser mais flexível: ainda que se esperasse a aceitação das necessidades políticas expressas na relação com o Norte, a eles foi permitida uma certa originalidade nas práticas religiosas e uma certa autonomia linguística, tolerando-se tradições que não afetavam o essencial da vida muçulmana. Na costa índica, por fim, nenhuma ameaça relevante impôs a necessidade de políticas comparáveis, o que fez com que a presença islâmica naquelas partes se caracterizasse pela coexistência comercial pacífica, bem como com relações frequentemente cordiais com príncipes e agentes africanos.¹⁰⁹

Assim, embora o estabelecimento de comunidades muçulmanas na África austral date de séculos posteriores, a arqueologia estabeleceu a presença de atividades mercantis desde o início da era islâmica: na região do atual Moçambique, na baía de Vilanculos,¹¹⁰ foram encontrados faiança persa e vidro islâmico, juntamente com cerâmica local, em sítios datados dos séculos VIII e IX.¹¹¹ Segundo Alberto da Costa e Silva, entre os séculos X e XII o comércio se ampliou devido, principalmente, ao aumento da procura pelo marfim na China e na Índia e à demanda por ouro para a cunhagem de moedas, tanto na Europa quanto no mundo muçulmano.¹¹² Datam do século XII os relatos árabes que dão conta da existência de refinadas cidades litorâneas nas quais parte dos habitantes “extasiam sua alma com o estudo da filosofia”.¹¹³ Especula-se que,

¹⁰⁹ DRAMANI-ISSIFOU, Z. “O islã como sistema social na África, desde o século VII”. In: EL FASI, M. (ed.). *História Geral da África. III. África do século VII ao XI*. Brasília: UNESCO; Ministério da Educação, 2010. pp.120-122.

¹¹⁰ A baía de Vilanculos situa-se no atual distrito de Inhambane, muito ao sul da localização suposta da antiga cidade de Sofala, limite meridional da rede comercial muçulmana no Índico.

¹¹¹ CONNAH, G. *African Civilization – Precolonial Cities and States in Tropical Africa: an Archaeological Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. pp.170-171.

¹¹² SILVA, A.C. *A enxada e a lança...* op.cit., p.355.

¹¹³ AL-ANDALUSI, Abu'l-Kassin, apud MATVEIEV, V.V. “O desenvolvimento da civilização swahili”. In: NIANE, D.T. (ed.). *História Geral da África. IV. África do século XII ao XVI*. 2ªed. Brasília: UNESCO; Ministério da Educação, 2010. p.514. O geógrafo árabe Muhammad Al-Idrisi descreveu, no mesmo período, uma série de cidades litorâneas: Brava, Melinde, Mombaça, Ungudja (antigo nome de Zanzibar) e uma certa Butakhna, que pesquisas recentes sugerem ser o antigo nome de Quiloa. Fontes árabes mais antigas também citam a cidade de Sofala. Cf. MATVEIEV, V.V., op.cit., pp.514-515.

nesse período, o centro do comércio índico-africano fossem os arquipélagos de Lamu e Zanzibar – neste último, escavações arqueológicas mostraram que o principal centro mercantil era a cidade de Manda, na ilha de mesmo nome, que floresceu nos séculos IX e X e se manteve ativa até o século XIII. Ali foram encontradas cerâmicas sassânidas, islâmicas, celadons de Hue¹¹⁴ e esgrafitos.¹¹⁵

A partir do século XII, grosso modo, a penetração islâmica avançou para o sul, alimentada principalmente pelo desenvolvimento das trocas mercantis no Índico, pelo aumento da área de influência do Egito ao Mar Vermelho, Aden e sudeste da Arábia e pelo alargamento das áreas indianas conquistadas por grupos islâmicos. Nos finais do século XIII esse processo ganhou ainda mais fôlego com a conversão das populações da Indonésia.¹¹⁶ Neste momento, parte expressiva das cidades costeiras era já governada por sultões e *sheiks*; no século XIII, o geógrafo Yakut al-Rumi escreveu sobre a costa e, particularmente, sobre Mogadíscio:

Cada uma dessas cidades tem seu sultão, independente do vizinho. Na ilha há muitas aldeias e cidadezinhas. Seu sultão afirma que é árabe e que seus ancestrais são originários de Kufa, de onde partiram para vir a esta ilha.¹¹⁷

No sul da costa africana desenhava-se, assim, um rosário de entrepostos litorâneos muçulmanos. Melinde e Mafia. Zanzibar, onde foi localizada a mais antiga inscrição árabe da África Índica, na mesquita de Kizimkazi Dambani.¹¹⁸ Datam do século XII também as mesquitas de Mogadixo, Gedi, Kaole, Sanjo Magoma e Quiloa,¹¹⁹ que se tornara parada obrigatória dos navios mercantis e prosperou entre os séculos XII e XIII, tornando-se o centro mais importante de uma rede de comércio local que ligava uma série de pequenas cidades satélites,

¹¹⁴ Celadon é um tipo específico de cerâmica produzida na China, caracterizada pela cor esverdeada – devido à oxidação do ferro presente na composição do barro – e pelo uso de um esmalte próprio. Surgida no período da dinastia Han (206a.C. – 220d.C.), mais tarde se espalhou para outras regiões da Ásia, como o Japão, a Coreia e a Tailândia.

¹¹⁵ MATVEIEV, V.V. op.cit., pp.514-515.

¹¹⁶ CURTO, D.R. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p.87.

¹¹⁷ Apud MATVEIEV, V.V. op.cit., p.518.

¹¹⁸ *Numa bela e elaborada caligrafia, lê-se que o xeque As-Sayyid Abu Imran Musa ibn al-Hassan ibn Muhammad mandou construir o templo no ano 500 da hégira, ou 1107 do calendário cristão.* SILVA, A.C. *A enxada e a lança...* op.cit., p.357.

¹¹⁹ Costa da atual Tanzânia.

os produtores do interior e os mercadores do Oriente Médio e da China.¹²⁰ Ali foram construídos depósitos para mercadorias e se instalaram os agentes de comerciantes importantes de Mogadixo e da costa de Banadir. Muitos deles, embora mestiços, presumiram uma genealogia que os ligava a antepassados persas, da cidade de Xiraz e, por isso, ficaram conhecidos como *xirazes*. Os prósperos mercadores *xirazes* acabaram por predominar em Quiloa até que uma de suas principais lideranças, Ali ibn al-Hassan, assumiu o poder entre o final do século XII e o início do seguinte.¹²¹

Deste modo, a historiografia africanista demonstra, sem possibilidade de dúvida, que por volta do século XIII o islã estava difundido pelas cidades costeiras da África Índica. E ainda que as prescrições e proibições do islã não tenham sido adotadas em sua totalidade, uma vez que se mantiveram muitos dos costumes e ritos ligados aos cultos tradicionais, Ibn Battuta menciona a presença de *qadī* em Mogadíscio e Quiloa, o que significa que algumas das sociedades costeiras passaram a adotar elementos do sistema jurídico muçulmano.¹²² O principal indício dessas mudanças foi o crescimento do número de mesquitas: do século XIII datam três mesquitas em Mafia, a construção da parte norte da grande mesquita de Quiloa, uma pequena mesquita na ilha de Sanje ya Kati,¹²³ dois minaretes próximos a Mogadíscio – um datado de 1238; no *mihrab* da mesquita de Fakhr al-Din, nesta cidade, uma

¹²⁰ NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., p.29.

¹²¹ A temática da islamização africana tem, entre seus debates mais interessantes, a questão da “arabização” das aristocracias africanas. Trata-se, em linhas gerais, da construção de mitos e genealogias que afirmam a descendência árabe ou persa das classes dominantes africanas. Tal fenômeno está presente na tradição de Quiloa e Pate, na costa índica, mas se repete, por exemplo, na genealogia da dinastia etíope, que ainda hoje afirma descender do rei Salomão e da rainha de Sabá; no Sudão oriental, a origem de diferentes povos é atribuída à migração de tribos árabes; a família dos Keita, que governou o Mali, remontava suas origens aos parentes do Profeta Muhammad. Até mesmo entre os Yourbá, na Nigéria, subsiste um mito segundo o qual seus ancestrais seriam cananeus vindos da Síria e da Palestina. Na leitura de Vitor Matveiev, trata-se de um fenômeno característico de momentos em que as sociedades africanas se transformavam em sociedades de classes. Cf. MATVEIEV, V.V. op.cit., p.537. Sobre o debate acerca da “arabização” das aristocracias africanas, ver: PRINS, A.H.J. *The Swahili speaking peoples of Zanzibar and the East African coast: Arabs, Shirazi and Swahili*. Londres: IAI, 1961 e DRAMANI-ISSIFOU, Z. op.cit., pp.136-138.

¹²² MATVEIEV, V.V. op.cit., pp.526-527. Os *qadī*, ou cádis, são os juristas responsáveis pela interpretação e aplicação da *shari’a*, o corpo jurídico-religioso islâmico, oficialmente dividido em quatro *madhhabs*, escolas de jurisprudência ortodoxas, com diferenças relativamente marginais. Definidas no século VIII, predominam até a atualidade no mundo muçulmano sunita. Na África Índica, predomina a escola shafiita (estabelecida por Muhammad ibn Idris al-Shafi’i – 767-820), considerada mais liberal que as demais. Cf. DEMANT, P. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004. p.48.

¹²³ Atual Kati, na costa da Tanzânia.

inscrição indica o ano de 1269¹²⁴ e a mesma data aparece em uma lápide na mesquita de Khusru ibn Muhammad al-Xiraze, também em Mogadíscio.¹²⁵ No plano individual, as manifestações concretas da mudança consistiam na adoção de vestimentas, nomes e títulos muçulmanos.

Provavelmente, os primeiros a adotar o islã foram os comerciantes mais ricos, seguidos pela antiga nobreza e, posteriormente, pelas camadas populares, “membros da comunidade que ambicionavam chegar ao nível de seus opulentos correligionários.¹²⁶ Segundo Ivan Hrbek, a associação entre islã e comércio não é fortuita: nascida no seio da sociedade comercial de Meca, fundada por um Profeta oriundo de uma das principais famílias de comerciantes da cidade e que fora, ele próprio, durante muito tempo, um próspero mercador, a religião apresenta um conjunto de preceitos morais e práticos estreitamente ligado às atividades mercantis.¹²⁷

Na síntese de Albert Hourani, uma economia complexa e extensa como a do mundo muçulmano não poderia prescindir de um sistema de expectativas comuns entre agentes e sujeitos que não partilhavam laços pessoais. Na ausência destes últimos, eram necessárias leis ou normas de moralidade social aceitas por todos os membros da rede comercial; do mesmo modo, os proprietários e produtores rurais necessitavam de regras claras sobre propriedade, divisão da produção e direitos sobre recursos naturais como água e minérios. Em outras palavras, as relações econômicas exigiam um sistema comum de conduta e isto se tornou possível à medida em que parcelas cada vez mais expressivas das populações das terras tocadas pelo islã se tornaram, elas próprias, muçulmanas – parte da *umma*.¹²⁸

O código moral fornecido pelo islã sancionava e ajudava a controlar as relações mercantis, oferecendo aos membros de diferentes grupos étnicos, em diferentes partes do globo, uma ideologia unificadora que propiciava a segurança e o crédito, condições essenciais para o bom andamento do comércio.¹²⁹ Nas palavras de Antony Gerald Hopkins,

¹²⁴ MATVEIEV, V.V. op.cit., p.527.

¹²⁵ SILVA, A.C. *A enxada e a lança...* op.cit., p.358.

¹²⁶ Idem, ibidem.

¹²⁷ HRBEK, I. “A difusão do islã na África, ao Sul do Saara”. In: EL FASI, M. *História Geral da África. III. África do século VII ao XI*. Brasília: UNESCO; Ministério da Educação, 2010. p.88.

¹²⁸ HOURANI, A. op.cit., p.75.

¹²⁹ HRBEK, I. op.cit., p.88.

O Islã contribuía para manter a identidade dos membros de uma rede ou de uma empresa disseminados em longas distâncias e localizados muito amiúde em país estrangeiro; ele permitia aos comerciantes se reconhecerem e acelerarem as suas transações e previa sanções morais e rituais, obrigando o respeito de um código de conduta que tornava possíveis a confiança e o crédito.¹³⁰

Como o próprio Profeta e parte significativa dos protagonistas dos momentos cruciais da fundação do islã, a *Crônica de Quiloa* apresenta os novos senhores da cidade como **comerciantes**. Ali ibn al-Hassan não conquistou Quiloa; comprou-a por uma quantidade de tecidos que, segundo a tradição, desdobrados, correspondia ao perímetro da ilha! Como aponta Alberto da Costa e Silva, o episódio deixa evidente que em Quiloa já existia uma estrutura de poder estabelecida, com um rei que controlava o comércio com os estrangeiros. Com a dinastia dos *xirazes* surgiram as primeiras moedas: pequenas moedas de cobre e prata com a inscrição do nome de Al-Hassan.¹³¹

Os achados arqueológicos ajudam a mensurar o aumento do volume nas trocas realizadas em Quiloa a partir de meados do século XIII: grande quantidade de esgrafitos, geralmente verde-escuro e outros amarelos com reflexo verdes, mais raros; porcelana chinesa da época Song; alguns celadons da mesma época; objetos de vidro – especialmente garrafas e frascos, que se supõe conterem perfumes, provavelmente originários do Iraque ou do Irã.¹³² Datadas do século XIV, cerâmicas islamíticas monocromáticas, de forma semiesférica, borda arredondada, com o corpo esmaltado de verde-claro; porcelanas chinesas, principalmente celadons azulados, alguns em forma de lótus; muitas cerâmicas, também chinesas, verde pálidas com desenhos negros; contas em forma de bastonetes ou com incisões, azul cobalto.

Segundo Victor Matveiev, o comércio da África Índica provavelmente alcançou seu apogeu neste século. O autor lembra que Ibn Battuta, viajante muçulmano que visitou a região em 1332, descreveu a cidade de Mogadíscio como um grande centro comercial, no qual era hábito que os mercadores estrangeiros, ao chegar, buscassem agentes locais para tomar conta de seus

¹³⁰ HOPKINS, A. G. *An Economic History of West Africa*. Apud. HRBEK, I. op.cit., p.88.

¹³¹ SILVA, A.C. *A enxada e a lança...* op.cit., p.358.

¹³² MATVEIEV, V.V. op.cit., pp.518-519.

negócios. A prática também foi mencionada por outro viajante islâmico, o geógrafo Yakut al-Rumi, que, entre as mercadorias negociadas em Mogadíscio, descreveu os *makdashj*, os “tecidos de Mogadíscio” que, diferentemente do destino dos produtos das cidades mais meridionais, eram vendidos até no Egito. Em contrapartida, daí e de Jerusalém vinham outros tipos de tecido; as demais cidades da costa índica não mantinham relações com o Egito ou com a Síria.¹³³

Quiloa se manteve como o centro comercial mais importante e passou por um período de grande desenvolvimento de sua arquitetura nesse século, no qual se destacam a grande mesquita (cuja reconstrução teve início nessa época) e o palácio de Husuni Kubwa, doravante modelo para as casas das camadas ricas da população, o que fez aumentar o número de casas de pedra e, conseqüentemente, a opulência da cidade.¹³⁴ No século XV as importações continuavam a aumentar, principalmente as de cerâmicas islâmicas monocromáticas. Havia, então o dobro de porcelana chinesa que de cerâmica islâmica – e os objetos mais difundidos continuaram a ser os celadons. Mas é digna de nota a presença de porcelanas de barro branco azulado, cujos motivos são característicos da época Ming. O desenvolvimento da construção prosseguiu na primeira metade deste século, quando algumas casas passaram a ter dois andares e os construtores começaram a incorporar vasos de porcelana da China ou da Pérsia na decoração de abóbodas e cúpulas. Foi também no século XV que a grande mesquita de Quiloa acabou de ser reconstruída, adquirindo o aspecto que manteve até a atualidade.¹³⁵

Quanto aos produtos do século XV, foi encontrado um grande número de recipientes de vidro, principalmente garrafas. Parte importados, parte produzidos na região, os tecidos de algodão representavam grande volume dos intercâmbios; quantidades consideráveis eram desembarcadas nos portos de Mombaça e Quiloa e, daí, despachadas para Sofala. Os produtos de exportação, por sua vez, eram sobretudo marfim e ouro, escravos, presas de rinocerontes, âmbar cinzento, pérolas, conchas e peles de leopardo.¹³⁶

¹³³ Idem, p.519.

¹³⁴ Sobre o trabalho arqueológico nas ruínas monumentais do palácio de Husuni Kubwa, ver CHITTICK, N. “Kilwa and the Arab Settlement of the East African Coast”. In: *The Journal of African History*. Vol.4, nº2 (1963), pp.179-190.

¹³⁵ Idem, pp.528-529.

¹³⁶ Idem, pp.521-523.

Segundo Victor Matveiev,

O comércio marítimo que ligava a costa da África oriental e as ilhas aos países da costa setentrional do oceano Índico favoreceu os contatos entre os habitantes dessas regiões, enriquecendo-os. Essas relações comerciais **eram parte de um processo mundial** – e constituíam um ramo da grande via comercial que ligava o Ocidente ao Oriente, onde os portos da África oriental não eram terminais, pois outra ramificação conduzia a Madagáscar.¹³⁷

Pela proximidade com as fontes auríferas, de entreposto secundário Sofala passara a gozar de um estatuto relativamente importante no contexto comercial do Índico e havia se organizado de modo a oferecer aos agentes comerciais, em troca de tributos, uma estrutura de armazéns e serviços de pilotos, reparadores de embarcações e canoeiros.¹³⁸ Mas, principalmente, o pagamento de tributos garantia o acesso às cobiçadas redes de comércio interno, asseguradas pelo próprio *sheik* através de uma política calculada de alianças matrimoniais com as principais linhagens africanas:

É provável que os palmares e as *machambas* [pequenas plantações familiares] que rodeavam a cidade de Sofala pertencessem aos mercadores, mas a segurança de que carecia e os alimentos que lhe chegavam provinham dos chefes do interior. A passagem segura das caravanas comerciais de e para o interior também dependia da amizade dos chefes e, portanto, da rede de laços familiares que com eles se pudesse estabelecer.¹³⁹

A rede africana

Pontos da extensa rede muçulmana, por intermédio da qual se ligavam também ao Ocidente europeu, as cidades costeiras da África Índica ligavam-se ao interior do continente por meio de intensas relações comerciais, políticas e culturais, pelo menos desde o século XIII. Datam desse período os primeiros contatos entre as cidades costeiras de Quiloa e Sofala com a civilização do

¹³⁷ MATVEIEV, V.V. op.cit., p.523. [grifo meu].

¹³⁸ NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., p.25.

¹³⁹ Idem, p.27.

Grande Zimbábue, “o grande ‘mistério’ que os historiadores estão longe de ter elucidado”.¹⁴⁰ Situado em uma colina a aproximadamente 27 quilômetros da atual cidade de Masvingo, o Grande Zimbábue é um complexo de amuralhados de pedra¹⁴¹ que, de acordo com Alberto da Costa e Silva, no início “tinham função semelhante à das cercas de varas que separam e protegem, na África banta, grupos de cubatas de gente da mesma família”,¹⁴² e que, com o tempo, cresceu, sofisticou sua arquitetura e adquiriu aspecto imponente, configurando-se na maior estrutura arquitetônica da África subsaariana anterior à chegada dos europeus.

Segundo as estimativas dos arqueólogos, no século XIV o Estado do Grande Zimbábue reunia uma população que ultrapassava os 10 mil habitantes. No alto da colina, no conjunto de ruínas que convencionou-se chamar de “Acrópole” viviam os homens e mulheres pertencentes à elite – os políticos mais notáveis do reino (o rei e sua parentela, os chefes submetidos e suas famílias), os dignitários e os membros do aparelho de Estado, as forças da ordem e os membros da função pública nascente, bem como numerosos artesãos de diversas especialidades: ferreiros, tecelões, pedreiros, oleiros e escultores.¹⁴³

Se tivermos em conta que, num espaço várias vezes superior ao dos recintos murados, deviam viver os homens comuns a serviço da elite [...]. A imagem que se tem é de uma cidade apinhada de gente. Os amuralhados não se viam, como agora, cercados de verdor. Mas de um mar de tetos de palha quase a se confundirem.¹⁴⁴

¹⁴⁰ M'BOKOLO, E. *África negra: história e civilizações*. Trad. Alfredo Margarido. Salvador: Edufbra; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009. p.175. Embora atualmente não haja dúvida sobre a origem africana das construções de pedra, durante séculos cogitou-se diferentes origens exógenas para o sítio. Fruto das teorias evolucionistas do século XIX, que supunham a inferioridade das populações africanas, tais interpretações creditaram, sucessivamente, aos povos bíblicos do Rei Salomão e da Rainha de Sabá – como já sugerira, séculos antes, o cronista João de Barros –, aos fenícios a dissidentes árabes do início do islã e a povos originários do sul da Índia a construção do Grande Zimbábue. Cf. CARROLL, S.T. “Solomonic Legend: The Muslims and the Great Zimbabwe”. In: *The International Journal of African Historical Studies*, vol.21, nº2, pp.233-247; TANGRI, D. “Popular Fiction and the Zimbabwe Controversy”. In: *History of Africa*, vol.17 (1990), pp.293-304.

¹⁴¹ Aproximadamente 150 ruínas similares e posteriores ao Grande Zimbábue foram encontradas nos atuais Zimbábue, Moçambique, Botsuana e África do Sul. HUFFMAN, T.N. “The Rise and Fall of Zimbabwe”. In: *The Journal of African History*. Vol.3, nº3, 1972, pp.353-366.

¹⁴² SILVA, A.C. *A enxada e a lança...* op.cit., p.443.

¹⁴³ M'BOKOLO, E. op.cit., p.175.

¹⁴⁴ SILVA, A.C. *A enxada e a lança...* op.cit., p.445.

O debate sobre as origens do Grande Zimbábue opõe, de um lado, os defensores da tese da origem religiosa, apoiados nas tradições orais shona que ligam o sítio ao culto do deus supremo Mwari e, de outra parte, os que advogam que esse Estado surgiu e se desenvolveu a partir e em função do comércio de longa distância. A despeito das controvérsias sobre as origens do reino, parece consenso entre os pesquisadores que o Grande Zimbábue cresceu e adquiriu importância no planalto a partir do século XIII – mas, mais claramente, no século XIV – graças ao controle do fluxo de mercadorias com a costa.¹⁴⁵ Ainda que predominasse a economia baseada na agricultura e na pecuária (criação de carneiros, cabras e, principalmente, bovinos) a introdução de produtos de luxo como pérolas, vidros sírios, faianças, tecidos de algodão e porcelana chinesa,¹⁴⁶ trocados pelo ouro do planalto, parece ter contribuído para a emergência do Estado:

O estímulo comercial é um mecanismo bem conhecido da formação de Estados [...] na África, bem como em outras partes do mundo. A evolução deste tipo de Estado pode ser assim resumida: em uma sociedade [...] com alguma estratificação social, o chefe é a pessoa mais rica. Por manter os dignitários, oferecer dotes para casamentos, doações para funerais e oferecer suporte para outras funções, sua riqueza é constantemente redistribuída [...]. O chefe não deixa de monopolizar o elo [...] quando se estabelecem relações comerciais com uma organização estatal existente. Dado que a nova riqueza excede aquela que normalmente é gerada no interior do sistema pré-existente, ela não pode ser inteiramente redistribuída, e a tendência é que riqueza e autoridade política passem a ser cada vez mais concentradas. Assim, são dadas as condições para se passar de um sistema de cooperação

¹⁴⁵ Com pertinência, diversos historiadores e arqueólogos apontaram a raridade de pesquisa acerca das redes comerciais *internas* ao continente, de cuja existência parece não haver dúvidas. Uma grande variedade de itens era comercializada entre Estados da África central: itens alimentícios, têxteis, cerâmica, ferramentas, sal, marfim e cobre. Cf. FAGAN, B.M. “Early Trade and Raw Materials in South Central Africa”. In: *Journal of African History*, X (1): 1-13, 1969. Segundo Michael Bisson, em muitos casos, objetos e substâncias eram trocados em distâncias relativamente pequenas, para suprir escassez temporária ou periódica. Entretanto, dada a perecibilidade de muitos desses itens, esses não subsistiram em quantidades suficientes nos registros arqueológicos. Em outras palavras, “seguir as rotas desse comércio localizado é atualmente impossível”. BISSON, M.S. “Trade and Tribute. Archaeological Evidence for the Origin of States in South Central Africa”. In: *Cahiers d’Études Africaines*, vol.22, Cahier 87/88, Systèmes étatiques africains (1982), pp.343-361. p.350. Djibril Niane oferece um panorama dos estudos sobre o comércio interno nas diferentes regiões africanas. Cf. NIANE, D.T. “Relações e intercâmbios entre as várias regiões”. In: NIANE, D.T. (ed.). *História Geral da África. IV. África do século XII ao XVI*. 2ªed. rev. Brasília: UNESCO; Ministério da Educação, 2010. Sobre as redes de comércio local do Monomotapa a partir do século XV, ver MUCALU, I.P.O., op.cit., pp.79-112.

¹⁴⁶ HUFFMAN, T.N. op.cit., p.363; M'BOKOLO, E. op.cit., pp.163-180.

baseado em laços de parentesco para a contratação de pessoas encarregadas da prestação de determinados serviços. Um exército, ou uma força policial, podem ser estabelecidos para coletar as taxas para financiar o governo e as funções de um Estado emergente.¹⁴⁷

Em outras palavras, no Estado do Grande Zimbábue, a crescente riqueza dos chefes, proveniente do comércio de longa distância com a costa, favoreceu a redistribuição da mesma, com a consequente concentração da população e a organização da força de trabalho para a construção da “Acrópole” e das muralhas do grande cercado de pedras.¹⁴⁸ Os arqueólogos supõem que, no início do século XV, o expressivo aumento populacional levou à exaustão do solo e, consequentemente, à crescente dificuldade em realizar as atividades agrícolas, base da economia do Estado e, por fim, ao abandono do sítio.¹⁴⁹

Do mesmo modo, o poder político do Monomotapa parece, em alguma medida, ter assentado no controle das rotas de comércio de longa distância do qual os muçulmanos eram os principais agentes. Com o declínio do Estado do Grande Zimbábue, pequenos grupos de caçadores *shona* migraram para o norte, na segunda metade do século XV, infiltrando-se, lentamente, nas regiões de Dande e Chidima. Durante um período que pode ter chegado a cinquenta anos, um chefe *shona*, de nome Nyatsimba Mutota (c.1420-50), adquiriu proeminência e passou a se interessar pelo recém-estabelecido comércio com o Sultanato de Angoche. Fugindo da rota utilizada pelos mercadores de Sofala, que há séculos alcançavam o comércio do Grande Zimbábue por Manica, subindo o rio Save, os mercadores de Angoche abriram uma nova rota comercial para alcançar, via rio Zambeze, as sociedades *tonga* e *tavara*.¹⁵⁰

Caçadores de elefantes, os *shona* passaram a vender marfim a um homem que a tradição oral refere como Netondo ou Nuakatondo que, por sua vez, repassava essa mercadoria aos comerciantes muçulmanos. Stan Mudenge avalia que foi por meio de alianças comerciais dessa natureza, bem como de

¹⁴⁷ HUFFMAN, T.N. op.cit., pp.364-365. [tradução minha].

¹⁴⁸ FAGAN, B.M. “As bacias do Zambeze e do Limpopo, entre 1100 e 1500”. In: NIANE, D.T. (ed.). *História Geral da África. IV...* op.cit., pp.602-603.

¹⁴⁹ Segundo a tradição oral, a mudança de sítio se deu porque “o rei estava cansado de comer sal obtido a partir de esterco de cabras”. Na interpretação do arqueólogo, a menção ao sal – mercadoria comum no comércio interno africano – apenas racionaliza uma estratégia comum na África central: o abandono de regiões cujo solo esteja esgotado. HUFFMAN, T.N. op.cit., p.365.

¹⁵⁰ MUSCALU, I.P.O. op.cit., pp.97-98.

uma política de casamentos e uma estratégia bem calculada de intervenção nos processos sucessórios dos reinos da região, que os shona foram capazes de estabelecer algum controle político e espalhar sua influência sobre os demais grupos.¹⁵¹ Seu poder cresceu consideravelmente até que Mutota, considerado o maior guerreiro entre os *shona*, arregimentou um pequeno exército e conquistou Dande, cujas terras férteis eram propícias ao desenvolvimento da agricultura e da criação de gado, além de bastante frequentadas por manadas de elefantes. Além disso, Dande possuía ricos depósitos de sal e, principalmente, localizava-se estrategicamente entre os *tavara* e os *tonga* que, à época, eram quem mantinha o contato direto com os comerciantes muçulmanos, por um lado e, de outro, quem estava em posição de interceptar o comércio de cobre de Mombara, a oeste.¹⁵²

A inserção do reino *shona* na rede de comércio islâmico contribuiu para reforçar as relações de poder no interior do Estado, exigindo, contudo, novos arranjos sociais para que a aristocracia mantivesse o controle direto dos principais mecanismos da circulação dos bens de prestígio e da produção do ouro, “principal produto local a entrar na esfera da circulação mercantil”.¹⁵³ Paulatinamente, com a intensificação das trocas comerciais e a multiplicação dos locais de produção em terras cujo domínio passava às mãos do *mutapa*, o controle passou a ser exercido indiretamente, por meio da tributação das atividades de mineração. A tributação do marfim seguia lógica semelhante: de cada elefante abatido, um dente cabia às autoridades – “geralmente aquele que ficava em contato com o chão após a queda do animal”.¹⁵⁴ Uma vez consumadas as trocas, os panos e miçangas deixavam de ser mercadorias para se tornar bens de prestígio, tendo sua circulação regida pelas relações de poder e parentesco com o objetivo de criar e reproduzir uma hierarquia de lealdades no seio da aristocracia e, conseqüentemente, reforçar o seu poder. Por isso, os

¹⁵¹ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.39.

¹⁵² MUSCALU, I.P.O. op.cit., pp.97-98. Do ponto de vista ecológico, António Rita-Ferreira ressalta que “as pesquisas modernas sobre o solo, vegetação, distribuição da tsé-tsé, média pluviométricas anuais e potencial agrícola demonstram que foi lógica a escolha deste sítio pelos fundadores do nascente Estado do Monomotapa”. Cf. RITA-FERREIRA, A. *African Kingdoms and Alien Settlements in Central Mozambique (c. 15th – 17th cent.)*. Coimbra: Centro de Estudos Africanos; Departamento de Antropologia; Universidade de Coimbra, 1999. p.64.

¹⁵³ NOGUEIRA DA COSTA, A. op.cit., p.24.

¹⁵⁴ Idem, ibidem.

espaços de troca também deveriam ser controlados. Assim surgiram os *bazares* – as *feiras* das fontes portuguesas.

Matope Nyanhehwe (c.1450-80), filho e sucessor de Mutota, levou adiante o processo de expansão, submetendo politicamente os grupos *tavara* e *tonga*, estendendo sua área de influência sobre o reino do Barue – e, portanto, até a costa do Índico – e dando continuidade à política de alianças iniciada por seu pai.

Diz-se que Matope, antes de sua morte, foi capaz de se estabelecer como a pessoa mais poderosa ao sul do Zambeze, ao longo de todo o caminho até o Índico. A estratégia adotada por Matope, de empreender guerras de conquista no vale do Zambeze quente, inóspito, infestado pela tsé-tsé, em vez de voltar-se para os planaltos a leste de Manica, saudáveis e ricos produtores de ouro, pode parecer intrigante à primeira vista. Mas uma descrição das rotas de comércio muçulmano do século XV torna esta uma estratégia compreensível.¹⁵⁵

As rotas a que o historiador zimbabuano se refere são aquelas resultantes das rivalidades entre comerciantes de Quiloa no final do século XV. O grupo derrotado saiu da cidade para fundar o Sultanato de Angoche e estabelecer a rota do Zambeze; os vencedores continuaram operando na rota de Manica, que ligava Sofala aos centros produtores de ouro por meio do rio Save. A segunda fora a rota utilizada durante os séculos anteriores para alcançar o Grande Zimbábue; a primeira ganharia importância pela estreita ligação com a origem e expansão do reino do Monomotapa em direção ao Índico e as relações comerciais estabelecidas, a partir de então, com os mouros de Angoche. Se é possível afirmar que o início desse processo se deu graças à atuação de agentes externos, que ao subir o Zambeze inauguraram uma rota alternativa, é preciso, de outra parte, ter em conta que a postura *shona* de receptividade e interesse ativo pelas novidades vindas de fora foi elemento fundamental para o sucesso duradouro do trato.¹⁵⁶

Em outras palavras, o encontro dos interesses de uns e de outros foi feliz no sentido de estabelecer um negócio vantajoso para ambos: por um lado, a imposição do controle político dos *mutapa* sobre os territórios por onde se

¹⁵⁵ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.43. [tradução minha].

¹⁵⁶ MUSCALU, I.P.O. op.cit., p.98.

deslocavam os mercadores muçulmanos garantia segurança ao comércio, além de fortalecer o sultanato na disputa comercial travada, na costa, com a cidade de Sofala; de outra parte, o interesse pelo trato com o litoral impulsionou a expansão e, em última instância, a própria constituição do reino do Monomotapa.¹⁵⁷

A rede portuguesa

Em linhas gerais, este era o contexto político e econômico da África austral quando, em 1505, os portugueses instalaram ali a sua primeira feitoria. Neste ano, Pero de Anhaia construía, não sem sobressaltos, uma fortaleza na cidade de Sofala. O objetivo traçado ligava-se diretamente ao desenvolvimento político-econômico da Europa ocidental no limiar da chamada Idade Moderna, embora seja importante destacar que a chamada *Expansão Ultramarina* portuguesa, conforme a historiografia contemporânea tende a explicar, tenha resultado de uma conjunção de fatores que extrapolava a esfera político-econômica.

Charles Boxer sintetiza essa visão ampliada do processo do seguinte modo:

Correndo o risco de uma simplificação exagerada pode-se, talvez, dizer que os quatro motivos principais que inspiraram os dirigentes portugueses (reis, príncipes, nobres ou comerciantes) foram, em ordem cronológica, mas sobrepostos e em diversos graus: (1) o fervor empenhado na cruzada contra os muçulmanos; (2) o desejo de se apoderar do ouro da Guiné; (3) a procura de Preste João; (4) a busca de especiarias orientais.¹⁵⁸

Segundo o historiador britânico, “a motivação variada que impulsiona as descobertas portuguesas está claramente expressa nas bulas papais promulgadas durante a vida do Infante Dom Henrique e no tempo de seus

¹⁵⁷ Idem, p.99.

¹⁵⁸ BOXER, C.R. *O império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.34.

sucessores imediatos”.¹⁵⁹ Ele refere especificamente a *Dum diversas*, de 18 de junho de 1452; a *Romanus Pontifex*, de 8 de janeiro de 1455, e a *Inter caetera*, de 13 de março de 1456. A primeira autorizava o rei de Portugal a atacar, conquistar e submeter sarracenos, pagãos e outros *infiéis* inimigos de Cristo, capturar seus bens e territórios, transferir suas terras e propriedades para si e reduzi-los à escravidão perpétua. A *Romanus Pontifex*, conforme destaca Boxer, se iniciava com um resumo da obra de descoberta, conquista e colonização levada a cabo pelo Infante Dom Henrique desde 1419. Em termos eloquentes, o papa destacava o zelo apostólico de “verdadeiro” soldado do Senhor, exaltando o Infante pelo desejo de tornar conhecido e adorado o nome de Cristo, e de obrigar todos os infiéis a entrar no rebanho da Igreja. O documento relembra a colonização das ilhas desabitadas da Madeira e dos Açores, e os esforços empreendidos por Henrique para conquistar e evangelizar as Canárias. No que tange especificamente à atuação portuguesa na África, a bula atribuía ao Infante a intenção de circunavegar o continente para estabelecer contato com os habitantes das Índias,¹⁶⁰ “que, segundo se diz, honram o nome de Cristo”,¹⁶¹ numa referência explícita à lenda do Preste João.¹⁶²

Síntese do imaginário medieval, a lenda do Preste João foi concebida na segunda metade do século XII, “como uma forma de imaginação social que sonha com uma sociedade ideal, consensual, sem conflitos e carências, isto é, uma sociedade autárquica e sem história, localizada além do espaço

¹⁵⁹ Idem, p.36.

¹⁶⁰ “As Índias”, como salientam diferentes autores, é um “termo elástico e ambíguo que muitas vezes englobava a Etiópia e a África Oriental, bem como o que se conhecia como Ásia. Mais especificamente, a Índia Próxima ou Menor, significava, aproximadamente, a região Norte do subcontinente; a Índia Distante ou Maior referia-se à região Sul, entre as costas de Malabar e Coromandel, e a Índia do Meio, a Etiópia ou Abissínia. Entretanto, no início do século XV, poucos possuíam uma definição nítida “das Índias”; e os termos “Índia” e “as Índias” não raro eram aplicados vagamente a quaisquer regiões desconhecidas e misteriosas a leste e a sudeste do Mediterrâneo – BOXER, C.R. *O império marítimo...* op.cit., p.36.

¹⁶¹ Apud BOXER, C.R. *O império marítimo...* op.cit., p.37.

¹⁶² “[...] crendo que prestaria a Deus o maior dos serviços se, por sua obra e indústria, se tornasse navegável esse mar até aos Índios que se diz prestarem culto ao nome de Cristo, e assim com eles se pudesse comunicar, e movê-los a auxiliarem os cristãos contra os sarracenos e quejandos inimigos da fé”. Na interpretação de Luiz Filipe Thomaz, a referência vaga aos cristãos poderia, de fato, remeter aos cristãos de São Tomé, na Índia meridional. Mas a referência à aliança contra os sarracenos remete diretamente aos Etíopes, o que reconduz a interpretação à África e permite a associação do mito do Preste João, como se verá adiante, por esta altura já estava definitivamente deslocado para o continente africano no imaginário europeu. Cf. THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor*, op.cit., pp.143-144.

conhecido”.¹⁶³ A crença na existência de comunidades cristãs no *Oriente*, contudo, remonta ao século III; documentos apócrifos indicavam que na exortação do Cristo ressuscitado, o apóstolo São Tomé teria atingido a Índia, onde convertera as populações locais ao cristianismo. Viajantes, mercadores, missionários e peregrinos revitalizavam periodicamente a crença que, de modo geral, passou a se confundir com a lenda do Preste, de tal modo que, em 1165, a carta supostamente enviada pelo próprio Preste João a Manuel Comneno, imperador bizantino, localizava nas terras do Preste o túmulo de São Tomé.

De um lado, a carta descrevia as variadas riquezas do império de Preste João, que o imaginário medieval logo passou a ver como o local de onde provinham o ouro, o incenso e a mirra com que os Magos haviam presenteado o menino Jesus. De outro lado, a carta localizava as terras de Preste João nas vizinhanças do Paraíso Terreno, e uma antiga tradição dizia que Adão escondera numa Caverna dos Tesouros o ouro, o incenso e a mirra que ele trouxera do Paraíso. Além disso, teria sido sobre a montanha daquela caverna que aparecera a estrela seguida pelos Magos para levar aqueles objetos ao Messias recém-nascido.¹⁶⁴

Na análise de Hilário Franco Júnior, a potência política da lenda ganha contornos nítidos: o funcionamento perfeito da sociedade imaginada decorreria da harmonia entre os poderes temporal e espiritual, exercidos por um rei-sacerdote cujo arquétipo remontava ao misterioso Melquisedeque, personagem bíblico citado em diferentes passagens do Livro.¹⁶⁵ Na mais emblemática delas, Melquisedeque é apresentado como rei de Salém,¹⁶⁶ “sacerdote do Deus Altíssimo”.

E seu nome significa, em primeiro lugar, “Rei de Justiça”; e, depois, “Rei de Salém”, o que quer dizer “Rei da Paz”. Sem pai, sem mãe, sem genealogia, nem princípio de dias nem fim de vida! É assim que se assemelha ao Filho de Deus, e permanece sacerdote eternamente.¹⁶⁷

¹⁶³ FRANCO JÚNIOR, H. *A Eva Barbada: Ensaios de Mitologia Medieval*. São Paulo: Edusp, 1996. p.89.

¹⁶⁴ Idem, p.93.

¹⁶⁵ Gênesis, 14:18; Sl 110:4; He 6:20; He 7:1-19.

¹⁶⁶ A tradição judaica e diversos teólogos identificam a Salém bíblica a Jerusalém. Cf. PAULUS, *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

¹⁶⁷ He, 7:1-3.

Se, por um lado, o próprio texto sagrado procede à comparação entre o sacerdote do Velho Testamento e o Messias, o medievalista não hesita em afirmar que, sendo Melquisedeque o “Rei da Justiça”, é ele o próprio Cristo. “É também a síntese das ‘três funções supremas’ que se manifestaram, separadamente, em três personagens distintas, os Reis Magos”.¹⁶⁸

Estes, com efeito, sintetizavam a própria condição humana, evocando as três funções indo-europeias estudadas por Georges Dumézil: o incenso simbolizava o sacerdócio, o ouro lembrava a realeza, a mirra reportava-se ao estrato produtivo. Ademais, eles expressavam as idades do homem, a juventude e a fecundidade do trabalhador, a maturidade do guerreiro, a velhice do sacerdote. Por fim, estavam relacionados com os três filhos de Noé e, assim, com as raças humanas. Se as representações iconográficas dos primeiros séculos cristãos nada mostram nesse sentido, um tratado atribuído a Beda, mas que é na verdade do século XII, *Excerptiones Patrum*, afirma que Baltasar, o mago que portava a mirra, era negro. **Daí cada vez mais a partir do século XIII, com o crescente conhecimento dos europeus sobre o continente asiático, a geografia imaginária ter deslocado o império de Preste João para a África.**¹⁶⁹

Rapidamente, a suposta carta do Preste João circulou pela Europa, ganhando centenas de versões em diferentes idiomas.¹⁷⁰ Poucos anos depois de seu surgimento, ela recebeu uma resposta papal. Séculos mais tarde a lenda permanecia viva,¹⁷¹ acrescida de um aspecto central para a compreensão da atuação portuguesa no chamado *Oriente*, de modo geral, e na África, particularmente: a presunção de que, uma vez encontrado, o Preste João, irmão de fé, seria um poderoso aliado dos cristãos na guerra que estes empreendiam contra os muçulmanos desde a primeira cruzada.

Como a *Romanus Pontifex* ressalta, os portugueses procuravam o Preste desde o tempo do Infante Dom Henrique, convencidos, como apontou Hilário

¹⁶⁸ FRANCO JÚNIOR, H. op.cit., p.92.

¹⁶⁹ Idem, ibidem. [grifo meu].

¹⁷⁰ VILHENA, M.C. “O Preste João: mito, literatura e história”. In: *Arquipélago. História*, 2ª série, V (2001). pp. 627-650. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/357/1/Maria_Vilhena_p627-649.pdf. Acesso em 04/07/2016.

¹⁷¹ O papa Eugênio IV enviou emissários à corte do Preste João em 1439; o livreiro francês Antoine Caillaut publicou uma versão impressa, em português, em 1488. Cf. VILHENA, M.C., op.cit., p.629; uma versão da carta circulou juntamente com o *Livro del Infante Don Pedro de Portugal*, no início do século XVI. Cf. VILARDAGA, J.C. *Lastros de viagem: expectativas, projeções e descobertas portuguesas no Índico (1498-1540)*. São Paulo: Annablume, 2010. p.45.

Franco Júnior, de que iriam encontrá-lo em África. Já a terceira bula, de março de 1456, confirmava os termos da anterior e atendia ao pedido do rei Afonso V e de seu tio, o Infante D. Henrique, concedendo à Ordem de Cristo a jurisdição espiritual sobre todas as regiões conquistadas pelos portugueses, no presente e no futuro. O grão-mestre desta ordem teria plenos poderes para nomear os titulares de todos os benefícios dos cleros secular e regular, impor censura e outras penas eclesiásticas, bem como exercer os poderes de bispo nos limites da sua jurisdição. Ao passo em que declarava todas essas regiões *nullius dioceses*, ou seja, não pertencentes a nenhuma diocese, a bula não propunha nenhuma providência para o envio de missionários com poderes eclesiásticos para nenhuma das partes conquistadas pelos portugueses.

Em seu importante estudo sobre a formação e manutenção do chamado *Império Português*, Charles Boxer justifica a ênfase na interpretação destas bulas pelo caráter ideológico que a defesa da fé assumiria nos séculos subsequentes. Segundo o autor,

[...] elas refletem de maneira clara o espírito da “Era dos Descobrimentos” e estabelecem as diretrizes para o comportamento (ou mau comportamento) europeu posterior no mundo tropical. [...] O efeito cumulativo das bulas papais foi o de dar aos portugueses – e, no devido tempo, aos outros europeus que os acompanharam – a sanção religiosa a uma atitude igualmente dominadora com relação a todas as raças que estivessem fora do seio da cristandade. [...] As bulas refletem também a iniciativa tomada pela Coroa portuguesa, pelo Infante Dom Henrique e outros príncipes da Casa de Avis, de dirigir e organizar o trabalho de investigação, conquista, colonização e exploração.¹⁷²

Neste sentido, Luiz Filipe Thomaz aponta, em diferentes estudos, que nos sucessivos projetos expansionistas portugueses

[...] é elemento constantemente alegado o desejo de expandir a fé, sem que todavia seja lícito afirmar que tenha sido esse o móbil principal da empresa. Afigura-se-nos, aliás, que o peso desse fator variou imensamente, com as épocas, com os dirigentes, com as correntes políticas e, sobretudo, com as pessoas: do missionário ao pirata – os dois extremos de uma gama social onipresente na expansão – os interesses variavam tanto que muito difícil se torna arriscar generalizações. E, no

¹⁷² BOXER, C.R. *O império marítimo...* op.cit., p.39.

entanto, sinceramente assumida ou aduzida mais ou menos hipocritamente como pretexto, raro é que a dilatação da cristandade não seja invocada como motivação política coletiva ou mesmo individual.

Ainda quando, por hipótese, se tratasse de hipocrisia pura, o simples fato de se recorrer a tal pretexto como justificativo demonstra à saciedade como esse ideal era aceito e vivido pela comunidade, e o lugar de relevo que ocupava na sua escala de valores.¹⁷³

Em outras palavras, o estudo das viagens ultramarinas não pode prescindir da compreensão das dimensões que o fator religioso implica, articulando, no nível ideológico, a conquista de novos territórios à expansão da fé em Cristo e prolongando, para o limiar da Idade Moderna, o ideal cruzadístico medieval de extermínio do islã. Sobre este último aspecto, ganha destaque a revitalização do mito do Preste João, reino cuja busca incansável aparece mencionada em grande número de fontes coevas. Entretanto, na interpretação de Luiz Filipe Thomaz e outros autores, não se deve desprivilegiar a análise das motivações econômicas das viagens, notadamente daquelas que, incansavelmente, buscaram o “Oriente” – como se verá adiante.

Antes, porém, é preciso atentar para o fato, já apontado por Boxer e referido anteriormente, de que a chamada “expansão portuguesa” de modo algum se constituiu em um processo linear e homogêneo que, da tomada de Ceuta, em 1415, à passagem do Cabo da Boa Esperança, em 1489, se desenrolou de modo a atender a um mesmo projeto e às mesmas classes sociais e políticas.

Na interpretação de Thomaz, a atuação do Infante D. Henrique – primeiro em Ceuta e depois, mais genericamente, no Marrocos – se afigura “muito mais [como] um derradeiro episódio da história medieval que o primeiro episódio da moderna”, principalmente pela motivação religiosa, ainda muito informada pelas Cruzadas, mas também por suas características materiais: com base em Ceuta, a armada à disposição do infante atuava na zona nevrálgica do estreito de Gibraltar, empenhando-se, principalmente, na guerra de corso à navegação

¹⁷³ THOMAZ, L.F. “Descobrimientos e evangelização. Da Cruzada à missão pacífica”. In: *Congresso Internacional de História da Missionaçã Portuguesa e Encontro de Culturas – Actas*, 4 vols., Braga, 1993, vol. I, pp.81-82.

muçulmana, mas também a ataques periódicos às costas da atual Espanha e do norte da África.¹⁷⁴

O autor data entre os anos de 1441 e 1448 a fase que considera crucial do fenômeno expansionista. Ainda que as primeiras expedições com vistas a dobrar o cabo do Bojador, iniciadas em 1422, fossem, segundo ele, “idênticas às incursões na costa da Barbaria ou de Granada”¹⁷⁵, paulatinamente os portugueses começaram a esboçar contatos pacíficos com as populações costeiras e a aumentar a participação do comércio na economia das navegações, até que este superasse definitivamente o curso no ano de 1448. É então, afirma Thomaz, que a expansão guineense se separa da marroquina:

Os descobrimentos e a exploração comercial das terras descobertas tornam-se uma dimensão a se, uma nova linha de expansão pronta a criar os seus modelos. [...] Três inovações [foram] fundamentais: surgem os primeiros mercadores italianos, Cadamosto, Usodimare, Antonio da Noli; surge a primeira feitoria permanente, em Arguim; surge, para a explorar, a primeira sociedade comercial. **A burguesia, o capitalismo comercial e os seus métodos de organização fazem, manifestamente, a sua aparição.** Enxertando-se na modesta planta brotada de outra semente, permitir-lhe-ão, como a mostarda, encher o mundo com os seus ramos... Vinte anos após a morte do infante [...] ei-la pronta a vassalizar, por seu turno, a empresa marroquina, de que ainda há pouco era mero prolongamento.¹⁷⁶

Ou seja, a expansão não tinha, em seu início, o caráter mercador que assumiria a partir da chegada à “terra dos Negros” (1444). Apontando para a mesma direção, ainda que o foco de sua análise seja a participação estrangeira na empresa ultramarina portuguesa, Fernand Braudel aponta que a presença lusa desde do cabo Branco até a foz do rio Congo, a ocupação da Madeira e das ilhas de Cabo Verde, Fernando Pó e São Tomé permitiram a construção de um “espaço econômico coerente” operado pelos portugueses.

Os estrangeiros? “Tiveram forçosamente um papel na expansão portuguesa”, afirma Braudel. Mas, na interpretação deste autor, “o estrangeiro

¹⁷⁴ THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., pp.28-30.

¹⁷⁵ “[...] o que é facilitado pelo fato de ao longo da costa continuarem a topar com populações islamizadas, que garante, sem sobressaltos de consciência, uma continuidade ideológica com o passado próximo e remoto”. Idem, pp.32-33.

¹⁷⁶ Idem, p.34. [grifo meu].

veio atrás do sucesso, apossou-se dele depois de instalado, muito mais do que o preparou”;¹⁷⁷ o advento do capitalismo, adverte Thomaz, surge assim como um “enxerto” na expansão,¹⁷⁸ sem, contudo, apagar totalmente alguns de seus caracteres atávicos, notadamente um certo arcaísmo das instituições e das formas de pensar que perdurou ao longo de todo o século XVI.

Esta talvez seja a chave para compreender o caráter multifatorial da expansão portuguesa (que será constantemente retomado neste trabalho), especificamente os contornos que esta adquiriu quando, em 1489, Vasco da Gama dobrou o cabo da Boa Esperança, inaugurando a Carreira das Índias. Entretanto, pelo que segue, parece evidente que, em uma primeira aproximação o estudo da presença lusitana na África Austral deve privilegiar a dimensão econômica, ainda que sem desconsiderar os demais fatores, que se mostrarão imbricados no desenrolar da história das relações entre portugueses e africanos. Nesse sentido, destaca-se a interpretação clássica da expansão, que tem entre seus principais expoentes os historiadores portugueses Jaime Cortesão¹⁷⁹ e Vitorino Magalhães Godinho.¹⁸⁰

Grosso modo, pode-se identificar um acentuado crescimento das atividades mercantis em toda a Europa ocidental a partir do século XII. No século XIV, as trocas intensificaram-se consideravelmente, e cada vez mais mercadores portugueses faziam parte de redes comerciais cujos centros dinamizadores encontravam-se em países como Flandres, Inglaterra e França e cidades como Antuérpia, Frankfurt, Lyon e, principalmente, as feiras do Norte da Itália. Os italianos dominavam as redes que percorriam o Mediterrâneo. Mais do que isso: estabeleciam a conexão entre as *economias-mundo*¹⁸¹ europeia e

¹⁷⁷ BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Vol.3. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. p.125.

¹⁷⁸ Fábio Pestana Ramos é categórico ao afirmar que desde o início da Carreira da Índia Portugal foi financiado por investidores estrangeiros – florentinos, principalmente – e judeus portugueses para quem a Carreira representava um bom negócio, já que eram restituídos, pela Coroa, sempre em espécie. Cf. RAMOS, F.P. “Os problemas enfrentados no cotidiano das navegações portuguesas da Carreira da Índia: fator de abandono gradual da rota das especiarias”. In: *Revista de História*, 137 (1997), 75-94.

¹⁷⁹ CORTESÃO, J. *Obras completas 1 e 2 – Os Descobrimentos Portugueses I e II*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1990 (1958-1960).

¹⁸⁰ GODINHO, V.M. *Os Descobrimentos e a economia mundial*. 2ªed. Lisboa: Editorial Presença, 1981-1985.

¹⁸¹ Fernand Braudel define *economia-mundo* como “um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz de, no essencial, bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica”. Na consagrada obra deste autor, o exemplo é o Mediterrâneo do século XVI. A especificidade deste sistema é a diferenciação entre

muçulmana. Do chamado Oriente, esses mercadores traziam especiarias, tecidos, metais, sedas e outros produtos. Além disso, era no que Braudel chamou de “quadrilátero urbano” – o ducado de Milão e as repúblicas de Gênova, Florença, Veneza – que se concentravam as atividades bancárias e de finanças; os primórdios do capitalismo.

Esses mercadores – sobretudo os genoveses – praticamente interditaram o Mediterrâneo à circulação de outras embarcações europeias. Entretanto, suas atividades comerciais dinamizaram diversos pontos do continente. Pelo menos desde o século XIV, Lisboa foi porto de parada dos navios que transitavam entre o norte e o Mediterrâneo e, por este motivo, Portugal transformou-se em fornecedor de sal, peixe, vinho, azeite, frutas, cortiça, favas e couros para Flandres, Inglaterra, todo o Mediterrâneo e o Marrocos,¹⁸² inserindo-se perifericamente na nascente *economia-mundo* europeia.¹⁸³ No século XV, a capital lusa era já um grande entreposto atlântico, redistribuidora das especiarias trazidas por comerciantes genoveses, dos tecidos manufaturados em Milão e Florença e dos produtos agrícolas de Nápoles.¹⁸⁴

“A tendência da corte para se fixar em Lisboa, principal porto do Reino, ilustra bem o crescente peso do litoral na vida do País”, afirma Luiz Filipe Thomaz. Na visão deste autor, as ligações econômicas que a rede marítima propiciou a Portugal explicam, em parte, que Portugal tenha escapado à unificação ibérica operada a partir de Castela: “o nexo com a rede marítima atlântica [...] saiu vencedor do nexo com o espaço ibérico”.¹⁸⁵

Associado ao lento processo de centralização política do pequeno reino, o incremento do comércio europeu, que levou ao desenvolvimento da economia mercantil e ao fortalecimento das camadas urbanas e burguesas, criou a necessidade, em Portugal, de abrir novas rotas e conquistar novos mercados. Isto não significou, contudo, que a burguesia em Portugal tenha se apropriado

as fronteiras econômicas e políticas. Dito de outro modo, a *economia-mundo* extrapola os limites territoriais definidos pelos Estados, ao mesmo tempo em que conecta um número maior ou menor deles – e em escalas diferentes – em relações de interdependência econômica. Cf. BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Vol.2. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p.12.

¹⁸² BOXER, C.R. *O império marítimo...* op.cit., p.19.

¹⁸³ BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Vol.3. op.cit., p.124.

¹⁸⁴ THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., p.15.

¹⁸⁵ Idem, pp.12-13.

do Estado ou imposto seus valores à empresa ultramarina; até 1460, ano de sua morte, o Infante Dom Henrique foi concessionário de todo o comércio da costa ocidental africana, autorizando as viagens de comerciantes privados e aventureiros mediante o pagamento dos quintos. Entre 1469 e 1475, no reinado de Dom Afonso V, Fernão Gomes, proeminente comerciante de Lisboa, obteve da Coroa um contrato monopolista que, se por um lado, lhe garantiu lucros consideráveis, de outra parte, possibilitou a integração de novos 3.200 quilômetros da costa africana na rede mercantil portuguesa. É Luiz Filipe Thomaz quem aponta a ironia: “enriquecido, entra na nobreza, feito cavaleiro de uma ordem militar...”¹⁸⁶

Coincide com o reinado de Dom João II o desenvolvimento de uma política de expansão ultramarina “coerente e integrada”¹⁸⁷ que, se não rompe com a tradição medieval, apresenta traços inegáveis de modernidade. O primeiro deles é o papel que, a partir de então, será reservado ao Estado: a direção, orientação, planejamento e execução da empresa ultramarina. Entre outras medidas, o *Príncipe Perfeito* inovou ao reservar para a Coroa o monopólio da importação de ouro, escravos, especiarias e marfim, e da exportação de cavalos, tapetes, têxteis ingleses e irlandeses, cobre, chumbo, utensílios de latão, contas e pulseiras. Assim como no período do Infante, os comerciantes privados tinham autorização para importação de artigos menos valiosos, como papagaios, algodão, ráfia etc., mas agora mediante pagamento de impostos e taxas aos cofres públicos. A opção clara, a partir deste momento, foi pela prática de um mercantilismo régio que permitiu à Coroa consolidar o seu poder e, ao aumentar seus recursos financeiros, financiar novos empreendimentos dos quais se esperava novo incremento de prosperidade.

Se em vida de D. Henrique a exploração comercial do Atlântico Sul tinha ainda o seu quê de “feudal” – concedida a um grande senhor, a título vitalício, em troca dos serviços nobres, assaz genéricos, que um vassalo era esperado prestar ao seu suserano – com o contrato de Fernão Gomes modernizara-se um pouco: fora arrendada a um mercador, por prazo limitado, e a troco de uma renda em dinheiro. Com D. João II tende a ser absorvida pela administração central do reino, na dependência direta da realza, que assim opta decididamente por se tornar

¹⁸⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁷ Idem, p.149.

em empresa mercantil. Este aspecto deve ser retido em mente, sob pena de se continuar indefinidamente a lavrar em erros grosseiros, como o de **estabelecer uma relação unívoca e direta entre comércio e burguesia**, identificando interesses comerciais com aspirações da burguesia, **esquecendo que a principal empresa de comércio é o Estado**, e que os seus agentes são, em maioria, pequenos nobres e não exatamente burgueses – embora estes, naturalmente, não sejam marginalizados do processo.¹⁸⁸

Dirigindo pessoalmente uma empresa que passava a se desenrolar com vistas a integrar quatro continentes – Europa, África, Ásia e América –, D. João II pôs em execução um **projeto**¹⁸⁹ de expansão que Luiz Filipe Thomaz sistematizou em sete frentes distintas: a) a preparação técnica das empresas futuras que incluiu, na perspectiva do autor, as investigações astronômicas que apuraram o sistema prático de orientação no Hemisfério Sul (o das latitudes pela altura mediana do Sol) e a prospecção do sistema de ventos do Atlântico Sul; b) a organização da exploração do comércio nas costas africanas, cujo marco inicial é a construção do castelo de São Jorge da Mina e o estabelecimento de feitorias no Benim e na Mauritânia, mas que conta ainda com o povoamento das ilhas de São Tomé e Príncipe, escala privilegiada para a carreira da Mina e base para o comércio no golfo da Guiné; c) o prosseguimento do descobrimento da costa ocidental africana com vistas a dobrar o Cabo e chegar ao Índico, da qual são marcos importantes as viagens de Diogo Cão (1482-1486) e de Bartolomeu Dias (1488); d) o envio de exploradores por via terrestre até o Índico, com o objetivo de colher informações sobre o comércio do Oriente; e) as tentativas de penetração no interior do continente africano, seja para atingir o Preste João, seja para estabelecer contatos diplomático com as sociedades exportadoras de ouro; f) a cristianização do continente africano, cujo sucesso mais espetacular é o da conversão do rei do Congo em 1491; g) a atividade diplomática da qual são frutos, entre outros, a assinatura do Tratado de Tordesilhas.¹⁹⁰

¹⁸⁸ THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., p.153. [grifo meu].

¹⁸⁹ A se concordar com o autor, a política joanina constituiu-se efetivamente em *projeto*, uma vez que as sete frentes elencadas revelam um planejamento prévio da empresa.

¹⁹⁰ THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., pp.161-164. Thomaz e outros autores não têm dúvidas com relação à importância estratégica inicialmente conferida à posse dos territórios americanos garantidos por Tordesilhas: para Dom João II, tratava-se de impedir a presença castelhana em um ponto do Atlântico que possibilitava o alcance rápido das terras africanas; para Dom Manuel, a América interessava como ponto de apoio para a Carreira das Índias. DOMINGUES, F.C. “Colombo e a política de sigilo na historiografia portuguesa”. In: *Revista Mare Liberum*. Vol. I, 1990, pp.105-116. p.111.

Se o planejamento e a organização da empresa imprimem a marca da modernidade ao projeto joanino, a mentalidade medieval se expressa na “obsessão” – nas palavras de Charles Boxer – em localizar o Preste João. Segundo este autor, no início esperava-se chegar ao Preste pelos rios que desaguam no Atlântico e que se supunha serem braços do Nilo: Senegal, Gâmbia, Níger e Zaire. A cada descoberta correspondeu uma decepção. Mas a progressão rumo ao sul paulatinamente acalentou a esperança de que o continente pudesse de fato ser circunavegado, o que significava a abertura simultânea de um caminho marítimo para o reino do Preste e para as Índias, associando definitivamente a procura pelo reino cristão do Oriente à busca pelas especiarias asiáticas.¹⁹¹

A fórmula eternizada pelo degredado da armada de Vasco da Gama – “Vimos buscar cristãos e especiaria”¹⁹² – sintetiza de modo heroico essa associação de ideias que também está presente na obra monumental de Fernão Lopes de Castanheda, o historiador renascentista português que escolheu, para a abertura do primeiro dos nove volumes de sua obra, as seguintes palavras:

Antes que a Índia fosse descoberta pelos portugueses, a maior parte da especiaria, droga e pedraria dela se vazava pelo mar roxo, donde ia ter à cidade de Alexandria, e ali a compravam os venezianos que a espalhavam pela Europa, de que o reino de Portugal havia seu quinhão, que os venezianos levavam a Lisboa em galés, principalmente reinando nos reinos de Portugal El Rei Dom João, o segundo deste nome: que como fosse de muito altos pensamentos, e desejoso de acrescentar seus senhorios e enobrece-los a serviço de Nosso Senhor, determinou de prosseguir o descobrimento da costa de Guiné, que seus antecessores tinha começado: porque por aquela costa lhe parecia que descobriria o senhorio do Preste João das Índias de que tinha fama; para que por ali pudesse entrar na Índia, donde por seus capitães pudesse mandar levar aquelas riquezas que os venezianos lhe iam vender.¹⁹³

Segundo o cronista, logo após o envio de Bartolomeu Dias a descobrir o caminho por mar, Dom João II enviou emissários por terra. O soberano já havia enviado um certo Frei António, de Lisboa, da ordem de São Francisco,

¹⁹¹ BOXER, C.R. *O império marítimo...* op.cit., p.48.

¹⁹² *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia (1497-1499)*. Lisboa: Agência Geral das Colônias; Divisão de Publicações e Biblioteca, 1940. p.40.

¹⁹³ CASTANHEDA, F.L. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Livro I, Tomo I. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798. pp.2-3. [1551-1554].

acompanhado de um leigo cujo nome se perdeu na história. A dupla chegou até Jerusalém, mas retornou a Lisboa por, segundo o renascentista, desconhecer por completo a língua árabe, o que inviabilizava o prosseguimento da viagem. Para a nova empreitada, Dom João escolheu dois de seus escudeiros, Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, ambos bons conhecedores do árabe. A missão era “descobrir e saber do Preste João, e onde achavam a canela e a especiaria que ia da Índia a Veneza por terra de mouros” e, para isto foram despachados no dia 07 de maio de 1488 com uma carta de apresentação assinada pelo soberano, dinheiro em espécie, uma carta de crédito de um banco italiano e, principalmente, uma carta de marear “que fora tirada de um Mapamundi para que pusessem nela os lugares do senhorio do Preste, e assim o caminho por onde fossem”. Passando pelas cidades de Barcelona, Nápoles, Alexandria, Cairo e Fez, entre outras, os viajantes seguiram juntos até Adem, de onde Paiva seguiu para a Etiópia e Covilhã percorreu um trajeto que inclui as cidades de Cananor, Calicute, Ormuz, Goa, Sofala e a ilha de São Lourenço.

De volta ao Cairo, Covilhã recebeu, juntamente com a notícia da morte de Afonso Paiva, duas cartas de Dom João II, nas quais este o instruía a alcançar o Preste João. Antes de seguir para lá, porém, o escudeiro enviou, pelos mesmos portadores, duas cartas ao rei de Portugal, nas quais narrava as descobertas que havia feito até então. Além da localização aproximada da terra do Preste, as cartas continham informações preciosas sobre o funcionamento do comércio no Índico: segundo Castanheda, Covilhã escreveu sobre “a carregação que se fazia em Calicute de especiaria, droga e pedraria; e que Calicute e Cananor estavam em costa, e podia-se navegar para lá pela sua costa e mar de Guiné, indo demandar Sofala donde podiam ir tomar a costa de Calicute”.

O desfecho da aventura de Covilhã é conhecido pelo relato de Dom Rodrigo de Lima, embaixador português que alcançou a terra do Preste muitos anos depois. Segundo este informante, uma vez alcançadas as terras do rei cristão, o escudeiro foi impedido de regressar por dois soberanos consecutivos (“Nahu [...] não quis dar licença a Pero da Covilhã para se ir, nem menos seu filho Davit, que depois reinou [...]"). Ainda que não lhe tenham permitido retornar a Portugal, os reis da Abissínia lhe deram terras e autorizaram o seu casamento com uma mulher local, com quem viveu até a sua morte, cerca de trinta anos

depois. Passados alguns meses da partida de Covilhã e Paiva, Bartolomeu Dias retornou a Lisboa com as tão aguardadas informações sobre a passagem do Cabo.¹⁹⁴

À intensidade da busca, contudo, não corresponderam esforços subsequentes para alcançar as Índias. Dez anos se passaram entre o retorno bem-sucedido de Bartolomeu Dias e a partida da armada de Vasco da Gama. Pouco se sabe sobre os motivos que teriam concorrido para atrasar a tão almejada viagem. Luiz Filipe Thomaz credita o atraso às vicissitudes da política interna portuguesa: a aventura índica não era unanimidade no conselho régio. Para muitos conselheiros, a atuação lusa deveria se restringir ao Atlântico, oceano no qual os portugueses trafegavam com segurança, uma vez que já haviam estabelecido relações pacíficas com as populações costeiras, e sem concorrência, já que os castelhanos estavam limitados pelo Tratado de Tordesilhas. A costa atlântica africana fornecia marfim, malagueta, ouro em pó (pouco menos de 400kg anuais) e escravos (1.000 por ano em meados do século XV, depois, mais de 3.000 anuais).

Segundo o livro do contemporâneo Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, o comércio do ouro rende 5 para 1. Quanto aos escravos, que chegam ao mercado português, fornecem às casas ricas o inevitável criado negro, permitindo a instalação de grandes domínios vazios do Alentejo, despovoado desde o fim da *Reconquista*, e o desenvolvimento de plantações açucareiras na Madeira onde, desde 1460, a cana substitui o trigo.¹⁹⁵

Em suma, no Atlântico o comércio era seguro e altamente lucrativo. Deste modo, muitos dos conselheiros reais não viam sentido na aposta índica. Centravam seus argumentos no fato de que os recursos econômicos e demográficos eram limitados, que Portugal era um país muito pequeno para explorar uma região tão extensa e distante.¹⁹⁶ Luiz Filipe Thomaz especula que talvez estes tenham reunido forças suficientes para barrar os projetos de Dom João II, já que, do retorno de Bartolomeu Dias à morte do *Príncipe Perfeito* transcorreram sete anos sem que nenhuma expedição fosse enviada ao Índico.

¹⁹⁴ CASTANHEDA, F.L. op.cit., pp.3-8.

¹⁹⁵ BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Vol.3, op.cit., p.125.

¹⁹⁶ BOXER, C.R. *O império marítimo...* op.cit., p.51.

Charles Boxer opera em uma chave oposta: para este autor, Dom João II “não era homem para se deixar dissuadir por muito tempo de realizar aquilo que já tivesse decidido”. O autor aposta na *política do sigilo* e especula que, por ordem do *Príncipe Perfeito*, os portugueses estivessem empreendendo viagens secretas para se familiarizar com as condições de navegação e encontrar uma rota mais eficiente que a de Bartolomeu Dias,

[...] que desceu a costa sudoeste da África lutando contra os ventos alísios de sudeste. Isso explicaria por que Vasco da Gama seguiu a rota que de fato seguiu, e que foi, de modo geral, a que os navios portugueses da Carreira da Índia com destino ao Oriente seguiram, durante séculos. Consistia em cruzar o equador no meridiano de Cabo Verde e apanhar os ventos constantes de oeste depois de dobrar para o sudeste na zona dos ventos variáveis do trópico de Capricórnio. Essa rota era completamente diferente do curso seguido por Bartolomeu Dias em sua viagem de ida, em 1487, e só pode ter sido desenvolvida, podemos supor, a partir da experiência adquirida em outras viagens de que não temos registro.¹⁹⁷

A tese defendida por Boxer foi formulada décadas antes, pelo proeminente historiador português Jaime Cortesão. Em 1924, Cortesão publicou o primeiro artigo no qual procurou teorizar a política de sigilo, numa tentativa de explicar as extensas lacunas documentais verificadas na história dos descobrimentos; “as viagens de que não temos registro”, no dizer de Boxer. O historiador se ocupou do tema em seus trabalhos subsequentes, ainda que sua controversa tese tenha encontrado inúmeros críticos em Portugal e no exterior.¹⁹⁸

Partindo do pressuposto de que

os grupos sociais, baseados no comércio marítimo, que iniciaram um novo sistema de expansão, tendem, para evitar a concorrência, a transformá-lo em monopólio e a defendê-lo tanto mais quanto menor seja o volume social e a continuidade do domínio econômico próprios, e menor a longevidade dos instrumentos produtores, e o número e poder dos concorrentes.¹⁹⁹

¹⁹⁷ Idem, p.52.

¹⁹⁸ DOMINGUES, F.C. op.cit., p.107.

¹⁹⁹ CORTESÃO, J. Apud. DOMINGUES, F.C., op.cit., p.108.

Cortesão postulou a tese de que, no quadro do projeto de expansão traçado no período joanino, o Estado teria sistematicamente sonegado qualquer informação que pudesse ser utilizada pela concorrência estrangeira no acesso aos meios privilegiados de que os portugueses dispunham. Deste modo, o sigilo se estenderia a todos os aspectos das navegações:

vigilância estreita da produção historiográfica, da cartografia – segundo Cortesão, existia uma cartografia oficial, para o grande público, e uma cartografia secreta que, essa sim, mostrava o avanço dos conhecimentos geográficos portugueses –, da construção de navios, particularmente da caravela, de que se teria proibido a venda a estrangeiros, dos roteiros, dos instrumentos de navegar, de tudo, enfim, que revelasse a superioridade tecnológica portuguesa nas matérias que à navegação diziam respeito.²⁰⁰

Um de seus argumentos mais fortes é justamente aquele no qual Boxer se apoia: do ponto de vista técnico, as notáveis diferenças entre as viagens de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama só poderiam ser explicadas pela realização de secretas viagens de exploração, realizadas por ordem de Dom João II, no intervalo entre uma e outra.²⁰¹ Mas, segundo seus críticos,

[...] a formulação de Cortesão tinha como base um raciocínio ahistórico: quando não havia documentos, encontrava-se a “prova” do sigilo. Logo, todas as realizações imputáveis ao abrigo desta teoria não careciam de verificação documental – porque, por natureza, a não havia. Simplificando grosseiramente, é como se se partisse do princípio de que a falta de documentação provava por si a realização de viagens secretas de descobrimento.²⁰²

²⁰⁰ DOMINGUES, F.C. op.cit., p.108.

²⁰¹ “É indubitável que a rota de Bartolomeu Dias, levando-a a descer penosamente ao longo da costa ocidental africana, mostra que os navegadores não conheciam ainda o regime de ventos e correntes do Atlântico Sul. Pelo contrário, Vasco da Gama viaja com o conhecimento perfeito de que para a navegação à vela se tornava muito mais fácil atingir o extremo sul do continente africano fazendo uma longa bordada para oeste no Atlântico Sul, depois de passadas as ilhas de Cabo Verde, evitando as condições físicas adversas, pois tanto se contornavam os ventos alísios, como as correntes marítimas contrárias à progressão para sul junto à costa de África. A explicação lógica, segundo Cortesão, seria a admissão de que os portugueses empreenderam viagens de exploração secretas no Atlântico Sul, precisamente com vista ao reconhecimento dos condicionalismos físicos da navegação, permitindo que Vasco da Gama dispusesse à partida de instruções claras quanto à melhor rota para chegar à Índia”. DOMINGUES, F.C. op.cit., p.109.

²⁰² Idem, p.110.

Para além dessa consideração mais ampla, de ordem metodológica, seus críticos elencaram alguns pontos em que a tese falha no que tange especificamente à questão do sigilo nas viagens de circunavegação. Em primeiro lugar, num contexto de disputa internacional, não fazia sentido ocultar o reconhecimento de territórios quando a questão da prioridade era o primeiro critério a considerar quando da reivindicação de soberania; do mesmo modo, não fazia sentido preservar sigilo com relação às Índias quando a Coroa portuguesa dispunha de duas bulas papais (*Dum diversas* e *Inter caetera*) que reconheciam o monopólio material e espiritual português sobre todas as regiões descobertas até "as Índias"; por fim, em diversos casos, estrangeiros estiveram em Portugal coletando informações sobre as navegações para depois divulgá-las em diferentes partes da Europa, sem que fossem interpostas objeções às suas atividades.²⁰³

Mais provável, a oposição do conselho régio foi vencida pela firme convicção mística de Dom Manuel, sucessor de Dom João II, que decidiu ignorar a opinião da maioria dos conselheiros régios e dar prosseguimento à empresa da Índia. A improvável coroação de Dom Manuel foi consequência da morte prematura de seis parentes melhor posicionados na linha sucessória portuguesa o que, na visão de Luiz Filipe Thomaz, lhe persuadiu de ser o escolhido de Deus, predestinado a grandes feitos.²⁰⁴ Imbuído da crença medieval de que o fim dos tempos se aproximava e estava iminente o momento em que um rei bem-aventurado venceria a "Besta do Apocalipse" – o islã – e daria início a uma era de paz na Terra, D. Manuel retomou o espírito cruzadístico que, neste momento, ganhava uma nova roupagem:

Jerusalém seria, sem dúvida, o objetivo último, o coroamento dos seus projetos. Entretanto, a pimenta rescendente e outras bem cotadas drogas seriam o alvo imediato. O lucro conseguido daria mais tarde para financiar as expedições militares; e entremontes, bem entendido, alimentaria o luxo e o esplendor da corte, com pretensões a imperial...²⁰⁵

²⁰³ Idem, p.111.

²⁰⁴ THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., p.172.

²⁰⁵ Idem, p.173.

Trava-se de bloquear o comércio mediterrânico para o bloco muçulmano, fechando sua passagem pelo mar Vermelho, e vedar ao Cairo o acesso ao Índico. Não que essa “nova cruzada” prescindisse de confrontos armados, mas ela era parte de uma estratégia cujo principal objetivo era enfraquecer economicamente o islã, acelerando a sua ruína ao mesmo tempo em que garantia a continuidade do fornecimento das especiarias para a Europa, tomando para Portugal todos os lucros. A aliança com o Preste João engrossaria as fileiras do exército cristão no momento do inevitável confronto final com os muçulmanos. Assim pensavam Dom Manuel e alguns dos membros de seu círculo mais restrito

[...] mas as comunidades mercantis genovesa e florentina estantes em Lisboa, ansiosas por competir com Veneza, viam na nova rota a inaugurar a sua oportunidade e muitos mercadores portugueses partilhavam o seu ponto de vista. Só pela especiaria, valia a pena tentar.²⁰⁶

Em suma, no final do *Quatrocentos*, concomitantemente ao processo de expansão e consolidação do comércio com as populações das costas ocidental e centro-ocidental africanas, parte significativa dos esforços da chamada expansão ultramarina visava o duplo objetivo religioso e comercial que se iniciaria com a descoberta de rotas alternativas para o comércio das especiarias da Índia que fugissem ao controle veneziano do Mediterrâneo, por um lado e, de outro, do domínio turco-otomano que vedava a passagem das especiarias pelo Mar Vermelho. Ainda que mobilizado pela mentalidade mística medieval, Dom Manuel, o *rei mercador*, passava a centralizar e organizar um negócio moderno, operado, também por uma burguesia nacional e estrangeira que vai na esteira do projeto de expansão.

Em 8 de junho de 1497, comandando uma armada de quatro naus e cerca de cento e sessenta homens, Vasco da Gama partiu de Restelo em uma viagem que foi, simultaneamente, a coração de um projeto – a exploração de toda costa

²⁰⁶ Idem, p.174.

africana do oceano Atlântico, iniciada quase um século antes pelo Infante Dom Henrique – e a pedra de toque de outro:²⁰⁷

Com Vasco da Gama assiste-se, pela primeira vez, à escolha de um fidalgo. As razões para tal inflexão não parecem ser de carácter técnico, mas político e diplomático: D. Manuel está, por certo, seguro de que atingiria dessa feita a Índia, onde havia tratados de comércio a negociar e uma aliança anti-islâmica a urdir, e por isso escolheu um embaixador de posição condigna.²⁰⁸

Em 1500, comandando uma armada de treze navios, Pedro Álvares Cabral seguiu para a Índia com o objetivo de assentar “paz e amizade” com o rei de Calecute e instalar um feitor para supervisionar os negócios régios – nomeadamente assegurar o carregamento de especiarias. É importante salientar que dentre os navios que compunham a frota de Cabral, dois deles pertenciam a particulares; dentre aqueles que pertenciam ao rei, os comandados, respectivamente, pelos irmãos Bartolomeu e Diogo Dias estavam destinados a permanecer em Sofala, importante entreposto comercial africano, com a missão específica de “descobrir e assentar aquele resgate” de metais preciosos – prata e, notadamente, ouro – do qual a esquadra de Gama já tivera notícia.²⁰⁹

Na impossibilidade de contar com os serviços dos irmãos Dias – a nau de Bartolomeu Dias se perdeu no dia 20 de maio de 1500, o que, provavelmente, ocasionou a sua morte; Diogo Dias, na mesma ocasião, perdeu a rota e foi encontrado pela armada somente na viagem de regresso – Cabral encarregou Sancho de Tovar, seu segundo comandante, de fazer o reconhecimento da

²⁰⁷ SUBRAHMANYAM, S. *A carreira e a lenda de Vasco da Gama*. Lisboa: CNCDP, 1998; _____ *O Império Asiático Português, 1500-1700 – Uma história política e económica*. Lisboa: Difel, s/d; THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit.; FONSECA, L.A. “Os comandos da segunda armada de Vasco da Gama à Índia (1502-1503)”. In: *Mare Liberum*, Lisboa, n.16, 1998, pp.35-55; _____ *Pedro Álvares Cabra, uma viagem*. Lisboa: Inapa, 1999. _____ *Vasco da Gama, o homem, a viagem, a época*. Lisboa: Expo 98 e D.L., 1998; LACERDA, T. *Os capitães das armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – uma análise social*. Dissertação de Mestrado, Depto. de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/11499/1/teresa.pdf>. Acesso em 19/07/2016.

²⁰⁸ THOMAZ, L.F. “Prefácio à edição portuguesa”. In: SUBRAHMANYAM, S. *A carreira e a lenda...* op.cit., pp.IV-V.

²⁰⁹ LACERDA, T. op.cit., p.37; QUINTELLA, I.C. *Anais da Marinha Portuguesa*. Lisboa: Academia da Marinha, 1839. Pp.249-250. A expressão “paz e amizade”, emprestada da documentação e largamente empregada neste trabalho, diz respeito ao estabelecimento de acordos que visavam eliminar quais quer futuras hostilidades, de um lado e, de outra parte, vincavam a disposição em estabelecer e manter relações comerciais.

cidade de Sofala.²¹⁰ Tovar enviou um de seus homens para a terra e tomou um mouro por “refém”. Na ausência de notícias de seu homem, partiu para o Cabo Verde levando o mouro. Este refém teria informado aos portugueses que Sofala era habitada por muitos mercadores, e o “ouro infinito” seria aí introduzido por homens do sertão da África, não-muçulmanos.²¹¹

A segunda armada de Vasco da Gama partiu de Lisboa em 1502 e nela seguiram os primeiros navios que deveriam permanecer na Índia para bloquear o comércio islâmico-veneziano e defender as recém-criadas feitorias portuguesas de Cochim e Cananor das investidas do rei de Calecute.²¹² Após a passagem do cabo da Boa Esperança, Gama enviou Pedro Afonso de Aguiar ao Cabo das Correntes, capitaneando a maior parte da armada, e seguiu para Sofala, com quatro navios. Segundo Castanheda, ali teria passado vinte e cinco dias resgatando algum ouro e prospectando o terreno para a construção de uma futura fortaleza. Nesse período também “assentou amizade” com o rei de Sofala.²¹³

As três primeiras armadas da chamada *Carreira das Índias*, portanto, permitem entrever o projeto português para o Índico, e não restam dúvidas de que era um projeto primordialmente comercial, oficializado e sistematizado em 1505 com a criação do vice-reino da Índia.

*

A ocupação lusa dos diferentes territórios ultramarinos havia sido regulamentada por meio de diferentes soluções administrativas, nem sempre coincidentes. Grosso modo, a solução das capitanias-donatarias foi adotada em regiões nas quais, para os propósitos coloniais era premente estabelecer núcleos de povoamento, como as Ilhas Atlânticas ou, posteriormente, a América portuguesa. Os limites à autonomia dos capitães abarcavam vários níveis de

²¹⁰ Cf. LACERDA, T. op.cit. Sobre Sancho de Tovar, ver QUINTELLA, I.C. op.cit., pp.249-250; CASTANHEDA, F.L. op.cit., p.43.

²¹¹ “Relação italiana sobre os descobrimentos portugueses”. 23 de outubro de 1505. DPMAC, vol.I, pp.44-46. O refém teria informado, ainda, que Sofala era politicamente sujeita ao rei de Quiloa. A percepção portuguesa acerca das relações entre Sofala e Quiloa será retomada adiante, bem como a constituição das redes comerciais muçulmanas no Índico. Sobre o ouro do sertão, ver SANTOS, M.E.M. *Viagens de exploração terrestre...* op.cit., p.71.

²¹² THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., p.179.

²¹³ CASTANHEDA, F.L. op.cit., p.45.

administração: a distribuição de terras em sesmaria; a administração da Fazenda (limitada pelo emprego de um provedor e de um quadro funcional vinculado à administração senhorial); a Justiça, submetida às decisões dos ouvidores-gerais, corregedores e tribunais régios e a política de guerra, que se sujeitava às diretivas régias.

Já nas possessões portuguesas no norte da África ensaiaram-se soluções jurídico-administrativas diversas. A administração lusitana aí começara com a nomeação de capitães-mores, que acumulavam as funções de chefes militares e regedores, enquanto a gestão econômica e a *governança* era reservada ao Infante Dom Henrique e exercida a partir do reino. A partir de 1449, Dom Afonso V passou a conceder esporadicamente a *governança* a alguns capitães-mores que, assim, se tornaram governadores. Esses passaram a deter as competências de prover todos os ofícios da cidade (vedor da Fazenda, tesoureiro-mor, contadores, escrivães e recebedores, por exemplo) – além de criar aqueles que julgassem necessários – despender valores e tratos destinados às despesas e administrar fazenda e rendas, sem prejuízo das prerrogativas de chefes militares e regedores da Justiça, de que já gozavam com igual grau de independência.

É importante destacar que a atribuição da *governança* para o caso do norte da África se deu esporadicamente, como um tipo de privilégio, e que ali se constituíram praças autônomas entre si, nas quais estava ausente a ideia de um governo geral comum. Por isso o modelo de administração adotado no Índico representou uma grande novidade institucional: os vice-reis ou governadores da Índia recebiam, ainda que temporariamente, poderes alargados em relação à totalidade das três áreas – Justiça, Fazenda e militar – sem as restrições impostas aos capitães-donatários das Ilhas Atlânticas (e da América) e aos governadores das cidades do norte da África. A instituição do vice-reino apresenta, por um lado, a personificação de plenos poderes reais na figura de um magistrado, e, de outra parte, a articulação, sob sua jurisdição, de uma rede de feitorias dispersas por diversos pontos do Índico.²¹⁴

²¹⁴ O vice-reino da Índia foi instituído com base nos triênios: todos os oficiais, desde o vice-rei, eram enviados ao Índico com cartas de poder e regimentos nos quais se indicava explicitamente o prazo de seus mandatos. Ver “Carta de poder de capitão-mor a D. Francisco de Almeida”. 27 de fevereiro de 1505. DPMAC, vol.I, pp.146-148 e “Regimento de capitão-mor a D. Francisco de Almeida”. 27 de fevereiro de 1505. DPMAC, vol. I, p.184. Apesar da abrangência dos poderes

A historiadora portuguesa Catarina Madeira Santos explicou os motivos da adoção deste aparato institucional:

Efetivamente, no que diz respeito à Índia, o problema da criação de uma solução institucional diversificava-se em três planos: I) o rei natural não podia estar fisicamente presente à decisão das questões de governo, nem sequer comunicar com a brevidade necessária; II) o desconhecimento global das realidades orientais implicava uma administração experimental; III) o perfil da presença portuguesa apenas se coadunava com a categoria experimental das fortalezas-feitorias. [...] A questão da distância e da morosidade das comunicações entre Lisboa e o Índico levava a que fossem dadas, na Índia, diretivas de governo que a tradição jurídica associava à figura do rei. Logo, a questão do absentismo régio devia ser resolvida pela delegação das atribuições reais a um oficial dotado da mesma dignidade. [...] Mas, paralelamente, a administração portuguesa, nos primeiros anos da expansão no Índico, desenhou-se com base numa estratégia de experimentação. Com a chegada à Índia abriu-se um imenso espaço que era preciso dominar. Um espaço completamente novo e desconhecido e no qual o poder real deveria expandir-se, estruturando-o através da imposição de mecanismos de exercício de poder. **O espaço ultramarino, neste caso a Índia, apresentava-se como uma área insondada que exigia uma permanente predisposição para a experimentação no campo político-administrativo e, inevitavelmente, para a ‘invenção’.**²¹⁵

O instrumento que conferiu o carácter político do cargo de vice-rei é a “Carta de Poder outorgada a Francisco de Almeida”. Nela se estabeleceram todas as prerrogativas de que gozaria o capitão no exercício de seu cargo. O vice-rei seguiu para a Índia imbuído de autoridade para retirar do cargo qualquer oficial, “nos casos que lhe parecer que cumpre por nosso serviço”, e substituí-los por aqueles “quais bem vistos lhe for e que melhor nos possam servir [...]”.²¹⁶ Desse modo, o rei delegava ao seu preposto máximo a função de fiscalizar o cumprimento das atribuições de seus oficiais e assegurar o cumprimento das provisões e regimentos de cada ofício. A função de fiscalizar os oficiais estender-se-ia também, e principalmente, aos feitores, como se verá a seguir.

concedidos aos governadores e vice-reis, algumas prerrogativas continuaram exclusivas do rei, como a autoridade para estabelecer o valor da moeda e o uso de símbolos e insígnias reais máximas, como o cetro e a coroa. SANTOS, C.M. “Goa é a chave de toda a Índia”. *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1579)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999. pp.58-62.

²¹⁵ Idem, p.48. [grifo meu].

²¹⁶ “Carta de poder de capitão-mor a D. Francisco de Almeida”. 27 de fevereiro de 1505. DPMAC, vol.I, pp.146-148.

Entre os poderes de Justiça, o governador-mor passava a possuir “inteiro poder e alçada” não apenas sobre aqueles que estavam sob seu mando direto (oficiais e moradores da fortaleza e tripulações das armadas), mas sobre todos e quaisquer súditos do rei de Portugal que andassem por aquelas partes.²¹⁷ Este universo de pessoas estaria sob sua alçada em “todos os casos assim cíveis como criminais”, podendo, inclusive, sofrer a pena de morte e – dado significativo, que aponta com clareza para a transferência total dos poderes de Justiça régios para a figura do vice-rei – sem o direito à apelação. Ou seja, a autoridade máxima da Justiça lusitana naquelas partes do Índico seria, a partir daquele momento e indubitavelmente, o vice-rei.

A administração da Fazenda real também foi objeto de consideração na carta, na qual se conferiu a Dom Francisco “inteiro poder” de decisão sobre assuntos referentes à compra e venda de mercadorias e carga das naus, bem como “de toda outra coisa que a bem de nossa fazenda toca proveja”. Os feitores e escrivães das feitorias – tanto os que já estavam lotados em Cochim, Cananor e Ceilão, quanto aqueles destinados a feitorias por construir, que seguiam na armada – deveriam prestar contas diretamente ao vice-rei e atender a todos os seus pedidos e orientações. Note-se que o que a Carta concedia a Dom Francisco – e aos governadores subsequentes – era o exercício regular da *governança*, apenas esporadicamente concedido aos administradores de feitorias no norte da África, conforme indicado anteriormente por Madeira Santos.

Por fim, a Carta de Poder estendia ao vice-rei todos os poderes relativos à diplomacia e à guerra. No que toca à diplomacia, a autoridade para assentar tratados de “paz e amizade” já havia sido concedida a Pedro Álvares Cabral, em 1500,²¹⁸ e fora utilizada por Vasco da Gama quando da assinatura do tratado de vassalagem com Quiloa, como se verá adiante. Quanto às disposições

²¹⁷ O título de vice-rei não foi concedido a todos os governadores da Índia, embora os regimentos e os poderes concedidos a uns e outros não fossem substancialmente diferentes. O próprio Regimento de D. Francisco, bem como a sua Carta de Poder tratam-no por governador e capitão-mor, o que leva a supor que a concessão do título se tratasse de uma honraria *conquistada*. Andréa Doré fornece uma pista que corrobora essa interpretação ao transcrever trecho de uma carta de D. Manuel a D. Francisco, na qual o rei assegurava: “Vos dou o título de vice-rei tanto que fizerdes a primeira fortaleza do Cabo da Boa Esperança para dentro”. Cf. DORÉ, A. “A fortaleza e o navio: espaços de reclusão na Carreira da Índia”. In: *Topoi*, vol.9, nº16, jan-jun. 2008, pp.91-116. P.95. O documento que conferiu o título a D. Francisco não foi localizado, mas na documentação posterior a 1505 o governador é tratado por vice-rei.

²¹⁸ SANTOS, C.M. op.cit., p.58.

referentes à guerra e à paz, a Carta outorgava a Dom Afonso o título de capitão-mor, o que significava o desempenho, nas partes da Índia, de uma função militar que os comandantes das armadas que o precederam também havia desempenhado.

A distância física do rei e a morosidade das comunicações com Lisboa explicariam a outorga desta autoridade e o ineditismo da solução administrativa adotada no Índico.²¹⁹ Mas o ineditismo da administração – e, em última instância, o ineditismo do próprio “Estado da Índia”²²⁰ – na história europeia repousa preferencialmente no *tipo* de espaço geográfico que se procura dominar. Ou melhor, constituir. Isto porque o chamado Império Português do Oriente não se constituiu, nos anos iniciais, propriamente como um império territorial. Segundo Luiz Filipe Thomaz, o Estado da Índia constituiu-se essencialmente como uma *rede*:

[...] não lhe interessa a produção de bens – mas a sua circulação; não se preocupa tanto com os homens como com as relações entre os homens; por isso, aspira mais ao controle dos mares que à dominação da terra. O caráter de rede é mais pronunciado que noutros casos [...].²²¹

Nas palavras de Catarina Madeira Santos, o vice-rei funcionava como uma espécie de *alter-ego* do rei, estando, para isso, como se viu, investido da maior parte dos poderes majestáticos, isto é, dos poderes que a doutrina jurídica portuguesa vinculava ao exercício do *officium regis*. E se, no Antigo Regime, a capital de um reino se definia em relação à presença de seu rei e de todo o aparelho burocrático que o acompanhava, no caso do Estado da Índia urgia

²¹⁹ O percurso de ida e volta entre Lisboa e a costa indiana durava um ano inteiro, “o que tinha como corolário uma extrema lentidão de contatos que vinha dificultar o transporte de pessoas e mercadorias, a transmissão de informações, a continuidade da cadeia administrativa”. Cf. ANDRADE, A.A. “Novos Espaços, Antigas Estratégias: O Enquadramento dos Espaços Orientais”. In: CUNHA, M.S. (coord.). *Os espaços de um Império. Estudos*. Trad. Teresa Curvelo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999. p.35.

²²⁰ A expressão “Estado da Índia” somente se generalizou na documentação portuguesa a partir da segunda metade do século XVI e designava não um espaço territorialmente bem definido, mas “o conjunto dos territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses administrados, geridos ou tutelados pela Coroa portuguesa no Oceano Índico e mares adjacentes ou nos territórios ribeirinhos, do cabo da Boa Esperança ao Japão”. Cf. THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., p.207.

²²¹ THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., p.210.

eleger uma cidade para residência do vice-rei e para o estabelecimento dos órgãos da administração.

Ora, os portugueses não conquistaram nenhum território nos anos que separam a viagem de Vasco da Gama da criação do vice-reino da Índia. Este aparente detalhe se desdobrou em uma situação inusitada: “Dom Francisco de Almeida era ainda um vice-rei que tinha por capital o convés da sua nau”.²²² O próprio *Regimento* entregue a Francisco de Almeida – o primeiro estatuto administrativo do Estado da Índia – que detalha aspectos da estrutura que Portugal buscou implementar no Índico, revela o pronunciado caráter de *rede* que se pretendeu imprimir à presença lusa naquela parte do planeta.

Do ponto de vista estratégico, o que o documento revela de mais significativo é o plano de construção de feitorias/fortalezas em pontos do litoral do Índico, com destaque para sua importância no plano geral: Quiloa e Sofala estariam destinadas a assegurar o comércio e o fornecimento do ouro para o trato da pimenta nas feitorias de Ceilão, Cochim e Angediva.²²³ A cidade de Melinde aparece no regimento já como reino amigo, para o qual os funcionários régios deveriam dispensar tratamento diferenciado em função, especialmente, de seu importante papel de entreposto do comércio dos panos de Cambaia, mercadoria fundamental para a obtenção do ouro na costa.

À Ilha de Moçambique estava reservado o papel de escala privilegiada da carreira da Índia, devido à sua localização estratégica – “demasiado ao sul para sofrer as investidas dos turcos e suficientemente ao norte para ali chegarem todas as notícias do Índico”²²⁴ – e ao regime de monções dos litorais do Índico, que obrigava as naus portuguesas a esperar aí a chegada de vento propício para alcançar a Índia.²²⁵ Além das qualidades de ordem natural, a Ilha de

²²² THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., p.213. “A escolha definitiva de uma cidade para capital do Estado da Índia só foi completamente resolvida em 1530, altura em que o vice-rei passou a residir efetivamente em Goa [cidade onde os portugueses exerceram soberania plena pela primeira vez na história de sua presença e Ásia e que somente foi conquistada em 1510] e para ali mudou as instituições centrais: a Casa da Matrícula e a Casa dos Contos”. Cf. SANTOS, C.M. *Entre Velha Goa e Pangim: a capital do Estado da Índia e as reformulações da Política Ultramarina*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Instituto de Investigação Científica Tropical, 2001, p.4.

²²³ A armada seguia com oficiais nomeados para os diversos quadros da administração e quatro dos capitães nomeados para as referidas fortalezas. CORREIA, G. *Lendas da Índia*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1858-1866. [1510].

²²⁴ SANTOS, M.E.M. *Viagens de exploração terrestre...* op.cit., p.73.

²²⁵ O sistema austral índico é regular, assim como as correntes marítimas e de ar de outras massas oceânicas. Em contrapartida, no sistema setentrional índico, os ventos de monções

Moçambique era centro de uma bem desenvolvida indústria de construção de embarcações, para a qual convergia a produção de goma para calafetagem, palma e ráfia para velas e cordas da ilha de Mafia. Para além dos pormenores desta indústria, note-se que a observação, o registro das características técnicas das embarcações e dos instrumentos de navegação aí produzidos e/ou utilizados ocuparam muitas páginas dos relatos que precederam o envio da armada de 1505, o que indica que a escolha deste porto como escala também tenha considerado a maior facilidade em suprir as eventuais necessidades de insumos para reparos nas embarcações portuguesas.²²⁶

A operação de Quiloa foi objeto de considerações minuciosas no Regimento, que não descuidou de seu papel no comércio do ouro de Sofala. O já referido informante mouro de Sancho de Tovar e Pedro Álvares Cabral havia afirmado, anos antes, que a ilha de Sofala era possessão do rei de Quiloa. Alberto da Costa e Silva identifica um período de submissão de Sofala ao reino de Quiloa, mas localiza o término deste período nos finais do século XV, antes, portanto, da chegada dos portugueses ao Índico.²²⁷ Malyn Newitt é categórico ao afirmar que “Sofala era um antigo centro mercantil cuja vida comercial de **modo nenhum** se centrava em Quiloa”.²²⁸ Em sua segunda viagem à região, Vasco da Gama visitou as duas cidades; com o rei de Sofala, em situação de grande tranquilidade, assentou “paz e amizade”. Do rei de Quiloa, por sua vez, Gama obteve a assinatura de um tratado de vassalagem por meio de ameaças:

[...] aos 12 deste mês de julho de 502 e me quisera ver com El-rei para com ele fazer paz e amizade e ele se não quis ver comigo, mas antes se houve mui descortesmente, pelo qual me armei com toda a gente que tinha com determinação de o destruir, e me fui em meus batéis defronte de sua casa, e pus a proa em seco e o mandei chamar muito mais descortesmente do que se ele comigo houve. E ele houve por seu barato fazê-lo assim e veio, e fiz com ele paz e amizade com tal condição que

alteram o regime de correntes, aproximadamente na altura da Ilha de Moçambique. A partir deste ponto, nos meses de inverno (outubro a março), os ventos alísios sopram do oceano para o continente; nos meses de verão (abril a setembro), no sentido inverso. Deste modo, o verão é a estação que favorece a navegação em direção à Índia, partindo da costa africana; e o inverno, a estação que favorece o retorno daí para o litoral moçambicano.

²²⁶ Cf. NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., pp.27-28. “Item, as naus desta terra são grandes e sem cobertas e não têm pregadora, e andam apertadas com tamica e [...] os barcos e suas velas são esteiras de palma e os marinheiros delas têm agulhas genoíscas por que se regem e quadrantes e cartas de marear”. *Roteiro da Primeira Viagem...* op.cit., p.20.

²²⁷ SILVA, A.C. *A enxada e a lança...* op.cit., pp.364-371.

²²⁸ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., p.28. [grifo meu].

ele pague de tributo e páreas a El-rei meu senhor mil e quinhentos maticais d'ouro em cada um ano, os quais mil e quinhentos maticais me logo pagou deste ano presente em que estamos, e se fez vassalo de Sua Alteza [...].²²⁹

O estabelecimento de acordos em circunstâncias e de teor tão diversos indica que desde pelo menos 1502 as autoridades portuguesas conheciam a independência política de Sofala em relação a Quiloa. Possivelmente, a chave para compreender a razão de Quiloa ser elencada como estratégica para o trato do ouro de Sofala não seja uma suposta submissão política, mas, novamente, o regime de monções do Índico. Embora os destinos do ouro fossem a Índia e o golfo Pérsico, só muito raramente os mercadores destas regiões efetuavam viagens diretas a Sofala; isto porque o regime de monções só permitia aos árabes e guzerates alcançar a costa índica africana no período entre outubro e março, e a viagem de regresso deveria necessariamente ocorrer entre abril e setembro.²³⁰

Era, portanto, muito difícil, senão impossível, atingir um ponto tão a sul como Sofala e retornar em uma única estação. Quiloa, mais ao norte, encontrava-se em localização ideal para desempenhar o papel de intermediária. Este, entre outros aspectos, possibilitou que ao longo dos séculos Quiloa fosse adquirindo uma excepcional, porém não exclusiva, importância para o comércio internacional; quando da chegada dos portugueses, detinha um importante *hinterland* agrícola e era o centro de uma rede local de pequenas cidades mercantis, que suplementavam e complementavam as trocas comerciais da grande metrópole com os mundos árabe e indiano.²³¹ O regimento demonstra clareza com relação a esta posição, indicando que ali havia “grande riqueza do ouro pelo muito tempo que há que tem o trato de Sofala” e, para além, que devido a este trato secular, rei e mercadores eram “mui ricos”.²³²

²²⁹ “Ordem de Vasco da Gama aos capitães dos navios que aportarem a Quiloa”. Quiloa, 20 de julho de 1502. DPMAC, vol.I, pp.36-38.

²³⁰ MUSCALU, I.P.O. op.cit., p.44.

²³¹ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., pp.28-29. O autor ainda aponta que Quiloa situava-se em uma espécie de “bifurcação”, da qual um dos caminhos seguia rumo ao norte de Madagascar via Comores e o outro levava ao sul, para a costa de Sofala. Sobre o *hinterland* agrícola, uma fonte portuguesa anônima informa, no final do século XV, sobre a produção de coco, laranja, limão, várias leguminosas, cebolinha e ervas aromáticas, nozes de areca, várias espécies de ervilha e sorgo, além da criação de gado, ovelhas e cabras e o cultivo de algodão. Cf. MATVEIEV, V.V. op.cit., pp.512-513.

²³² “Regimento...” op.cit., p.198.

Sabe-se, conforme já exposto, que os primeiros contatos e os estabelecimentos muçulmanos na região datam dos séculos IX e X; a localização estratégica, associada ao paulatino crescimento comercial regional, transformou Quiloa em um entreposto de marfim e outros produtos que, à época, interessavam aos árabes, persas, indianos e chineses. Imigrantes muçulmanos estabeleceram-se na cidade nesse período. Do século XII em diante, grosso modo, a penetração islâmica avançou para o sul, alimentada principalmente pelo desenvolvimento das trocas mercantis do Índico, pelo aumento da área de influência do Egito ao Mar Vermelho, Adem e sudoeste da Arábia e pela conquista da Índia por grupos islâmicos. Nos finais do século XIII esse processo ganhou novo fôlego com a conversão ao islamismo de grande parte da população da Indonésia.²³³

Segundo Ivan Hrbek,

Não cabe espanto em razão desta supremacia do comércio muçulmano não ter nada de fortuita: ela é o reflexo do dinamismo de toda a estrutura socioeconômica do mundo muçulmano à época, assim como da sua situação geográfica favorável, no cruzamento dos continentes. Nenhuma das áreas culturais do Velho Mundo pôde, como vimos, manter nesta época contatos duráveis com todas as demais; a área islâmica foi a única que construiu uma verdadeira rede comercial entre continentes.²³⁴

Conhecedores das dinâmicas e variadas estratégias comerciais adotadas no Índico, é possível que os portugueses estivessem traçando um projeto em que se pretendia, a um só tempo, dominar comercialmente tanto o porto da principal região aurífera – Sofala – quanto um dos mais importantes entrepostos do comércio com os árabes e *guzerates* – Quiloa – e bloquear um possível desvio desse produto, por terra, pelos mercadores muçulmanos.²³⁵ Embora o Regimento deixasse clara a relação intrínseca que pretendia estabelecer entre as duas cidades, uma vez que o controle de ambas era considerado

²³³ CURTO, D.R. op.cit., p.87.

²³⁴ HRBEK, I. op.cit., p.27.

²³⁵ “E lembramos vós, no caso que dano lhe hajais de fazer, que aqui temos informação que **há grande riqueza d’ouro pelo muito tempo que há que tem o trato de Sofala** e que nos é dito que o rei é muito rico, e assim que há aqui mercadores mui ricos e que **há aqui também muitas mercadorias muito proveitosas para o trato de Sofala pela escapola que se ali fazia**. E, portanto, vigiai e fazei nisto tudo o que de vós confiamos para tudo se arrecadar de maneira que se não perca nada”. “Regimento de capitão-mor...”, op.cit., p.198. [grifos meus].

indispensável ao trato da pimenta, as determinações para uma e outra diferiram substancialmente em alguns pontos.

Para Quiloa, as orientações previam as seguintes possibilidades: i) caso o rei estivesse cumprimento o pagamento dos tributos estabelecidos no tratado de vassalagem assinado em 1502, D. Francisco deveria se dirigir a ele em missão diplomática e informar os planos de construção da fortaleza; ii) caso os mercadores muçulmanos não apresentassem resistência ao plano, a orientação era para que os deixassem ir sem feri-los, não sem antes confiscar todas as suas fazendas; iii) caso houvesse resistência por parte do rei ou dos mercadores, a cidade deveria ser tomada à força, os mercadores, escravizados e todas as fazendas confiscadas. Com o consentimento do rei, a fortaleza seria construída sem maiores embaraços; sem o seu consentimento, D. Francisco deveria fazer “todo o dano” que pudesse.²³⁶

Sendo considerada apenas um entreposto, garantir sua posse significaria eliminar os concorrentes islâmicos e desorganizar suas redes comerciais. Já em Sofala era necessário o cuidado com os “naturais da terra”; com eles, a relação teria forçosamente que ser estabelecida em bases distintas, uma vez que os portugueses não conheciam e, naquele momento, não dispunham dos meios e condições para acessar as rotas de acesso ao ouro do interior, e precisariam destes intermediários. Por isso, ainda que recomendasse o ataque impiedoso aos mercadores muçulmanos da cidade, o Regimento destacava que

[...] aos naturais da terra não fareis dano, assim em suas pessoas como em suas fazendas, porque tudo queremos que lhes seja guardado, **dizendo-lhes que aos ditos mouros que mandamos cativar e tomar todo o seu, o mandamos assim fazer por serem inimigos de nossa santa fé católica**, e com eles termos continuamente guerra, e que a eles sempre havemos de folgar de fazer todo o bem e mercê e de serem bem tratados, e aproveitados, assim como **coisas nossas próprias**, em cujo lugar sempre os havemos de ter. E que não se escandalizem de coisa alguma, porque em tudo receberão favor e bom trato. E nos direitos do rei, a saber, aqueles que ele houver da terra, nos praz que não bulais e lhos deixeis haver assim como os havia, até nós mandarmos o contrário, e com

²³⁶ MUSCALU, I.P.O. op.cit., p.46.

todas boas palavras seja o dito rei e os da terra bem tratados e favorecidos.²³⁷

Embora parte considerável de suas ações no Índico tenha se justificado pela guerra aos “infiéis” – ideia claramente expressa nesse trecho do Regimento, na medida em que o ataque aos mercadores de Sofala se justificaria perante os “naturais da terra” sob esse prisma – a Sofala do século XVI era uma cidade profundamente islamizada, e seu próprio soberano, bem como a maior parte daqueles que o Regimento classificava como “naturais da terra” professavam a fé muçulmana. Deve-se notar que nos capítulos concernentes a Quiloa não se fez tal distinção; todos os habitantes da cidade, sem exceção, eram tomados por mouros que, em caso de resistência, deveriam ser submetidos à força.²³⁸

Se, de modo geral para as cidades comerciais do Índico, pertencer a uma linhagem do xarifado constituía a base do prestígio em que o sucesso mercantil se assentava, em Sofala esta necessidade se combinava com a igual importância dos laços de parentesco com as principais linhagens africanas, fundamentais para a realização do comércio no interior e para os negócios correntes na cidade. Por meio de uma política de casamentos, o próprio *sheik* e os demais mercadores de Sofala uniam-se às famílias importantes do *hinterland* contíguo. Nas palavras de Malyn Newitt, o *sheik*, “à boa maneira das aranhas, se instalara bem no centro da sua teia de relações”. A segurança da cidade, bem como o abastecimento de víveres e a passagem segura das caravanas comerciais de e para o interior dependiam intrinsecamente da amizade com os poderes africanos do interior e, portanto, “da rede de laços familiares que com eles se pudesse estabelecer”.²³⁹

Não é razoável supor que D. Manuel e seus assessores na redação do Regimento desconhecessem este dado. Segundo Castanheda, em sua segunda viagem Vasco da Gama esteve em Sofala por vários dias, durante os quais se encontrou com o *sheik* e tratou de “assentar paz e amizade”; parece pouco

²³⁷ “Regimento de capitão-mor...” op.cit., p.180.

²³⁸ MUSCALU, I.P.O. op.cit., pp.47-48.

²³⁹ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., pp.25-27.

provável que a Gama tenham passado despercebidas essas características essenciais do funcionamento da rede mercantil que ligava Sofala ao interior.²⁴⁰

Por fim, o regimento estabelecia a partida anual de naus para o comércio regular de mercadorias; para, simultaneamente, garantir a segurança destas naus e das fortalezas, fechar a passagem dos mouros pelo Mar Vermelho e vedar ao Cairo o acesso ao Índico, dispôs sobre a manutenção de esquadras permanentes, de modo a organizar a vigilância naval da costa africana até o estreito de Aden. Regulamentava-se, ainda, um regime geral de presas para o corso contra os mouros e estabelecia-se total proibição – alicerçada em severas penalidades – àqueles que a infringissem – da venda de armas aos mesmos.²⁴¹

Deste modo, o Regimento apresenta um projeto para o Índico segundo o qual se manteria, a princípio, a subordinação de pontos dispersos de uma rede centralizada na figura do governador, ou vice-rei, Dom Francisco de Almeida. As feitorias – os pontos desta rede – cumpririam diferentes papéis no interior desta estrutura: Cochim, Ceilão e Cananor forneceriam pimenta e especiarias, interesse central dos lusitanos no Índico; uma vez que estes produtos somente poderiam ser obtidos em troca de metais preciosos, seria preciso estabelecer fortalezas/feitorias nas cidades de Sofala, pela proximidade dos centros produtores de ouro (nomeadamente o Reino do Monomotapa), e Quiloa, por sua localização estratégica.

Uma vez que o ouro que se comercializava nessas duas cidades era trocado especialmente pelos panos indianos do Guzerate, no golfo de Cambaia, e que Melinde era tradicional entreposto destes tecidos, o Regimento previa o estreitamento dos laços de amizade firmados por Vasco da Gama com o *sheik* desta cidade em sua primeira viagem. E, por fim, a Ilha de Moçambique enquadrava-se neste projeto pela localização estratégica e, possivelmente, pela

²⁴⁰ MUSCALU, I.P.O. op.cit., p.48. O regimento, entretanto, deixa claro que esta ordem era temporária – “até nós mandarmos o contrário” – o que permite especular que este primeiro contato teria um caráter prospectivo e que, tão logo fosse possível acessar sem intermediários as redes comerciais de e para o interior, ocorreriam drásticas alterações da política para a região.

²⁴¹ Certas disposições da Carta de Poder, especialmente aquelas relativas à fiscalização dos oficiais e aquelas referentes às alçadas cível e criminal, encontram-se reafirmadas no Regimento, que também se ocupou dos pormenores da gestão da Fazenda Real. O capítulo final reitera a liberdade de introdução de alterações ao Regimento, já disposta na Carta de Poder. Além de inúmeros e detalhados capítulos de regras para a África e o comércio do Índico, elencava as obrigações dos feitores, o regime de compras, contabilidade, disciplina dos marinheiros, liberdades comerciais, restrições ao comércio de mercadorias etc.

facilidade de obtenção de insumos para eventuais reparos nas naus da Carreira da Índia.

Na síntese de Luiz Filipe Thomaz,

A linha essencial [da rede] é a que liga Lisboa a Cochim, permitindo o escoamento das especiarias para a Europa e o remuniciamento do sistema. Mas, cedo, a própria necessidade econômica impõe a passagem a um esquema de comércio triangular [...] na ausência de produtos que interessassem aos mercados indianos, os portugueses são obrigados a pagar em metal sonante as especiarias que adquirem – o que os leva a interessarem-se igualmente pelo ouro do Monomotapa, escoado pelo porto de Sofala. Este era tradicionalmente obtido pelos árabes a troco de tecidos de algodão indiano, oriundos sobretudo do Guzerate. O comércio do ouro conduz, assim, os portugueses ao dos panos e arrasta-os para o golfo de Cambaia – como o das especiarias os levava ao do ouro e às costas moçambicanas. **A assimetria original do regime de trocas só podia, com efeito, ser equilibrada por uma diversificação qualitativa do comércio, que impunha um alargamento do âmbito geográfico. O sistema continha, assim, em si mesmo o germen da sua expansão, tendendo virtualmente para o domínio total da rede comercial do Índico.**²⁴²

Duas linhas, um nó

Comandando uma armada de seis velas, Pero de Anhaia partiu de Portugal com destino a Sofala a 18 de maio de 1505, alcançando esta cidade provavelmente em setembro do mesmo ano. Três das embarcações deveriam seguir até a Índia, de onde levariam a Portugal a carga de especiarias, e as outras três deveriam guardar a costa de Sofala, oferecendo a segurança necessária para que Anhaia construísse a fortaleza conforme o planejado. De acordo com uma “Relação das armadas”, dois navios foram danificados e perdidos – entre eles, aquele que levava o cofre com o cabedal para a carga da pimenta – e outros dois capitães morreram em circunstâncias trágicas: João Leite teria se afogado durante uma pescaria e João de Queiróz teria sido morto, juntamente com o mestre, o piloto e parte da tripulação, por habitantes da região do Cabo das Correntes. Pero de Anhaia e Manuel Fernandez chegaram ao

²⁴² THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., pp.213-214. [grifo meu].

destino²⁴³ e, seguindo as orientações do Regimento de D. Francisco de Almeida, instalaram a feitoria pacificamente, com o aval do *sheik* de Sofala, Yussuf, a quem entregaram diversos presentes:

[...] uma camisa branca de algodão com ourelas de seda e avaliada em um matical, e um godomecy de dezesseis peles de couro branco e azul e roxo com ourelas de ouropel, e duas almofadas de godomecy azul e branco, e um alquice de laçar largo [...] e uma bacia de latão grande de bordas, e outra bacia de mijar [*sic*] pequena, e dois ramais de corais que pesaram nove onças, e um ramal de alambares muito grossos, e dois fios de contas de estanho grossas de cinquenta contas cada um, e quatro ramais de contas de estanho miúdas que tinham todos quatro cinquenta e duas contas, e um maço de contas cristalinas de Veneza azul, que tinha quinhentas contas, e sete varas de pano de Bretanha branco bornido, e quatro varas de toalhas de mesa.²⁴⁴

A quantidade e qualidade dos presentes parecem fazer jus à riqueza da corte, conforme foi descrita por Castanheda; o encontro da embaixada portuguesa com o *sheik* deu-se em uma das propriedades deste:

[...] uma casa mui comprida e estreita, onde estavam assentados bem cem mouros homens baços, todos mercadores, com fotas de seda nas cabeças e nus da cinta para cima, e daí para baixo cingidos de panos de algodão, e de seda, e outros tais sobraçados, e nas cintas uns cuitelos [cimitarras] [...] com tachas de marfim guarnecidas de ouro, a que eles chamam quifios: tinham nas mãos uns ramais d'alambares serrados pelo meio com borlas de sedas de muitas cores, estavam assentados de uma parte e de outra em trepeças baixas de três pés em triângulo, e os assentos eram de couro com cabelo. [...] El rei estava em uma casinha armada de panos de seda, e não era maior que quanto cabia um esquife da Índia em que El Rei estava deitado sobre um pano de seda: era homem de grande corpo, membrudo e preto: estava ataviado da mesma maneira que os mouros, se não que os seus panos eram de maior preço, e tinha junto consigo um grande molho de azagaias.²⁴⁵

Como ocorrera com Vasco da Gama anos antes, Anhaia foi recebido com grande honra e cortesia. O *sheik* concedeu permissão para que o capitão

²⁴³ “Relação das Armadas”. 1505. DPMAC, vol.I, pp.90-92.

²⁴⁴ “Mandado de Pero de Anhaia”. 27 de outubro de 1505. DPMAC, vol.I, pp.296-298. Sobre as mercadorias, ver Glossário.

²⁴⁵ CASTANHEDA, F.L. op.cit., LÇivro II, pp.34-35.

escolhesse o terreno que melhor lhe aprouvesse para a construção da fortaleza; em meados do mês de setembro se instalaram o capitão-mor, o alcaide, o feitor e os oficiais da feitoria, que rapidamente foi assentada para que se iniciasse o trato o quanto antes.²⁴⁶ Um documento datado de 24 de outubro refere que o almoxarife dos mantimentos estava ocupado em “recolher os mantimentos e apousentações”²⁴⁷ – instalar os armazéns em terra e distribuir o aquartelamento –, e um mandado assinado por Pero de Anhaia dava as providências para a instalação do serviço religioso; um terceiro documento data de 30 de outubro a instalação do serviço de almoxarifado dos mantimentos.²⁴⁸

No início de 1506, Pero de Anhaia deu início à estratégia de extensão da rede portuguesa em duas direções: nos meses de janeiro e fevereiro enviou embaixadas com presentes a alguns reinos do interior contíguo a Sofala e, simultaneamente, mandou seu filho, Francisco de Anhaia, como capitão de uma flotilha que, além de patrulhar e bloquear a costa à navegação dos mercadores de Adem e do Guzerate, levava consigo mercadorias como panos de Bretanha, manilhas de latão, corais, alambares, matamugo e outras, como amostras a ser oferecidas a possíveis novos parceiros comerciais, contatados nos portos do Índico. Também remeteu amostras de ouro obtidas em Sofala para as Casas da Índia e da Guiné para que se procedesse a uma investigação de qualidade e à fixação do câmbio do matical.²⁴⁹

Entretanto, em meados de abril daquele ano – apenas sete meses após sua instalação – a fortaleza foi violentamente atacada por moradores das duas povoações de Sofala. Segundo a narração de Castanheda,

Neste tempo os nossos que estavam na tranqueira de Sofala **estavam em muita paz com a gente da terra e havia grande resgate de ouro**, o que os mouros sentiram muito, **porque viam que lhes tiravam os nossos o ganho** [...] fizeram crer a El Rei Yussuf que os nossos não eram ali vindos para resgatar

²⁴⁶ Idem, *ibidem*.

²⁴⁷ “Mandado de Pero de Anhaia”. 24 de outubro de 1505. DPMAC, vol.I, pp.292-294.

²⁴⁸ “Mandado de Pero de Anhaia”. Outubro de 1505. DPMAC, vol.I, pp.128-134; “Mandado de Pero de Anhaia”. 30 de outubro de 1505. DPMAC, vol.I, pp.304-306.

²⁴⁹ “Mandado de Pero de Anhaia”. 13 de janeiro de 1506. DPMAC, vol.I, p.370; “Mandado de Pero de Anhaia”. 3 de fevereiro de 1506. DPMAC, vol.I, p.402; “Mandado de Pero de Anhaia”. 11 de fevereiro de 1506. DPMAC, vol.I, p.418. Em 1516, João Vaz da Almada, alcaide-mor e capitão interino da fortaleza de Sofala, informava que o matical equivalia a 500 reais até aquele ano e refere um mandado real a partir do qual o matical passava a valer 467 reais. Cf. “Rol do pagamento de soldos e mantimentos da fortaleza de Sofala”. 1516. DPMAC, vol.IV, p.272.

ouro somente, mas para lhe tomar a terra, porque ficassem de todo senhores do ouro que havia nela [...] e que se ele os queria lançar fora da terra que então tinha muito bom tempo, assim por eles serem muito poucos e doentes, como por não lhes poder vir socorro de nenhuma parte. Ao rei pareceu bem o conselho dos mouros e apercebeu sua gente para o executar.²⁵⁰

As fontes coevas informam que um certo membro da corte de Yussuf, Acote, que se tornara aliado dos portugueses, teria informado o plano aos recém-chegados, acorrendo com cem homens em seu auxílio. De dentro da paliçada da fortaleza, os portugueses responderam com artilharia pesada ao ataque de “flechas de fogo, tições acesos, pedras e paus tostados”. O combate teria durado todo o dia, deixando como saldo o campo ao redor da fortaleza “coberto de mortos”. Assustados com a artilharia lusitana, os sobreviventes se refugiaram no palácio de Yussuf. Anhaia não se deu por satisfeito: no dia seguinte embarcou com alguns homens em dois batéis bem armados e foi ao encontro de Yussuf

[...] os nossos entraram fazendo grande matança nos inimigos. E vendo-se El Rei entrado, e sentindo os nossos na casa em que estava [...] começou de atirar com as azagaia que tinha a par de si, e acertou de dar com uma no pescoço ao nosso capitão, e feriu-o um pouco. O que, visto pelo feitor, remeteu a El Rei e cortou-lhe a cabeça, e com sua morte se desbarataram de todo os inimigos, e fugiram, e os nossos ficaram senhores das casas e do lugar, a que o capitão não quis fazer mais dano por se já morto El Rei Yussuf, cuja cabeça o capitão mandou pregar no bico de uma lança e arvorá-la diante da tranqueira, para que os da terra a vissem e se escarmentassem para guardar lealdade aos nossos.²⁵¹

Na versão do cronista, para quem os portugueses estavam “em muita paz com a gente da terra”, o ataque teria sido repentino e motivado pela intriga de poucos comerciantes muçulmanos prejudicados pelo trato lusitano. Entretanto, um exame minucioso da documentação oficial da fortaleza sugere uma tensão crescente nas relações entre os portugueses e a população de Sofala, especificamente no que tange à questão do abastecimento de víveres para a

²⁵⁰ CASTANHEDA, F.L. op.cit., p.95. [grifos meus].

²⁵¹ Idem, pp.97-98.

fortaleza.²⁵² É importante lembrar que o abastecimento alimentar de Sofala dependia intrinsecamente das relações estabelecidas pelo *sheik* com os poderosos produtores do *hinterland*, conforme já foi destacado, e se estes, de fato, estivessem dificultando o abastecimento da fortaleza, certamente seria com o aval ou mesmo por ordem expressa do *sheik*.

A explicação para esta aparentemente repentina mudança de atitude do *sheik* de Sofala em relação à presença da feitoria portuguesa em seu território passa necessariamente pela configuração da rede que ligava, por um lado, as cidades costeiras aos reinos do interior e à península Arábica e à Índia e, de outra parte, à própria constituição do chamado Império Português na Índia. Conforme já referido, o regimento de Francisco de Almeida projetava a instalação de uma rede comercial que ligava todos os seus pontos ao trato da pimenta, com vistas a dominar o mercado europeu de especiarias. Cedo os portugueses perceberam que, para que esse projeto fosse bem-sucedido, não bastava apenas criar nova rede no Índico; era preciso eliminar a rede muçulmana. Como esclarece Charles Boxer,

O domínio do comércio marítimo do Índico, primeiro pelos árabes e mais tarde, em grande parte, por muçulmanos de origem indiana, sobretudo guzerates, em ambos os casos foi obtido muito pacificamente. As pessoas envolvidas no comércio marítimo não viajavam com suas famílias [...] arranjavam mulheres [...] nos portos onde ficavam à espera das monções favoráveis para a viagem de regresso. Os filhos eram quase invariavelmente educados como muçulmanos [...] Essas diversas colônias comerciais muçulmanas cresciam e floresciam [...]. Desse modo, os adeptos do Profeta disseminavam seu credo e o seu comércio desde a costa [...] da África oriental até às ilhas das especiarias da Indonésia, sem ter de empregar os métodos militares que caracterizam a expansão original do Islã do deserto da Arábia aos Pirineus e

²⁵² O volume das despesas com mantimentos nos primeiros meses do estabelecimento português em Sofala é significativo. Em pesquisa anterior, foi possível localizar seis mandados do capitão-mor que se referem especificamente à aquisição de mantimentos somente no período compreendido entre os dias 2 e 31 de dezembro de 1505 e apontar que os lusitanos começavam a encontrar dificuldades na compra de mantimentos das populações vizinhas e, portanto, dedicaram-se à formação de reservas de alimentos obtidos a distâncias cada vez mais alongadas. Cf. MUSCALU, I.P.O. op.cit., p.55. No Atlântico Sul, os portugueses lograram estabelecer uma rede centralizada em Lisboa e cuja proximidade entre os pontos permita, por exemplo, que do Algarve ou da Madeira fossem enviados mantimentos para as praças magrebina e outras feitorias africanas. No Índico, ao contrário, a distância obrigava os agentes lusitanos a desenvolver formas de garantir as linhas de abastecimento de alimentos e matérias-primas. Daí a centralidade da questão alimentar e a grande dependência dos portugueses em relação às culturas locais. Cf. ANDRADE, A.A. op.cit., pp.35-37.

ao Himalaia. O fato de terem cooperado estrita e cordialmente com os ricos mercadores e rajás hindus, em especial na costa ocidental da Índia, sem que nenhuma das partes tentasse converter a outra, consolidou o monopólio muçulmano do comércio no oceano Índico. Os portugueses perceberam imediatamente que só poderiam destruí-lo pela força bruta, e não pela competição pacífica.²⁵³

Comandando a segunda armada portuguesa enviada à Índia, Pedro Álvares Cabral, em 1500, já levava instruções para “dar caça no Índico aos navios de Meca que encontrasse”.²⁵⁴ Do mesmo modo, desde 1502, uma armada portuguesa permanecia no Índico, patrulhando a boca do estreito de Áden e a costa do Malabar, como informava Gaspar Correia:

[...] foi ordenado por El Rei que fossem andar de armada no Estreito de Meca contra as naus que fossem da Índia, por lhes tolher navegação, que iam elas carregadas de pimenta e drogas, que corriam pelo Cairo a Veneza, e dali por todo Levante, e Poente, o que se assim não fosse, que estas drogas assim não passassem por Meca, muito maior valor e maior saca teriam estas mercadorias em Lisboa, e também tirando esta navegação aos mouros seria causa de eles despejarem a Índia, e se irem viver a outras terras, com que não havendo mouros na Índia ficaria pacífica, para mais brevemente poder meter sob seu senhorio, e com esta intenção fez esta armada, e sempre mandou guardar o estreito de Meca por esta causa.²⁵⁵

Nos primeiros anos do século XVI ocorreram diversos conflitos envolvendo os portugueses e os chefes mamelucos do Cairo e do Império turco, entre outros.²⁵⁶ Em sua primeira viagem, cercado pelos habitantes da Ilha de Moçambique, Vasco da Gama desferiu “os primeiros [tiros] da longa série que os portugueses haviam de disparar no Índico”; atacou e submeteu o soberano de Quiloa, conforme já referido, e respondeu com violência às hostilidades que sofreu em Mombaça. Décadas mais tarde, ao descrever essa viagem, João de Barros afirmaria que os portugueses haviam construído, “por aquela costa, entre os mouros, fama de mui cruéis, e que não perdoavam a fazenda nem as pessoas”.²⁵⁷

²⁵³ BOXER, C.R. *O império marítimo...* op.cit., pp.60-61.

²⁵⁴ THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., p.177.

²⁵⁵ CORREIA, G. op.cit.

²⁵⁶ THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., pp.177-179.

²⁵⁷ BARROS, J. op.cit., Livro V, cap.II, p.397.

Evidentemente, o mundo muçulmano exibia fissuras: as cidades da costa índica africana, a despeito da unidade religiosa que as caracterizava, por vezes se envolviam em disputas e rivalidades que possibilitaram, por exemplo, a aliança portuguesa com o *sheik* de Melinde. Interessado em tomar o lugar de Quiloa como principal entreposto do comércio costeiro e diminuir a importância estratégica do porto de Mombaça, o *sheik* de Melinde não só recebeu Vasco da Gama com cordialidade; forneceu aos portugueses o célebre piloto muçulmano que conduziu a esquadra na última etapa da viagem à Índia.²⁵⁸ O próprio ataque à fortaleza de Sofala expõe as tensões que a presença portuguesa provocou na costa: Acote, o aliado que desvelou o plano de Yussuf, era muçulmano. Como islâmicos seriam também os cem homens que ele colocou à disposição da defesa lusitana. Entretanto, casos de parceria oficiais entre os lusitanos e os *sheiks* das cidades africanas costeiras foram raros; isto não significa que não houvesse uma série de acordos entre representantes das duas religiões, como se verá adiante.

Considerando que, a despeito das ofensivas portuguesas, os contatos entre as cidades muçulmanas da costa e entre estas e o Mar Vermelho – especialmente as cidades do sul da Península Arábica e da região de Hijaz – se mantiveram ativamente,²⁵⁹ pode-se supor que as notícias da atuação lusitana, tanto nas localidades mais distantes, quanto naquelas bastante próximas, como é o caso de Quiloa²⁶⁰ e Moçambique, chegassem aos ouvidos dos mercadores de Sofala, desnudando o plano português de controle do comércio do Índico e desencadeando uma violenta reação ao estabelecimento lusitano naquela cidade.

Ainda que vitoriosos no episódio em tela – a vitória sobre Yussuf marcaria o fim da autonomia política do *sheik* de Sofala, transferindo para o capitão da fortaleza o arbítrio das questões locais – os portugueses não lograram

²⁵⁸ THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., p.175.

²⁵⁹ POUWELS, R.L. "Eastern Africa and the Indian Ocean to 1800: Reviewing Relations in Historical Perspective". In: *The International Journal of African Historical Studies*. Boston University; African Studies Center. Vol.35, nº2/3 (2002), pp.385-425.

²⁶⁰ O caso de Quiloa é emblemático: em julho de 1505, três anos depois do ataque de Vasco da Gama e da consequente assinatura do tratado de vassalagem com o *sheik* dessa cidade, o vice-rei Francisco de Almeida, a caminho da Índia, ocupou a cidade, destituiu o *sheik* – substituindo-o por um sultão aliado – e deu início à construção da fortaleza portuguesa. "A feitoria começou por armazenar o produto do saque da cidade, mostrando claramente que um dos motivos para o estabelecimento do poder político se prendia com a obtenção de bens necessários à participação no comércio oriental". Cf. NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., p.35.

restabelecer as condições mínimas necessárias à continuidade dos negócios da feitoria. Ao longo do ano de 1506 o capitão-mor enviou uma série de embaixadas aos reinos vizinhos a Sofala, com vistas a estabelecer relações comerciais ou garantir o abastecimento de víveres. Como já referido, a peculiar conformação política e econômica da cidade de Sofala assentava nas relações de parentesco estabelecidas com as famílias importantes dos reinos do *hinterland* contíguo. Da amizade com os poderes africanos do interior dependiam a segurança e o abastecimento da cidade, bem como a passagem das caravanas comerciais. O que a documentação administrativa da fortaleza sugere é que os portugueses buscavam estabelecer o mesmo padrão de relações diretas com os vizinhos, lançando mão não de uma política de matrimônios, mas de uma estratégia de acordos diplomáticos e comerciais.²⁶¹

Contudo, parte expressiva da correspondência entre Dom Manuel e seus prepostos na costa índica de África a partir de 1507 trata da “danação do trato de Sofala”.²⁶² O comércio do ouro, principal objetivo da estratégia diplomática traçada pelos portugueses, continuou a registrar volumes ínfimos, preocupando os sucessivos capitães e feitores de Sofala:

Eu, senhor, depois que fui entregue da dita feitoria [...] que são oito meses, não tenho resgatado mais de seis mil e quinhentos até sete mil maticais e este ouro quase todo resgatei com os mouros mercadores aqui de Sofala [...] porque dos cafres e mercadores do sertão vejo aqui tão poucos que deles até agora não tenho resgatado quinhentos maticais.²⁶³

Na interpretação de um informante,

[...] tudo está mal aparelhado, e principalmente tenho disto informação pelo feitor daqui e oficiais, que todos falam por uma maneira, e assaz é de ser verdade o que me dizem, não haver em Sofala mais de dois até três mil maticais de ouro depois que Vasco Gomes dela partiu até agora.²⁶⁴

²⁶¹ MUSCALU, I.P.O. op.cit., pp.59-60.

²⁶² Idem, pp.66-67.

²⁶³ “Carta de Pero Vaz Soares, feitor de Sofala, para El Rei”. Sofala, 20 de junho de 1513. DPMAC, vol.III, p.464.

²⁶⁴ “Carta de Duarte de Lemos para El-Rei”. Moçambique, 30 de setembro de 1508. DPMAC, vol.II, p.292.

O informante prossegue: “[...] o que tenho por nova acerca do ouro de Sofala é que **há muito na terra**, e na feitoria de Vossa Alteza há muita mercadoria, e **resgatam pouco**”. Na interpretação dos contemporâneos, se o problema do baixo volume de ouro na fortaleza não se devia à escassez do metal amarelo na região, a explicação para a “danação do trato de Sofala” se devia à atuação dos mercadores mouros a quem os portugueses eram obrigados a recorrer devido a uma proibição regimental de deixar a fortaleza.²⁶⁵ A vertiginosa queda do volume no trato da feitoria deu origem à suspeita de que os parceiros muçulmanos não estivessem atuando com a devida diligência na garantia dos interesses lusitanos:

[...] os mouros, por o que cumpre a seus tratos, informam os cafres mui mal dos cristãos, dizendo-lhes que lhes vendemos as mercadorias mais caras do que eles vendem, levando-lhas a suas terras para ver se por alguma maneira puderam impedir e danar o resgate daqui, e isto farão secreto, porque público mostram que não desejam mais bem, todos, que servirem Vossa Alteza e acrescentar a este trato, e virem aqui mercadores, e até agora o capitão despendeu e gastou de vossa fazenda com as ditas dádivas, por os caminhos serem abertos e seguros, e eles vão lá fazer seus resgates e proveitos [...]²⁶⁶

A desconfiança levou diversos informantes a sugerirem a eliminação dos mouros, se necessário com uso de força. Em um primeiro momento, a avaliação de Afonso de Albuquerque era de que obter o volume esperado de ouro nessa feitoria era apenas uma questão de organizar o comércio de forma mais eficiente, reforçando as relações diretas com os “naturais da terra”, para vedar aos mouros de Sofala o acesso ao metal amarelo.²⁶⁷ Alguns anos depois, o próprio Albuquerque perceberia as dificuldades implicadas na tarefa de eliminação dos muçulmanos: em primeiro lugar, os mouros estabelecidos em Sofala, Angoche, Ilha de Moçambique, Melinde, Quiloa etc. eram muito numerosos. Pragmático, o futuro vice-rei da Índia avaliava que não havia homens portugueses em número suficiente para que uma empreitada desta

²⁶⁵ LOBATO, A. *Evolução administrativa...* op.cit., p.20.

²⁶⁶ “Carta de Pero Vaz Soares, feitor de Sofala, para El-Rei”, op.cit., p.462.

²⁶⁷ “Sumário de uma carta de Afonso de Albuquerque para El-Rei”. 6 de fevereiro de 1507. DPMAC, vol.II, p.140; “Sumário de uma carta de Afonso de Albuquerque para El-Rei”. 10 de novembro de 1507. DPMAC, vol.II, p.218.

monta fosse bem-sucedida. Além disso, os comerciantes islâmicos faziam parte de uma rede cultural e comercial ativa, que ligava algumas das cidades entre si, à península Arábica, Índia e também aos reinos do sertão, no interior dos quais existiam grandes comunidades muçulmanas. Era o caso do Monomotapa, em cujo território estariam estabelecidos “mais de 10 mil mouros, os quais andam espalhados”. Angariar a antipatia desses reinos que, mesmo que não inteiramente islamizados, partilhavam laços comerciais, de amizade e de parentesco já estabelecidos há muito tempo com as comunidades muçulmanas, poderia deteriorar o já combalido comércio da fortaleza.

Resignado, Albuquerque passou a defender um bloqueio permanente para vedar o comércio dos mouros de Angoche e Moçambique; quando aos mercadores de Sofala, deveriam receber “gasalhado e honra”. Em outras palavras, deveria-se dispensar a eles um tratamento que assegurasse a sua lealdade e efetiva atuação como agentes no comércio com o interior.²⁶⁸

Um exame atento das fontes disponíveis revelou, contudo, que a interferência dos mouros na relação dos portugueses com os reinos do interior era apenas uma das causas do baixo volume do comércio em Sofala. A primeira dificuldade que se apresentou às autoridades da feitoria foi o fato de que as mercadorias trazidas do reino não interessavam às sociedades africanas. Já em finais de 1506, Manuel Fernandes informava ao rei que, com raras exceções, as mercadorias que iam do reino não tinham demanda naquelas partes, fosse para o trato do ouro, fosse para a obtenção de mantimentos. Ciente deste problema, o rei encomendou a Duarte de Lemos que fizesse um levantamento junto aos reinos africanos para saber que tipo de produtos Portugal poderia enviar, que tivessem valia para o trato do ouro. Obteve como resposta que “[...] não querem senão **panos de Cambaia** e contas que há em Melinde, e, se alguma de Portugal eles querem, são barbantes alvos e largos”.²⁶⁹

²⁶⁸ “Sumário de uma carta de Manuel Fernandes, capitão de Sofala, para El-Rei”. 2 de novembro de 1506. DPMAC, vol.I, p.692.

²⁶⁹ “Carta de Duarte de Lemos para El-Rei”, op.cit., p.298. [grifo meu]. Embora o Regimento de Francisco de Almeida fizesse referência aos panos de Cambaia, cuja importância no esquema geral do trato da pimenta aparece vinculada no documento, como mercadoria necessária à permuta do ouro, por alguma razão o plano não se concretizou. A julgar pelas informações oferecidas pelas fontes, foi somente por volta de 1515 que tal empresa foi levada a termo. Cf. MUSCALU, I.P.O op.cit., pp.70-71.

Assim como chegavam a Melinde, os produtos da Índia alcançavam outros entrepostos da África índica, sempre pelas mãos de mouros, a despeito da patrulha e da imposição do bloqueio naval português.²⁷⁰ Variadas estratégias foram utilizadas para burlar a fiscalização lusitana. A que provavelmente foi mais utilizada envolvia o fornecimento de mantimentos: uma vez que os portugueses dependiam dos mercadores muçulmanos para o abastecimento de víveres, foram obrigados a abrir exceções em seu bloqueio naval e permitir o trânsito dos *bangwas* que declaravam levar alimentos. Nessas pequenas embarcações, então liberadas para alcançar praticamente qualquer ponto da costa, os mercadores mouros escondiam as mercadorias que secretamente destinavam ao trato do ouro e do marfim.²⁷¹

Às vezes as suspeitas levavam os funcionários portugueses a realizar buscas nas embarcações mouras. Em vão. Em sua maioria, as investigações não localizavam as mercadorias proibidas porque, um ou dois dias antes da diligência os mercadores armazenavam os produtos em terra firme e os resgatavam somente quando se encaminhavam para o destino final dos artigos. Por vezes sequer havia necessidade de burlar a fiscalização. Segundo o diagnóstico de Afonso de Albuquerque, parte dos tecidos introduzidos pelos muçulmanos no sertão tinha origem nas fortalezas portuguesas: trazidos da Índia pelos lusitanos, ainda que no interior de uma dinâmica comercial irregular, os tecidos eram trocados por mantimentos com os comerciantes mouros de Moçambique e Angoche, ou com os reinos “cafres” do interior, como o Maconde.²⁷² Uma vez nas mãos destes mercadores, os panos entravam na dinâmica do comércio muçulmano.

²⁷⁰ A primeira notícia deste bloqueio data de 19 de maio de 1506, quando registrou-se a tomada de um zambuco mouro na costa de Sofala. Cf. MUSCALU, I.P.O op.cit., p.71.

²⁷¹ Malyn Newitt identificou quatro tipos de embarcações características da rede muçulmana no Índico africano: as embarcações de grande porte, próprias para viagens oceânicas, eram chamadas de *zambucos*; as versões de menor porte, os *bangwas* (chamados de “pangaios” pelos portugueses), faziam o percurso das mercadorias ao longo da costa. Os *luzios* eram embarcações de convés utilizadas nos estuários dos rios e nos canais que penetravam o interior – podiam recorrer a velas e, às vezes, tinham uma cabine no convés; as *almadias*, por fim, eram canoas feitas de troncos de árvores ocas e podiam ter dimensões consideráveis – as que navegavam o Zambeze transportavam até vinte toneladas. Cf. NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., pp.27-28.

²⁷² “Sumário de cartas de Afonso de Albuquerque para El-Rei”, op.cit., p.6; “Carta de Afonso de Albuquerque para El-Rei”, op.cit., p.560.

Além disso, alguns funcionários lusos foram acusados de favorecer os mouros, como exemplifica a denúncia de Diogo Vaz, em carta endereçada a António Carneiro, secretário de Estado de Portugal:

Quem cuidará que estando Sofala meio perdia, havia de vir de Portugal um capitão-mor para de todo deitar a perder? Digo, senhor, isto, porque há muitos dias que de Melinde não veio aqui [à Ilha de Moçambique] nenhum zambuco, aqui nem a Angoche, e tanto que Duarte de Lemos veio, logo consentiu que dois zambucos grandes, com cem mil panos, viessem aqui e daqui a Angoche, onde assentaram suas feitorias, e assim em todos os lugares aqui a nós comarcãos, onde hão todo o marfim desta terra; e não contentes disto, agora somos certificados que **manda muita parte desta mercadoria a Cuama**, que são 15 ou 20 léguas de Sofala, e assim dela até Angoche em todo rio tem seus feitores, e certifico a Vossa Mercê que **é o pano tanto por toda esta terra que me parece que tarde haverão mister os nossos.**²⁷³

Em carta endereçada ao provedor das casas da Índia e Guiné, o mesmo Diogo Vaz prossegue na narração do episódio: os mouros, cujo comércio Duarte de Lemos autorizou, vieram de Melinde, cidade que o próprio Vaz visitara dias antes: “[...] Os ditos mouros se foram logo a Angoche e, tanto que aí chegaram, mandaram seus feitores por toda esta costa, os quais têm maneira de haver todo marfim e [ou]ro que aí há [...]”.²⁷⁴ Do ponto de vista da organização da rede portuguesa no Índico, as reclamações de Diogo Vaz não procediam. Sendo Cid Abu Bakr – o armador dos dois *zambucos* de panos – súdito do rei de Melinde, possuía os *cartazes* que lhe permitiam transitar livremente na costa. Ao mesmo tempo em que era necessário evitar a passagem de navios para Suez e outros pontos do mar Vermelho, havia que garantir o trânsito comercial dos reinos amigos, bem como assegurar proteção para os seus próprios navios. Assim, os portugueses começaram a emitir salvo-condutos, os *cartazes*, que todos os aliados deveriam portar e apresentar quando solicitados por algum tripulante das frotas estacionadas no Índico.²⁷⁵

²⁷³ “Carta de Diogo Vaz, feitor de Moçambique, para António Carneiro, secretário de Estado”. Moçambique, 4 de setembro de 1509. DPMAC, vol.II, p.380. [grifos meus].

²⁷⁴ “Carta de Diogo Vaz, feitor de Moçambique, para Estevão Vaz, provedor das casas da Índia e Guiné”. 4 de setembro de 1509. DPMAC, vol.II, p.374.

²⁷⁵ THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., p.178. “[...] aqui é este Cide Bubacar [...] traz os seguros que tendes visto do vice-rei e de Tristão da Cunha e Pero Ferreira. El Rei nosso senhor manda-me, em meus regimentos, que as coisas Del Rei de Melinde sejam guardadas e não lhe

Provavelmente, Duarte de Lemos conhecia o incidente diplomático ocorrido dois anos antes, quando o bergantim da fortaleza de Quiloa tomara três *zambucos* e confiscara mercadorias que pertenciam aos proprietários das embarcações e ao *sheik* de Sofala. Dois dos proprietários eram moradores de Sofala; o terceiro, de Melinde – ambas cidades aliadas. Todos possuíam *cartazes* emitidos pelo vice-rei. Para minimizar o incidente, Nuno Vaz Pereira, então capitão de Sofala, emitiu mandado em que estabelecia a devolução de todas as mercadorias.²⁷⁶ O frágil equilíbrio político em que se assentava a presença portuguesa na costa, no início do século XVI, exigia cautela no trato com os aliados locais, e provavelmente foi este o cálculo feito por Duarte de Lemos quando da permissão concedida a Cid Abu Bakr. E este não escondeu as suas intenções de negociar com Angoche, à revelia dos portugueses, uma vez que esta cidade oferecia caminho aberto ao Zambeze e aos ricos reinos e *bazares* do interior.

De um lado, os portugueses enfrentavam dificuldades para controlar as atividades comerciais de seus aliados nas cidades de Sofala e Melinde; de outra parte, tinham crescente clareza – expressa nas fontes – de que a atividade comercial que outrora desenvolvia-se prioritariamente em Sofala e Quiloa, paulatinamente deslocara seu eixo para o Sultanato de Angoche. Segundo a documentação, a partir de Angoche os mercadores mouros tinham boa penetração no Zambeze, rio que subiam “seis léguas” para alcançar a “casa de um cafre honrado, rei daquela terra”. Pagas as taxas, o rei fornecia aos mercadores as *almadias* que estes utilizavam para levar os tecidos rio acima, em direção ao *bazar* realizado em uma grande povoação do reino do Botonga, “obra de vinte léguas”, para onde acudiriam todos os mercadores “cafres” e mouros.²⁷⁷ No interior, os mercadores de Angoche tinham representantes em todos os *bazares*, e alguns dos comerciantes se estabeleceram e construíram casas com plantações e grande número de escravos.²⁷⁸

façam nenhum dano”. Cf. “Ata do Conselho de Oficiais da Armada do Estreito”. Moçambique, 25 de janeiro de 1509. DPMAC, vol.II, p.28.

²⁷⁶ “Mandado de Nuno Vaz Pereira, capitão de Sofala, para o feitor de Quiloa”. Quiloa, 18 de janeiro de 1507. DPAMC, vol.II, pp.64-66.

²⁷⁷ MUSCALU, I.P.O. op.cit., pp.74-75.

²⁷⁸ NEWITT, M. “The Early History of the Sultanate of Angoche”. In: *The Journal of African History*. Vol.13, nº3, 1972.

A tradição oral estabeleceu que as cidades de Moçambique, Quelimane e o Sultanato de Angoche teriam sido formados por grupos de refugiados que, perdida a disputa pelo poder com a dinastia reinante, partiram de Quiloa pouco antes da chegada de Vasco da Gama à costa índica africana. Se Quiloa e Sofala, até então, controlavam o escoamento do ouro do interior pela rota de Manica e negociavam nos *bazares* de Inhacusse, o estabelecimento dos dissidentes de Quiloa em Angoche e Quelimane, portos próximos ao Zambeze, representou a abertura de uma rota alternativa aos *bazares* dos reinos Tonga e Mombara,²⁷⁹ e o início da concorrência pelo ouro, protagonizada por Angoche, de um lado, e Sofala, de outro.²⁸⁰

Informados por agentes como Pero da Covilhã e Vasco da Gama, que visitaram a costa quando Angoche era ainda “um estabelecimento costeiro desconhecido”, e antes das guerras entre os reinos do interior que, como se verá adiante, perturbaram os acessos por terra ao litoral, os portugueses traçaram seus planos de estabelecimento na costa conforme já explicitado – instalando feitorias em Sofala e Quiloa e, mais ao nordeste, estabelecendo relações de amizade com o rei de Melinde.²⁸¹ Deste modo é compreensível, por um lado, a surpresa representada pelo dinâmico trato de Angoche e, de outra parte, a demora na formulação da resposta lusa ao obstáculo comercial representado pelo sultanato.

Em 1511, enviaram uma expedição armada que destruiu a cidade.²⁸² No mesmo ano, graças a novas agitações políticas, assassinaram e substituíram o *sheik* de Sofala. Ainda assim, as redes familiares que controlavam a atividade mercantil no Índico continuaram a operar:

Os portos e feiras do Zambeze continuavam livres da influência dos portugueses, o mesmo se passando com as Comores. As cidades a sul de Sofala, como Chiluané, não tinham sido atacadas, e regiões como as ilhas Quirimba, com sua importante indústria de tecidos, continuavam a florescer. [...] Para mais, a feitoria de Sofala e a base naval situada na Ilha de Moçambique dependiam das comunidades locais para obtenção de alimentos, e foi este crescente envolvimento dos portugueses na economia local da região que ajudou a prevenir

²⁷⁹ Cf. MUDENGE, S.I.G. op.cit., 43.

²⁸⁰ NEWITT, M. “The Early History...” op.cit., pp.399-401.

²⁸¹ Idem, ibidem.

²⁸² MUSCALU, I.P.O. op.cit., p.75.

contra mais violência. [...] os portugueses preocupavam-se com o fato de o comércio do ouro conduzido nas cidades do Zambeze ainda escapasse ao seu controle. Foi feita uma tentativa, logo em 1513, de estabelecimento de uma feitoria mercantil no delta do Zambeze, mas conheceu o fracasso, e a ideia de bloquear os desembocadouros do rio era claramente impraticável.²⁸³

Por volta de 1514, o panorama estava claro para as autoridades da feitoria de Sofala: as mercadorias do reino não tinham demanda na costa Índica africana; para obter o ouro tão necessário ao trato da pimenta, eles precisariam recorrer aos panos de Cambaia. Sem condições de garantir o comércio regular e exclusivo dos panos em Melinde ou na Índia, os portugueses não lograram interromper as sólidas relações comerciais estabelecidas entre os entrepostos muçulmanos da costa Índica, as cidades indianas e os reinos africanos do interior. Burlando a patrulha naval lusa, os mouros de Moçambique, Melinde e Angoche – esta última, o novo centro da rede muçulmana – de um lado e, de outro, os mercadores de Sofala e Quilosa, formalmente aliados dos portugueses, grosso modo continuaram conduzindo seus negócios como antes da chegada lusitana, levando os panos aos *bazares* do interior, isentando as sociedades do sertão de empreender viagens mais ou menos longas em direção a Sofala.

Para as autoridades da feitoria, urgia promover mudanças na orientação de sua política comercial. A constatação de que, via Angoche, os mercadores alcançavam o Zambeze e os relatos de que aí se realizavam lucrativos *bazares* precipitaram a necessidade de encontrar maneiras de interceptar esse comércio e eliminar os intermediários mouros.

²⁸³ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., p.38.

CAPÍTULO 2

AS DIFERENTES DIMENSÕES DA PRESENÇA PORTUGUESA

Da fortaleza para o sertão

O insucesso luso em controlar a circulação de bens devido às já consolidadas relações comerciais estabelecidas entre os entrepostos muçulmanos da costa Índica, as cidades indianas e os reinos africanos do interior, referidas no capítulo anterior, resultou em uma reorientação da política comercial que levaria os portugueses a trocar a rede que, voltada para o mar, dava forma à ideia de “Estado da Índia”, pela busca do domínio de territórios na África austral. De caráter primordialmente privado, esta guinada não deve ser compreendida como parte de uma estratégia formal ou mesmo deliberada, mas sim como iniciativa de sujeitos sociais que, ao contrário, escapavam ao controle dos oficiais da fortaleza de Sofala. Os *sertanejos*, como ficaram conhecidos, podem ser definidos como homens de origem portuguesa que, à semelhança dos *lançados*, penetraram no interior da África austral por iniciativa individual, ainda nas primeiras décadas do século XVI. Malyn Newitt apurou que desde 1513 havia registros de desertores da fortaleza de Sofala que casavam com filhas de chefes no interior e se integravam na sociedade de origem da esposa.²⁸⁴ Registro semelhante, em fonte datada de 1518, informa que alguns portugueses “amasiados [...] se foram para os negros” do reino do Inhamunda.²⁸⁵ Alexandre Lobato afirma que, na década de 1530, “[...] havia no sertão algumas centenas de fugidos das naus do Reino”.²⁸⁶

No início do *Quinhentos*, o cotidiano dos portugueses enviados a Sofala era duro: os preços dos bens fornecidos pela feitoria eram mais altos do que os praticados pelos mouros e, no mais das vezes, não atendiam às demandas da região; os gastos com o forte e a feitoria consumiam a maior parte dos lucros,

²⁸⁴ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., p.39.

²⁸⁵ MUSCALU, I.P.O. op.cit., p.115.

²⁸⁶ LOBATO, A. *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962. p.78.

deixando pequena margem para distribuição de recompensas pelos pesados e perigosos serviços prestados à Coroa. Além disso,

[...] o clima de monotonia que reinava na guarnição era dificilmente remediado por atividades como concursos de tiro ao alvo e cerimônias religiosas, que parece terem-se verificado com profusão na vida comunal do forte.²⁸⁷

Desde o início da presença lusitana na contracosta africana, todos os portugueses eram legalmente livres para praticar o comércio de algumas mercadorias, e essa liberdade provavelmente atraiu diversos comerciantes para a feitoria de Sofala. Entretanto, a dinâmica comercial do Índico se assentava basicamente na troca de produtos importados da Índia, China e golfo Pérsico pelo ouro e marfim africanos, mercadorias de cujo comércio o rei de Portugal reivindicava o monopólio – as “mercadorias defesas”, conforme as fontes coevas.²⁸⁸ Insatisfeitos com as imposições legais que limitavam seus lucros e com as condições em que viviam na fortaleza, os mercadores lusitanos, individualmente, passaram a escapar ao controle das autoridades e paulatinamente avançaram em direção ao sertão, buscando se inserir nas redes comerciais preexistentes e obter, ali, os lucros que lhes escapavam em Sofala.

Tal característica não se restringia à atuação dos sertanejos e agentes lusitanos em África. Luís Filipe Thomaz referiu quadro semelhante em diferentes partes do chamado “Estado da Índia”, não como resultado do encontro de culturas em contextos diversos, mas como consequência direta da própria configuração da expansão portuguesa. Segundo este autor, uma vez que os monopólios comerciais da Coroa portuguesa se mantiveram ao longo de todo o século – e, a despeito de terem abrandado a partir de 1533, nunca desapareceram por completo – o Estado português era essencialmente mercantilista ou, fundamentalmente, uma empresa comercial.

²⁸⁷ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., p.39.

²⁸⁸ Na África austral, as “mercadorias defesas” eram, sobretudo, marfim e ouro. Mas o acesso aos panos de Cambaia, forte moeda no trato do interior, também foi vedado aos comerciantes particulares, justamente para impedir que os negociassem em troca de ouro e marfim. Contudo, embora fossem monopólio real, o direito de comerciar esses produtos foi oferecido na forma de mercê a oficiais e, especialmente, ao capitão de Sofala, que gozava, por exemplo, do direito à *vintena do marfim* (5%), e do privilégio da venda de roupas, utensílios e louças por ouro, além do direito de enviar até seis escravos para o Reino anualmente, para revenda. Cf. LOBATO, A. *Colonização senhorial da Zambézia...* op.cit., p.72.

Esta característica é bastante rica em consequências: contrariamente aos estados liberais modernos (controlados por burguesias comerciais e industriais que concebiam a colonização essencialmente como a criação de infra-estruturas e de condições adequadas à atividade econômica privada), o estado mercantilista era, como empresa comercial, rival dos seus próprios súditos.²⁸⁹

O problema colocado à monarquia portuguesa residia essencialmente no fato de que o comércio de Portugal com a Índia implicava necessariamente em déficit para a Coroa lusitana. Conforme já referido, as especiarias e demais produtos importados só poderiam ser pagos em pedras e metais preciosos, e o próprio Estado sofria, nas palavras de Thomaz, “uma crônica escassez de meios para pagar soldados marinha e funcionários”.²⁹⁰ Logo, parte significativa dos soldos era paga em mercadorias – que os oficiais convertiam em dinheiro no mercado – ou em licenças de comércio.

O rei tentou limitar as atividades comerciais de seus agentes às condições impostas por estas licenças e decretou repetidamente medidas que os proibiam de se envolver em negócios privados, para além dos autorizados. Mas estas leis sempre permaneceram letra morta, uma vez que a escassez crônica de dinheiro forçava o tesouro público a viver de empréstimos constantes, normalmente feitos pelos próprios funcionários do Rei. Nestas condições, a observância estrita das leis teria levado não só os funcionários mas também o próprio Estado à inanição. E assim, os interesses privado e estatal, embora muitas vezes opostos em princípio, tornaram-se na prática inextricavelmente ligados.²⁹¹

Guardadas as devidas particularidades, os *lançados* da costa da Guiné, os *sertanejos* de Angola, os *prazeiros* de Moçambique e, talvez, até os *sertanistas* da Amazônia e os *bandeirantes* de São Paulo, viveram, segundo Isaacman, em circunstâncias similares, sob processos comparáveis de transformação cultural, fazendo parte de um grupo social distinto que Philip

²⁸⁹ THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., p.201.

²⁹⁰ Idem, p.202.

²⁹¹ Idem, ibidem. Segundo Thomaz, no Estado da Índia, “grande número de pequenos comerciantes abandonaram as praças portuguesas para se estabelecerem fora do alcance das autoridades. [...] Tal é a origem das colônias de mercadores portugueses em Negapatão, Paleacate e Meliapor, e mais tarde em Macau, Macaçar etc”.

Curtin chamou de ***transfrontiersmen***.²⁹² No contexto da expansão marítima, *transfrontiersmen* foram definidos como pessoas de ascendência europeia que se estabeleceram permanentemente fora dos limites da sociedade Ocidental. Entre essas pessoas estavam comerciantes, caçadores, mercenários, desertores e outros marginalizados. Por seu número relativamente reduzido, a ausência de mulheres e crianças metropolitanas e seu total isolamento das instituições europeias, eles foram progressivamente sendo absorvidos pela população dominante. Sua adoção de elementos culturais locais foi além do mero empréstimo de artefatos, técnicas e linguagem – que facilitaram sua adaptação a um ambiente novo e, inicialmente, hostil – para, em alguns casos, chegar à transformação das instituições e valores que eram o coração de suas respectivas culturas.

No retrato pintado por Alberto da Costa e Silva,

Havia os que se africanizavam inteiramente; e, dentre eles, os mais felizes cortavam e penteavam os cabelos à maneira *shona*, repartindo-os e os amarrando em tufo ou *pirocós*, como se fossem vários chifres, os braços cheios de argolas, as peles de felinos a descender dos ombros e a se arrastarem no chão. Outros resguardavam-se de qualquer influência da terra, cuja gente desprezavam, e nela procuravam viver como se continuassem em Portugal. Mas a maioria ficava entre os dois mundos, maleável, transigente e conciliadora, a multiplicar-se nas famílias mulatas.²⁹³

Adquirindo terras e escravizados por meio de compra, guerras ou doação dos soberanos, esses homens marchavam para o sertão movidos pela perspectiva de lucros da ordem de 3000 por cento.²⁹⁴ Segundo Alexandre Lobato, essa expectativa de ganhos alimentava a concorrência entre os próprios mercadores portugueses, que, muitas vezes, chegaram ao ponto de se digladiarem em guerrilhas, dando sinais evidentes de que a rivalidade entre eles era desenfreada e o negócio se fazia, sempre que possível, à margem das regras de comércio vigentes na Europa e, portanto, cada vez mais afastado da lógica que regia o comércio oficial da feitoria.²⁹⁵ Esse movimento deveria estar

²⁹² Apud ISSACMAN, A. e ISAACMAN, B. "The prazeros as transfrontiersmen...", op.cit., p.2.

²⁹³ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.669.

²⁹⁴ LOBATO, A. *Evolução administrativa...*, op.cit., p.137.

²⁹⁵ Idem, pp.97-137.

em pleno vigor quando, em 1530, a Coroa portuguesa publicou novos regimentos para Sofala, que tinham entre seus objetivos a intenção de refrear esse comércio privado que lhe escapava e que, assim como aquele praticado pelos mouros, se configurava agora em uma nova concorrência, que inauguraria o longo período de tensões internas à comunidade portuguesa na África austral.²⁹⁶

No que toca especificamente aos homens lotados na fortaleza, os *Regimentos de Sofala* expressavam clara preocupação com o controle de suas atividades, a começar pela fixação do número de homens em serviço. A documentação disponível aponta que, nos anos que antecederam a promulgação dos *Regimentos*, o número de pessoas que serviam na fortaleza oscilou fortemente: eram mais de cem em 1506 (em dezembro deste ano registrou-se 138 homens); quarenta e um em agosto de 1512. Embora a centena de indivíduos não tenha sido alcançada em nenhum outro ano, a variação é expressiva: houve momentos em que a fortaleza esteve guarnecida por 71 homens, outros em que só havia 49.²⁹⁷ Deste modo, a primeira novidade introduzida pelos novos *Regimentos* é a definição do número de sessenta homens “todos naturais do Reino e senhorios e não doutra parte, nem escravos”.

Embora deixasse em aberto a possibilidade de que os cargos fossem providos por indivíduos que já se encontravam em terras africanas, os *Regimentos* apontavam que as funções seriam exercidas preferencialmente por homens enviados do Reino especialmente para este fim, prescrevendo a substituição senão completa, pelo menos de parcela expressiva dos funcionários régios lotados em Sofala. Substituindo os antigos residentes, seria mais fácil cortar as redes particulares de comércio – então ilegais sob o ponto de vista da Coroa – entre os portugueses e os africanos, uma vez que novos funcionários, submetidos a controle mais rígido, teriam mais dificuldades em acessá-las. O parágrafo que determinava o tempo de serviço de cada homem reforça a estratégia: findos três anos, todos deveriam retornar diretamente ao

²⁹⁶ MUSCALU, I.P.O. op.cit., p.117.

²⁹⁷ A oscilação nos números pode ser explicada, por um lado, pela ausência de registros sobre enfermos e mortos e, de outra parte, pelo expressivo volume de desertores.

Reino, ficando vedada a viagem à Índia, sob qualquer pretexto. Novos indivíduos seriam, então, enviados a Sofala para substituí-los.²⁹⁸

Outra tentativa de impedir a integração dos lusitanos com as sociedades da contracosta residia na interdição regimental dos relacionamentos destes com quaisquer mulheres africanas:

[...] defendo e mando que nenhum morador da dita fortaleza, assim capitão como todos os outros, se não encarreguem de nenhuma mulher para continuamente a terem, em sua casa nem fora dela, como manceba, sob pena de qualquer que o contrário fizer perder todo seu ordenado que tiver vencido para mim, porque **o hei por grande inconveniente a meu serviço.**²⁹⁹

Nas cortes, nos *bazares* e nas vilas *shona* era costume garantir estatuto especial aos estrangeiros, chamados *vatorua*, que podiam estar ligados aos demais membros da comunidade por meio de alianças matrimoniais ou apenas por laços de amizade. Ou os *vatorua* podiam ser viajantes e refugiados em busca de um ponto para fixação no território. Mas, de acordo com Stan Mudenge, os *vatorua* invariavelmente seriam incorporados nas relações de parentesco:

Eles poderiam ser declarados sobrinhos “perpétuos”, ou tornar-se genros ou sogros. Deste modo, a vila mantinha-se unida, em parte, graças às relações de parentesco. Entre os Távares, esperava-se que um genro vivesse entre os parentes de sua esposa, prestando serviços a eles por um certo tempo, contado em anos, antes de ser autorizado a mudar-se com sua família. Esta prática era chamada *kugarira*. Evidências [mostram] que o genro mais velho do Monomotapa, o *mbokorume*, era um de seus confidentes, e, como tal, ele vivia na corte.³⁰⁰

Considerando-se que, conforme referido no primeiro capítulo, as redes comerciais do Índico assentavam-se em grande medida nos laços de parentesco estabelecidos entre os entrepostos comerciais do litoral e os reinos do *hinterland*, parece claro que os *Regimentos* procuravam formular resposta satisfatória a uma nova e inesperada característica da presença portuguesa na

²⁹⁸ MUSCALU, I.P.O., op.cit., p.118.

²⁹⁹ “Regimentos de Sofala”. Lisboa, 20 de maio de 1530. DPMAC, vol. VI, pp.106-108. [Grifo meu].

³⁰⁰ MUDENTE, S.I.G., op.cit., p.12 [Tradução minha].

África austral, que se tornara um problema para as autoridades lusitanas: a constatação de que alguns de seus súditos, agindo à margem das instituições de seu país de origem, tratavam com as “mercadorias defesas” sob a proteção dos reinos de cujas redes de parentesco agora faziam parte. Esta não foi, contudo, uma característica exclusiva da comunidade lusitana na África austral. Segundo Luiz Filipe Thomaz, era sempre mais fácil contornar as regras fora dos estabelecimentos controlados pelo Estado português. Por isso, principalmente em períodos caracterizados pela fragilidade do poder central, grande número de pequenos comerciantes abandonaram as feitorias para se estabelecer fora do alcance das autoridades também em regiões a leste de Ceilão, como Negapatão, Paleacate, Meliapor, Macau, Macaçar etc.³⁰¹

Os *Regimentos* foram publicados no mesmo ano em que um anônimo escrevia ao rei de Portugal:

[...] quanto a Sofala, deve Vossa Alteza de escrever uma carta secretamente. E que a deem ao vigário de Sofala. Isso mesmo, secretamente, que a dê e haja resposta dela: **a que se homem, que anda na terra firme que há, é casado com a filha do senhor da terra.** Porque sei que deseja dar conta a Vossa Alteza das perdas e proveitos de Sofala, e por se não atrever em quem, o não faz, porque assim mesmo o tinha outro que lá andava, que faleceu por dizer que havia de vir a Portugal.³⁰²

Uma série de outros dispositivos regimentais procurava reduzir as possibilidades da atividade mercantil autônoma dos portugueses aí estabelecidos. Contudo, os *Regimentos* não lograram garantir os resultados esperados, uma vez que visavam disciplinar um fenômeno já em curso irreversível – a dispersão no território e a integração dos lusitanos nas sociedades africanas, responsável pelo estabelecimento de uma nova concorrência ao comércio oficial.

O *corpus* documental é consistente em apontar que nas décadas seguintes os portugueses estavam “um pouco por toda parte” sertão adentro. No início da década de 1540, mercadores lusitanos subiam regularmente o Zambeze e muitos estavam estabelecidos na vilas de Quelimane, Sena e Tete

³⁰¹ THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...*, op.cit., p.202.

³⁰² “Informação sobre as fortalezas da Índia enviada a El-Rei”. 1530. DPMAC, vol. VI, p.298. [Grifo meu].

– entrepostos-chave dessa rota comercial. No Reino do Monomotapa moravam pelo menos quatro portugueses em 1542. Também data desse período a criação da figura do Capitão dos Rios de Cuama, a primeira autoridade portuguesa na Zambézia – cuja alçada se limitava aos *sertanejos*.³⁰³ Sendo comerciantes, nos *bazares* foi-lhes permitido eleger chefes que mantinham a ordem dentro da comunidade estrangeira e funcionavam como intermediários entre ela e a população africana.³⁰⁴

A cessão de terras para uso de forasteiros era prática antiga. Os chefes tinham interesse em que os comerciantes se instalassem entre eles. Por isso, reservava-lhes para moradas áreas especiais em seus vilarejos e lhes confiavam glebas para plantio. Àqueles que prestavam serviços importantes ao chefe, ao régulo ou ao [mutapa], as doações podiam ser de grandes trechos de terra e nelas estar incluída a vassalagem de seus moradores.³⁰⁵

A missão de Gonçalo da Silveira

Em fevereiro de 1560, quando a célebre missão de Gonçalo da Silveira atingiu a povoação de Sena, encontrou aí “dez ou quinze portugueses d’assento”, e mais alguns cristãos da Índia. “Aqui batizou os escravos dos portugueses e gente de suas famílias, que seriam até quinhentas pessoas, pouco mais ou menos”.³⁰⁶ Ao contrário do movimento espontâneo que levara estes homens a pontos tão recuados no interior, a viagem de Silveira caracterizou-se como um movimento duplamente institucional que, expressamente, tinha o objetivo de converter os grandes reinos da África austral:

[...] especialmente [...] o imperador de Monomotapa, em cujo poder dizem que há minas e serras de ouro e tem seu assento perto de Sofala. Também temos informação que não está longe de receber a fé. O melhor que tem aquela parte para onde himos [sic], me esquecia, e é que vivem em povoações juntos, pelo qual se pode melhor doutrinar e instruir e trazer a fé. Parece-

³⁰³ MUSCALU, I.P.O, op.cit., p.122.

³⁰⁴ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., pp.203-204.

³⁰⁵ SILVA, A.C. *A manilha...*, op.cit., pp.668-669.

³⁰⁶ “Carta [cópia] do padre jesuíta Luís Fróis”. Goa, 15 de dezembro de 1561. DPMAC, vol. VIII, p.40.

me, irmãos meus, que são estas informações bastantes para que todos desejeis de ir semear por aquela província, e que entendais com quanta razão o padre provincial deitou mão desta empresa e quanta obrigação havia para isso. [...] ³⁰⁷

Filho do Conde da Sortelha, irmão de D. Álvaro da Silveira, capitão da Índia, D. Gonçalo chegou à África depois de ter desempenhado, de 1556 a 1559, as funções de provincial de Goa, no bojo de um processo missionário sintetizado com precisão por Charles Boxer. Segundo esse autor, até os jesuítas chegarem a Goa, “com novos homens e novos métodos”, em 1542, os missionários enviados para lá eram relativamente poucos e, conseqüentemente, conseguiram realizar também muito pouco.

Foi a Companhia de Jesus, em seu papel de ponta-de-lança da Igreja militante, que tornou a luta pelas almas tão intensa e ampliada quanto a competição pelas especiarias. Os filhos de Loiola estabeleceram e mantiveram padrões muito mais elevados que seus predecessores, e o notável desenvolvimento das missões portuguesas entre 1550 e 1750 deve-se sobretudo à obra deles [...] ³⁰⁸

Se para a Companhia, o batismo de um rei tão importante significaria uma vitória estratégica dos cristãos na luta contra os “infiéis”, é preciso considerar que, para além dos assuntos de Deus, havia interesses mundanos envolvidos no projeto de conversão do *mutapa*. De fato, a opção pelo Monomotapa como alvo preferencial da conversão ao cristianismo obedecia a objetivos diversos, dos quais o controle territorial das fontes de metal amarelo era dos mais significativos e se constituiu, certamente, em fator decisivo para que se congregassem em torno do projeto os representantes da Coroa e os mercadores privados.

Após a chegada à costa, Silveira seguiu para Inhambane, reino no qual permaneceu por sete semanas e converteu rei, rainha e aproximadamente quatrocentas pessoas; deixou dois integrantes de sua missão, seguindo em direção ao Monomotapa com o apoio do vice-rei da Índia e, mais diretamente, de Pantaleão de Sá, capitão de Sofala e Moçambique, que disponibilizou

³⁰⁷ “Carta [cópia] do padre D. Gonçalo para os irmãos da Companhia de Jesus de Portugal”. Goa, novembro de 1559. DPMAC, vol. VII, pp.424-426.

³⁰⁸ BOXER, C.R. *O Império marítimo...* p.80.

recursos seus e da Coroa. Levou consigo “cinco ou seis portugueses”, entre eles, um intérprete. Em Sena, foi recebido por dez ou quinze portugueses e alguns cristãos da Índia e daí enviou um mensageiro ao *mutapa* Negomo Mupunzagutu (c.1560-89). Enquanto aguardava a resposta, enviou outro mensageiro a Tete, solicitando ao sertanejo Gomez Coelho que viesse ao seu encontro “por este homem ser muito amigo Del-Rei e entender a língua, para lhe falar”.³⁰⁹

Sete dias após o envio da mensagem a Coelho, chegaram a Sena tanto o sertanejo vindo de Tete, quanto um embaixador do Monomotapa. O auxílio de Coelho foi dispensado ainda em Sena porque, surpreendentemente, o enviado de Negomo era um português. “António Caiado, que morava na cidade real de Monomotapa, veio ter com Gonçalo, na qualidade de enviado especial do rei, para o levar”.³¹⁰ Meses depois, o batismo do *mutapa* foi celebrado com uma grande troca de presentes. Gonçalo lhe deu “peças ricas que levava”, ao que o soberano retribuiu com cem vacas, que o padre encarregou António Caiado de distribuir entre os pobres. Seguindo o exemplo do mutapa, cerca de trezentos nobres do reino pediram o sacramento do batismo. Depois deles, muitas pessoas comuns acorreram à choupana do padre que, segundo as fontes, estava sempre cheia de gente “nobre e plebeia”, rezando e aprendendo a doutrina.

Tudo parecia correr bem até que, em 15 de março de 1561, poucos meses após a chegada de D. Gonçalo, Negomo Mupunzagutu decretou a sua morte. O jesuíta foi enforcado na própria casa que ocupara durante sua estadia e seu corpo foi arrastado até o rio Msengezi, onde foi atirado aos crocodilos.³¹¹ “Silveira se tornou o primeiro mártir cristão do sudeste da África”.³¹² A morte do missionário em nada alterou a posição e as relações dos mercadores lusitanos no interior. Antes da execução do padre, Negomo anunciou sua decisão a António Caiado, aconselhando-o a retirar bens e mercadores que lhe pertencessem e, por ventura, estivessem guardados na morada do padre; dois

³⁰⁹ “Carta [cópia] do padre jesuíta Luís Fróis”. Goa, 15 de dezembro de 1561. DPMAC, vol. VIII, p.36.

³¹⁰ “Livro sobre a ação da Companhia de Jesus no Índico”. Nápoles, 1573. Apud MUSCALU, I.P.O., op.cit., p.145.

³¹¹ MUSCALU, I.P.O., op.cit., p.148.

³¹² DENIS, P. *The Dominican Friars in Southern Africa: A Social History (1577-1990)*. Leiden: Brill, 1998. (Studies in Christian mission, vol.21). p.4. [tradução minha].

dias depois da execução do missionário, recebeu e ouviu, com cortesia, uma comitiva de portugueses que o procurou para lamentar a morte do jesuíta.³¹³ Contudo, em 1569, D. Sebastião levou a questão para que a Mesa da Consciência se pronunciasse sobre a possibilidade de “guerra justa”, cujo objetivo seria vingar a morte do religioso.

Da rede ao território

O parecer dos juristas foi favorável às pretensões de Afonso VI, e contribuiu para a intensificação do movimento que a missão de Gonçalo da Silveira apenas anunciara: na década de 1560, Portugal começava a sentir os primeiros sinais de instabilidade financeira provocada pela expansão marítima. Os lucros obtidos com as especiarias eram inferiores às despesas com a manutenção de fortes e guarnições e, segundo Malyn Newitt, a solvência do império dependia cada vez mais dos impostos cobrados dos camponeses indianos e das contribuições relacionadas com a posse da terra. “A Coroa engajou a expansão de um império territorial que, assim, encontraria novas fontes de rendimentos”.³¹⁴ Luís Filipe Thomaz, autor que apontou o pronunciado caráter de *rede* que o chamado Império Português assumiu no início de sua presença no espaço Índico, identifica a acentuação de um movimento de territorialidade ao longo do século XVI. Segundo o autor,

É possível que a adoção da expressão ‘Estado da Índia’, que se generaliza pouco a pouco na segunda metade do século XVI para designar o conjunto das posições portuguesas no Índico, reflita essa gradual mudança de perspectiva.³¹⁵

³¹³ Alguns contemporâneos questionaram o fato de o padre, avisado por António Caiado, não ter fugido para Sofala ou Moçambique. Luís Fróis foi um deles. À sua inquietação o capitão de Sofala, Bastião de Sá, teria respondido: “[...] que é uma das coisas mais impossíveis, que se podiam dar em Monomotapa, era cuidar um homem que poderia salvar-se fugindo, salvo se mudasse a natureza em ave, ou Deus, de seu poder absoluto, miraculosamente o quisesse guardar, porque há tanta prontidão na execução do que El-Rei manda, que parece em seu gênero não se poder dar mais. Além da gente ser tanta que, em oito dias, afirmaram fazer cada vez que quer trezentos mil homens de guerra, *paratos ad prelium*”. “Carta [cópia] do irmão Luís Fróis para o irmão Bento Toscano da Companhia de Jesus em Portugal”. DPMAC, vol.VIII, p.26.

³¹⁴ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., p.62.

³¹⁵ THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., p.217.

De outra parte, o envio de uma expedição de represália ao Monomotapa inseria-se no quadro mais amplo da política portuguesa para o continente africano. Descobertas entre 1545 e 1558, as riquíssimas minas de prata em Potosí (atual Bolívia), Zacatecas e Guanajuato (atual México), injetaram fôlego à atividade mineradora que a Espanha desenvolvia na sua porção americana desde o início do século XVI e acalentaram, na Coroa lusitana, o desejo de realizar feito equivalente.³¹⁶ O projeto, então, passou a ser descobrir e controlar as minas de prata que se supunha existirem no território angolano – as chamadas minas de Cambambe –, bem como as minas de ouro do planalto do Zambeze.

A Igreja viu-se igualmente contemplada por uma política de conquista efetiva:

A simples ideia de controle territorial exercia um apelo fortíssimo numa nova geração de missionários que, influenciados pelo Concílio de Trento, se dispunham a fazer-se aos mares e a converter qualquer pagão. A persuasão deixara de ser empregue em hereges e pagãos; pelo contrário, o método adequado era a conversão forçada, sendo o braço secular chamado a pressionar os governantes orientais de um modo nunca antes tentado. A década de 1560 assistiu à missão quixotesca de Silveira, ao estabelecimento da Inquisição em Goa e à vice-regência de Constantino de Bragança, durante a qual se assistiu à primeira invasão portuguesa de Ceilão e à tentativa de destruir a sagrada relíquia do dente de Buda. Nas décadas de 1560-70, as políticas expansionistas empreendidas em África contaram com a pressão da Igreja, sobretudo dos jesuítas.³¹⁷

Deste modo, no curto intervalo entre 1569 e 1575, a Coroa portuguesa enviou três grandes expedições à África central: a primeira para o Congo, onde depressa atingiu o objetivo de reconduzir seu aliado ao trono e recuperar a antiga influência que os lusitanos gozavam desde a conversão dos soberanos deste reino, em 1509; em 1571 Francisco Barreto desembarcou na Ilha de Moçambique, comandando a expedição que visava objetivamente à conquista

³¹⁶ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., p.63; MUDENGE, S.I.G., pp.201-202; Earl J. Hamilton estimou que, entre ao nos de 1503 e 1660, chegaram legalmente ao porto de Sanlúcar de Barrameda (Andaluzia), aproximadamente 185 toneladas de ouro e 16 mil toneladas de prata. HAMILTON, Earl J. *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650*. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

³¹⁷ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., p.63.

das minas de ouro do Monomotapa e; em 1575 a expedição de Paulo Dias Novais partiu para a conquista de Angola e das minas de prata, dando início à longa saga das guerras portuguesas na África Centro-ocidental.

Francisco Barreto, soldado experiente que já havia sido governador do Estado da Índia,³¹⁸ montou uma expedição de dimensões consideráveis: arregimentou, ainda em Portugal, um exército de cerca de mil soldados, formado em grande medida por veteranos das guerras no Marrocos, aos quais se somaram mais de 2 mil homens africanos. Além dos homens, estavam à disposição do comandante cerca de trinta cavalos levados da Índia, bois, carroças, canhões e um contingente de cavalaria. Segundo Alberto da Costa e Silva, os objetivos da expedição não eram apenas dominar o *mutapa* e acessar as minas; eram também controlar o tráfego no rio Zambeze e “limpá-lo” dos comerciantes mouros. Talvez por isso Barreto tenha optado por subir o rio Zambeze ao invés de viajar por terra, passando por Teve e Manica.³¹⁹

As tropas de Barreto chegaram a Sena sem enfrentar maiores problemas mas, nos dias em que permaneceram na cidade, em número cada vez maior, sucumbiram homens, bois e cavalos, provavelmente vítimas da doença do sono, da falta de sal e de diarreias provocadas pela qualidade da água. Ainda que os mosquitos e as moscas tsé-tsé proliferassem à beira do rio, os jesuítas culpavam os muçulmanos da cidade pelas doenças que acometiam os portugueses, acusando-os de envenenar a água e os pastos. Convencido por eles, Barreto mandou seus capitães às casas dos mouros, “o que os soldados fizeram de boa vontade, porque além de se vingarem nos mouros, lhes coube a maior parte do ouro que eles tinham, da qual veio a El-Rei mais de 15.000 maticais”.³²⁰

Depois do ataque, o capitão-mor enviou um dos mais antigos moradores de Sena, Manuel Bernardes, “muito conhecido do Monomotapa”, como embaixador ao *zimbabué* do mutapa, com a missão de informá-lo sobre a chegada e a posição do exército português e avisar que o governador ia em

³¹⁸ Juntamente com o comando da expedição, Barreto recebeu o cargo de “Governador de Sofala, Moçambique e Monomotapa”. Cf. “Carta de D. Sebastião”. Lisboa, 21 de fevereiro de 1571. REIS, J.C. (org.). *A empresa da conquista do senhorio do Monomotapa*. Lisboa: Heuris, 1984. pp.51-54.

³¹⁹ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...*, op.cit., p.628.

³²⁰ MONCLARO, F. “Relação da viagem que fizeram os padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na conquista de Monomotapa...”, op.cit. 15 mil maticais correspondem a aproximadamente 64kg de ouro. Cf. SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.630.

nome do rei de Portugal, para tratar em paz de assuntos referentes ao comércio. Sem obter resposta, porque a embarcação em que retornava o embaixador naufragou no Zambeze, Barreto se pôs a caminho de Tete, enfrentando o grande exército dos tonga em três batalhas, das quais os portugueses saíram vitoriosos. Mas, segundo Monclaro,

Os doentes cresceram tanto que já não havia cafres para os levarem [...]. Os doentes e feridos passavam de 120, e cada dia enterrávamos dois ou três, e recaíam outros de novo. [...] e como não havia quem levasse os doentes, foi necessário irmos todos a pé e dar-lhes as cavalgadas; até Francisco Barreto levava nas ancas do cavalo os doentes.³²¹

O capitão enviou e recebeu embaixadas do Monomotapa. Assim como Gonçalo da Silveira, Barreto lançou mão do auxílio dos sertanejos nesta empreitada. Os termos da negociação proposta pela Coroa portuguesa se resumiam a três pontos:

O primeiro, que lançasse os mouros fora. O segundo, que havia de receber os padres e guardar a fé. O terceiro, que havia de dar muitas minas de ouro que tinha em suas terras.³²²

Em muitos e diferentes trechos, o relato do Padre Monclaro, missionário jesuíta que acompanhava a expedição, é desolador:

[...] achamos na praia do rio alguns soldados, e seriam por todos cinquenta, com as bandeiras todas as quatro sem capitães nem oficiais próprios, e eles escassamente se podiam ter em pé, e passando pelo hospital vimos os doentes estar assentados na ramada, mais com cores de mortos que de homens vivos [...] e era coisa estranha, que nenhum só homem havia são [...]. Só neste caminho enterrei mais de vinte, fora os que depois morreram. [...] O físico estava espirrando ao tempo em que chegamos, e todos, de maneira que bem mostravam estar tudo acabado.³²³

É, portanto, fácil compreender a resposta irônica do *mutapa* à segunda embaixada. Segundo o cronista da expedição, de Sena Barreto mandou avisar

³²¹ Pe. Monclaro, "Relação da viagem que fizeram os padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na conquista de Monomotapa...", op.cit.

³²² Idem, ibidem.

³²³ Idem, ibidem.

ao soberano que voltaria à ilha de Moçambique para resolver problemas relacionados ao pagamento dos soldados e que quando de seu retorno, se os três termos não estivessem cumpridos, abriria guerra contra ele “assim como fizera aos *mongaz*”,³²⁴ ao que o soberano *shona* respondeu “que fazia muito bem, que os *mongaz* eram grandes ladrões e que o Monomotapa também havia de mandar sobre eles, como depois mandou”. Aparentemente, as condições foram aceitas. Mas dificilmente se pode acreditar que o tenha sido por efeito da ameaça. O fato é que o mesmo Padre Monclaro registrou que os *mongaz*, ainda que vencidos, não concluíram as negociações de rendição, por perceber a fragilidade do exército de Barreto: “creio que viram o nosso desbarate e mortandade”. Na opinião de Alberto da Costa e Silva, talvez o *mutapa* tenha aceitado as condições

[...] esperançoso de que com o tempo fossem morrendo todos os portugueses [...] a ele, como aos *sheiks* do litoral e aos africanos por quase todo o continente, não deixava de parecer estranha a fragilidade dos brancos, que enfermavam à toa e, na maioria dos casos, não reagiam às febres nem dela se curavam.³²⁵

O próprio Francisco Barreto morreu de diarreia e febres no decorrer da expedição. Somada a esse quadro desolador, uma bem calculada estratégia de propaganda fez circular pelo vale do Zambeze o rumor de que o *mutapa* podia reunir rapidamente um exército de 100 mil homens, o que gerou pânico e deserção nas tropas lusitanas. Para Vasco Fernandes Homem, sucessor de Barreto no comando da expedição, “era tempo para se tomar conclusão sobre o que havíamos de fazer”. Segundo o Padre Monclaro, por este tempo não havia mais de 180 homens vivos à disposição do capitão, e, ainda assim, todos estavam doentes. Uma reunião com aproximadamente trinta dos mais importantes soldados e comandantes definiu que o triste contingente deveria retornar a Moçambique e ali, com o auxílio dos oficiais da fortaleza e, talvez, com o reforço dos tripulantes de naus que porventura estivessem no porto, decidiriam o melhor modo de prosseguir com a campanha.

³²⁴ Idem, *ibidem*.

³²⁵ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.630.

Por esta altura, os integrantes da expedição estavam convencidos de que os confrontos com o *mongaz*, embora nominalmente vencidos, representaram uma derrota histriônica, mas Vasco Fernandes Homem estava determinado a concluir a empresa da conquista do Monomotapa. Após algum tempo restabelecendo forças na Ilha de Moçambique, e arregimentando um contingente de quinhentos homens, levou suas tropas para Sofala, de onde objetivava alcançar as terras de Manica pelo caminho terrestre, que cortava o reino do Quiteve. O *sachiteve*, contudo, não permitiu que os portugueses passassem por suas terras carregando armas, e tentou, a princípio, vedar o acesso. Incapaz de enfrentar as armas de fogo,

[...] mandou esconder todos os mantimentos e despovoar todas as povoações por onde os nossos haviam de passar, e entulhar os poços d'água, por onde se vê que, ainda que cafres, não são tão bárbaros, que não usassem destes ardis como o fizeram os reis da Pérsia, tão políticos hoje quando lhe os turcos entraram por seus reinos, que com lhe impedir os mantimentos e queimarem os campos os desbaratam sem golpe de espada.³²⁶

Comandando um exército exausto, faminto e sedento, Vasco Homem logrou chegar à capital do Quiteve e a incendiou. De lá, finalmente alcançaram Manica, onde foram bem recebidos pelo *chicanga* e obtiveram permissão para procurar e explorar os veios de ouro e prata. Entretanto, ao contrário da imagem de *eldorado* que os portugueses construíram sobre as minas de Manica, o comandante constatou, *in loco*, que o sedutor volume de metais preciosos que os mercadores levavam daí para o litoral era coletado lenta e pacientemente, em pequenas porções, pelas mãos de numerosas pessoas, cada uma extraíndo apenas a quantidade necessária para adquirir tecidos, miçangas e mantimentos. Segundo as fontes, a exploração em larga escala somente seria possível com a escavação em níveis mais profundos e, para isso, seria necessário dispor de máquinas e uma grande quantidade de trabalhadores, que o capitão não tinha meios de obter;³²⁷ na avaliação de Malyn Newitt, ao franquear o acesso às minas, o *chicanga* adotara uma estratégia sutil de convencer o comandante

³²⁶ COUTO, D. "Capítulos XX a XXV da década IX da Ásia de Diogo do Couto". 1573. In: REIS, J.C. op.cit., p.123.

³²⁷ Idem, ibidem.

português a desistir da empreitada e abandonar suas terras, sem que fosse preciso recorrer ao confronto militar.

Reafirmando a amizade com o *chicanga*, um desiludido Vasco Fernandes Homem deixou alguns homens a negociarem tecidos em Manica e retornou para Sofala, novamente pelo caminho do Quiteve, onde parou para assentar um tratado de paz com o *sachiteve*, no qual ficou acertado o trânsito livre dos mercadores lusitanos em troca do pagamento da *curva*, um tributo em tecidos que o capitão de Sofala deveria enviar anualmente.

De Sofala, onde chegou em setembro de 1575, Vasco Fernandes seguiu para Sena e, em seguida, para Tete, onde construiu um forte a partir do qual objetivava alcançar as famosas minas de prata da região da Chicova. Segundo o relato do Padre Monclaro, o governador tivera notícias da existência das minas de prata em Sena, onde se dizia que eram “grossas” e estava muito perto do rio. Enviado por Vasco Fernandes para checar a veracidade das informações, Gonçalo de Araújo trouxe da região da Chicova “cinco ou seis barras pequenas” de prata.³²⁸ O capitão ainda almejava encerrar a campanha com alguma conquista concreta e, dado que a prata se tornara, ao longo do século, a principal moeda para o comércio com a Índia e o Extremo Oriente, concentrou todas as suas forças no projeto de conquista dessas jazidas.

Na Chicova, Vasco Homem compreendeu que a reputação dos portugueses o precedera:

Entenderam os cafres que a intenção do governador era descobrir as minas de prata, e como receavam que esta descoberta fosse a sua total ruína, desampararam o país, para os não obrigarem, **com tormentos**, a dizer o lugar certo onde a terra se refinava em prata.³²⁹

Com receio de que os lusitanos tomassem o controle de seu território, os *tavara*, habitantes da Chicova, imaginaram uma maneira de ludibriar o capitão: extraíram duas grandes pepitas de prata, “de quatro até cinco arráteis”, e enterraram-nas a uma distância segura das verdadeiras minas; na direção oposta, enterraram uma pepita de ouro. “Já quase sol posto”, pedindo segredo

³²⁸ Pe. Monclaro, “Relação da viagem que fizeram os padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na conquista de Monomotapa...”, op.cit., p.80.

³²⁹ SOUSA, F. “Extrato do livro ‘Do Índico conquistado’”. In: REIS, J.C. op.cit., p.134.

e simulando grande medo de ser descoberto pelo soberano, um homem guiou o capitão e alguns de seus soldados até os locais onde os metais haviam sido enterrados.

Animado, o governador prosseguiu com as escavações até perceber-se logrado e retornar a Tete, e daí à Ilha de Moçambique, não sem antes designar a permanência de duzentos soldados para prosseguir no trabalho de localização das minas. Os *tavara*, insatisfeitos com o insucesso de seu plano, passaram a boicotar o acesso destes aos mantimentos e a hostilizá-los abertamente. “A sofrer fome e sem esperanças, boa parte deles foi morta numa emboscada. Os que dela se safaram e conseguiram abrigar-se num forte feito às pressas foram também, dias depois, liquidados”.³³⁰ O cronista da expedição resumiu a experiência: “[...] o querer conquistar estas terras é destruir-se em gastos e portugueses, e não poderá acudir a tantas coisas, e nenhuma delas bem prosseguida e conquistada, e quem todo lo quiere, todo lo pierde”.³³¹

De modo geral, os *shona* enfrentaram com sucesso o desafio imposto pela expedição Barreto/Homem. Aliás, o *mutapa* Negomo Mupunzagutu sequer precisou se envolver diretamente nos esforços para deter o avanço lusitano, como atestam todas as fontes do período. Nas palavras de Malyn Newitt, “o ataque português fora neutralizado pelos povos da orla do império *shona*, pelos *mongaz*, pelos *tavara* da região de Chicova e pelos habitantes de Quiteve e Manica, na vertente oriental”.³³² O reino do Monomotapa não foi seriamente afetado e não há registro nas fontes conhecidas de qualquer instabilidade provocada pela passagem da expedição, ou quaisquer divisões internas que os portugueses pudessem ter explorado.

As relações comerciais entre os *shona* e os portugueses, portanto, prosseguiram sem sobressaltos. Mas uma alteração significativa havia ocorrido no vale do Zambeze: em 1586, quando da sua chegada à África austral, o

³³⁰ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.632.

³³¹ Pe. Monclaro, “Relação da viagem que fizeram os padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na conquista de Monomotapa...”, op.cit., p.96. Após o malogro da expedição Barreto/Homem, os jesuítas demorariam cerca de três décadas para se restabelecer na costa índica. Respondendo ao chamado de Estevão de Ataíde, governador de Moçambique, estabeleceram uma casa na Ilha de Moçambique em 1610 e, em julho do mesmo ano, os primeiros jesuítas daí provenientes alcançaram a povoação de Sena. DENIS, P. *The Dominican friars in Southern Africa: a social history (1577-1990)*. Leiden: Brill, 1998. (Studies in Christian mission, 21). p.21.

³³² NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., p.65.

missionário dominicano João dos Santos registrou, em sua *Ethiopia Oriental*, a presença de “muitos filhos de Portugal e da Índia”³³³ no vale e no planalto. Homens que, via negociações diplomáticas, obtiveram de Negomo a permissão formal para o estabelecimento das capitanias de Sena e Tete, onde foram edificados os primeiros fortes com paredes em argila, pedra e cal, e instalaram-se guarnições permanentes.³³⁴ À frente das duas fortalezas, capitães nomeados pelo governador de Moçambique que, por sua vez, respondia ao vice-rei da Índia.

Assim colocado, o registro factual leva a supor que, após a expedição de Barreto, as duas povoações passaram a compor o quadro geral da administração do Ultramar ibérico. Não é que o sugere a fonte em tela. Quando da chegada de Santos à região, por volta de 1590, Sena sujeitava-se, ainda, à autoridade do Monomotapa. A autonomia lusitana restringia-se à fortaleza e sob sua jurisdição estavam os cerca de oitocentos cristãos que lá viviam, dos quais apenas cerca de cinquenta eram portugueses.³³⁵ Em Tete, além da autorização para a construção do forte, a Coroa ibérica obteve a doação de uma considerável extensão de terras, “que são as terras que reconhecem aos portugueses e ao capitão do forte, como a seu rei”. Ali, no final do século XVI, viviam cerca de seiscentos cristãos, dos quais quarenta seriam portugueses.³³⁶

Enquanto parte do acordo de paz firmado com o *Monomotapa* [o monarca] entregou ao capitão de Tete algumas das chefias rebeldes *tonga* instaladas no vale. O capitão de imediato assumiu o papel de chefe, desempenhando cerimônias religiosas, tratando de organizar exércitos e recolher impostos, e ainda recompensando seus guerreiros com mulheres e outros tesouros saqueados sempre que uma campanha era bem-sucedida. No início do século XVII, vemos que quase todos os *tonga* instalados na margem direita do Zambeze mantinham uma relação deste tipo com o capitão de Sena, ou com Tete.³³⁷

³³³ SANTOS, J. op.cit., p.161.

³³⁴ O Padre Monclaro refere que quando da chegada da expedição de Barreto a Sena, esta cidade era governada por “um mouro, filho de um Mopango, grande senhor mas vassalo do Monomotapa, o qual sudeceu no reino estando nós lá por morte de seu pai. [...]. O senhor cafre se viu com muitas cortesias com Francisco Barreto”. Cf. MONCLARO, F. “Relação da viagem que fizeram os padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na conquista de Monomotapa...” op.cit., p.72.

³³⁵ SANTOS, J. op.cit., p.189.

³³⁶ Idem, ibidem.

³³⁷ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., p.204.

Ainda na década de 1570, o *mutapa* passou a buscar entre os quadros da administração portuguesa o ocupante do cargo de “capitão das portas”. Massapa, cidade considerada a ‘porta’ de entrada no reino do Monomotapa que, tradicionalmente, tinha seu administrador – o terceiro homem na hierarquia do reino – recrutado entre os membros das famílias mais nobres da sociedade shona. Depois da expedição de Barreto, contudo, este cargo vitalício passou a ser preenchido por um representante da Coroa portuguesa, escolhido pelo governador de Moçambique e confirmado pelo *mutapa*, em nome de quem cobrava e recebia os tributos pagos pelos comerciantes dos bazares, luso-africanos e mouros, e administrava justiça sobre todos os moradores e mercadores ocasionais, fossem africanos ou estrangeiros.

A “porta” do planalto limitava a penetração institucional lusitana no sertão da África austral. É importante insistir neste ponto: na altura da chegada de João dos Santos, o estabelecimento oficial dos portugueses se deu nas terras do vale, região sujeita a secas periódicas, infestada de tsé-tsé e sem volume considerável de ouro. No planalto, área de terra fértil, clima ameno e rica em recursos hídricos e depósitos de ouro, onde se localizava a Mocaranga e os principais bazares, a permissão de instalação foi concedida particularmente aos sertanejos e a alguns missionários, não à administração ibérica.³³⁸

*

Publicada em dois volumes, a obra de João dos Santos foi estruturada em dois grandes eixos: o primeiro trata das terras e dos povos; o segundo, das ações missionárias da Ordem de São Domingos e notas soltas sobre a Índia. O primeiro, *Ethiopia Oriental*, está dividido em cinco livros, nos quais relata “particulares coisas, assim das terras de que vão intitulados, como de seus habitantes”. Em detalhes, o primeiro livro – composto por vinte e oito capítulos – trata das terras de Sofala; o segundo dispensa vinte e três capítulos às terras, animais, culturas e população do reino do Monomotapa e Rios de Cuama. Nos

³³⁸ “Este Monomotapa deu entrada aos nossos religiosos em seus reinos e deu licença para fazerem igrejas e cristandade neles, como hoje fazem; e tem já edificado três igrejas nos lugares principais do seu reino, em Massapa, Luanze, Bucutu, nos quais moram muitos portugueses [...]”. SANTOS, J. op.cit., p.223.

terceiro e quarto capítulos, também detalhadamente, o autor dedica-se à descrição de Moçambique, das terras que vão de Querimba ao Cabo Delgado e deste ao Egito e mar Vermelho.

O segundo volume, *Vária História de Coisas Notáveis do Oriente*, foi dividida em quatro livros; os dois primeiros foram dedicados à memória e às obras dos missionários da Ordem de São Domingos “assim antes como depois de ser descoberta pelos portugueses”.³³⁹ No terceiro o autor narra a viagem de Portugal à África austral e “de passagem”, “algumas perdições de naus da Índia, que fizeram naufrágio nesta costa”. No quarto e último capítulo, a descrição de “algumas coisas notáveis” e memórias das terra de Goa, Chaul e Cochim.

A biografia de João dos Santos é pouco conhecida. Nasceu no início da década de 1560, em Évora, cidade na qual completou seus estudos humanísticos e teológicos no Colégio de São Domingos, em 1584. Dois anos depois, atendendo ao apelo que o Bispo de Málaca, Dom João Ribeiro Gaia fez ao arquiduque Alberto, Vice-Rei de Portugal sob o reinado de Filipe II, integrou a missão que partiu em direção ao Índico, para reforçar a presença de missionários na região, onde permaneceu, em sua primeira estadia, até 1600. De volta à cidade natal, assumiu as funções de Superior do Convento de São Domingos e ali, em 1609, publicou sua *Ethiopia Oriental e vária história de coisas notáveis do Oriente*.

Entre 1611 e 1616, de volta ao vale do Zambeze por solicitação do Provincial de sua Ordem, o missionário desenvolveu suas atividades na Igreja de Sena até ser convidado por Diogo Simões Madeira, então governador de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e Monomotapa, para atender na fortaleza de São Miguel da Chicova. Nesta segunda passagem pela África austral, o religioso redigiu pelo menos dois outros importantes tratados sobre a região, uma *Relação do descobrimento das minas de prata da Chicova* e os *Comentários da Região dos Rios de Cuama*. Dados como perdidos, acredita-se que tais tratados tenham informado parte significativa da *Década 13 da Ásia* de António Bocarro (1594-1642).³⁴⁰

³³⁹ SANTOS, J. op.cit., p.27.

³⁴⁰ SANTOS, Victor. *O missionário quinhentista Fr. João dos Santos e o seu livro Etiópia Oriental*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1951. Pp.1-60; COSTA, Elisa. “Frei João dos Santos e a sua *Ethiopia Oriental e Vária História*. Uma proposta de leitura”. In: *Actas do Congresso*

Publicada em Évora, a obra cedo saiu do circuito conventual. Para a sua divulgação europeia muito contribuiu a versão latina editada, em 1622, pelo padre jesuíta Alonso de Sandoval, *De instauranda Aethiopia salute*. Esta versão foi, seguramente a principal responsável pela difusão dos conteúdos de *Etiópia Oriental* nos círculos cultos europeus.³⁴¹

Como todas as obras do período, a *Ethiopia Oriental* passou pelo crivo das autoridades religiosas (Inquisidor Geral dos Reinos de Portugal, da Mesa do Paço, do Provincial da Ordem dos Pregadores em Portugal e do Prior de São Domingos) e obteve autorização para publicação expedida pelo próprio monarca.

Em 16 de abril de 1581, poucos anos antes da chegada do missionário à costa africana, como desfecho da crise sucessória provocada pela morte de D. Sebastião, Filipe II da Espanha assumira o trono português após uma bem-sucedida campanha na qual procurou articular a afirmação de sua legitimidade (era neto de D. Manuel), aproximação diplomática e cooptação de diferentes grupos sociais e força militar. A expressão “eu o herdei, eu o comprei, eu o conquistei”, atribuída a Filipe II,³⁴² resume, para os propósitos deste trabalho, as circunstâncias em que se formou um império que, nas palavras de Charles Boxer, “estendendo-se de Macau, na China, a Potosí, no Peru, foi o primeiro império mundial no qual o sol nunca se punha”.³⁴³

A formalização da União das Coroas se deu com a assinatura do Acordo de Tomar, um compromisso que visava assegurar a autonomia portuguesa ao observar as leis e costumes do país e garantir, entre outras coisas, os privilégios, mercês e ofícios do governo aos naturais do reino português. Por esta razão, segundo José Carlos Vilardaga, o reinado de Filipe II costuma ser visto, por

Internacional de História, Missionaçã Portuguesa e Encontro de Culturas. Vol. II. Braga, 1993. pp.49-66.

³⁴¹ CARVALHO, Teresa Nobre. “Registros da biodiversidade africana anotados por Frei João dos Santos em ‘Etiópia Oriental’ (Évora, 1609)”. In: *Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*. Lisboa, 24-16 de outubro de 2012. pp.4-5. Disponível em: <https://2012congressomz.files.wordpress.com/2013/08/t05c02.pdf>. Acesso em 05/01/2014.

³⁴² SUBRAMANIAN, Sanjay. *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History*. 2ªed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

³⁴³ BOXER, C.R. *Four Centuries of Portuguese Expansion, 1415-1825: A Succinct Survey*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press; Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1969. p.45.

parte significativa da historiografia, como aquele em que a autonomia de Portugal teria sido essencialmente preservada. Mas, prossegue o autor,

A maneira pela qual Portugal passou a fazer parte da estrutura do governo imperial filipino pode ser chamada de *polissinodal*, ou seja, a monarquia espanhola teria articulado uma rede de instituições com relativos graus de autonomia que, em última instância, se encerravam na realeza, numa estrutura essencialmente corporativa. As principais destas instituições eram os Conselhos – o de Portugal foi criado em 1582 –, ocupados por naturais das regiões e com um razoável grau de autonomia, mas que deveriam se remeter, ao final, a Madri. De fato, o próprio Conselho funcionava em Madri e seus componentes eram integrados à sociedade cortesã castelhana.³⁴⁴

A criação do Conselho de Portugal fora sugestão das Cortes de Tomar, e este consistia em um Vedor da Fazenda, um Chanceler-mor e dois Desembargadores do Paço. “E tudo será feito em linguagem portuguesa e as ditas pessoas serão portuguesas”.³⁴⁵ Os serviços burocráticos passaram à incumbência de três Secretarias: a Secretaria das Mercês, Ordens e Padroado, a Secretaria de Estado, Fazenda e Justiça e a Secretaria de Estado da Índia e conquistas. A criação desta última se justificava “por haver julgado conveniente e necessário que estes negócios tenham Secretário de per si para seu bom despacho”.³⁴⁶ Em 16 de fevereiro de 1632, uma provisão régia estabeleceu que as contas respeitantes aos negócios do Estado, Governo, Justiça e Fazenda nas partes ultramarinas fossem submetidas à Secretaria de Estado da Índia. Organizava-se, assim, em Madri, a centralização e especialização do governo do Ultramar português.³⁴⁷

De fato, do ponto de vista administrativo, essa ordenação parece ter alcançado até mesmo as partes mais recuadas do sertão da África austral. Parte expressiva da documentação em que este trabalho se assenta foi produzida pelo

³⁴⁴ VILARDAGA, J.C. *São Paulo no império dos Felipes: conexões na América Meridional (1580-1640)*. São Paulo: Fapesp, Intermeios, 2014. pp.41-42.

³⁴⁵ “Patente das mercês, graças, privilégios de que El-Rei D. Filipe, nosso Senhor, faz mercê a estes seus reinos”. In: LOPES PRAÇA, *Coleção de leis e subsídios para o estudo do direito constitucional português*, vol.I, p.208.

³⁴⁶ “Alvará de criação das três secretarias do Conselho de Portugal em Madri”. In: CAETANO, Marcelo. *O Conselho Ultramarino: esboço da sua história*. Rio de Janeiro: Sá Cavalcante Editores, 1969. p.22.

³⁴⁷ Idem, p.23.

e para o Conselho de Portugal e, durante dez anos, o Conselho da Índia.³⁴⁸ Não significa, contudo, que as determinações metropolitanas tenham alçando os objetivos imperiais traçados por Filipe II. À chegada em Sofala, João dos Santos encontrou uma povoação cristã de “mais de 600 almas de confissão, em que entravam portugueses, mestiços e gente da terra”³⁴⁹ e a fortaleza ocupada por aproximadamente 200 portugueses, que “ordinariamente são mercadores” e

[...] se ocupam em ir a Manica ao resgate do ouro, com roupas e contas, assim do capitão como suas, e outros aos rios da Sabia e às ilhas das Bocicas e a outros rios que estão perto de Sofala ao resgate do marfim, âmbar, gergelim e outros legumes, e muitos escravos.³⁵⁰

“Afastada da fortaleza obra de dois tiros de espingarda”, a povoação de mouros que Anhaia havia submetido no início do século contava, de acordo com os cálculos do cronista, com cerca de cem moradores, “os quais são vassalos da nossa fortaleza e muito sujeitos ao capitão e aos mais cristãos”. Todos ocupados no serviço aos portugueses, notadamente nas rotas comerciais ou como marinheiros.³⁵¹

Ainda na costa, Santos apreendeu o caráter dual da presença lusitana nestas partes de África. À chegada do missionário, a fortaleza de Sofala, em nome da Coroa ibérica, pagava ao Quiteve uma *curva* anual de 200 panos, estabelecida quando da formalização dos tratados de paz com Vasco Fernandes Homem.³⁵² Para além da relação diplomática, os mercadores pagavam tributos

³⁴⁸ Além do Conselho de Portugal, em 1604 foi criado o Conselho da Índia, composto por um presidente, dois conselheiros fidalgos experimentados na carreira das armas e dos conselheiros letrados, um dos quais deveria ser clérigo, “por razão das matérias eclesiásticas que se hão de tratar no Conselho”. Competiam ao Conselho todos os negócios relativos à Índia, Brasil, Guiné, Ilhas de São Tomé e Cabo Verde e todas as demais partes do império ultramarino. Ao Conselho cabia propor a nomeação das autoridades e oficiais que deveriam seguir para as diferentes partes do Ultramar e emitir as cartas, provisões e despachos correspondentes. Era ali que se abria a correspondência enviada ao rei pelas autoridades civis e eclesiásticas do Ultramar. O Conselho da Índia teve duração curta; foi extinto em 1614 por determinação de D. Fr. Aleixo de Meneses, Vice-Rei de Portugal.

³⁴⁹ SANTOS, J. op.cit., p.43.

³⁵⁰ Idem, pp.43-44.

³⁵¹ Idem, p.44.

³⁵² João dos Santos oferece uma detalhada e saborosa descrição da embaixada enviada pelo Quiteve: “Manda quatro embaixadores, que para isso elege, a quem os cafres chamam mutumes. Um destes representa nesta jornada a pessoa do rei, a quem todos os cafres têm a mesma reverência e respeito, neste caminho somente. Ao segundo mutume chamam Boca Del-Rei, o qual vem para falar e dar a embaixada do rei. Ao terceiro chamam Olho Del-Rei, porque este tem cuidado de ver tudo quanto se faz nesta jornada e embaixada, assim de mal como de bem, para depois que tornar à corte relatar tudo ao seu rei, e juntamente para ver quanta roupa e que tal é a

de passagem pelas terras do Quiteve da ordem de 20% das mercadorias que levavam, tanto panos quanto miçangas.³⁵³ Vivendo próximos aos centros de poder lusitanos na costa,³⁵⁴ é compreensível que alguns dos homens de Sofala não tenham aprofundado seus laços com as sociedades africanas para além da ciência dos protocolos necessários à realização do comércio. Algumas vezes, mesmo estes protocolos não eram inteiramente familiares aos portugueses. João dos Santos narra o episódio em que um comerciante de Sofala que

[...] foi com suas mercadorias ao *zimbabué*, onde mora o *Quiteve*, para daí passar às Manicas, onde há muitas minas de ouro, e estando nesta cidade do Quiteve mandou matar uma vaca em sua casa, para dar de comer a seus escravos e a outra gente que levava consigo para lhe ajudar a vender suas mercadorias. Neste dia que se matou a vaca, se celebrava uma festa destes *musimo* [...].³⁵⁵

Musimo [*vadzimu*] eram os espíritos ancestrais e, por essa razão, também era a designação dos dias dedicados à sua memória. Nestes dias, nos quais não se trabalhava, realizavam-se grandes festas e bailes. Por isso, à notícia de que alguém havia mandado matar uma vaca num dia de *vadzimu*, o Quiteve respondeu “que fizera muito mal de quebrantar o seu dia santo, matando nele a vaca, e já que tal fizera, deixasse estar a vaca sem lhe por mais a mão, porque o *muzimo* daquele dia havia de comer a própria vaca”.³⁵⁶ O castigo para o mercador que mandara matar o animal foi conviver com o cadáver por dias seguidos, no interior da casa que ocupava.

que se lhe entrega. Ao quarto mutume chamam Orelha Del-Rei; o qual vem para ouvir tudo o que se diz nesta embaixada, assim da parte do rei como da parte do capitão de Sofala, e se os embaixadores acrescentam ou diminuem alguma coisa das embaixadas [...]. Estes embaixadores, quando vem buscar esta curva, trazem consigo mais de cem cafres, assim para os acompanharem como para levarem as roupas e contas da curva às costas [...] os quais entram na povoação todos juntos, da maneira seguinte. Primeiramente, vem na dianteira alguns tangedores de tambores e outros instrumentos e alguns bailadores e todos vem cantando e tangendo e atroando a terra toda com suas desabridas e desentoadas vozes, com as cabeças ornadas de penachos de rabo de galo. Logo detrás destes se seguem os demais cafres, ordenados todos em uma fileira, no cabo dos quais vem os quatro mutumes por sua ordem, e no último lugar vem o que representa a pessoa do Quiteve [...]”. SANTOS, J. op.cit., pp. 106-108.

³⁵³ SANTOS, J. op.cit., p.109.

³⁵⁴ Quando da chegada de João dos Santos a fortaleza de Sofala já havia perdido sua proeminência para aquela construída na Ilha de Moçambique em 1558, por determinação da rainha regente D. Catarina, e o capitão da primeira se subordinava ao da segunda.

³⁵⁵ SANTOS, J. op.cit., pp.69-70.

³⁵⁶ Idem, p.70.

E cheirava tão mal que o português se quis sair da casa por esse respeito e tomar outra, mas o *Quiteve* o não quis consentir, senão que em pena da morte da vaca no dia do seu *mosimo* lhe sofresse o ruim cheiro ou que pagasse a *empofia*³⁵⁷ que tinha feito, pela qual razão, vendo-se o português forçado, e obrigado da pena em que vivia, veio a concerto com o rei e pagou-lhe cinquenta panos da *empofia* que fizera, e não comeu a vaca, antes lhe sofreu o ruim cheiro por muitos dias.³⁵⁸

Outros, por sua vez, conheciam e exploraram com habilidade os diferentes elementos simbólicos que compunham o cerne das organizações sociais da África austral. Vivendo fora dos limites e da jurisdição das fortalezas de Sofala e Moçambique, João dos Santos encontrou um português chamado Rodrigo Lobo, na ilha do Maroupe, situada no meio do Rio de Sofala.³⁵⁹ Lobo “era senhor da maior parte desta ilha”, território que lhe fora doado pelo próprio *Quiteve*, e ali, tal qual um chefe africano, exercia poder de mando sobre seus escravos e os demais moradores da ilha. Além da terra, Lobo recebera o título honorífico de “mulher Del-Rei”, que indicava a todos os súditos que o seu portador deveria ser tratado com muita cortesia. “Por ser mui seu amigo”, Lobo conhecia a interdição expressa à caça de leões, que se justificava pela antiga identificação do *Quiteve* com esses animais:

[...] há em todo este reino uma lei, que o *Quiteve* tem posta, em que manda sob pena de morte que nenhuma pessoa mate leão, porque ele chama-se Leão Grande e, como tal, diz que é obrigado a conservar a vida dos mais leões, e somente em sua presença permite que os possam matar por recreação sua.³⁶⁰

Ocorre que o sertanejo matou um leão durante uma caçada em companhia de muitos escravos e moradores da ilha. O acontecimento, testemunhado por tantos, não tardaria a chegar aos ouvidos do rei e certamente seria tomado como uma *empofia*. Lobo, então,

[...] mandou meter o leão em uma almadia e cobri-lo de rama, e pôs-lhe em cima vinte panos, e mandou tudo ao *Quiteve*, dizendo que ele, Rodrigo Lobo, sendo mulher Del-Rei e andando fazendo a seara para seu marido, o viera acometer

³⁵⁷ Ofensa que somente pode ser reparada com o pagamento em bens de prestígio.

³⁵⁸ SANJTOS, J. op.cit., p.70.

³⁵⁹ Atual rio Buzi.

³⁶⁰ SANTOS, J. op.cit., p.84.

aquele leão, alevantado e descortês para a mulher de seu rei, pela qual razão lhe deu com o cabo da enxada na cabeça, por honra de seu marido, e que ali lho mandava morto, para que acabasse de tomar vingança dele e do agravo que fizera à sua mulher.³⁶¹

O próprio cronista concluiu que “como Rodrigo Logo era grande amigo seu e sabia falar ao modo dos cafres, por metáforas” – em outras palavras, profundo conhecedor dos códigos culturais que regiam as relações naquelas partes de África – logrou contornar a situação e receber o perdão real.

Sertanejos e poderes africanos

Rodrigo Lobo é o primeiro sertanejo influente referenciado pelas fontes, mas não o mais célebre deles no século XVI. Ao final deste século, Diogo Simões Madeira constituiu o exemplo mais conhecido (embora não o mais emblemático, como se verá adiante) da personagem híbrida que começava a se desenhar no vale do Zambeze.

Esse líder dos comerciantes de Tete tornara-se uma mescla de conquistador europeu e chefe africano, um senhor da guerra, com um grande número de soldados escravos dentro de sua tranqueira e enorme prestígio entre os tonga da vizinhança.³⁶²

António Bocarro, talvez baseado nos manuscritos desaparecidos de João dos Santos, como sugere parte da historiografia portuguesa, narrou a participação deste sertanejo nas disputadas dramáticas travadas entre os poderes africanos no final do século XVI que culminaram com o tratado de cessão das minas de prata ao rei ibérico.

*

Ao contrário da biografia de Santos, a de Bocarro é bastante conhecida. Filho de cristãos novos, embora tenha sido batizado e educado de acordo com

³⁶¹ Idem, p.117.

³⁶² SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.663.

os cânones da religião cristã, por influência do irmão mais velho³⁶³ se converteu secretamente ao judaísmo aos 16 anos. Partiu para a Índia, onde prestou serviços em diversas armadas, motivado pela existência de comunidades de judeus ortodoxos por aquelas partes. Em Cochim, travou contato com um desses grupos e, por breve período foi instruído por um leigo, Samuel Castiel, a despeito da forte oposição do rabino local que, temendo que Bocarro vacilasse nas convicções religiosas, não aceitou sua circuncisão nem seu ingresso naquela comunidade judaica. Entre 1621 e 1622, atraído pelo cristianismo e sob orientação do jesuíta Sebastião Dias, Bocarro retomou a fé católica e, por orientação de seu confessor, procurou a Inquisição de Goa, para a qual denunciou os pais e outros familiares.³⁶⁴ Superado o episódio inquisitorial, continuou servindo como soldado nas armadas até 1631, quando foi nomeado para o cargo de cronista oficial e guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, vago desde a morte de Diogo do Couto, em 1616.

À frente deste cargo, deu continuidade às Décadas de Digo do Couto e, entre outras obras escreveu, sob encomenda de Filipe IV, o *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental* (1635), o códice ilustrado por cinquenta e duas plantas de fortalezas e cidades, desenhadas por Pedro Barreto de Resende.³⁶⁵ Nominalmente, a *Década XIII* abarca o período correspondente ao vice-reino de D. Jerônimo de Azevedo (1612-1617), até a chegada de seu sucessor, D. Francisco Coutinho, conde de Redondo. Mas o cronista ora recua até a última década do século XVI, ora avança para acontecimentos posteriores ao ano de 1617, o que confere à sua

³⁶³ O irmão responsável pela conversão do cronista é Manuel Bocarro Francês (ou Jacob Rosales), médico, matemático e astrólogo.

³⁶⁴ Bocarro foi absolvido e readmitido na fé católica. Seus biógrafos atribuem às delações feitas por ele o fato de ter escapado da fogueira em Goa. Os parentes denunciados por Bocarro conseguiram escapar, no Reino, provavelmente alertados por cartas que o próprio delator escrevera antes da denúncia em confissão. Cf. "O cronista Bocarro". In: *Academia de Ciências de Lisboa. Boletim da Segunda Classe*, IV, Academia das Ciências de Lisboa, 1911. pp.424-437; BOXER, C.R. *Antonio Bocarro and the Livro do Estado da Índia Oriental. A bio-bibliographical note*. Separata Garcia de Orta: Lisboa, s/n, 1956; SARAIVA, António José. "António Bocarro". In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975, p.353.

³⁶⁵ Outras obras de António Bocarro são: *Da Reforma do Estado da Índia, Crônica dos Feitos de Sancho de Vasconcelos nas partes do Sul, Livro dos feitos de Gonçalo Pereira e História de Maluco no tempo de Gonçalo Pereira Marramaque e Sancho de Vasconcelos no Sul* que, a começar pelo título, traz muitos elementos sugestivos de que se trata da junção do *Livro dos Feitos de Gonçalo Pereira* com a *Crônica dos Feitos de Sancho de Vasconcelos nas partes do Sul*.

obra uma visão de conjunto que abrange aproximadamente três décadas. Ao contrário da obra de João dos Santos que, mais preocupada em descrever animais, plantas, paisagens e “costumes estranhos”, em sua maior parte se constitui em um elogio à presença portuguesa naquelas partes do “Oriente” – notadamente por abrir o caminho à ação missionária –, Bocarro não se furta a explicitar o declínio e os dissabores vivenciados cotidianamente pelos portugueses na Índia, por um lado e, de outra parte, a denunciar casos de corrupção, desvios ou ausência de princípios caros a ele, como se verá em algumas passagens reproduzidas neste trabalho.

A sua *Década XIII da História da Índia* foi dividida em 186 capítulos nos quais o autor procurou dar conta dos principais acontecimentos que envolveram a presença portuguesa no vasto espaço que os portugueses criaram no Atlântico. Ao que tange especificamente à descrição das terras, costumes e eventos ocorridos no Reino do Monomotapa, o autor dedicou 30 capítulos; em 27 destes, Madeira ocupa papel de destaque, principalmente por ter sido responsável pela sequência de campanhas militares que levou o *mutapa* a assinar o Tratado de Concessão das Minas de Prata, em 1607.

Na descrição de Bocarro, a “ruína” de Gatse Lucere (c.1589-1623) se iniciaria no ano de 1597, quando duas companhias de guerreiros marave atravessaram o Zambeze, vindos da margem norte. Chefiada por um guerreiro de nome Capampo, a primeira tinha o objetivo de ocupar parte das terras que corriam ao sul do rio, “terras de muito ouro, onde o capitão de Massapa e os mais portugueses mercadores faziam seu resgate”; a segunda, chefiada por Chicanda, entrou no Monomotapa pelos braços menores do Zambeze, em direção à área próxima ao rio Mutombo.³⁶⁶ Para responder ao ataque, Lucere “mandou ajuntar muita gente de guerra”, chefiada por Ningomoxa, seu tio e segunda autoridade na hierarquia do reino, e convocou os mercadores portugueses – também interessados em “ver aquelas terras livres de ladrões” – para se juntar à expedição que objetivava a expulsão da primeira companhia. Segundo Bocarro, sabendo que os portugueses vinham com armas de fogo, Capampo não os esperou; retirou-se das terras ocupadas, e “de caminho foi queimando todos os mantimentos que achava”, provocando a fome que forçou

³⁶⁶ BOCARRO, A. *Década 13 da História da Índia*. Vol. II. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1876. [séc.XVII]. p.543.

o exército do *mutapa* a retornar, “deixando de seguir o inimigo”.³⁶⁷ Reputado por diferentes estudiosos como impetuoso, impulsivo, arbitrário e orgulhoso, o *mutapa* recebeu “tão mal” a malfadada expedição, e “ficou tão apaixonado, que mandou matar ao Ningomoxa, seu capitão-geral, não tendo respeito a ser seu tio e a segunda pessoa do seu reino”.³⁶⁸

A chegada da companhia chefiada pelo Chicanda provocou inúmeros prejuízos aos comerciantes lusos instalados nas terras próximas ao rio Mutombo. Mas, ao contrário da estratégia de fuga adotada pelo Capampo, assim que se instalou, o Chicanga

[...] temendo que o rei desse logo sobre ele e o destruísse, mandou-lhe seus embaixadores com um grande presente, dizendo que ele se viera meter em seus reinos sem sua licença, de que lhe mandava pedir perdão, mas que sua intenção com que ali viera fora servi-lo a ele, e ser seu vassalo [...] e que nessa conta o quisesse aceitar, e dar-lhe licença para se aposentar naquela terra em que estava.³⁶⁹

Atendido pelo *mutapa*, que queria “antes ser obedecido deste capitão que fazer-lhe guerra em que lhe sucedesse outra desgraça, como na do outro capitão Capampo”, o *Chicaga* permaneceu pacificamente nas terras por ele ocupadas por cerca de dois anos, quando se rebelou contra a autoridade shona, invadindo terras vizinhas àquelas em que sua presença havia sido autorizada. O soberano recorreu novamente aos lusitanos. Desta vez, contudo, o pedido não foi endereçado aos mercadores; o *mutapa* acionou a autoridade lusitana, personificada na figura do capitão de Moçambique. Mas foram os moradores de Sena e Tete que organizaram o auxílio a Lucere, “assim para o agradar como pelas perdas e roubos que recebiam do levantado *Chicanda*”.³⁷⁰

Ainda que – provavelmente – superestimados, os números impressionam. Segundo Bocarro, os oficiais de Sena e Tete, juntamente com setenta e cinco portugueses, reuniram cerca de dois mil homens dos povoados submetidos à autoridade lusitana no entorno das duas cidades. “Elegeram por

³⁶⁷ Idem, *ibidem*.

³⁶⁸ David Beach atribuiu tais características de personalidade a um suposto desequilíbrio mental; Stan Mudenge credita ao abuso da *dagga* (maconha) o temperamento tempestuoso do soberano. Cf. BEACH, D.N. *The Shona and Zimbabwe, 900-1850*. Gweru: Mambo Press, 1984. p.125; MUDENGE, S.I.G. *op.cit.*, p.224.

³⁶⁹ BOCARRO, A. *op.cit.*, p.544.

³⁷⁰ Idem, *ibidem*.

capitão deste socorro a Belchior de Araújo, que atualmente era capitão de Tete”.³⁷¹ Embaixadores do Monomotapa franquearam os caminhos à tropa, garantindo o fornecimento de mantimentos pelos povoados por que passaram até chegarem à tranqueira do Chicanda, que encontraram cercada por trinta mil shonas, “vassalos do Monomotapa, cujo capitão era o Mocomoaxa”.

Surpreende que o exército *shona*, numericamente tão superior ao do *Chicanda* (seiscentos homens, de acordo com a fonte) e do próprio contingente que os portugueses levavam consigo, não tenha conseguido dar cabo da revolta rapidamente. Talvez a melhor explicação repouse no fato de que, antes de se aventurar a atacar os povoados vizinhos, o *Chicanda* construía para si um forte de madeira muito grossa e forte, cercado por uma cava “de altura de vinte e cinco palmos e outros tantos de largo”. De dentro da inexpugnável *tranqueira*, por um lado, foi capaz de rechaçar todas os ataques dos shona que, àquela altura eram feitos com flechas e lanças e, de outra parte, dentro da *tranqueira*, “tinha um valo da terra que tiraram da cava, encostado à madeira, muito alto, com suas seleiras por onde ofendiam os *mocarangas* [*shona*]”.³⁷²

Os portugueses chegaram com uma estratégia nova e, principalmente, com as armas de fogo.

Tanto que os nossos descansaram do caminho, fizeram logo grandes cestões abertos por detrás e cobertos por cima, em cada um dos quais cabiam cinquenta cafres que os levavam diante de si como muro até chegarem ao forte do inimigo, sem suas flechas fazerem dano a quem os levava. Nestes cestões havia seleiras por onde os nossos cafres atiravam com suas flechas e os portugueses com as espingardas; e desta maneira foram cometer o forte e lhe entulharam a cava.³⁷³

Os oficiais portugueses não foram acionados ao acaso. Se para os sertanejos a amizade e o estabelecimento de laços de parentesco com os poderes africanos significava proteção para o desenrolar do comércio à revelia das autoridades lusitanas, os sucessivos *mutapa* parecem ter se valido de seus serviços, ao contrário, para estreitar os vínculos institucionais com a fortaleza. Em 1542, Neshangwe Munembire (c.1530-50) mandou a Sofala uma embaixada

³⁷¹ Idem, *ibidem*.

³⁷² Idem, *ibidem*.

³⁷³ Idem, pp.544-545.

composta por cinco homens, com o intuito de retomar o contato com as autoridades da feitoria, interrompido por dois anos devido a novas tensões entre o Monomotapa e o reino do Quiteve, então comandado pelo temido Inhamunda. Apenas aquele que a chefiava era *shona*: os demais eram portugueses estabelecidos no interior. No recado, Munembire

[...] mandou me dizer que lhe mandasse um homem de bem com alguns outros e que ele prometia de abrir os caminhos de maneira que os cafres e mercadores viessem resgatar [...] somente queria lá ter este homem para estar certo que queríamos sua amizade, da qual estava duvidoso por haver muito tempo que não mandara visitar a dita fortaleza, o que segundo parece foi por não poder mais.³⁷⁴

O soberano pedia aos oficiais o envio, e a permanência em suas terras, de uma *representação diplomática*. De acordo com a mesma fonte, um conselho informal, composto pelo capitão e pelos “mouros da terra e homens antigos dela”, julgou por bem atender ao pedido do *mutapa*. Para a decisão concorreram o testemunho dos mercadores lusitanos que de lá vieram e o fato de “estar em costume irem ao dito Monomotapa embaixadores portug[u]eses e lá serem bem tratados”.³⁷⁵

Do ponto de vista do monarca africano, não se tratava do comércio: embora o documento informe que as perturbações no interior “não deixavam vir nenhum resgate à fortaleza”, mercadores lusitanos já então haviam estabelecido suas casas em terras do *mutapa*, conforme a fonte referencia. Os mercadores mouros seguiam importando os panos, miçangas e outros produtos de prestígio, a despeito da patrulha portuguesa; os particulares lusitanos desviavam as mercadorias “defesas” e espalhavam-nas pelas feiras do sertão. Não há indicação de que os mercados do interior, neste momento, se ressentissem da falta de nenhuma mercadoria em específico, de modo que a abertura do caminho para que os comerciantes alcançassem a fortaleza parece referir-se antes às necessidades da própria feitoria do que às do Monomotapa.³⁷⁶

Munembire acenava, assim, com a promessa de solução para o problema do baixo volume comercial da feitoria em troca da presença constante de um

³⁷⁴ “Carta de João de Sepúlveda para El-Rei”, op.cit., pp.136-138.

³⁷⁵ Idem, p.138.

³⁷⁶ Cf. MUSCALU, I.P.O. op.cit., pp.123-124.

representante das autoridades lusitanas, que gozaria de *status* diferenciado em relação aos mercadores. Tratava-se, portanto, de retomar e estreitar os laços institucionais firmados desde o início do século. Isto porque, enquanto os comerciantes portugueses se inseriram na lógica que, muito antes de sua chegada, organizava as relações sociais e comerciais com os árabes e os indianos sem alterá-la, as autoridades da fortaleza detinham o controle daquela que era a grande novidade representada pela presença lusitana na região: as armas de fogo.

Os povos da África austral conheciam bem o poder das armas de fogo e haviam demonstrado interesse por elas desde o início do século XVI. Afinal, desde sua chegada à costa índica os portugueses haviam demonstrado aos poderes africanos a força de sua artilharia: ela fora decisiva na submissão do xeque de Quiloa por Vasco da Gama em 1502 e responsável pela vitória de Pero d'Anhaia sobre os homens de Yussuf em 1506. Ainda em 1506, Tristão da Cunha havia saqueado Sada e Langane, cidades localizadas na costa noroeste de Madagascar; em 1507, seu lugar-tenente atacou Oja e Brava, cidades a norte da costa suaíli e, em 1509, os portugueses saquearam Máfia, Zanzibar e Pemba, cidades costeiras que foram postas sob a “proteção” de uma frota comandada por Duarte de Lemos. Em 1511 os lusitanos destruíram o sultanato de Angoche; em 1522 organizaram uma expedição que reduziu a cinzas a cidade de Querimba e as embarcações ancoradas em seu porto; em 1524 realizaram ataque semelhante à cidade de Mombaça.

Evidentemente os diversos poderes em disputa ambicionavam tal força bélica. O Inhamunda, rei do Quiteve, forneceu o exemplo mais explícito (embora longe de ser o único) deste interesse ao solicitar o envio de bombardas da fortaleza para o seu reino na primeira metade do *Quinhentos*. O fato é que as tensões entre os reinos shona prosseguiram na segunda metade do século XVI: além do conflito com o Quiteve, o *mutapa* Chivere Nyassoro (c.1550-60) se vira às voltas com a rebelião de um encosse *tsonga* que, na década de 1550 conquistara uma enorme área que incluía a cidade de Tete, principal entreposto da rota comercial do Zambeze.³⁷⁷

³⁷⁷ Idem, p.125.

Se por um lado os *Regimentos de Sofala* estabeleceram que os moradores da fortaleza deveriam dispor de suas próprias armas de fogo, de outra parte recomendavam vivamente que as autoridades da fortaleza realizassem o controle periódico das mesmas:

E além de cada um mostrar as ditas armas em sua chegada, como dito é, mando ao dito capitão que faça alardo geral quatro vezes cada ano, aos tempos que lhe bem parecer, a que estarão presentes o dito feitor e escrivães. E ali mandará aos ditos oficiais e moradores da dita fortaleza que mostre cada um suas armas e todos juntamente em um tempo, em maneira que não possa haver engano. E tudo o que assim achar nos ditos alardos será escrito pelos ditos escrivães, aos quais mando que nos assentos das pagas – quando o feitor lhas fizer de seus ordenados e também nas arrecadações que derem de seu ouro – façam menção de como tiveram o tempo que lhe assim pagaram suas armas ordenadas. E se algumas não tiverem, mando que não haja pagamento algum de seu ordenado, posto que o tenham vencido.³⁷⁸

Ao passo que a absorção dos sertanejos nas estruturas sociais shona prosseguia, o *mutapa* buscava intensificar os laços institucionais com o objetivo de acessar um poderio bélico que, no contexto de disputas e tensões que caracterizou a aristocracia shona ao longo de todo o século XVI, traria vantagens evidentes na relação de poder com os vizinhos. A estratégia deixava clara a percepção, por parte do monarca africano, de que mercadores e oficiais eram representantes de dimensões distintas, muitas vezes contraditórias e conflitantes, da presença portuguesa na África Índica.

As armas de fogo eram, simultaneamente, desejadas e temidas. Temidas, haviam sido proibidas, nas mãos de estrangeiros, em todos os territórios sob autoridade do *mutapa*;³⁷⁹ no contexto – novo – das invasões *marave*, contudo, desempenhariam papel de relevo, conforme destaca Alberto da Costa e Silva:

Não tenho dúvidas de que as armas de fogo davam, nos combates, vantagem aos que as possuíam e sabiam usar. Não que os tornassem invencíveis, nem que lhes concedesse uma

³⁷⁸ “Regimentos de Sofala”, op.cit., p.332.

³⁷⁹ O pedido de auxílio na guerra contra os *marave* demandava que o *mutapa* abolisse uma proibição que havia feito anteriormente e abria um importante precedente: pela primeira vez, estrangeiros foram autorizados a entrar em seu território portando armas de fogo.

superioridade esmagadora. Permitiam, no entanto, que forças pequenas se opusessem a grandes massas humanas, como se viu nas batalhas de Francisco Barreto contra os *mongaze*. Nas fissuras das tranqueiras e no alto das muralhas de terra, as armas de fogo tornavam essas fortificações quase inexpugnáveis. E constituíam, no meio de um grande exército munido de arcos, azagaias, lanças e porretes, um núcleo de ataque poderoso, como se provaria nas campanhas militares do [mutapa] Gatsi Lucere. Não só ele, mas os seus adversários e os demais líderes da região cedo compreenderam quão importante era contar com o apoio de artilheiros e arcabuzeiros.³⁸⁰

A vitória contra o *Chicanda* não significou a pacificação do reino sob comando de Lucere. A morte de Ningomoxa, o comandante que o *mutapa* mandara executar após a primeira campanha contra os *marave*, “foi sentida de seus parentes e amigos que eram os melhores do reino” e, justificou novo ataque às terras do Monomotapa. Desta vez, contudo, Lucere enfrentaria sua própria gente em uma sequência de guerras civis que mostraram aos portugueses a instabilidade da aristocracia shona. Nogueira da Costa aponta que, se por um lado a aristocracia shona encontrou no comércio de longa distância as condições para a acumulação de bens de prestígio e, conseqüentemente, para o monopólio do poder político, de outra parte as trocas com o exterior se constituíram em fator de enfraquecimento dessa mesma aristocracia, na medida em que geraram “[...] o aparecimento de facções rivais em luta pela conquista de posições de privilégio no acesso aos bens de prestígio trazidos pelos mercadores estrangeiros”.³⁸¹

Ainda segundo este autor,

[...] o comércio a longa distância não só gera a divisão no seio da aristocracia dominante, como também a coloca numa posição de dependência em relação ao exterior. O fato de as trocas serem internacionais, ou seja, de envolverem produtos provenientes de polos de produção situados em continentes diferentes [...] tornava o circuito comercial no seu conjunto totalmente incontrolável, pelo que a classe dominante local vivia à mercê das flutuações de uma atividade que constituía afinal um dos suportes do seu poder. Diríamos, em suma, que as trocas a longa distância constituíam, simultaneamente, uma

³⁸⁰ Cf. SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.662.

³⁸¹ NOGUEIRA DA COSTA, A. op.cit., p.25.

fonte de reforço e de enfraquecimento da classe dominante, um fator de estruturação/dissolução do poder instituído.³⁸²

Segundo Bocarro, o primeiro a levantar-se contra o mutapa foi o Chiraramuro, que passou a reclamar para si a autoridade sobre as terras do Tavara. Contra ele, Lucere pediu socorro ao capitão de Massapa, no que foi atendido. Degolado por um rei leal ao *mutapa*, Chiraramuro foi substituído por Matuzianhe, um de seus homens de confiança, que “se levantou em seu lugar contra o Monomotapa e teve tanto brio que se fez cabeça de todos os levantados, intitulado-se por rei do Mocaranga por consentimento dos mais que o seguiam em ódio do Monomotapa”.³⁸³

Eram quatro os “levantados”. Matuzianhe, autoproclamado “rei do Mocaranga”, distribuiu terras entre eles e, “deste modo, espalhados pelo reino do Monomotapa lhe faziam guerra”, saqueando e destruindo povoados e, mais significativo do ponto de vista lusitano, fechando os caminhos do comércio. Por isso os portugueses acorreram ao auxílio do *mutapa*, combatendo os que “estavam mais próximos das [...] feiras”.³⁸⁴ Diogo Simões Madeira, sertanejo poderoso, partiu de Tete comandando mercadores e “gente de guerra” e venceu o grupo que ocupava a serra da Chizinga; António Ferreira, capitão de Massapa, reuniu os mercadores do planalto e seus escravos para combater um encosse chamado Anconhe que, à notícia da chegada de um exército português, respondeu com o envio de mensageiros que apanharam Ferreira ainda a caminho.

De acordo com o recado trazido pela embaixada, “a terra era sua e dos portugueses, e ele seu amigo, e não queria guerra com eles, antes os favoreceria sempre no que fosse em sua mão”. Satisfeito, António Ferreira retornou a Massapa de onde estava. Afinal, o Anconhe cumpriu com a sua promessa: “não fazendo mal a coisa de portugueses”. O problema é que a guerra ao mutapa prosseguia. “Vendo o Monomotapa que seus inimigos se multiplicavam, e não cessavam de o perseguir, determinou formar campo e fazer-lhe guerra para os destruir de todo”.³⁸⁵

³⁸² Idem, p.26.

³⁸³ BOCARRO, A. op.cit., p.546.

³⁸⁴ Idem, ibidem.

³⁸⁵ Idem, p.547.

As divergências no interior da comunidade luso-africana começam a se delinear mais nitidamente a partir deste episódio: Lucere primeiro recorreu às autoridades de Sena,³⁸⁶ não obtendo o auxílio solicitado, voltou-se para António Ferreira, o capitão de Massapa que havia aceitado os termos de paz de Anconhe, fazendo-lhe “grandes queixas” e exigindo ajuda, sob ameaça de destruir a feira e acabar com o resgate.³⁸⁷

Com esta embaixada ficou o capitão assombrado, e não se sabendo resolver no que responderia, mandou os embaixadores do rei a Diogo Simões Madeira, caso em Tete, [...] o qual, como tinha já ajudado ao dito imperador em suas guerras contra estes alevantados, e estava prendado com benefícios que por isso tinha recebido, não recusou pôr-se a caminho [...].³⁸⁸

Devido ao grande prestígio de que gozava naquelas partes, Diogo Simões Madeira congregou os exércitos particulares de outros sertanejos para o auxílio ao mutapa. Como recompensa pela série de vitórias que obteve contra Matuzianhe, cercado por testemunhas, Lucere assinou o primeiro tratado de concessão das minas de metais preciosos, que será objeto de investigação sistemática no próximo capítulo. Segundo o documento, o mutapa concedia à Coroa ibérica a permissão de exploração das minas de ouro, cobre, ferro, estanho e chumbo; a exploração das minas de prata que, os lusitanos estavam convencidos, se localizavam na Chicova, foi expressamente concedida a Madeira. Este, por sua vez, transferiu formalmente a concessão a Felipe II de Portugal.³⁸⁹ O *mutapa* também ofereceu ao sertanejo dois de seus filhos para serem criados pelos portugueses e receberem educação cristã. Os dois meninos foram batizados pelos religiosos de São Domingos como Dom Filipe e Dom Diogo; Madeira foi o padrinho de ambos. O mais novo, Dom Diogo, tornou-se fluente em português, lia e escrevia com desenvoltura e dominava tão bem os fundamentos da doutrina cristã que, em algumas ocasiões, ajudava no serviço religioso.³⁹⁰

³⁸⁶ Segundo o relato de Bocarro, o capitão de Moçambique, autoridade que poderia lhe prestar o socorro solicitado, não se encontrava na região dos Rios; seu feitor, João Fragoso, fez ouvidos moucos aos pedidos do *mutapa*.

³⁸⁷ Cf. MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.85.

³⁸⁸ BOCARRO, A. op.cit., p.547.

³⁸⁹ O tratado será objeto de análise pormenorizada no terceiro capítulo.

³⁹⁰ BOCARRO, A. op.cit., p.554.

Na interpretação de Malyn Newitt, a autorização oficial para procurar minas de prata tornou-se o meio pelo qual Madeira procurou controlar o comércio no vale e no planalto. Para além do controle das minas, os filhos de Lucere “seriam reféns do comportamento do chefe, mas havia ainda a intenção clara de que, no futuro, uma linhagem de *monomotapa* cristãos de formação portuguesa, reveladoramente ligados a Madeira, subisse ao trono”.³⁹¹

Aproximadamente um ano após a assinatura do tratado, vivendo próximo ao rio Manzovo, com parte significativa do planalto ocupada pelo inimigo e sem perspectiva de vitória definitiva sobre Matuzianhe, Lucere “foi demandar o reino de Barué”, antigo tributário que, aproveitando-se da grande instabilidade política no planalto, deixara de pagar os tributos devidos naquele ano. Intempestivo, ao passar pelas terras dos *mongaz*, mandou matar o soberano – também seu tributário – por suspeitar de que este estivesse secretamente aliado ao Matuzianhe.

Pela qual razão logo se levantaram todos e publicamente se declararam por seus inimigos, e tiveram aqui alguns recontros com ele, nos quais sempre ficaram vencedores, por serem mais esforçados e melhor gente de guerra que os *mocaranga*.³⁹²

No Barué, nova derrota. Enquanto no vale os exércitos de Lucere minguiavam em batalha ou devido à fome extrema, no planalto, Matuzianhe ganhava terreno entre os tributários do Monomotapa “e assim foi sujeitando todas as terras até dentro do Inhabanzo, vizinhas de Tete”. Diogo Simões, então capitão de Tete,³⁹³ percebendo a ameaça representada pela presença dos homens de Matuzianhe em Inhabanzo, decidiu intervir novamente. Após

³⁹¹ NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., p.85.

³⁹² BOCARRO, A. op.cit., p.555.

³⁹³ Os casos de Diogo Simões Madeira e outros sertanejos e prazeiros que, ao longo do século XVII assumiram funções de comando nas estruturas administrativas portuguesas não são exclusividade dos processos históricos que se desenvolveram na África austral. Luís Filipe Thomaz encontrou casos bastante semelhantes na Índia, no mesmo período. Concorro com o autor quando este afirma que “O Estado da Índia tentou por reveses reincorporar à força estes franco-atiradores. Sabemos, por exemplo, que em 1540 foi enviada pelo vice-rei D. Garcia de Noronha uma expedição contra a colônia portuguesa de Meliapor, ‘com poderes para fazer dela vir para a Índia toda a gente e desfazer a povoação’. Mas por fim as autoridades chegaram a acordo com os colonos: Meliapor acabou por receber foro de cidade portuguesa e tornou-se nos princípios do século XVII sede de um bispado, bem como um importante porto de escala na rede de viagens marítimas oficiais, da qual os comerciantes locais se tornaram *compradores*”. Cf. THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...*, op.cit., p.203.

conquistar a chefia de Inhabanzo, o sertanejo acionou as duas autoridades às quais se considerava sujeito: solicitou a Lucere uma concessão formal ao mesmo tempo em que demandava, do rei de Portugal, o título de propriedade da terra.³⁹⁴ Segundo Alberto da Costa e Silva, para os prazeiros que se mestiçavam culturalmente, a garantia dos dois senhores, o rei europeu e o rei africano, era motivo de tranquilidade: se o *mutapa* dispunha da terra, o rei português se considerava dono dela por disposição papal, descobrimento e conquista.³⁹⁵

Madeira foi decisivo na vitória contra o Matuzianhe. De vitória em vitória, Lucere foi retomando as terras do planalto e a lealdade dos chefes que, anos antes, haviam se aliado ao inimigo. A última grande batalha da campanha de Lucere contra o “levantado” ocorreu na serra Matarira, de onde isolado, acuado e com um exército reduzidíssimo, Matuzianhe se retirou, em fuga, para as terras da Quizinga, “onde era ladroeira e aposento de homiziados e levantados” – em outras palavras, terras de povos hostis à presença lusitana.³⁹⁶

Depois que Diogo Simões se foi para Tete, ordenou o Monomotapa como matassem ao levantado Matuzianhe à falsa fé, como se fez, por meio de um cafre amigo do levantado, o qual, movido pela promessa e amizade que o Monomotapa lhe prometeu, se foi para Matuzianhe, como quem o ia visitar de seus desgostos [...] levou um punhal que trazia escondido debaixo do seu pano com que andava vestido, e deu-lhe com ele de punhaladas, e assim o matou sem ninguém dar fé do caso atraído que tinha cometido [...]; e o rei festejou muito o caso e sucesso desaventurado, e dali por diante ficou desassombrado, quieto e obedecido dos reis que de antes lhe tinham desobedecido e quebrado a cabeça.³⁹⁷

Factualmente, o que Malyn Newitt chamou de “primeira guerra civil *caranga*” foi resultado de uma crise interna à monarquia *shona*.

³⁹⁴ NEWITT, M., op.cit., p.205. No início do século XVI, a chefia de Inhabanzo era composta por vinte e cinco povoações “mui grandes”, nas quais haviam mais de dois mil homens de guerra. Cf. BOCARRO, A. op.cit., p.615.

³⁹⁵ SILVA, A.C. *A enxada...* op.cit., p.669. Em carta datada de 1612, Filipe III comunicava ao vice-rei a confirmação do aforamento das terras de Inhabanzo e a concessão do Hábito de Cristo, “com quarenta mil reis de tença”, a Diogo Simões Madeira, em “respeito aos serviços [...] que tem feito na dita conquista”. “Carta régia ao vice-rei da Índia, D. Jerônimo de Azevedo”. 24 de março de 1612. *Livro das Monções*, tomo II, p.243.

³⁹⁶ BOCARRO, A. op.cit., p.562.

³⁹⁷ Idem, pp.562-563.

Contudo, e como tantas vezes acontece na guerra, os primeiros motivos perdem-se à medida que as lutas pelo poder determinam alianças e dão oportunidade a arrivistas ansiosos de promover os seus interesses de um modo que lhes teria sido negado em tempo de paz.³⁹⁸

Lucere restabeleceu sua autoridade entre os *shona*, mas saiu da guerra certamente mais fraco do que havia entrado: ao longo dos conflitos, não apenas concedera as minas, como permitira o porte de armas de fogo em suas terras e perdera o controle das chefias de Inhabanzo e Marango, agora formalmente sob controle lusitano. “Para mais, qualquer vestígio de pretensão em cobrar tributo no Barué ou no território *mongaz* da região de Lupata tinha de ser abandonado”.³⁹⁹ Obrigado a suportar a presença portuguesa em suas terras, Lucere tentou explorar as rivalidades no interior desta comunidade, como forma de impedir novos avanços europeus e recuperar o que havia cedido – nominalmente, as minas e, conseqüentemente, parte significativa de seu território.

No início do século XVII as capitânias de Sena, Tete e Massapa haviam adquirido características de chefias: cada uma delas era composta pelas famílias de mercadores portugueses e seus escravos e, pelo menos as duas primeiras, tributavam largos setores da população tonga. “As invejas e rivalidades das três capitânias espelhavam as dos chefes *caranga* rivais”.⁴⁰⁰ O equilíbrio das diferentes forças em disputa no planalto que opunha, em diferentes níveis, os sertanejos e as monarquias shona, complicava-se à medida em que o governo central, sob comando dos Filipes, da Espanha, buscava o controle efetivo dos territórios do vale e do planalto, materializado pelo envio de “agentes dos cada vez mais poderosos capitães de Moçambique, apoiados pelas temíveis, se não sombrias, autoridades imperiais de Goa e Madri”.⁴⁰¹

Filipe II de Portugal se ocupou da “conquista do reino de Monomotapa” no Regimento de D. João Forjaz Pereira, conde da Feira, recém-nomeado vice-rei da Índia:

³⁹⁸ NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., p.84.

³⁹⁹ Idem, p.87.

⁴⁰⁰ Idem, p.84.

⁴⁰¹ Idem, pp.84-85.

Sendo eu informado da grandeza e riqueza das minas de ouro e prata dos reinos de Monomotapa, de que se teve notícia desde o princípio do descobrimento da Índia, e de quão desejada e procurada foi dos senhores reis meus predecessores a conquista e descobrimento delas, o que em seu tempo se não pôde alcançar por muitas dificuldades que então se ofereceram, nem se ter bastante notícia da terra, e estar mui ocupada de mouros que faziam grande impedimento ao comércio dos portugueses, as quais hoje cessaram por ser os mouros de todo acabados naquelas partes, e os portugueses terem entrado muito pela terra dentro e serem nela bem recebidos dos naturais e terem com eles contínuo comércio, e o rei do Monomotapa estar hoje muito enfraquecido, e com outros seus vizinhos e vassallos alevantados [...].⁴⁰²

Embora o monarca mencionasse que os portugueses eram “bem recebidos dos naturais” e que “podendo-se fazer pacificamente e com consentimento do rei será melhor”, o regimento previa e autorizava o confronto: “Deveis de o tentar pelos meios que vos parecerem mais convenientes”.⁴⁰³ Informado pelos capitães de Moçambique, Sebastião de Macedo e, principalmente, D. Estevam de Ataíde, Filipe III imaginou que seria fácil dominar as minas de prata reparando os fortes já existentes de Sofala, Moçambique, Sena e Tete e construindo outros quatro Zambeze acima.

Em 1609, ainda no correr da guerra civil, a Coroa ibérica nomeou Nuno Vaz Pereira como *conquistador* oficial das minas, submetido à autoridade de D. Estevam de Ataíde, governador e capitão da fortaleza de Moçambique. No mesmo ano, Pereira foi substituído por Diogo Carvalho no controle das forças portuguesas; Diogo Simões Madeira partira para o sul numa expedição comercial. “Substituir um conquistador por outro mais poderoso fora um dos muitos artifícios usados pela Corte Espanhola na conquista da América”.⁴⁰⁴

Vendo o Monomotapa que Diogo Carvalho lhe não acudia com as roupas que lhe prometera pelas minas, nem lhe falou mais nelas, nem menos lhe pagavam sua curva que lhe deviam, e que os mercadores andavam livremente por seus reinos resgatando o seu ouro sem terem cumprimento com ele,

⁴⁰² “Regimento [cópia] dado por D. Filipe II ao vice-rei da Índia, conde da Feira, D. João Forjaz Pereira, pelo qual aquele vice-rei deverá reger-se na conquista do Monomotapa”. Lisboa, 21 de março de 1608. AHU_CU_064_Cx.1, D.2.

⁴⁰³ Idem. O conde da Feira morreu em 1608, a caminho de Goa, onde tomaria posse do cargo de vice-rei no ano seguinte. Foi substituído por Ruy Lourenço de Távora.

⁴⁰⁴ Idem, p.86.

mandou então que tomassem o fato e roupas que os mercadores vendiam em suas terras.⁴⁰⁵

O *mutapa* decretara uma *empata*, o confisco dos bens de todos os mercadores portugueses que se encontrassem no planalto. Em princípio, tal penalidade tinha por objetivo a cobrança forçada dos tributos não recolhidos. Mas em diferentes situações, a depender da reação dos comerciantes espoliados, resultou em morte e destruição de povoados e bazares. Recém-chegados, Ataíde e Carvalho talvez tenham imaginado que aos protocolos diplomáticos poderiam sobrepor a força. Afinal, a monarquia *shona* atravessava uma longa e sangrenta guerra civil que, por se desenrolar em diversas frentes, dividira suas forças e minava, dia-a-dia, a autoridade do poder central. Além disso, a cada novo combate vencido, os portugueses fortaleciam a crença de que eram militarmente muito superiores aos povos da região.

Por isso, ao receber as notícias da *empata*, Diogo de Carvalho “determinou mostrar ao mundo que se vingara do dano que o rei mandara fazer nas fazendas e pessoas dos portugueses”.⁴⁰⁶ Com este objetivo, aliou-se aos homens da Quizinga – contra quem passara os últimos seis meses combatendo ferozmente e que, posteriormente, haveriam de acolher o Matuzianhe. A despeito das muitas baixas que fez ao exército do mutapa, Carvalho não saiu vitorioso da contenda. Sua atitude traiçoeira provocou a ira de todos os moradores do planalto:

Depois que Diogo Carvalho fez este efeito, de todos reprovado, no mesmo dia largou o forte e lugar de Massapa, e se veio com toda a gente que nele havia para a feira de Luanze e dali para Tete, ficando a terra toda levantada contra os portugueses.⁴⁰⁷

Nos Rios, pronto para travar nova guerra contra o Monomotapa, visando a extinção da *curva*, D. Estevam de Ataíde, capitão-geral e governador de Moçambique, foi chamado à costa, em 1612, por ordem de Filipe II, “para a defender os holandeses que se suspeitava que iriam demandar a dita

⁴⁰⁵ BOCARRO, A. op.cit., p.564.

⁴⁰⁶ Idem, p.565.

⁴⁰⁷ Idem, ibidem.

fortaleza”.⁴⁰⁸ Desde o início do século, a Coroa ibérica andava às voltas com os ataques holandeses e ingleses em diferentes partes dos territórios por ela controlados, notadamente na América e na Ásia. No que tange ao espaço abarcado por esta pesquisa, grosso modo, a historiografia considera que, com o período de união das Coroas ibéricas, coincidiu o surgimento e ápice dos ataques perpetrados pelas Companhias das Índias Orientais inglesa e holandesa e o recrudescimento dos confrontos entre os agentes destas e os portugueses e espanhóis, tanto nas embarcações da Carreira das Índias quanto nos entrepostos por eles controlados ao longo da rota.⁴⁰⁹ De acordo com informação de António Bocarro, D. Estevam já havia defendido a fortaleza de Moçambique de ataques holandeses no ano de 1607, quando esses últimos provocaram grandes perdas e prejuízos à cidade.

Diogo Simões Madeira finalmente seria nomeado capitão de Tete, por provisão do vice-rei Jerônimo de Azevedo, “pelos serviços que naquelas partes tinha feito”. Madeira, o comerciante, tinha sido vítima da *empata* de 1609, na

⁴⁰⁸ BOCARRO, A. op.cit., p.566. A concorrência de holandeses e ingleses a partir do final do século XVI resultou na permanente vigilância e segurança das rotas, para defender as embarcações de ataques de piratas e corsários ao longo dos percursos – especialmente nas escalas da viagem de regresso – e dificultar a navegação dos rivais, retirando deles a possibilidade de apoio na costa do Índico. Cf. SANTOS, M.E.M. “O problema da segurança das rotas e a concorrência Luso-Holandesa antes de 1620”. Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXII, 1985, pp.121-159. João dos Santos refere as constantes hostilidades entre portugueses e holandeses no início do XVII. Mas é na correspondência oficial entre os Filipes e o Conselho de Portugal e, posteriormente, entre a Junta de Comércio de Moçambique e o Conselho Ultramarino que se encontram referências mais acuradas acerca da presença de holandeses e ingleses na costa índica africana, bem como as estratégias traçadas pelas autoridades para minar essa concorrência. Cf. SANTOS, J. “Breve relação da guerra que os holandeses fizeram à fortaleza de Moçambique e do cerco que lhe puseram no ano de 607”, In: *Ethiopia Oriental*, op.cit., vol.I pp.334-338 e vol.II, *passim*. ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA / ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (org.). *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*. Tomos I a X. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências / Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1880-1982. [1605-1624]. Disponíveis em: <http://purl.pt/26875/3/>. Acesso em 22/06/2015. “Carta de Filipe IV para o vice-rei da Índia”, 14/12/1635. AHU_CU_064_Cx.1, D.125. “Carta de Júlio Muniz da Silva, capitão de Moçambique, para El-Rei”. 15/06/1643. AHU_CU_064_Cx.2, D.32. “Parecer da consulta que El-Rei fez ao Conselho Ultramarino”. 09/09/1673. AHU_CU_064_Cx.3, D.9. “Parecer da Junta de Comércio de Moçambique”. 29/12/1676. AHU_CU_064_Cx.3, D.13. “Carta do governador de Moçambique para El-Rei”. 03/07/1682. AHU_CU_064_Cx.3, D.99. Anos após a morte de D. Estevam de Ataíde, em carta endereçada a D. João IV, seu filho, D. Álvaro de Ataíde, lembrava que o pai morreu em serviço, na região dos Rios de Cuama, e que, antes disso, defendeu a fortaleza de Moçambique dos “apertados cercos que lhe puseram os holandeses sem ser em nenhum deles socorrido de parte alguma” e que fora ele – não Diogo Simões Madeira – o responsável pela doação das minas de prata do Monomotapa para a Coroa portuguesa. Todos esses serviços valeriam, segundo a argumentação do filho, a atribuição de uma comenda de duzentos mil réis. “Requerimento de D. Álvaro de Ataíde”. 26/12/1648. AHU_CU_064_Cx.2, D.80.

⁴⁰⁹ GODINHO, V.M. *Os descobrimentos e a Economia Mundial*, 2ªed., vol.III. Lisboa: 1987. Pp.46-48; BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo*. Vol.III. op.cit., p.195.

qual perdeu as “muitas e ricas roupas que tinha”; Madeira, o capitão de Tete, tão logo assumiu o posto, em 1613, foi surpreendido por novo exército de Lucere, que marchou para Tete com o objetivo de recuperar as terras de um chefe local conhecido como Marenga, sujeito à autoridade portuguesa. Na guerra que se seguiu, Madeira tomou partido do seu “vassalo”, derrotando as tropas do *mutapa* com grandes demonstrações de força e crueldade. Entre elas, o incêndio de muitos povoados sujeitos à autoridade do *mutapa*, a escravização dos prisioneiros de guerra e a decapitação do capitão inimigo, seguida da exposição de sua cabeça em Tete.⁴¹⁰

Em décadas posteriores, a Coroa ibérica reclamaria para si os direitos sobre as minas de prata pela via diplomática, invocando o Tratado de Doação assinado em 1607.⁴¹¹ Mas no final da primeira década dos *Seiscentos*, os agentes portugueses apostaram na guerra. Tão logo se encerrou o ataque de Madeira aos homens de Lucere, D. Estevam de Ataíde retornou de Moçambique disposto à conquista armada do território das minas de prata. O *mutapa* ainda tentou, por meio de uma embaixada, convencer o capitão de Moçambique de que a ofensiva era desnecessária: bastava que se regularizasse o pagamento da *curva* para obter a posse do território da Chicova. D. Estevam despachou os emissários sem resposta.

O cronista não se furtou a emitir seus juízos sobre o caso. Crítico à postura do capitão de Moçambique, Bocarro argumentou:

Muito melhor, e de mais honra e proveito, fora para Dom Estevam de Ataíde pagar logo como chegou a estes Rios a curva devida ao Monomotapa, que não apregoar-lhe guerra; porque com a *curva*, que valeria cinco mil cruzados, que lhe desse, ele lhe houvera de dar posse da Chicova, que lhe prometia pacificamente por escusar guerras; e além disso, com a mesma curva franqueava as terras do Monomotapa para a venda de suas fazendas e dos mercados, pois delas e de suas minas se tira cada ano grande cópia de ouro, que o mais dele lhe havia de vir às mãos, como é costume vir às de todos os capitães de Moçambique; e com a guerra que lhe quis fazer gastou mais muitas vezes do que valia a curva; porque só em Massapa, onde mandou Diogo Carvalho por capitão de

⁴¹⁰ BOCARRO, A. op.cit., p.566.

⁴¹¹ Em carta endereçada a Pero da Silva, vice-rei da Índia, Filipe IV retoma o tema das minas de prata, invocando o Tratado para justificar o projeto de povoamento da região dos Rios de Cuama. Este projeto será objeto de análise minuciosa no próximo capítulo. Cf. “Carta Del-Rei Filipe IV para Pero da Silva, vice-rei da Índia”. 14/12/1635. AHU_CU_064_Cx.1, D.125.

cinquenta soldados [...] lhe descontou o dito Diogo Carvalho dezoito mil *maticais* de ouro, que são perto de trinta mil cruzados, em gastos, despesas e pagas de soldados, em um ano que lá esteve sem fazer nada mais que deixar a terra levantada e roubada.⁴¹²

Em outras palavras, a guerra de D. Estevam custou caro aos portugueses. E colocou em xeque não apenas o projeto imperial de controle do território das minas, como, no varejo, paralisou as atividades comerciais tanto dos moradores das fortalezas, quanto dos sertanejos. Talvez seja importante relembrar, a esta altura, que no Estado da Índia parte significativa dos soldos era paga em mercadorias ou em licenças de comércio, conforme já referido. No caso da fortaleza de Moçambique, desde o vice-reinado de Matias de Albuquerque (1591-1597) os capitães não recebiam ordenado por seus serviços; o contrato deste cargo exigia o pagamento anual de quarenta mil cruzados. Em troca, o capitão tinha total liberdade de comércio na região dos Rios de Cuama. A Fazenda Real arcava com as despesas referentes às fortificações e obras necessárias, artilharia, pagamento de soldos e de tributos aos reis e chefes do vale e do planalto. “Como as [despesas] ordinárias da fortaleza eram mais moderadas naquele tempo que no presente, ficava o contrato dando algum proveito nesta cidade à fazenda de Vossa Majestade”.⁴¹³

Este contrato foi alterado quando o vice-rei Ruy Lourenço de Távora (1609-1612), “que trouxe por ordem mandar conquistador a descobrir as minas da prata”,⁴¹⁴ nomeou D. Estevam de Ataíde por governador e capitão de Moçambique: o acordo passara a incluir o pagamento das despesas ordinárias da fortaleza entre as obrigações do capitão, do que se depreende que, ao se recusar a pagar a *curva*, Ataíde não defendia outros interesses que não os seus. E, mesmo esses, a se considerar os argumentos de António Bocarro, não defendera com inteligência.

Enviado aos Rios em 1612, na condição de ouvidor da fortaleza de Moçambique, Pero Alvares Pereira reportou ao vice-rei o estado em que

⁴¹² BOCARRO, A. op.cit., pp.567-568.

⁴¹³ “Cartas de Pero Alvares Pereira para Filipe IV”. 27/01/1633. AHU_CU_064,Cx.1, D.66.

⁴¹⁴ Idem, ibidem. A Coroa ibérica conduziu uma política errática com relação às licenças de comércio: ora concedeu liberdade a todos os mercadores; ora decretou o monopólio real de determinados produtos; outras vezes, procedeu à assinatura de contratos de arrendamento dos feitores e capitães de fortaleza. Cf. “Carta régia ao vice-rei da Índia”. 31 de março de 1593. RSEA, vol.IV, p.38; “Carta régia”. 7 de março de 1595. RSEA, vol.IV, pp.42-43.

encontrara os portugueses da região. Na monção seguinte o novo vice-rei, Jerônimo de Azevedo, ordenou que Ataíde

[...] largasse a conquista e se fosse para a Índia, e entregasse os soldados e todas as mais coisas pertencentes à conquista, e o resgate de sua majestade que tivesse, a Diogo Simões Madeira, a quem o dito senhor havia por bem encarrega-lo novamente da dita conquista.⁴¹⁵

Madeira recebeu cento e cinquenta soldados, armas e munições e nenhum produto ou dinheiro proveniente do comércio que pudesse ser utilizado para o sustento da tropa. “Nem nos Rios havia rendimentos de sua majestade de que Diogo Simões se pudesse valer”.⁴¹⁶ Juntou os poucos tecidos e miçangas que D. Estevam deixara na feitoria e completou com um empréstimo, tomado à feitoria de Moçambique, o necessário para a manutenção dos soldados durante aquele ano. Apesar do fracasso retumbante das tentativas de conquista das minas por meio da guerra, Madeira insistiu nessa via, encorajado por uma carta em que Jerônimo de Azevedo “lhe dizia que podendo ir avante na conquista, o fizesse”.⁴¹⁷

Partindo de Sena pelo Zambeze acima, chegou às terras de um chefe chamado Chombe, sujeito aos moradores do forte de Sena, e demandou o pagamento dos tributos daquele ano – dois mil alqueires de milho – bem como exigiu que o chefe entregasse os escravos dos portugueses de Sena e Tete que ali estivessem refugiados. Ao que o Chombe respondeu que não lhe daria nem o milho, nem os escravos, “e que se lhos quisesse tomar por força, que também ele folgaria de provar a mão com o novo conquistador”.⁴¹⁸ Característica singular da narrativa de Bocarro, a exposição das fissuras da comunidade portuguesa no sertão foi tomada, aqui, como justificativa para a hostilidade do chefe africano:

Este atrevimento e soberba resposta do Chombe nasceu de alguns moradores de Sena, desafeiçoados do Diogo Simões, mandarem dizer ao mesmo Chombe que não fizesse caso de

⁴¹⁵ BOCARRO, A. op.cit., p.568. Cf. “Carta régia ao vice-rei da Índia, D. Jerônimo de Azevedo”. 24 de março de 1612. *Livro das Monções*, tomo II, p.243.

⁴¹⁶ Idem, p.569.

⁴¹⁷ Idem, ibidem.

⁴¹⁸ Idem, p.570.

Diogo Simões Madeira, porque nem era capitão-mor nem tinha poder para coisa alguma.⁴¹⁹

Dois meses e meio de embates sangrentos, com baixas e prejuízos de ambos os lados, terminaram com o triunfo do exército de Diogo Simões Madeira, que havia sido acrescido, ao longo da guerra, por “quarenta espingardas, entre portugueses e filhos da terra” vindos de Sena e mais três mil homens arregimentados entre os povos vizinhos de Sena, aliados das autoridades lusitanas. Vitorioso, Madeira coletou e distribuiu os despojos de guerra – “mais de oito mil negros cativos e outros tantos meninos”, tecidos de algodão, marfim e muitos mantimentos – e se recolheu para a invernoada em Tete, de onde enviou embaixadas aos chefes aliados, solicitando o envio de gente de guerra para o acompanhar até a Chicova. Enquanto o sertanejo se preparava para a nova campanha militar, Lucere enviava uma embaixada com a mesma proposta de paz que havia feito a D. Estevam de Ataíde:

[...] que, pois, ele era o conquistador, que a ele lhe queria dar posse das minas de prata, pois a ele lhas tinha prometido; mas que lhe havia de dar por isso algumas roupas para vestir sua gente, e que não havia de ir a Chicova com gente de guerra, senão pacificamente.⁴²⁰

Versado nos códigos culturais e nos protocolos da região e, provavelmente, cansado das guerras que lhe tomavam homens e recursos e paralisavam o comércio, Madeira aceitou de bom grado a proposta do ex-aliado. Pagou a *curva* e viu abrirem-se as rotas comerciais. No dia 15 de abril de 1614, acompanhado de um embaixador do mutapa, Diogo Simões Madeira se punha a caminho da Chicova, que atingiu em maio do mesmo ano. Orientados pelo embaixador do Monomotapa,

O senhor da Chicova, e todos os seus grandes que com ele vieram juntamente ouvir a embaixada do rei, em acabando de falar o embaixador se prostraram todos por terra e bateram as palmas, que é sinal de obediência, e responderam que estavam prestes para fazer o que o Monomotapa, seu rei e senhor, lhe mandava, e obedeceriam a quem ele quisesse.⁴²¹

⁴¹⁹ Idem, *ibidem*.

⁴²⁰ Idem, p.577.

⁴²¹ Idem, p.579.

Dias depois, quando Simões Madeira o mandou chamar para que lhe desse a localização das minas, o chefe “se escondeu sem mais aparecer”. Madeira se queixou ao *mutapa*, que enviou amostras de prata – “uma pedra que pesava mais de meio arrátel”⁴²² – e empossou novo chefe, chamado Cherema, que havia crescido na Chicova e saberia onde encontrar as minas. Começava aí um novo episódio da saga de Madeira na busca da localização exata das minas. Sobre a ambição do sertanejo, Malyn Newitt afirmou que este “[...] acalentava o sonho de se transformar num Cortés ou num Pizarro, e por certo levou anos convencido de que estava prestes a descobrir uma série de minas verdadeiramente fabulosas”.⁴²³ Mas Madeira nunca encontrou as minas. Ao indagar a Cherema, obteve como resposta que a indicação precisa das minas era dada pelos *muzimo* que, agraciados com o sacrifício de galinhas e carneiros, apareceriam em sonhos. “Diogo Simões lhe respondeu que lhe mostrasse ele as minas, ou fosse por sonhos ou sem eles”.⁴²⁴

No dia seguinte, o sertanejo foi levado a uma serra perto do forte de São Miguel, que havia mandado construir nas terras da Chicova, de onde retirou duas pepitas pequenas; em outra área, cavou três “pedrinhas de prata”. Os portugueses desconfiaram de que a prata havia sido enterrada ali de propósito. Indagado sobre outras minas, Cherema afirmou desconhecer qualquer outra jazida na região. Espancado e torturado, “temendo que seu castigo fosse em crescimento e o pusessem a tormento”, confessou o engodo: era verdade que existiam minas de prata naquelas terras, mas o *mutapa* havia sido enfático em determinar que ele não as mostrasse aos portugueses – “[...] posto que o mandasse para as descobrir, lhe recomendara muito as não descobrisse [...]”.⁴²⁵

Alguns estudiosos já apontaram que o engano das minas de Chicova foi uma estratégia bem-sucedida de Gatse Lucere (c.1589-1623) para “conter numa

⁴²² Unidade de peso do Antigo Sistema Português de Medida, utilizado em Portugal, no Brasil e em diferentes partes do chamado Império Português até a adoção do sistema métrico, no século XIX. O peso correspondente a um arrátel variou ao longo dos séculos mas, a partir de 1499, foi fixado e, 16 onças, o equivalente a 0,4590kg. Cf. LOPES, Luís Seabra. “A cultura da medição em Portugal ao longo da história”. In: *Educação e Matemática*, nº84, Associação de Professores de Matemática, 2005, pp.42-48.

⁴²³ NEWITT, M. *História de Moçambique*, op.cit., p.87.

⁴²⁴ BOCARRO, A. op.cot., p.381.

⁴²⁵ Idem, p.582.

área marginal do que chamavam império a energia dos conquistadores”.⁴²⁶ No início do século XVII, João dos Santos já informava que Lucere era muito cioso do sigilo com relação à localização das minas. Segundo este autor, estava sujeita à pena de morte e ao confisco de seus bens toda e qualquer pessoa que encontrasse uma nova mina e dela extraísse qualquer quantidade de metal; a descoberta casual de um jazigo deveria obedecer a um protocolo muito rígido:

[...] se acaso indo cavando descobre alguma mina destas, é obrigado a gritar com grandes vozes, para que acuda outro qualquer cafre a quem tome por testemunha de como cavando acaso naquele lugar, achou rastro de mina grossa, e de como a torna a deixar, sem levar dela coisa alguma, e logo juntamente são obrigados a cobri-la outra vez com terra e cortar um ramo grande de qualquer árvore e pô-lo em cima; o qual ramo, tanto que é visto dos cafres que por ali passam, fogem daquele lugar como quem foge da morte [...].⁴²⁷

O domínio das minas e da extração de metais preciosos era essencial para a manutenção do poder na estrutura política *shona*, já que este se assentava no controle dos principais mecanismos de circulação dos bens de prestígio trazidos do exterior. António Nogueira da Costa, historiador moçambicano, chamou a atenção para a intersecção entre o comércio internacional e o sistema econômico tradicional das *mucha*, as “células de base da formação social *shona*”. Segundo o autor, essas pequenas comunidades eram constituídas, via de regra, por uma família ou um grupo de famílias com ancestrais comuns, o *muri*; o parentesco seria o “fator dominante de estruturação, coesão e reprodução social”.

⁴²⁶ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.664. Malyn Newitt admite esta hipótese, embora duvide da existência de minas de prata nos territórios controlados pelo rei shona: “É possível que tenham mesmo existido grandes minas de prata ou de outros metais preciosos e que o Monomotapa tenha levado a cabo uma sábia política de manter os estrangeiros longe delas, isolando-os nas terras quentes e desoladas de Chicoa, o mais longe possível do coração do reino caranga. Contudo, parece mais provável que estas minas nunca tenham sequer chegado a existir, tendo Gatse Lucere enganado Madeira persuadindo os chefes locais a enterrarem pedaços de minério que seriam revelados no momento apropriado”. NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., p.87.

⁴²⁷ SANTOS, J. op.cit., p.211. Documento de 1616 reafirma a interdição das minas, mas especula que parte da população subalterna teria acesso a pequenas quantidades de ouro de aluvião, que não estaria sujeito à proibição régia: “[...] por ser só o que se aí há na superfície da terra, e o que as correntes e enxurradas podem trazer consigo, porque tanto que se descobre alguma mina grande [...] sob pena de vida são obrigados a manifestá-la ao rei ou a seus ministros [...] e ninguém pode mais tocar nesta dali em diante”. “Despacho de Filipe III”. 11 de janeiro de 1616. AHU_CU_064, Cx.1, D.17.

As *mucha* eram unidades cuja atividade produtiva se caracterizava pela combinação de diversas formas de produção, todas elas estruturadas em função das necessidades básicas de seus integrantes. Nas palavras de Nogueira da Costa,

[...] unidades econômicas relativamente autocentradas, pequenas comunidades familiares vivendo em regime de autossubsistência e fundamentalmente orientadas para a produção de valores de uso. No contexto geral da atividade produtiva, a agricultura ocupa o lugar central, não só por constituir a atividade dominante, mas, sobretudo, por fornecer os enquadramentos que integram as restantes atividades econômicas, políticas e sociais das comunidades camponesas. A pecuária, a caça e a pesca, bem como as atividades artesanais, surgem como apêndices complementares da agricultura, submetendo-se aos imperativos do ciclo agrícola.⁴²⁸

Enquanto a atividade produtiva das *mucha* se destinava basicamente à satisfação das necessidades de seus membros, o comércio de longa distância era orientado pelas demandas da aristocracia *shona* que, por esta via, se apropriava e monopolizava a circulação de bens simbólicos e de prestígio que lhe garantiam a permanência no poder.

Com efeito, os panos e as miçangas eram, regra geral, redistribuídos no seio da aristocracia dominante, com a função básica de criar e reproduzir uma hierarquia de lealdades no seio dessa aristocracia [...]. Diríamos que os panos e miçangas se transformam num “fundo de poderes” de indiscutível importância na manutenção de poder da classe dominante.⁴²⁹

O comércio de longa distância promovia o encontro das *mucha* com a aristocracia *shona* no que Nogueira da Costa chamou de “nível de produção da formação social” – o ouro que a aristocracia injetava no comércio internacional era resultado do tributo em trabalho referido por João dos Santos:

[...] em todas as aldeias e povoações se faz uma grande seara de milho para El-Rei e todos os moradores do lugar são obrigados a trabalhar nela certos dias do ano, que para isso estão já determinados; de modo que os cafres de cada povoação roçam, cavam e semeiam e colhem esta seara, que naquele lugar se faz para El-Rei, a qual o mesmo rei manda

⁴²⁸ NOGUEIRA DA COSTA, A. op.cit., pp.22-24.

⁴²⁹ Idem, p.25.

arrecadar por seus feitores, que para esse efeito tem em cada lugar. Este é o tributo que todos pagam a este rei, sem outra coisa alguma mais, salvo os mercadores cafres, que tratam em roupas e contas, e em outras mercadorias com os portugueses, porque esses pagam de cada vinte peças, três para El-Rei.⁴³⁰

Segundo o autor moçambicano, tudo indica que nas regiões com jazigos minerais a renda em trabalho foi progressivamente canalizada para as atividades de extração e, em menor escala, de caça aos elefantes para obtenção de marfim. Se, em última instância, cabia ao *mutapa* a tarefa de recrutar essa mão de obra, a sua organização se realizava essencialmente no quadro das relações de parentesco. No caso da exploração das minas, isto significa dizer que às mulheres e crianças cabiam as tarefas mais duras e perigosas, nomeadamente a de penetrar a terra em busca do ouro nas galerias abertas pelos homens.⁴³¹

Dada a abundância das minas, por um lado, e a importância do ouro para a manutenção dessa configuração político-social, de outra parte, parece claro que tanto a extração quanto a circulação do metal fossem objeto de rígida fiscalização. João dos Santos não foi o primeiro observador coevo a indicar o controle do *mutapa* sobre os filões recém-descobertos. Um século antes, Diogo de Alcáçova informava, em carta endereçada a D. Manuel: “não pode nenhum homem tirar [ouro] sem licença Del-Rei, sob pena de morte”.⁴³² Deste modo, é possível não apenas compreender os motivos que levaram Lucere a esconder a localização precisa das minas da Chicova, mas os demais mecanismos de controle da produção e da circulação dos metais preciosos. A arrecadação de tributos, a *curva*, parece ter exercido o duplo papel de aumentar a acumulação das classes dominantes e conter a circulação dos metais; a delimitação do espaço destinado ao trato – os *bazares* – por sua vez, efetivava o controle sobre as transações.

Às populações das *mucha*, que ocupavam posição subalterna na lógica que regulava o comércio exterior, no interior de uma estrutura que veiculava

⁴³⁰ SANTOS, J. op.cit., pp.108-109.

⁴³¹ Além da documentação escrita, esta hipótese parece comprovada pelas análises de esqueletos humanos encontrados em escavações arqueológicas realizadas na primeira metade do século XX. Cf. NOGUEIRA DA COSTA, A. op.cit., p.28.

⁴³² “Carta de Diogo de Alcáçova para El-Rei”. Cochim, 20 de novembro de 1506. DPMAC, vol.I, 290.

evidentes formas de exploração e controle, as fontes portuguesas imputaram a acusação de “indolência” inúmeras vezes. Em meados do século XVI, João de Barros afirmava que

[...] a terra é rica dele [ouro], se a gente fosse cobiçosa haver-se-ia grande quantidade, mas é a gente preguiçosa nesta parte de o buscar, ou, por melhor dizer, tão pouco cobiçosa que muita fome há de ter um daqueles negros quando o for cavar.⁴³³

No início do XVII, João dos Santos se surpreendia

[...] porque ainda hoje que as minas estão mais sabidas e a cobiça dos cafres mais acesa no desejo de possuir as contas e roupas que os portugueses de contínuo levam a suas terras, todavia gastam os mercadores neste trato um ano e mais, sem acabarem de vender suas mercadorias, por causa de serem os *cafres* muito preguiçosos em cavar a terra para buscarem o ouro, porque o não fazem senão muito constrangidos da necessidade.⁴³⁴

Por fim, embora não tratasse especificamente do caso de Madeira e as minas da Chicova, João dos Santos, em diferentes passagens da sua *Ethiopia Oriental*, sugeriu que “a causa de todo este rigor é não querer o Monomotapa que saibam os portugueses que em suas terras há tão grandes minas de ouro, por lhe não fazerem guerra, com a cobiça dele, e tomarem o reino”.⁴³⁵ Tratava-se, portanto, de garantir i) o controle sobre a extração e circulação dos metais, ii) o domínio sobre os mecanismos de distribuição dos bens de prestígio para manutenção do poder entre a aristocracia shona, iii) a exploração e submissão da população das *mucha* e iv) o controle dos territórios onde se engendravam todas essas relações.

Até o fim de seu reinado, Lucere explorou com relativo sucesso as fraquezas e rivalidades dos portugueses. Em pelo menos mais uma ocasião o soberano enfrentou – e venceu – o ex-aliado Diogo Simões Madeira. Em 1616, o vice-rei da Índia, D. Jerônimo de Azevedo, enviou a Moçambique o

⁴³³ BARROS, J. op.cit., p.377.

⁴³⁴ SANTOS, J. op.cit., pp.204-205.

⁴³⁵ Idem, p.211. Em outra passagem, o cronista afirmou: “[...] e por esse respeito não consente o rei que os portugueses subam a esta serra, por lhe não cobiçarem a grandeza e formosura de suas terras, onde estão escondidas tantas e tão grossas minas de ouro. Idem, p.202.

desembargador Francisco da Fonseca Pinto com a missão de investigar e dar providências com relação às reclamações que alguns moradores da fortaleza haviam feito contra o seu capitão, Ruy de Mello Sampaio. Segundo os reclamantes, Sampaio “tomava toda a roupa que ali ia, e juntamente a todos os que de fora a levavam”,⁴³⁶ retirando de circulação os panos que movimentavam o comércio local. A situação se agravou com o naufrágio da nau que levava novos tecidos para abastecer o trato e pelas ações de Madeira que, em nome da conquista das minas de prata, cobrava parte dos cabedais dos mercadores que passavam pelo Zambeze, atingindo proporções críticas quando, para além da queixa, os moradores ameaçaram abandonar o forte de São Miguel, na região da Chicova, e a própria fortaleza de Moçambique:

[...] não tendo com que sustentar o presídio e fortaleza, nem também eles em que poder tratar para sustentarem suas casas e famílias, com que estavam determinados a desamparar aquela terra se nisto não havia melhoramento.⁴³⁷

Este seria mais um episódio trivial na longa história dos conflitos de interesses entre os comerciantes privados e os capitães de Moçambique, não fossem seus desdobramentos. “A conquista do descobrimento das minas de Prata, que estava entregue a Diogo Simões Madeira, se havia melhorado”; Madeira enviara ao vice-rei as amostras de prata que o mutapa lhe dera, bem como as pedrinhas menores que ele havia obtido por intermédio de Cherema, acompanhadas de cartas nas quais diferentes informantes asseguravam a descoberta de novas minas. Para os interesses da Coroa portuguesa, não cabia permitir que a instabilidade provocada por Ruy de Mello e Diogo Madeira pusesse a perder tanto a rede comercial quanto a possibilidade de, finalmente, tomar posse das minas de prata: “Pela prata que Diogo Simões mandou à Índia e a Portugal, entendeu o vice-rei, D. Jerônimo de Azevedo, que se devia fazer muito caso desta conquista e favorece-la do necessário”.⁴³⁸ Diante das reclamações dos moradores, o vice-rei

⁴³⁶ BOCARRO, A. op.cit., p.487.

⁴³⁷ Idem, ibidem.

⁴³⁸ Idem, p.605.

[...] fez Conselho de Estado, onde chamou não somente os que de ordinário lhe assistiam, senão também alguns desembargadores da relação de Goa, particularmente o chanceler do Estado e juiz dos feitos, o provedor-mor dos contos, ouvidor-geral do crime, o vedor da Fazenda Real, Pero Correia de Azevedo, e o procurador da Coroa, porque, como entravam matérias de Justiça e Fazenda, quis o vice-rei que por todos se consultasse o que devia nelas determinar-se.⁴³⁹

O Conselho decidiu que, “em primeiro lugar, devia o vice-rei prover às queixas dos mercadores, assim forasteiros como moradores de Moçambique, para que se continuasse o trato e o comércio” e, para garantir o restabelecimento do trato, enviar um oficial com poderes de ouvidor-geral e desembargador da Fazenda. As orientações não deixavam margem para dúvida: o enviado deveria esgotar todos os meios de negociação com o capitão de Moçambique, para que este voltasse a fornecer os panos necessários ao trato. Mas, caso as tentativas de negociação falhassem, o desembargador detinha autoridade para destituir Ruy de Mello Sampaio de seu posto, “assim porque entendiam que sem isto [...] sucedesse alguma desordem, com que aquela fortaleza ficasse de todo oferecida e exposta a se perder”.⁴⁴⁰ O desembargador também levaria ordens para checar pessoalmente a situação na Chicova. Confirmando-se a descoberta das minas, Diogo Madeira receberia muitas mercês e um provimento para a manutenção do forte e prosseguimento dos trabalhos de prospecção; caso contrário (ou, mais especificamente, comprovando-se a suspeita de que as pepitas haviam sido propositalmente enterradas pelos shona em áreas em que não existiam minas), o desembargador

[...] procurasse por bons meios haver às mãos Diogo Simões e trazê-lo a bom recado, para que não ficasse continuando em tomar o fato dos homens com a capa de minas. Porém, não o podendo colher, por nenhum modo não soubesse de tal ordem. Porque, como andava tão metido com os cafres, ficaria sendo antes de prejuízo e dano ao serviço de sua Majestade.⁴⁴¹

Se, por um lado, o parecer do Conselho é significativo da importância concedida pelos poderes ibéricos aos negócios na região do Zambeze, de outra

⁴³⁹ Idem, p.488.

⁴⁴⁰ Idem, p.489.

⁴⁴¹ Idem, pp.489-490.

parte denota o profundo conhecimento que essas autoridades detinham sobre as variadas dimensões que a presença portuguesa assumiu naquelas partes, inclusive ao reconhecer a ameaça que os sertanejos passaram a representar aos projetos imperiais. Munido dessas determinações, Francisco da Fonseca Pinto foi nomeado desembargador e, juntamente com Salvador Vaz da Guerra, partiu de Goa para Moçambique em janeiro de 1616 levando “muita cópia de roupas” e contas, para normalizar o comércio naquelas partes, e “petrechos, assim de guerra como para se cavarem as minas”.⁴⁴²

Ao desembarcar em Moçambique, em maio do mesmo ano, Francisco da Fonseca encontrou os soldados da fortaleza amotinados contra o capitão, acusado, então, de arbitrariedades que incluíam prisões e confisco de bens de moradores e soldados. Ruy de Mello se recusou a receber o desembargador, trancando-se na fortaleza, que foi tomada à força por Francisco da Fonseca.⁴⁴³ Salvador Vaz foi nomeado o novo capitão de Moçambique e o desembargador partiu em direção à Chicova a bordo de uma pequena embarcação que Ruy de Mello tinha preparado para enviar à região dos Rios.⁴⁴⁴ O que se passou no caminho para a Chicova foi relatado por diversas testemunhas em uma longa oitiva solicitada, em juízo, por Diogo Simões Madeira.⁴⁴⁵

Logo que soube da chegada do desembargador, Madeira enviou cartas de boas-vindas, nas quais relatava o estado lastimável em que se encontrava o forte de São Miguel: faltavam os tecidos tão necessários à compra de mantimentos para a fortaleza e, por este motivo, seus soldados estavam prestes a abandonar a fortaleza, vencidos pela fome. Pedia a Francisco da Fonseca que enviasse ajuda o mais brevemente possível. Segundo Bocarro, cronista que não se furtou a expressar opiniões duras acerca da conduta de alguns dos agentes lusitanos,

⁴⁴² Idem, p.605.

⁴⁴³ Os desdobramentos desse caso levaram as autoridades de Goa a restituir Ruy de Mello Fonseca ao posto de capitão. “Documentos Remetidos da Índia” (Livro das Monções). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, liv.44, fl.85.

⁴⁴⁴ A embarcação estava carregada com os panos que Ruy de Mello pretendia comercializar no interior. Esses tecidos foram confiscados em nome da Coroa ibérica, a quem o capitão devia os trinta mil cruzados de arrendamento anual. Cf. BOCARRO, A. op.cit., p.605.

⁴⁴⁵ “Treslado dos papéis da Chicova e Minas de Prata que se treslaram neste juízo dos feitos da Fazenda de Sua Majestade”. Tete, 03 de março de 1617. AHU_CU_064, Cx.1, D.20.

Estas cartas lhe foram dadas e ele respondeu a elas com palavras de cumprimentos, sem socorro algum. E como as roupas valiam muito neste tempo, por respeito de haver dois anos que não tinham vindo outras da Índia a estes rios, por se perderem as naus que as traziam, pareceu-lhe ao ouvidor ser mais acertado e melhor conselho, conforme a seu intento, vender o fato que trazia por muito e bom ouro e marfim, e leva-lo para a Índia, que gastá-lo com prover fortes e soldados. E nesta venda se deteve em Tete e Sena, sem mandar provimento algum para o forte, havendo três meses que estava nos Rios.⁴⁴⁶

Dada a morosidade do desembargador, Madeira e seus subordinados, em carta-protesto⁴⁴⁷ redigida pelo escrivão da fortaleza e assinada por todos, reiteraram a situação de penúria em que se encontravam e deram a Francisco da Fonseca um ultimato: se não recebessem auxílio no prazo máximo de oito dias, abandonariam o forte “e ele seria a causa principal de o largarem, e daria conta disso a quem fosse direito, pois estando em Tete, tão perto do forte, e tendo com que o socorrer o não queria fazer”. A carta foi entregue em Tete e lida diante de testemunhas. Os contemporâneos registraram a resposta do desembargador: “Se Diogo Simões largar o forte, forças tenho eu e braço para o tornar a ganhar”.⁴⁴⁸

Para os moradores de Sena e Tete, para os soldados do forte de São Miguel, na Chicova, e para o próprio Madeira, os interesses de Francisco da Fonseca Pinto começaram a ganhar contornos cada vez mais nítidos a partir de então. As testemunhas elencadas pelo sertanejo foram unânimes em afirmar que a carta-protesto ensejou uma acusação de insubordinação – “disse ele, testemunha, que sabia que Francisco da Fonseca Pinto houvera a Diogo Simões por alevantado” – seguida da fixação de sanções a quem quer que prestasse qualquer auxílio ao sertanejo.⁴⁴⁹ A acusação de insubordinação permitiu que o desembargador executasse livremente os passos seguintes: i) impedir que qualquer português fornecesse ao sertanejo os tecidos necessários à compra de mantimentos para seu exército e ii) incendiar as povoações em que viviam os seus escravos. Simultaneamente, o desembargador afirmava a inexistência

⁴⁴⁶ BOCARRO, A. op.cit., p.606.

⁴⁴⁷ É Bocarro quem utiliza a palavra: “[...] então lhe escreveram de mão comum uma carta e protesto feito pelo escrivão da conquista, em que todos se assinaram, no qual lhe declaravam, como já tinha feito por outras muitas cartas que lhe escreveram, o aperto de fome em que estavam havia muitos meses [...]”. BOCARRO, A. op.cit., p.606.

⁴⁴⁸ Idem, ibidem.

⁴⁴⁹ “Treslado dos papéis da Chicova...” op.cit.

das minas de prata – no que foi fortemente contestado por todas as testemunhas ouvidas na oitiva solicitada por Madeira, como se verá adiante – e se dedicava ao comércio do ouro nas povoações à margem do Zambeze.

Parece evidente o propósito de enfraquecer o poderio de Diogo Simões Madeira no vale; é difícil, contudo, estabelecer os motivos que levaram Francisco da Fonseca Pinto a adotar tal estratégia. Se o desembargador procurava substituir Madeira no comando da extensa rede comercial tecida pelo sertanejo ao longo dos muitos anos em que viveu na região ou se pretendia tomar seu lugar de “conquistador” das minas – e, com isso, apropriar-se da glória e dos cabedais que tal conquista possibilitaria. Desmoralizar, desautorizar, minar os exércitos, tomar-lhe os escravos e os lugares que lhe serviam de bases de operações seriam, em ambos os casos, ações eficientes e, segundo Malyn Newitt, encontraram terreno fértil entre os muitos desafetos portugueses de Madeira no próprio vale.⁴⁵⁰

O fato é que a quimera das minas de prata da Chicova não era unanimidade no interior da comunidade portuguesa de Sena e Tete e entre as autoridades ibéricas na Índia e na própria Corte dos Filipes. Em 14 de março de 1614, o Conselho da Fazenda recomendava a Filipe II de Portugal que abandonasse o projeto de conquista territorial, argumentando que

[...] quanto às minas de prata, ainda que seja tradição antiga havê-las na província que se chama a Chicova, se diz sem fundamento o que se afirma de sua riqueza, porque da certeza delas não houve nunca probabilidade, e chegando à mesma província Francisco Barreto e depois dele Vasco Fernandes Homem, e trabalhando em sabe-la, não a puderam alcançar.⁴⁵¹

Segundo o parecer do Conselho, mesmo para o benefício das minas de ouro que se sabia haver em diferentes partes do território, seriam necessários altíssimos investimentos em guerras de conquista e maquinário – “não se poderá empreender com a facilidade que se informa”.⁴⁵² De todo modo,

⁴⁵⁰ NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., p.89. Bocarro apenas menciona que o desembargador mandou “ajuntar os soldados que trazia consigo e os casados de Sena e Tete que ali tinha com seus escravos”, sem determinar se esses seguiam Francisco da Fonseca movidos pelo medo do desembargador ou pelo ódio a Madeira. Cf. BOCARRO, A. op.cit., p.607.

⁴⁵¹ “Carta do Conselho da Fazenda para El-Rei”. 14 de março de 1614. AHU_CU_064, Cx.1, D.10.

⁴⁵² Idem, ibidem.

possivelmente não traria o retorno esperado, uma vez que a maior parte do ouro que os portugueses viam negociar no vale e na costa era de aluvião. À exceção da Manica, cujas minas foram visitadas por agentes portugueses, a aristocracia *shona* pouco permitiu que os lusitanos conhecessem a exata localização de suas minas, de modo que, para os informantes portugueses, o ouro

[...] se acha em várias partes sem haver mina certa fundal [sic] e continuada, que se possa beneficiar. [...] E o que se tira em lascas, cavando as terras, não é em mina certa, mas acaso se acha aqui uma lasca, e ali outra, posto que muitas vezes em vários tempos e diversos lugares, se acharam algumas de muito peso. De maneira que a quantidade do ouro que todos os anos se resgata nos rios não é de mina certa e confirmada, mas toda retirada das areias dos rios e cavadas pelos *cafres* em várias partes [...].⁴⁵³

Por este motivo, no interior da comunidade portuguesa do vale e entre diferentes conselheiros do rei, crescia o número de defensores do comércio em detrimento da conquista territorial. Argumentava-se que seria mais proveitoso recolher o ouro em grande quantidade nos bazares, como se fazia há cerca de um século, do que se arriscar em guerras de conquista seguidas de altíssimos e incertos investimentos para o beneficiamento das minas.⁴⁵⁴ Já entre o final do *Quinhentos* e o início do *Seiscentos*, Frei Augustinho de Azevedo apontava a Filipe II:

Para Vossa Majestade ter proveito deste ouro e da riqueza desta terra, não tem que conquistar, nem há mister gente armada; somente dar Vossa Majestade licença que os portugueses levem suas mercadorias pelos Rios e que quando vierem paguem em Moçambique os quintos do ouro e do que mais trouxerem. E sendo este trato aberto, será tanto o ouro que há de vir pelas mercadorias que estes quintos importem muito mais do que eu posso dizer, e que em uma só monção renda mais a Vossa Majestade do que lhe os rendeiros dão em três anos [...].⁴⁵⁵

⁴⁵³ Idem, *ibidem*.

⁴⁵⁴ “Carta do Conselho da Fazenda [?] para El-Rei”. 4 de abril de 1614. DPMAC, vol.IX, pp.360-385.

⁴⁵⁵ Frei Augustinho de Azevedo, da ordem de Santo Agostinho. “Apontamentos para Vossa Majestade ver sobre as coisas do Estado da Índia e Reino do Monomotapa”. RSEA, vol. IV, pp.33-34.

Quanto às minas da Chicova, a opinião era a de que sequer existiam; se as houvesse, a prata apareceria nos mercados como o ouro e o marfim.⁴⁵⁶ Mas, ao contrário, os africanos do interior eram ávidos consumidores do metal:

Antes na fortaleza de Mombaça, que é na mesma costa, se fazem medalhas e correntes de prata, que se levam pela terra, dos navios adentro para resgate aos cafres, por estima-las. E é verossímil que se houvessem minas, e tão ricas e de excelência, não apenas não se levaria prata para resgate com os cafres, mas que trouxessem eles a vender nas feiras, como trazem ouro e marfim de partes muito remotas, somente pelo interesse das roupas.⁴⁵⁷

De acordo com a especulação de Malyn Newitt, é possível que, a esta altura, o próprio Madeira não estivesse certo da existência das minas. De acordo com o autor, se o sertanejo levou anos convencido de que estava prestes a descobrir uma série de minas extraordinárias, aos poucos “deixou de ser um brinquedo nas mãos do Monomotapa”, passando a colaborar ativamente na farsa, já que a sua continuidade no comando da “conquista” e todas as regalias que o controle do comércio, de terras e de populações submetidas lhe conferiam dependiam da ânsia das autoridades portuguesas de Moçambique, de Goa e de Madri em receber relatórios favoráveis sobre a existência do minério.⁴⁵⁸

Francisco da Fonseca Pinto, por um lado, explorou uma brecha nos planos da corte, dividida entre a conquista territorial e o comércio, e, de outra parte, uma crescente oposição interna aos planos de Madeira na comunidade

⁴⁵⁶ António Bocarro, por sua vez, afirma a existência das minas, alegando que Francisco da Fonseca Pinto quis encobrir esta descoberta e “para levar seu intento adiante, dizem que chamou à sua casa alguns soldados [...] e lhes fez testemunhar que não havia prata na Chicova” e que tais testemunhas só o fizeram por medo do ouvidor. “Este instrumento diziam que levava o ouvidor para a Índia, em sua defesa, não advertindo que na mesma Índia, e nestes rios, tinha testemunhas em contrário, mais verdadeiras, que era a mesma prata que se tirou da Chicova, feita em peças de púcaros e salvas, que não havia casado em Sena e Tete que deixasse de as ter, e na mão do vice-rei e de muitas pessoas da Índia pedras de prata que Diogo Simões lhe tinha mandado da Chicova, grandes e pequenas”. Cf. BOCARRO, A. op.cit., p.616.

⁴⁵⁷ Idem, ibidem.

⁴⁵⁸ Desde a expedição Barreto/Homem os portugueses procuravam as minas de prata da Chicova e, segundo Newitt, até meados do século XVIII falava-se, ainda, de supostas descobertas do minério na região. Nas palavras do autor, “em diferentes alturas deste período de duzentos anos, o minério de prata, que terá vindo da Zambézia, foi analisado e detectaram-se vestígios de prata. No entanto, desconhece-se qualquer depósito de minério de prata na região. A crença portuguesa na existência de minas de prata era, em parte, uma ânsia dos que invejavam a riqueza das minas sul-americanas e, em parte uma fraude intencional dos que insistiam em lucrar com uma ‘conquista’ régia do interior”. NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., pp.87-101.

lusitana de Sena e Tete, que, abatida pelos prejuízos que os conflitos constantes causavam ao comércio, ressentia-se do imenso poder de que o sertanejo gozava na região. Gatse Lucere, por sua vez, também não via com bons olhos o acúmulo de poder nas mãos de Madeira e encontrou no desembargador um aliado de ocasião para derrotar o sertanejo. Procurado, não hesitou em chefiar pessoalmente um grande exército e avançar contra Madeira nas terras de Inhabanzo, doadas por ele ao sertanejo e confirmadas por aforamento de Filipe III dez anos antes, e para onde Madeira havia retornado depois de abandonar o forte de São Miguel, na Chicova. Lucere recuperou as terras de Inhabanzo e todas aquelas ao redor de Tete que, um dia, estiveram sujeitas à autoridade de Madeira.

Diogo Simões, vendo-se perseguido de cristãos e cafres gentios, se foi para outro cafre cristão [...]. Com este *cafre* esteve pouco tempo, que foi enquanto o ouvidor esteve nestes rios, e depois que ele se foi se tornou para Tete, para sua casa, onde ficou esperando outra melhor ventura da que lhe veio com Francisco da Fonseca Pinto [...].⁴⁵⁹

Após a derrota do sertanejo, o desembargador retornou a Goa sem pagar os tecidos prometidos a Lucere; novamente a comunidade lusitana se viu perturbada, agora pela cobrança dessa dívida. O mutapa enviou mensagem ao capitão de Tete: ou ele e os demais moradores da fortaleza pagavam o que Francisco da Fonseca Pinto ficara devendo, ou ele, o mutapa em pessoa, entraria em Tete com seus exércitos para o tomar a força. Os moradores “ajuntaram entre todos um presente de roupas e peças que mandaram ao Monomotapa, e com isso se aquietou”.⁴⁶⁰

Os atos de Francisco da Fonseca Pinto chegaram ao conhecimento de Dom Jerônimo de Azevedo, vice-rei da Índia, que o mandou prender em Goa. Avisado de que seu cúmplice, Salvador Vaz da Guerra, havia recebido a pena de morte na fortaleza de Moçambique, decidiu não esperar pelo fim de sua própria devassa e

[...] procurou fugir do tronco por consentimento do tronqueiro a quem, dizem, deu quantia de dinheiro, e ambos se foram do

⁴⁵⁹ BOCARRO, A. op.cit., p.617.

⁴⁶⁰ Idem, ibidem.

tronco e passaram à terra firme, onde estão há oito meses [...] e como Francisco da Fonseca, usando de cautela, trouxe toda sua fazenda em ouro, não foi possível tomar-se lhe mais de oito ou dez bares de marfim; tudo o mais pôs em salvo com sua pessoa.⁴⁶¹

Paulatinamente, Diogo Simões Madeira perdeu o imenso poder que detinha, tanto no interior da comunidade portuguesa, quanto frente aos povos africanos da região. Gatse Lucere retomou o controle das terras do *hinterland* de Tete,⁴⁶² mas, segundo Stan Mudenge, embora tenha enfrentado com sucesso o desafio de manter a unidade no núcleo de seu reino e resistir às pretensões territoriais dos portugueses, também saía enfraquecido dos mais de dez anos de conflitos: perdera a preponderância política sobre o Barue e a Manica, imensos e importantes territórios que até então eram seus tributários, e que aproveitaram as oportunidades oferecidas por mais de uma década de instabilidade na região para se rebelar contra o poder do mutapa. Nas palavras do autor,

De 1618 até sua morte por volta de 1623, Gatse Lucere era meramente o governante do pequeno reino da Mocaranga, não de um império. Entretanto, ele não abandonou suas pretensões de submeter Quiteve, Barue e Manica. Além desses problemas, não parece que ele tenha sido, de fato, capaz de esmagar completamente as revoltas de outros chefes e filhos subordinados.⁴⁶³

O fascínio das minas de prata, por seu turno, seguia determinando os planos das autoridades de Goa e Madri, alimentado por relatos como o do frei Francisco de Avellar, da Ordem dos Pregadores, nos quais se afirmavam quantidades inesgotáveis do metal, depositadas em minas cuja extensão confinava com as minas de Angola.⁴⁶⁴ Além de afirmar a existência das minas,

⁴⁶¹ “Resposta à carta nº27”. Documentos remetidos da Índia ou Livro das Monções. ANTT, Liv.11, fl.99.

⁴⁶² As terras do *hinterland* haviam sido doadas aos portugueses antes de 1585, quando da vitória do mutapa Negomo Mupunzagutu (c.1560-89) sobre um inimigo que as fontes referem como Inhabazoé. Cf. “Relato dos sobreviventes do naufrágio da nau Santiago, que partiu de Lisboa para Goa em 01 de abril de 1585 com mais de 450 pessoas e naufragou no canal de Moçambique em 18 de agosto de 1585”. RSEA, vol.IV, pp.339-340.

⁴⁶³ MUDENGE. S.I.G. op.cit., p.243. [Tradução minha].

⁴⁶⁴ “Relação [cópia] das minas de prata da Ethiopia Oriental do Império do Monomotapa e das coisas necessárias e pertencentes para sustentação e conservação delas e dos Rios de Cuama feita pelo padre Fr. Francisco de Avellar da Ordem dos Pregadores (1617)”. IMPRENSA

Avellar contrariava o referido parecer negativo do Conselho da Fazenda, argumentando que sua exploração não implicaria em grande investimento, uma vez que

[...] não é necessário comprar os escravos por 300 cruzados, como se comprem para as minas de Castela, nem gastos tão excessivos em os manter, porquanto os naturais são de grandes forças e trabalho, andarão cavando todo um ano por dois ou três panos de cambaia que não custam quase nada.⁴⁶⁵

Hiperbólico, o pregador assegurava que as minas da Chicova demandariam menos trabalho e renderiam muitos milhões mais do que as minas da Coroa de Castela, já que a qualidade da prata era manifestamente superior:

[...] mostrando eu nesta cidade de Lisboa uma pedra destas a um castelhano prático e entendido que andara muito tempo nas minas ocidentais e tinha visto muitas minas, admirado e espantado de ver tal metal, diante de alguns padres graves me disse que eram estas as mais ricas minas do mundo [...] e que era de opinião que toda aquela terra donde foram tiradas era a mesma prata, e que fundida renderia o mesmo [...].⁴⁶⁶

Animada por estes relatos e procurando tirar proveito da fragilidade dos anos finais do reinado de Lucere, a Coroa ibérica ignorou os avisos de cautela expressos por outros analistas e enviou nova missão de “conquista” das minas de prata, que chegou a Tete em julho de 1619, liderada por Dom Nuno Álvares Pereira.⁴⁶⁷ A documentação aponta para uma curiosa justaposição: no mesmo período, o governador da Índia nomeara Diogo Simões Madeira para o posto de “Capitão da Conquista”. Em carta ao conde de Redondo, vice-rei da Índia, Filipe II de Portugal indicava que ambos deveriam partir juntos para a conquista – embora não especificasse nem hierarquia, nem as funções que cada um exerceria na expedição.⁴⁶⁸ Quando da chegada de Nuno Álvares, o sertanejo

NACIONAL. *Memória e Documentos acerca dos Direitos de Portugal aos territórios de Machona e Niassa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. p.92.

⁴⁶⁵ Idem, pp.92-93.

⁴⁶⁶ Idem, ibidem.

⁴⁶⁷ “Carta régia ao vice-rei da Índia, conde de Redondo”. Madri, 10 de março de 1618. ANTT, DRI, liv.XI, fls.490-493.

⁴⁶⁸ “Carta régia para o vice-rei, conde de Redondo”. Lisboa, 18 de março de 1619. ANTT, DRI, liv.XII, fl.229.

estava envolvido com os preparativos da missão, notadamente com a reunião de um pequeno exército que deveria partir para Chicova.⁴⁶⁹

De Tete, Nuno Álvares Pereira enviou ao Monomotapa uma carta na qual se afirmava a condição de “irmandade” entre os reinos e uma bandeira real de Portugal. Obteve uma dura resposta:

Espantado estou desta vossa vinda, cuidando eu que era para o bem do vosso Rei [...]. Vejo que vai isto em tão má ordem que me embrulha o estômago de vossos cuidados [...], pois logo o estandarte Real e a sua Patente, que cá me deram, foi em sinal de traição, porque [...] na minha vos escrevi que de todos os serviços que El-rei, meu irmão, me mandava, estava mui prestes para servir. Mas também quis eu que me fizesses vós o meu gosto, pois com este mesmo gosto sirvo a El-rei, meu irmão. O gosto é botares vós fora o *Sanga Baube* (Diogo Simões Madeira), Diogo de Carvalho e Diogo Teixeira, porque esses são os que destruíram meu reino. Se quereis estar bem comigo, como na outra vos escrevi, que não quero ver estes três homens para pouco nem para muito.⁴⁷⁰

Em outras palavras, Lucere autorizava a viagem de Álvares Pereira, mas vetava nela a participação de Diogo Simões Madeira, bem como de Diogo Carvalho, antigo capitão de Massapa, e de Diogo Teixeira Barroso, que havia sido capitão do Forte de São Miguel, na Chicova.⁴⁷¹ Além disso, proibia expressamente que os exércitos de Nuno Álvares Pereira contassem com a participação de guerreiros marave.

Na mesma carta, “relembrou” ao capitão a prática do pagamento da *curva*, o imposto tri-anual em tecidos pago pelo capitão de Moçambique (e o consequente confisco de bens, a *empata*, em caso de inadimplência) e o protocolo exigido dos estrangeiros que se apresentassem ao mutapa, descrito por João de Barros no século XVI:

[...] costumam aqueles reis, quando algumas pessoas estavam com eles, irem descalços, sem armas e de joelhos, batendo as

⁴⁶⁹ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.243.

⁴⁷⁰ “Carta de Gatse Lucere para Nuno Álvares Pereira”. 4 de junho de 1620. ANTT, DRI, liv.XV, fl.165.

⁴⁷¹ O caso de Diogo Simões Madeira é emblemático das contradições da política ibérica para a região dos Rios sob o comando dos Filipes. Ao passo em que tanto os *shona*, quanto a comunidade lusa dos Rios se ressentiam das perturbações causadas por Madeira em sua busca incansável pelas minas de prata, a Coroa o considerava peça fundamental para a conquista territorial do planalto. “Carta régia para o vice-rei, conde de Redondo”. Lisboa, 18 de março de 1619. ANTT, DRI, liv.XII, fl.229.

palmas das mãos e, junto dele, se lançarem de barriga pelo chão.⁴⁷²

O *mutapa* sugeria que os portugueses passaram a se sentir tão à vontade em seus territórios que deixaram de cumprir as obrigações protocolares básicas:

[...] assim fazem os vice-rei todos que cá vem, e os que antigamente vieram, mandando primeiramente capitão do lugar donde vós pedis, com o meu mutume e a minha curva, e então vós de trás o ireis, mas vós quereis alevantar de lugar sem primeiro me dares de saber, nem mandar o vosso filho [embaixador], isso não é guerra[?]⁴⁷³

Nuno Álvares Pereira se ressentiu do tom adotado na carta.⁴⁷⁴ Lembrando da ajuda que ele mesmo havia prestado ao *mutapa* anos antes, quando da guerra contra o Matuziane, o capitão assegurava: “A guerra que levo comigo é a Real palavra de Vossa Majestade, e a segurança que nela tenho”. Avisava, também, que a *curva* já estava encaminhada, nas mãos de um *filho* [embaixador], aguardando apenas a resposta positiva do *mutapa* para seguir para o seu zimbabuê.

Na última missiva encontrada nos arquivos, o *mutapa* respondeu que, cumpridas as suas exigências, os caminhos estavam abertos e livres para que a expedição alcançasse o objetivo de alcançar a Chicova.⁴⁷⁵ Não se conhecem detalhes da expedição de Nuno Álvares Pereira. Mas uma carta enviada de Goa por Fernão de Albuquerque a Filipe II de Portugal ofereceu um panorama desanimador da situação econômica dos particulares e da Fazenda Real nos Rios. Segundo este informante, “sendo ordinário vir sempre nas monções grande quantidade de ouro dos Rios”, na monção de 1620 não havia chegado, nos navios idos de Moçambique, nem ouro nem marfim. A instabilidade nos Rios, portanto, afetava a economia do Estado da Índia: “[...] houve muita falta

⁴⁷² COUTO, D. “Capítulos XX a XXV da década IX da Ásia de Diogo do Couto”. 1573. In: REIS, J.C. (org). op.cit., p.111.

⁴⁷³ “Carta de Gatse Lucere para Nuno Álvares Pereira”. op.cit.

⁴⁷⁴ “Se Vossa Alteza tivera inteiro conhecimento do sangue de meus avós, verdade e procedimento de minha pessoa, não me escrevera uma carta tão desconfiada como é a que se me deu hoje [...]”. “Carta de D. Nuno Álvares Pereira para El-rei Gatse Lucere”. Tete, 5 de junho de 1620. ANTT, DRI, liv.XV, fl.167.

⁴⁷⁵ “Carta de Gatse Lucere para D. Nuno Álvares Pereira”. Zimbabuê, julho de 1620. ANTT, DRI, liv.XV, fl.169.

de moeda, em que a maior parte dela costuma bater, e faltaram os direitos dela”.⁴⁷⁶

Em 1622 a Coroa ibérica admitiu a derrota. Em carta enviada ao vice-rei, Filipe III de Portugal ordenou o fim da expedição e o retorno de Pereira para a Índia. Na mesma carta, mencionou uma correspondência de Lucere na qual este se queixava de nunca ter recebido a curva e os presentes prometidos por Nuno Álvares Pereira – dois cavalos com arreios. O *mutapa* também pedia fardamentos e três ou quatro peças de brocado chinês e insistia na exigência de que Diogo Carvalho e Diogo Teixeira Barroso fossem expulsos dos Rios.⁴⁷⁷ Em nova carta, enviada no ano seguinte, Filipe III demandava que o vice-rei cumprisse as exigências de Lucere com urgência.⁴⁷⁸ Exatamente um ano depois, em fevereiro de 1624, nova carta com o mesmo teor indicava duas possibilidades:⁴⁷⁹ i) a administração de Goa carecia dos recursos necessários para a aquisição e envio dos presentes; ii) como já ocorrera em ocasiões anteriores, os desvios de conduta dos prepostos portugueses em Moçambique e nos Rios eram responsáveis pela malversação dos recursos que deveriam ser investidos no cumprimento dos protocolos fundamentais para o bom andamento das relações com o *mutapa*.⁴⁸⁰

A documentação existente não permite mais do que especulação. Malyn Newitt credita parte significativa do insucesso português na conquista das minas ao que caracteriza como “diplomacia evasiva” do monarca *shona*.⁴⁸¹ É possível compreender os pedidos cada vez mais exóticos – cavalos, brocados da China e outros símbolos de poder e prestígio que não eram parte ordinária das trocas protocolares entre portugueses e shona – como parte de uma estratégia para dificultar o avanço lusitano nas terras do planalto. Se foi assim, essa tática já se desenhara nas referidas cartas trocadas com Nuno Álvares Pereira: na primeira,

⁴⁷⁶ “Carta de Fernão de Albuquerque para El-Rei”. Goa, 16 de dezembro de 1620. ANTT, DRI, liv.XV, fl.45.

⁴⁷⁷ “Carta de Filipe III para o vice-rei da Índia”. Lisboa, 10 de março de 1622. RSEA, vol.4, pp.183-185.

⁴⁷⁸ “Carta de Filipe III para o vice-rei da Índia”. Lisboa, 1 de fevereiro de 1623. RSEA, vol.4, pp.185-186.

⁴⁷⁹ “Carta de Filipe III para o vice-rei da Índia”. Lisboa, 17 de fevereiro de 1624. RSEA, vol.4, pp.187-188.

⁴⁸⁰ Sobre os protocolos cerimoniais, ver RODRIGUES, E. “Embaixadas portuguesas à corte dos mutapa”. In: CARNEIRO, R.; MATOS, A.T. (coord.). *D. João III e o Império. Actas do Congresso Nacional Comemorativo do seu Nascimento*. Lisboa: CEPCEP, 2004, pp.753-779.

⁴⁸¹ NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., p.89.

proibia a participação dos três portugueses e exigia o pagamento da curva; na terceira, além dessas exigências, pedia que o capitão enviasse mais tecidos, já que “esse fato que me mandais é para mim só, e para o povo o capitão que vier traga fato apartado para o povo” e informava que Gaspar Bocarro, embaixador enviado para as negociações com o soberano shona, levava consigo uma lista de mercadorias que os portugueses deveriam enviar como presentes.⁴⁸² Nas missivas para o rei Ibérico, como se viu, exigia a expulsão de seus três desafetos e o envio de produtos novos.

O que se tem por certo é que as décadas finais do reinado de Lucere coincidiram com um período em que os portugueses se viram às voltas com suas próprias rivalidades e que até a sua morte, em 1624, o monarca shona foi hábil em, ao tirar proveito das fissuras internas à comunidade lusitana, manter seu poder e sua autoridade no planalto, constantemente ameaçados tanto pelos projetos ibéricos, quanto pelas tentativas de revolta de seus tributários.

⁴⁸² “Carta de Gatse Lucere para D. Nuno Álvares Pereira”. Zimbabué, julho de 1620. ANTT, DRI, liv.XV, fl.169. A lista de presentes, infelizmente, não foi localizada.

CAPÍTULO 3

“PÕEM E DEPÕEM REI TODAS AS VEZES QUE QUEREM”

A Segunda Guerra Civil

Gatse Lucere, o *mutapa* que havia freado as pretensões de controle territorial português no planalto, morreu em 1623. Seu filho, Nyambo Kapararidze (c.1623-1629), assumiu o trono após uma tentativa frustrada de invasão do povo *marave*, chefiado por Muzura, às cidades de Sena e Tete, cujo objetivo era expulsar os portugueses e enfraquecer o poder de Kapararidze no planalto para usurpar o trono.⁴⁸³ A vitória sobre Muzura não garantiu a sua permanência no poder. A sucessão de Lucere não obedecera à convenção estabelecida pelo sistema de sucessão colateral, segundo a qual o próximo *mutapa* deveria ser Mhande Mavura (1629-52), filho de Negomo Mupunzagutu (c.1560-89).

No sistema colateral, a linha sucessória passava pelos irmãos; quando todos se sucediam no trono, a linha voltava-se para o filho do primeiro irmão da geração anterior. Dele, o trono deveria passar ao primeiro filho do irmão seguinte, e assim por diante.⁴⁸⁴ Nesta sociedade poligâmica, nem sempre se lograva estabelecer a prioridade nos nascimentos dos filhos das várias esposas e os conflitos de precedência eram comuns. O sistema tendia a multiplicar as linhas de descendência e podia ter como candidatos ao poder pessoas já velhas, nem sempre com forças para sustentar suas pretensões.⁴⁸⁵ Além disso, se por qualquer razão um herdeiro legítimo não assumisse o trono, toda a sua descendência perdia os direitos dinásticos; em pelo menos uma ocasião, no século anterior, a quebra de tal regra havia desestabilizado todo um reinado.

A chegada do missionário D. Gonçalo da Silveira à corte do Monomotapa coincidiu com a subida ao trono de Negomo Mupunzagutu, filho de Chivere Nyassoro (c.1550-60). De acordo com o sistema de sucessão colateral, o

⁴⁸³ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.254.

⁴⁸⁴ Idem, p.83.

⁴⁸⁵ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.662.

sucessor de Chivere deveria ser o general Nyandoro Mukomohasa que, segundo a tradição oral, era apegado demais à vida de conquistador para se sentir tentado a ocupar o trono de *mutapa*. Por essa razão ele teria permitido que Negomo sucedesse ao pai, com a condição de que seu filho permanecesse na linha sucessória, assumindo o trono após a morte de Negomo. A condição foi aceita e, nas palavras de Stan Mudenge, “aparentemente Mokomohasa (e seus descendentes) passaria a ostentar o título ritualístico de ‘general e capitão dos portões’”.⁴⁸⁶

O acordo com Mukomohasa, contudo, não resolveu todos os problemas relacionados à sucessão. A quebra das regras de sucessão colateral forneceu pretexto para que Chipute, então rei do Quiteve, afirmasse suas próprias pretensões ao trono do Monomotapa. Seu avô, Bandahuma, da dinastia *Teve*, era herdeiro da linhagem dos *mutapa*; pelas regras de sucessão, uma vez que nem o avô nem o pai, Inhamunda, ocuparam o trono, os reis do Quiteve haviam perdido o direito a qualquer pretensão. Mas se a ascensão de Negomo estava em desacordo com as regras, Chipute considerou que poderia subvertê-las também. O *sachiteve*⁴⁸⁷ não foi bem sucedido em suas pretensões, o que fez com que as relações Monomotapa-Quiteve, tensas desde o início do século, se mantivessem hostis pelo menos até o fim do reinado de Negomo.⁴⁸⁸

De todo modo, o acordo inicial foi cumprido: quando da morte de Negomo, Gatse Lucere, filho de Mukomohasa, foi alçado à condição de *mutapa*, posição que, conforme explicitado no segundo capítulo, foi hábil em manter até a sua morte. Seguindo a convenção, o próximo na linha sucessória era Mhande Mavura. Na interpretação de Mudenge, ao assumir o trono do pai sem qualquer tentativa de negociação com a casa de Negomo, Kapararidze buscava eliminar a possibilidade futura de ascensão de qualquer membro dessa fração da família real. Ainda segundo o autor, tendo “a lei e a justiça a seu lado”, a causa de Mavura foi abraçada por parte da população.⁴⁸⁹

Além da invasão *marave* e da forte oposição de Mavura, Kapararidze enfrentava as pretensões sucessórias de seus irmãos. Uma vez que o reinado

⁴⁸⁶ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.62.

⁴⁸⁷ Título do soberano do reino de Quiteve.

⁴⁸⁸ MUSCALU, I.P.O. op.cit., pp.148-149.

⁴⁸⁹ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.253.

de Lucere fora longo, era grande o número de filhos adultos que deixara e que, agora, reivindicavam o trono. Dois deles, D. Filipe e D. Diogo, eram aqueles cuja educação Lucere confiara a Diogo Simões Madeira e que haviam sido entregues aos cuidados dos missionários dominicanos. Alguns portugueses demonstraram predileção pela ascensão de um deles, D. Diogo, filho da primeira esposa de Lucere.

Segundo António Bocarro, logo após a assinatura do tratado de concessão das minas, em 1607, os meninos foram levados para a casa de Madeira, que “os criou como filhos”, e, depois de catequizados, foram batizados por religiosos da Ordem de São Domingos: “Ao mais velho batizou o padre frei Jerônimo Batista, e pôs-lhe o nome D. Filipe, e ao segundo, a que puseram nome D. Diogo, batizou o padre frei Francisco do Avellar; e foi padrinho de ambos Diogo Simões Madeira”.⁴⁹⁰

Na avaliação de Philippe Denis, “Lucere não previu o impacto que a educação portuguesa teria em seus filhos”;⁴⁹¹ poucos meses após o batismo, solicitou o retorno do mais velho, Filipe, alegando que a mãe se ressentia de sua falta; segundo o emissário do *mutapa*, o menino seria enviado de volta aos portugueses em poucos dias. Como sinal de boa vontade, “Diogo Simões lho mandou mui bem vestido de seda à portuguesa”,⁴⁹² mas Lucere quebrou a promessa e manteve o filho junto de si; o menino retornaria ao convívio dos portugueses anos mais tarde quando, depois de diversas tentativas de escapar ao controle do pai, obteve refúgio no forte de Chicova. Já D. Diogo, que sempre esteve junto a Madeira, teria recebido uma refinada educação cristã: obteve as primeiras instruções nas letras ainda na casa de Madeira e foi enviado para Goa, em 1617, para complementar seus estudos sob a orientação dos padres dominicanos.⁴⁹³

⁴⁹⁰ BOCARRO, A. op.cit., p.553.

⁴⁹¹ DENIS, P. op.cit., p.19. [tradução minha].

⁴⁹² BOCARRO, A. op.cit., p.554.

⁴⁹³ Idem, ibidem. MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.253.

Os dominicanos e a política shona

Instalada em Goa em 1548, a Ordem de S. Domingos chegou à costa índica com a expedição de Francisco Barreto, “à sombra das armas portuguesas”,⁴⁹⁴ e construiu sua primeira igreja na Ilha de Moçambique por volta de 1577.⁴⁹⁵ Pouco se sabe sobre os primeiros anos das missões dominicanas na África austral; a julgar por uma carta enviada mais de um século depois, pelo Padre Superior da Ordem em Goa ao rei de Portugal, a missão dominicana no Zambeze teve início no ano de 1578.⁴⁹⁶ Na *Quarta parte da História de S. Domingos*, o Frei Lucas de Santa Catharina informava que os dominicanos “entraram com o Governador Francisco Barreto”.⁴⁹⁷ Philippe Denis cita um relatório datado de 1611, no qual o Provincial da Ordem em Lisboa informava ao rei que os dominicanos trabalhavam na região dos Rios, “servindo aos cristãos”, há mais de trinta anos e, ainda, as ordenações do Mestre Geral, Paulo Constanbile, para o Padre Superior da Ordem em Goa, de outubro de 1580, na qual se reiterava que, nesta data, os dominicanos já se faziam presentes na região do Zambeze.⁴⁹⁸ Frei João dos Santos, missionário da Ordem, chegou à região em 1586, pouco depois do martírio do dominicano Frei Nicolau do Rosário, relatado na sua célebre *Ethiopia Oriental*.⁴⁹⁹

Se, por essa altura, já havia conventos e igrejas dominicanos em Sena e Tete, a presença cada vez maior de padres da Ordem na região dos Rios não implicava, necessariamente, em uma atividade missionária de vulto. Nesse momento, o equilíbrio de forças políticas nos Rios pendia necessariamente para o *mutapa*, em particular, e para os *shona*, de modo geral. Conforme referido no capítulo anterior, os *shona* haviam saído vitoriosos do confronto com os homens

⁴⁹⁴ No dizer extemporâneo do cronista, que expressa mais o desejo do que a realidade da expedição, “reduzindo com a doutrina, como ele com a espada”. SANTA CATHARINA, L. *Quarta Parte da História de S. Domingos, particular do Reino e Conquistas de Portugal*. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1767. [1706]. P.703. Segundo o relato de Diogo do Couto, vinte padres dominicanos tomaram lugar no conselho da expedição de Barreto. COUTO, D. *Da Ásia. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e descobrimento das terras e mares do Oriente. Década Nona*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1786. pp.161-162.

⁴⁹⁵ DENIS, P. op.cit., p.6.

⁴⁹⁶ “Carta de El-rei para o vice-rei da Índia”. Lisboa, 17 de março de 1698. RSEA, vol.4, p.498.

⁴⁹⁷ SANTA CATHARINA, L. op.cit., p.369.

⁴⁹⁸ DENIS, P. op.cit., p.7.

⁴⁹⁹ SANTOS, J. op.cit., p.234-235.

de Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem. Quando da chegada de Santos à região, Sena sujeitava-se à autoridade do Monomotapa; a autonomia lusitana restringia-se à fortaleza. Português, o capitão de Massapa submetia-se ao soberano *shona*, em nome de quem cobrava tributos e administrava a Justiça. Nas palavras de Philippe Denis, os portugueses não estavam em condições de impor seus valores culturais e religiosos por meio da força.⁵⁰⁰

Às dificuldades impostas pelo conturbado contexto político *shona*, somava-se o desinteresse pela missão de conversão das almas, que o rei de Espanha e Portugal parece ter tomado como desvio de finalidade. Em uma carta enviada ao vice-rei da Índia em 1605, Filipe II de Portugal queixava-se “de que há uma diminuição do cristianismo nas ilhas de Solor e Timor, em partes de Moçambique e nos Rios de Cuama, que estão sob os cuidados dos dominicanos, por falta de ministros diligentes e por ocuparem-se de assuntos mundanos em vez de seu dever” e ordenava que, na próxima monção, se enviasse para a região dos rios o maior número possível de missionários, para se ocuparem dos assuntos da religião, tomando o cuidado de indicar que somente embarcassem aqueles que portassem cartas de indicação assinadas pelo próprio rei ou por autoridades da Ordem. O que o monarca tomava por “assuntos mundanos” era a “necessidade que muitos têm de adquirir mercadorias e voltar com elas para ajudar suas famílias”. Por isso, os enviados deveriam ser “homens de estudo, virtude e outras qualidades” e “seria melhor que fossem privados da esperança de poder retornar a este reino”.⁵⁰¹

Denis especula que as ordens devem ter sido cumpridas à risca já que, em carta subsequente, Filipe II agradecia ao provincial da Ordem, António de Siqueira, por sua “boa conduta”, recomendando que ele permanecesse no Monomotapa; em resposta à queixa do provincial, de que várias igrejas que antes estavam sob cuidado da Ordem haviam sido entregues aos agostinianos, o rei afirmou o monopólio dos dominicanos na região.⁵⁰² E, embora em carta datada de 1609 o dominicano tenha negado qualquer rivalidade com os jesuítas, o retorno destes últimos à região, atendendo ao chamado do governador de Moçambique, Estevão de Ataíde, causou furor entre os membros da Ordem.

⁵⁰⁰ DENIS, P. op.cit., p.16.

⁵⁰¹ “Provisão régia”. Lisboa, 28 de fevereiro de 1605. RSEA, vol.4, p.55.

⁵⁰² DENIS, P. op.cit., p.21.

Na corte ibérica, os representantes de S. Domingos procuraram convencer o rei de que a admissão de uma nova congregação religiosa na região dos Rios traria desconforto à Ordem, já tão envolvida com o trabalho missionário na região do Zambeze, “suportando muitas enfermidades e problemas, sempre dando satisfações, sem receber qualquer assistência e sem que outros estejam dispostos a ir para lá”.⁵⁰³ Assim, embora reconhecendo os “erros e deméritos” que os dominicanos pudessem ter cometido por lá, o rei ordenou que nenhum outro grupo religioso fosse enviado para as missões e que aqueles que lá estivessem se recolhessem a seus conventos.⁵⁰⁴ Na mesma carta, o rei ainda prometia aumentar a remuneração dos dominicanos, no ano seguinte, e conceder um salário especial a João dos Santos, que retornaria como chefe da missão do Monomotapa.⁵⁰⁵ Diante dos previsíveis protestos dos jesuítas, a Coroa adotou uma solução de conciliação, dividindo o “território missionário” em duas partes: os jesuítas deveriam se ocupar com a área compreendida entre a Ilha de Moçambique, o Cabo Guardafui e as ilhas adjacentes; a área da missão dominicana seria aquela compreendida entre Moçambique e o Cabo das Correntes. “Na prática, o rio Zambeze foi usado para demarcar duas áreas missionárias; a margem norte sendo reservada aos jesuítas e a sul para os dominicanos. Moçambique, Sena e Tete seriam servidas pelas duas Ordens”.⁵⁰⁶

Para além da pressão exercida pelos jesuítas na Corte, a decisão de manter a Companhia de Jesus na região foi motivada pelos rumores persistentes de que os dominicanos, nos Rios, dedicavam-se mais às atividades mercantis do que àquelas voltadas à conversão dos “pagãos”. É o que sugerem as firmes instruções recebidas de Lisboa em carta de 1615. Nela, o rei ordena que o Provincial dominicano recolha a Goa todos os missionários acusados de comerciar nos Rios, retendo os lucros por ventura obtidos neste comércio. “Somente aqueles que pregam o Santo Evangelho e ministram para a salvação das almas viajarão por essas terras”.⁵⁰⁷

⁵⁰³ “Carta Del-rei para o vice-rei da Índia”. Lisboa, 23 de janeiro de 1610. Apud DENIS, P. op.cit., p.21. [tradução minha].

⁵⁰⁴ DENIS, P. op.cit., p.21.

⁵⁰⁵ Idem, p.22.

⁵⁰⁶ Idem, ibidem. [tradução minha].

⁵⁰⁷ “Carta Del-rei para o vice-rei da Índia”. Lisboa, 1 de abril de 1615. Apud DENIS, P. op.cit., p.22 [tradução minha].

Este quadro se alterou paulatinamente no reinado de Gatse Lucere, quando os dominicanos trabalharam por se aproximar de Diogo Simões Madeira e do núcleo do poder *shona*. Tem-se por certo que no decorrer das primeiras invasões *marave*, com a permissão do soberano, representantes da Ordem instalaram-se nos bazares de Massapa, Bocuto e Luanze. No período em que Lucere e Madeira foram aliados, portanto, os dominicanos gozaram de grande liberdade de ação na região dos Rios; poucos anos mais tarde, quando o *mutapa* se voltou contra o sertanejo, os enviados da Ordem trataram de mobilizar seu poder e influência para defender os interesses portugueses na região. Em 1617, enquanto Madeira planejava enviar D. Diogo para Lisboa, para ser apresentado ao rei, o Frade Francisco do Avellar finalizava os preparativos para mandá-lo a Goa.

A discordância entre as duas lideranças foi explicitada em uma carta enviada a D. Filipe III, na qual o missionário informava que o reinado de Lucere se aproximava do fim e que ele e os demais dominicanos próximos a Madeira consideravam D. Diogo o candidato ideal ao trono de mutapa – daí a opção lógica por Goa, que oferecia boas condições para o prosseguimento dos estudos do menino, ao mesmo tempo em que se localizava próxima o suficiente para que ele pudesse retornar rapidamente aos Rios, quando da morte do pai. Aos olhos do dominicano, que parecia ignorar o funcionamento do sistema de sucessão colateral, a legitimidade da candidatura de D. Diogo perante aos *shona* estaria assegurada pelo fato de ele ser filho da primeira esposa de Lucere; para os portugueses, interessados em descobrir e dominar as minas de metais preciosos do planalto, o missionário argumentava que a chegada ao trono de “um bom cristão”, que falava e escrevia em português, “dócil e pacífico”, traria vantagens óbvias.⁵⁰⁸

Deste modo, quando assumiu o trono do pai, em 1624, Kapararidze enfrentava três linhas de oposição: a mais fraca, rapidamente debelada, foi a invasão de Muzura, o chefe *marave*. De maior vulto, a contestação dos partidários de Mavura, que o consideravam o herdeiro legítimo do trono, de

⁵⁰⁸ AVELLAR, F. “Relação das minas de prata da Ethiopia oriental do Império do Monomotapa e das coisas necessárias e pertencentes para sustentação e conservação delas e dos Rios de Cuama”. Apud. DENIS, P. op.cit., p.20.

acordo com as regras de sucessão colateral de um lado e, de outra parte, a articulação dominicana para entronar seu candidato ideal, D. Diogo.

Os portugueses não foram contemplados em seu objetivo de conduzir um aliado ao trono. Ao contrário, nas palavras de Philippe Denis, “Kapararidze mostrou-se menos acessível aos interesses portugueses do que o próprio Gatse Lucere”⁵⁰⁹ e, embora o novo *mutapa* tenha mantido as relações comerciais com os agentes lusitanos, parte da historiografia sugere que os dominicanos seguiram tramando a substituição do soberano por um seu aliado.⁵¹⁰ É o que se infere da leitura da *Quarta Parte da História de S. Domingos*; nela, Frei Lucas de Santa Catharina informava que por volta de 1624 os religiosos da Ordem “ocupavam-se de catequizar e batizar aquela gente bárbara e supersticiosa” quando foram procurados por “um príncipe, tio do imperador, por nome Mavura, homem de coração brando e entendimento claro”, que pediu – e recebeu – a catequese e o batismo, adotando o nome de D. Filipe.⁵¹¹ Uma de suas esposas também foi batizada, recebendo o nome de D. Giovanna.⁵¹²

Na interpretação do cronista dominicano, este foi o estopim para o assassinato do embaixador português enviado à corte do *mutapa* em 1628.

Estimulou-se o imperador Kapararidze (era este o nome do sobrinho, que de presente governava o império) e buscava caminho para a vingança, a tempo que chegava à sua corte Jerônimo de Barros por embaixador do governador de Moçambique, D. Nuno Álvares Pereira, que mandava o presente a que chamam curva, mimo que os capitães daquela fortaleza fazem todos os anos ao imperador, em gratificação de terem suas terras francas para o comércio e passagem para as minas do ouro [...]. Recebido o presente, dispôs o imperador (barbaridade impraticável, ainda entre a mesma cafraria) que com traição e engano tirassem a vida do embaixador. E desaforado em seu rancor e ódio, mandou dar empata, que é como pregão geral para que todos os portugueses que se achassem em suas terras fossem mortos e despojados de suas fazendas.⁵¹³

⁵⁰⁹ DENIS, P. op.cit., p.20.

⁵¹⁰ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.254, DENIS, P. op.cit., p.20 e NEWITT. M. op.cit., p.89.

⁵¹¹ SANTA CATHARINA, L. op.cit., pp.703-704.

⁵¹² “Carta do Frei Luís do Espírito Santo para o Provincial da Ordem de S. Domingos”. 3 de fevereiro de 1630. RSEA, vol.2, p.428.

⁵¹³ Idem, ibidem.

Stan Mudenge pondera que a explicação para a atitude de Kapararidze poderia residir na demora do pagamento da curva. O novo capitão de Moçambique, Nuno Álvares Pereira, havia tomado posse da capitania no ano anterior e, portanto, a curva deveria ter sido enviada em 1627. Não seria a primeira vez que este personagem deixaria de cumprir os pagamentos cerimoniais; conforme referido no segundo capítulo, o mesmo Nuno Álvares Pereira não enviara a *curva* devida a Lucere, anos antes. Contudo, Mudenge observa que, provavelmente, o atraso não oferece uma boa explicação para a ato tão dramático, especialmente porque não faria sentido o *mutapa* decretar a morte justamente do emissário que, ainda que atrasado, trazia o pagamento.⁵¹⁴

De todo modo, é importante ressaltar que houve uma séria quebra de protocolo. De acordo com a tradição, o capitão de Moçambique deveria enviar um mensageiro ao *zimbabué* do Monomotapa, avisando sobre a chegada de sua embaixada a Tete. Então o soberano enviaria seus representantes para receber os emissários portugueses nesta cidade e, daí, juntas, as duas embaixadas se dirigiriam à corte do *mutapa*, onde seria feito o pagamento da *curva*. Ao enviar Jerônimo de Barros diretamente ao *zimbabué*, ignorando o protocolo, Nuno Álvares Pereira não apenas subestimou a autoridade de Kapararidze, como também tentou eliminar o pagamento da *boca*, os presentes menores que deveriam ser entregues pelo primeiro enviado. A *empata*, nesse caso, se justificaria como uma tentativa de compensar a *boca*, por meio do confisco dos bens dos portugueses.

A quebra do protocolo, portanto, serviu como pretexto para um ato cuja motivação política, como os dominicanos já adivinhavam, era a ameaçadora aproximação de Mhande Mavura com as forças portuguesas: “Parece que a relação especial de Mavura com os dominicanos portugueses se desenvolveu a tal ponto que o Kapararidze ficou alarmado”.⁵¹⁵ Conforme referido, os missionários da Ordem haviam investido muito tempo e energia na formação de seu candidato ideal ao trono de *mutapa*; a morte prematura de D. Diogo forçou-os na direção de Mavura.⁵¹⁶ Este, por sua vez, parece ter se aproximado dos lusitanos em busca de auxílio militar para sustentar suas pretensões

⁵¹⁴ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.254.

⁵¹⁵ Idem, p.255.

⁵¹⁶ DENIS, P. op.cit., p.20.

sucessórias. Segundo Stan Mudenge, o Frei Luís de Espírito Santo, por ser filho da terra, nascido em Moçambique, deveria ter ciência das complexas regras do sistema de sucessão colateral e, assim, da legitimidade das pretensões de Mavura.⁵¹⁷

A *empata* deu origem a um breve e intenso período de confrontos entre as forças de Kapararidze e as autoridades lusitanas no planalto. Segundo o relato do Frei Lucas de Santa Catharina, André Ferreira, capitão de Massapa,

[...] fortificando-se em um *chuambo*, que é o mesmo que reduto ou tranqueira, de paus muito fortes, mandou aviso às mais feiras das terras do Imperador, que eram Luanze, Dambarare e Chipiriviri, para que recolhidos a elas os portugueses e cristãos se pusessem em defesa contra o grande poder que os ameaçava.⁵¹⁸

Rapidamente as notícias do planalto chegaram às cidades de Sena e Tete, levadas pelo frei Luís do Espírito Santo, onde as forças portuguesas articularam o contra-ataque, arregimentando entre 15 mil e 30 mil soldados africanos das terras do Botonga e cerca de 250 mercadores portugueses para reagir à *empata* e restabelecer o comércio no planalto.⁵¹⁹ Mavura e os dominicanos trataram de trabalhar para associar a expedição de represália à disputa sucessória, estabelecendo relação direta entre a derrota de Kapararidze e a coroação do primeiro. Segundo a descrição de Lucas de Santa Catharina,

Não descansavam os religiosos, por conselho dos quais [...] aclamaram os cristãos por imperador o Mavura D. Filipe, e levando-o por Capitão do Exército, de que era alferes um religioso nosso, levando diante o Estandarte da Cruz arvorado, avistaram a Kapararidze, soberbo como poderoso, e, dando-lhe batalha, o viram em poucas horas posto em vergonhosa fugida.⁵²⁰

Sem modéstia, o frei Luís do Espírito Santo concluiu sua narração do episódio afirmando explicitamente o papel desempenhado pelos dominicanos:

⁵¹⁷ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.255.

⁵¹⁸ SANTA CATHARINA, L. op.cit., p.703.

⁵¹⁹ “Carta de Frei Luiz para o Provincial de São Domingos”, 3 de fevereiro de 1630. RSEA, vol.2, p.427. Malyn Newitt sugere que os exércitos africanos recrutados para a guerra contra Kapararidze contaram também com a participação de mercenários marave, cujos serviços foram pagos em tecidos. Cf. NEWITT, M. *História de Moçambique*, op.cit., p.90.

⁵²⁰ Idem, ibidem.

Uma vez obtida esta vitória, seguimos para o Zimbábue, a corte do rei, e aí construí uma pequena igreja onde pus o crucifixo que levava comigo e uma estátua da Sagrada Virgem do Rosário, dedicando-lhe o templo e chamando-o “do Rosário”. Eu mesmo coloquei no trono um tio do rei derrotado, chamado Mavura, já que ele era o mais velho de entre os outros irmãos. Fi-lo tributário do rei católico.⁵²¹

“Trazer para casa” – Kurova Guva

Corria o ano de 1629 e a derrota de Kapararidze levou Mavura ao trono. A tomada do *zimbabué* foi descrita pelo jesuíta António Gomes, que acompanhava a expedição:

Na corte do Monomotapa, no *zimbabué*, foram encontrados muitos despojos, seda, mantos, ricas tendas; moedas de ouro de todos os tipos e, além disso, muito ouro; o rei se refugiou aí e com apenas alguns de seus homens queria lutar contra o nosso exército. Alguns deles vieram primeiro com as caudas de alguns animais com feitiços para cegar os portugueses e seu povo; [depois] seguiram-se [outros] com um grande tambor de cobre coberto de ricos panos de seda e peles de leão e cheio de coisas revoltantes, [como] as mãos e os pés de um corpo humano, pontas de dedos, orelhas de tigres e leões etc., e os africanos acreditavam que quando esse *Angoma*, como eles o chamam, fosse tocado, todo o nosso povo cairia no chão. Nossos *cafres* estavam tão amedrontados disto que antes de pretos eles pareciam brancos. Dois portugueses vieram para encerrar este absurdo e eles chegaram tão perto daqueles com os feitiços que [quando] eles estavam a distância de um tiro deles, eles dispararam com tanta força que os jogaram no chão. Não obstante a comoção que se seguiu, o *Angoma* ainda estava para ser conquistado; ele havia sido levado por doze homens que tinham sido especialmente encarregados disto. Os *cafres*, ao ver que estavam em apuros, deram o sinal para avançar, tocando o *Angoma*, e ouviu-se um grande grito no campo inimigo. Soou como o Dia do Juízo... Os portugueses, na frente, começaram a disparar contra o *Angoma* e, como era importante destruí-lo, correram até ele e o partiram em pedaços. Nossas tropas negras recuperaram a coragem. O inimigo fugiu. O rei recuou com apenas alguns de seus guerreiros.⁵²²

⁵²¹ “Carta do frei Luís do Espírito Santo para o Provincial da Ordem de São Domingos”. 3 de fevereiro de 1630. RSEA, vol.2, pp.427-2-428.

⁵²² GOMES, A. “Viagem que fez o padre António Gomes, da Companhia de Jesus, ao Império de Monomotapa; e assistência que fez nas ditas terras de alguns anos (1648). Apud. MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.257. [tradução minha].

A descrição do *Angoma*, singular no conjunto documental, remete às práticas religiosas *shona* e levanta importantes questões acerca das disputas territoriais, que tangenciam esse trabalho desde o início. Segundo Tabona Shoko, os *shona* sempre estabeleceram uma relação intrínseca entre religião, povo e terra. No período aqui tratado, a terra esteve intimamente associada à história das chefaturas, ao próprio chefe e aos espíritos ancestrais que a habitavam, bem como ao culto do Deus Supremo, o *Mwari*.⁵²³

A adoração aos espíritos dos ancestrais, os *vadzimu*, tinha o *mhondoro* (médium dos espíritos) no topo da hierarquia religiosa e os rituais de incorporação, ou possessão, como elemento central. Incorporados, os *vadzimu* influenciavam a vida e as atividades de seus dependentes vivos; falhar em honrar os espíritos ancestrais significava atrair má sorte, tanto para a vida privada quanto para a comunidade. Infortúnios como secas, inundações, más colheitas, doenças e morte seriam causadas por espíritos irados por não terem recebido os ritos fúnebres apropriados; o mais importante deles, o *kurova guva* (“trazer para casa”), foi descrito por João de Barros na primeira metade do século XVI:

Quanto aos defuntos, depois que algum corpo é comido tomam a sua ossada, do ascendente, do descendente ou da mulher de que houveram muitos filhos. Guardam esses ossos com sinais, para conhecerem de que pessoa é: de sete em sete dias, no lugar onde os têm, à maneira de quintal, estendem panos em que põem mesas com pão e carne cozida, como que oferece aquele comer aos seus defuntos, aos quais fazem preces. E a principal coisa que lhes pedem é para as coisas de seu rei. Passadas essas orações que são feitas estando todos com vestiduras brancas, o senhor da casa com sua família se põem a comer aquela oferta.⁵²⁴

Os rituais em honra aos ancestrais incluíam, ainda, orações em que estes eram instados a intervir em realidades adversas, como mandar chuva nos períodos de secas. Por esse motivo acreditava-se que os *mhondoro*, guardiães dos espíritos, controlavam as chuvas e, por extensão, a fertilidade. Cada *mhondoro* incorporaria um espírito ancestral particular, relacionado à área em

⁵²³ SHOKO, T. op.cit., p.5.

⁵²⁴ Idem, ibidem.

que, obrigatoriamente, deveria morar. Essas “províncias espirituais” poderiam ser constituídas de uma ou várias *mucha* mas, em qualquer caso, se configuravam em áreas específicas, o que significava, na prática, que os médiuns dos espíritos não viviam necessariamente na corte dos *mutapa* e, por isso, sua influência, em geral, limitava-se às suas comunidades.⁵²⁵ Segundo Stan Mudenge, seria incorreto supor que o *mhondoro* fosse consultado ou possuído cotidianamente; ao contrário, uma das principais atribuições do *mhondoro* consistia em controlar a banalização da possessão. Sua função social seria a de articular consensos na sua comunidade.⁵²⁶

Como “guardiões da terra”, os ancestrais eram tidos como mediadores das relações entre *Mwari*, o Deus Supremo, e o mundo dos vivos. Segundo Brian Fagan, o culto do *Mwari* é essencialmente uma religião do povo. Uma vez que o único canal de comunicação entre os vivos e o *Mwari* são os espíritos dos antepassados, os shonas manifestam grande preocupação com os anciãos da tribo e os membros mais idosos da família.⁵²⁷ De outra parte, Terence Ranger defende que o culto ao Deus Supremo (ou *Mwari*) também deve ser entendido como uma manifestação daquilo que ele qualifica como *culto territorial*, comum a diversas populações da África central:

A definição atualmente mais aceita é a de que um culto territorial é uma instituição de veneração de espíritos que se refere a uma área, ou território, ao invés de relacionar-se diretamente a uma relação de parentesco ou grupo linhageiros. Sua principal função é a de garantir o bem estar moral e material da população daquela área, e está especialmente relacionada às práticas rituais para pedir chuva ou controlar as inundações, à fertilidade do solo para a agricultura e ao sucesso da pesca e da caça. Por fim, embora um culto territorial seja praticado em nome de toda a comunidade, normalmente é controlado por uma elite limitada de sacerdotes e funcionários. Deste modo, um culto territorial distingue-se da veneração aos ancestrais, de um lado, e das manifestações de possessão, de outro. [...] Os cultos territoriais na África central diferem muito entre si. [...] Alguns dos cultos territoriais convivem com cultos de possessão; outros não. Alguns são comandados por médiuns, outros não. [...] Em algumas regiões, as elites rituais e políticas são independentes; em outras, o grupo que controla o ritual é distinto dos governantes, mas comandado por eles; em outros,

⁵²⁵ MUSCALU, I.P.O. op.cit., p.140.

⁵²⁶ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.123.

⁵²⁷ FAGAN, B.M. *África Austral*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972. p.126.

ainda, o grupo que controla o ritual faz parte da linhagem governante.⁵²⁸

Outras entidades povoam a cosmologia tradicional *shona*. Uma delas são os *mashavi*, os “espíritos estrangeiros”, almas de pessoas desconhecidas das famílias *shona* que morreram longe de casa e foram enterrados sem os ritos funerários apropriados; outra são os espíritos da natureza, como os *zikwambo* (filhotes). Segundo esta cosmovisão, os espíritos conferem benefícios e artes de cura, adivinhação, canto e dança, do mesmo modo que podem conferir qualidades negativas, acionadas por meio da bruxaria. Nesse sentido, é compreensível que ossos e partes de corpos humanos e animais fossem mobilizados no campo de batalha, sugestivamente posicionados no interior de um tambor de cobre, aguardando o toque para manifestar um poder que, à exceção dos portugueses, os combatentes dos dois exércitos conferiam aos ancestrais.

Se os soldados africanos das tropas portuguesas “estavam tão amedrontados disto que antes de pretos eles pareciam brancos”, pode-se inferir não apenas que partilhavam do mesmo sistema religioso, mas, para além, que de alguma forma esses mesmos combatentes conferiam legitimidade aos ancestrais acionados por Kapararidze. Vindos do Botonga e do Marave, esses guerreiros eram, portanto, “de fora” daquela província espiritual; segundo essa lógica religiosa, seus próprios ancestrais não os poderiam ajudar naquelas partes.

Compreende-se, assim, a aposta de Kapararidze. A coroação de Mavura foi precedida por grandes batalhas: após o assassinato de Jerônimo de Barros, as forças portuguesas reuniram-se na feira de Ruanze, onde se decidiu pelo apoio a Mavura e, de lá até marcharam até Massapa onde, em dezembro de 1628, Kapararidze os esperava. Derrotado, este último retirou-se mais para o interior do planalto, de onde reapareceu para atacar as forças portuguesas em pelo menos outras duas ocasiões. A cada uma delas, se recolhia um pouco mais em direção a seu *zimbabué*, forçando as tropas portuguesas a penetrar em território controlado por ele. A última cartada foi o apelo às forças sobrenaturais,

⁵²⁸ RANGER, T. “Territorial Cults in the History of Central Africa”. *The Journal of African History*. Vol.14, nº4, 1973, p.581. [tradução minha].

já que os chefes exerciam um papel importante na estrutura religiosa *shona*; tido como a encarnação da tradição e da cultura, era considerado sagrado e ocupava posição central na administração da terra.⁵²⁹ Compreendida assim, a cosmologia *shona* ajuda a explicar por que todos os notáveis do Monomotapa, incluindo o Mokomowasha, comandante das forças do reino, apoiavam Kapararidze.⁵³⁰

Em síntese, a estratégia de guerra adotada por Kapararidze levava em consideração a visão tripartida da cosmologia *shona*: o mundo “acima”, habitado pelo *Mwari*, o Deus Supremo; o mundo humano, fisicamente localizado na terra, do qual fazem parte fenômenos sagrados como animais, rochas, montanhas, colinas, árvores, rios e florestas; e o submundo, o “mundo abaixo. Em geral, os espíritos permeiam o “mundo acima”, o mundo humano e o submundo, que “não são entidades separadas, mas são interligados por meio do ritual e da conciliação”.⁵³¹

Os portugueses, a política shona e a coroação de Mavura

A despeito do êxtase experimentado pelos dominicanos após a vitória sobre as forças de Kapararidze, Mavura assumiu o trono em posição de absoluta fragilidade. Por um lado, a coroação do novo soberano não foi unanimidade entre os portugueses: um grupo de mercadores rivais de Diogo Simões Madeira pretendia estabelecer no trono outro parente de Kapararidze, que havia lhes prometido vantagens comerciais em troca de apoio político. Vitoriosos, os dominicanos lograram entronar o seu candidato e este, em troca do apoio recebido na luta contra o sobrinho, assinou um tratado de vassalagem com Filipe III que, na interpretação de Malyn Newitt, autorizou uma profunda mudança de atitude dos portugueses em relação aos chefes *shona*. Antes considerado o soberano de um Estado independente, a quem os portugueses enviavam missões diplomáticas e a *curva*, e a quem pagavam tributos pelo direito de

⁵²⁹ SHOKO, T. op.cit., p.6.

⁵³⁰ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., p.90.

⁵³¹ Idem, ibidem.

comerciar em seu território, o *mutapa* passaria a pagar um tributo anual em ouro ao rei ibérico.

Além disso, o mesmo tratado franqueava aos portugueses o trânsito, o comércio e a exploração das eventuais minas que fossem encontradas em suas terras. O capitão de Massapa deixaria de atuar em jurisdição mista, passando a ser um representante formal das Coroas no reino do Monomotapa. Por fim, o *mutapa* permitia a construção de igrejas católicas de qualquer ordem em seu *zimbabué*. A primeira delas, erguida por ordem de Frei Luís do Espírito Santo, foi dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Por fim, comprometia-se a, no decorrer de um ano, expulsar de seu território todos os mercadores muçulmanos que, nos cálculos de Donald Abraham, chegavam a dez mil no início do século XVI.⁵³² Os que fossem ali encontrados após esse período seriam mortos, assinalava o tratado, e suas fazendas confiscadas em nome do rei de Portugal.⁵³³ Segundo Newitt, acima de tudo, os portugueses estavam determinados a ter a palavra decisiva na questão da sucessão ao trono.

De outra parte, conforme já referido, uma parcela expressiva da aristocracia *shona* apoiava o *mutapa* derrotado. Além disso, a cláusula do tratado que versava sobre a expulsão dos muçulmanos levou muitos deles a aliar-se a Kapararidze, em nome da preservação de suas redes comerciais e familiares. Assim, “Mavura nunca chegou a ser universalmente reconhecido como *mutapa*, e, a partir de então, duas linhagens reclamariam o direito legítimo ao título”.⁵³⁴ A rejeição a Mavura levou muitas lideranças *shona* a fugir e se juntar a Kapararidze que, na margem norte do Zambeze, organizava a resistência. Em 1631 o pretendente derrotado tinha reunido número suficiente de apoiadores para atravessar o grande rio e atacar as principais cidades lusitanas do planalto. Confortavelmente espalhados por um território que julgavam sob seu controle, centenas de portugueses foram pegos de surpresa e mortos no ataque antes que pudessem se refugiar em seus *chuambo* e organizar a resistência.

Bem articulado, o levante espalhou-se para terras além-planalto: enquanto as forças sob controle direto de Kapararidze atacavam as guarnições

⁵³² ABRAHAM, D.P. “Maramuca...” op.cit., pp.211-225.

⁵³³ “Tratado de vassalagem entre o Monomotapa e Portugal”. 24 de maio de 1629. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 7, nº9, 1887. pp.573-575.

⁵³⁴ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., p.90.

portuguesas no altiplano, guerreiros maraves aproveitaram a oportunidade para assaltar Quelimane, o enclave português da margem norte do Zambeze.⁵³⁵ Kapararidze tinha bons motivos para odiar, entre todos os portugueses, particularmente os dominicanos. Além de sua atuação na formação das tropas lusitanas e sua intercessão direta pela coroação de Mavura, os membros da Ordem, personificados na figura do frei Luís do Espírito Santo, haviam tomado para si a responsabilidade de educar como cristão um de seus filhos.

Capturado em uma das batalhas da guerra de sucessão, o menino foi enviado para a Ilha de Moçambique, aos cuidados de Dom Nuno Álvares Pereira que, por sua vez, o entregou ao Conde de Linhares, vice-rei da Índia. Este último, considerando “indecoroso empregá-lo em seu serviço, sendo filho de um rei, apesar de tirano e rebelde”, entregou-o aos cuidados dos dominicanos.⁵³⁶ A julgar pela comunicação entre o Vigário-geral da Ordem em Goa e o Provincial, em Portugal, a princípio os dominicanos pensaram em enviar o garoto para Lisboa e instalá-lo em algum convento dominicano. Lá ele deveria ser “batizado com toda a pompa e cerimônia”.

E a ele devem ser dados tal estado e acomodação como cabe a um príncipe de tão grande império [...] para que o reino e a Corte de Espanha, e aqueles de Roma, saibam que os filhos de São Domingos tomaram nas mãos e batizaram imperadores, e filhos e sobrinhos de imperadores.⁵³⁷

O garoto nunca foi enviado a Lisboa, mas esse e outros relatos das conquistas dominicanas na região dos Rios – a mesma na qual a missão de Gonçalo da Silveira falhara – impressionaram as cortes europeias e aumentaram a rivalidade entre os membros da Ordem e os jesuítas. No Vaticano, o frei Luís do Espírito Santo foi nominalmente citado e glorificado por seus feitos, servindo de estímulo para que Roma enviasse novos missionários para as terras do *mutapa*. De acordo com o relato do frei Lucas de Santa Catharina,

⁵³⁵ NEWITT, M. *História de Moçambique...*, op.cit., pp.90-91.

⁵³⁶ “Carta Del-rei para o vice-rei da Índia”. Lisboa, 27 de março de 1639. RSEA, vol.4, pp.283-284.

⁵³⁷ “Carta de Frei Jerônimo para o Provincial da Ordem de São Domingos”. Goa, 20 de fevereiro de 1630. Apud. MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.160. [tradução minha].

Com a notícia do que se tinha obrado, e obrava na Mocaranga, ou terras do Monomotapa, vieram novos obreiros evangélicos de Goa. Espalharam-se logo por vigários naquelas feiras. Na de Luanze, já antiga, com uma formosa igreja. Outra na de Massapa. Outra na de Chipiriviri, isto quanto ao Reino da Mocaranga. No Reino de Manica, onde já era antiga a cristandade, se levantaram três igrejas e paróquias.⁵³⁸

Quanto ao filho de Kapararidze, sabe-se que foi batizado Dom Miguel e educado em Goa, às expensas da Fazenda real portuguesa. Stan Mudenge rastreou o paradeiro do menino. Segundo o autor, ele se tornou padre e, durante um tempo, pregou em Baçaim. Estudante aplicado, tornou-se um professor brilhante, foi nomeado vigário da paróquia do Convento de Santa Bárbara, em Goa e, em 1670, recebeu o título de Doutor em Teologia. Vindo da margem norte do Zambeze, o pai, que desconhecia o paradeiro do filho e passara os dois anos seguintes à invasão de seu *zimbabué* alimentando o ódio que sentia pelos dominicanos, encontrou oportunidade de vingança.

Entre os muitos prisioneiros feitos pelas tropas de Kapararidze no levante de 1631 estavam os freis Luís do Espírito Santo e João da Trindade. Este último, “cheio de feridas”, foi lançado para a morte do alto de um rochedo, “de onde chegou ao chão feito em miúdos pedaços”.⁵³⁹ O primeiro foi levado à presença de Kapararidze, que exigiu, como sinal de submissão, que o padre fizesse a *zvambaya*, reverência *shona* que se fazia diante dos monarcas.⁵⁴⁰ Diante da negativa do missionário, Kapararidze ordenou sua execução.

“Mortos os religiosos no martírio e mortos muitos portugueses na batalha, entendia agora o Kapararidze que recuperava o império sem resistência”.⁵⁴¹ O “levantado” mandou recado ao tio: que saísse da corte e “o reconhecesse por seu rei”. Mavura, então, arregimentou uma força de aproximadamente 20 mil homens, segundo Santa Catharina, e foi ao encontro dos revoltosos, expulsando-os do planalto. Kapararidze ainda tentou uma última investida, enviando para o planalto um novo exército, chefiado por gente que “trazia para

⁵³⁸ SANTA CATHARINA, L. op.cit., p.375.

⁵³⁹ Idem, p.372.

⁵⁴⁰ A *zvambaya* foi assim descrita por Diogo do Couto: “[...] costumam aqueles reis, quando algumas pessoas entravam com eles, irem descalços, sem armas e de joelhos, batendo as palmas das mãos e, junto dele, se lançarem de barriga pelo chão”. COUTO, D. “Capítulos XX a XXV da década IX da Ásia de Diogo do Couto”. 1573. In: REIS, J.C. (org.). *A empresa da conquista do senhorio do Monomotapa*. Lisboa: Heuris, 1984. p.111.

⁵⁴¹ Idem, p.373.

ocupar nos lugares mais nobres” – em outras palavras, grande parte da nobreza *shona* que o apoiava. Suas tropas, engrossadas por muitos africanos dos Rios, profundamente insatisfeitos com a ingerência portuguesa em suas terras, comércio e política interna, lograram expulsá-los de inúmeras terras e entocá-los nos fortes de Sena e Tete e nos bazares de Manica e da Mocaranga, reacendendo a instabilidade do planalto ao assumir novamente o trono.⁵⁴² Kapararidze reinou como *mutapa* até junho de 1632, quando foi finalmente derrotado.⁵⁴³

Na leitura de Malyn Newitt, Kapararidze e seus aliados de primeira hora haviam sido habilidosos na construção de uma aliança diplomática que coordenou os ataques simultâneos às guarnições portuguesas e saiu vitoriosa de duríssimas batalhas. Entretanto, os chefes *shona* “descuraram por completo de um pormenor”. “Não adquiriram armas de fogo nem prepararam posições defensivas”.⁵⁴⁴ Conforme já explicitado, as armas de fogo se tornaram elemento imprescindível nas guerras da África austral e, segundo o historiador britânico,

Em 1614, quando Chombe, o chefe *tonga*, enfrentara Madeira, certificara-se de ter um grande lote de armas de fogo, adquiridas aos inimigos de Madeira estacionados em Sena, e construiu para si uma formidável fortaleza. Kapararidze não tinha tais aliados dentro da comunidade portuguesa, e viu-se incapaz de responder ao poder de fogo português assim que este se virou contra si.⁵⁴⁵

A historiografia do tema comumente atribui a Diogo de Sousa e Meneses os créditos pela derrota de Kapararidze. Quando este assumiu o comando da capitania de Moçambique, em 1632, “vivia-se uma época crítica para o *Estado da Índia*”, ameaçado por focos de resistência interna no Ceilão, Japão, Mombaça e em quase todo o Oriente, ao mesmo tempo em que os portugueses lidavam com as investidas dos ingleses e holandeses, que atacavam suas embarcações e bloqueavam os acessos aos portos no Índico. Para Meneses,

⁵⁴² LUCENA, F. RSEA, vol.4, pp.277-278. “Carta régia para o vice-rei da Índia”. Madrid, 31 de março de 1631. RSEA, vol.4, pp.213-214.

⁵⁴³ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.262.

⁵⁴⁴ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., p.91.

⁵⁴⁵ Idem, ibidem.

era questão de honra manter o controle dos Rios e, para isto, ele arregimentou duzentos mosqueteiros das “depauperadas reservas do *Estado da Índia*”.⁵⁴⁶

O novo comandante desembarcou em Quelimane, onde rapidamente derrotou as forças pró-Kapararidze ali instaladas, matando cerca de dois mil homens, capturando outros tantos e confiscando gado. Em Luabo, recrutou cerca de dois mil soldados entre os súditos portugueses e partiu em direção a Manica, “recolhendo pelo caminho os fragmentos que restavam da comunidade portuguesa”, e, chegando à capital, destituiu o *chicanga* reinante, substituindo-o por um governante que aceitou as condições de conversão e vassalagem impostas pelas forças lusitanas – entre as quais, a revelação da localização das minas, o pagamento de três pastas anuais de ouro e o reconhecimento da preponderância política do Monomotapa sobre toda a região shona.⁵⁴⁷ Só então Meneses se pôs a caminho do planalto, rumo ao *zimbabué* do *mutapa*.

Enquanto isso, no planalto, os dominicanos continuavam articulando as forças pró-Mavura. Com a ajuda do Frei Manoel Sardinha, Mavura recrutou grande número de guerreiros entre os marave, mediante um pagamento: “muita roupa”, ou, os tecidos que Sardinha diligentemente havia recolhido entre os mercadores lusitanos.⁵⁴⁸ Além das questões práticas, os dominicanos se encarregaram de construir a narrativa mítica que impulsionaria os africanos no ataque às forças de Kapararidze. Segundo o relato de Lucas de Santa Catharina, no momento exato em que decidiu colocar seu exército em marcha, Mavura “levanta os olhos aos céu e vê nele uma resplandecente e formosa cruz, na forma (ainda que sem letras) em que já aparecera ao Imperador Constantino Magno. Prostra-se por terra, beijando-a em veneração e reverência”.⁵⁴⁹

Evidentemente a história da cruz, cujo significado foi elaborado e difundido pelo Frei Manoel Sardinha, correu rapidamente entre os guerreiros pró-Mavura, injetando ânimo e confiança nas tropas. Pode-se imaginar que a memória da destruição do *angoma* trazido por Kapararidze a uma das batalhas anteriores preenchia o imaginário *shona*, fortalecendo ou estimulando a crença de que, de algum modo não totalmente apreendido pelos guerreiros africanos,

⁵⁴⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁴⁷ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.262.

⁵⁴⁸ SANTA CATHARINA, L. op.cit., p.373.

⁵⁴⁹ Idem, *ibidem*.

os portugueses também podiam manipular as forças sobrenaturais a seu favor. Motivado, esse exército derrotou as tropas de Kapararidze num combate sangrento, no qual morreram milhares de guerreiros.

A chegada do exército de Diogo de Sousa e Meneses marcou a última batalha e a derrota definitiva de Kapararidze. Novos relatos de intervenção sobrenatural surgiram; entre os vencedores, dizia-se que durante esta batalha, travada no dia de São João, um homem de indescritível beleza e esplendor – “como se fosse o próprio sol”⁵⁵⁰ – apareceu entre os guerreiros de Mavura, animando-os e encorajando-os. O prestígio dos dominicanos na região cresceu enormemente, tanto entre as pessoas comuns, entre as quais os relatos de intervenção divina se mostraram bastante convincentes, quanto diante do novo *mutapa*, que não demorou em demonstrar gratidão pela articulação política dos missionários a seu favor:

Vitorioso, agora, e descansado, o Imperador D. Filipe quis, reconhecido a Deus, que se levantasse igreja na sua Corte. Assistiu à expedição dos materiais o padre Frei Aleixo dos Mártires, religioso dominico e, abertos os alicerces, quis o mesmo Imperador lançar a primeira pedra, o que fez em dia sinalado, levando-a sobre seus ombros, assistido de alguns religiosos e dos senhores que se achavam na Corte, e muito povo, que fizeram o ato mais festivo. Grande dia, sem dúvida, para os filhos de S. Domingos!⁵⁵¹

Mulheres e crianças *shona*

Novas igrejas foram construídas no planalto; segundo os relatos missionários, milhares de mulheres e crianças aceitaram a catequese e o batismo. Na avaliação de Santa Catharina, as primeiras seriam “menos dificultosas de reduzir” graças à instituição da monogamia. Segundo a lógica do missionário, o contato com os mouros havia reduzido as populações da África índica à “sensualidade” da poligamia, “como contágio da vizinhança”.⁵⁵² Deste modo, por “terem muitas”, os homens não dariam valor a nenhuma delas.

⁵⁵⁰ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.263.

⁵⁵¹ SANTA CATHARINA, L. op.cit., p.375.

⁵⁵² Idem, p.376.

[...] e a prova disso, como do pouco amor que lhes tem, é que não só não se alteram ou se provocam à vingança vendo-as com outros (contra a prática comum da natureza em todas as nações), mas levando-as consigo à campanha, as oferecem e põem diante do inimigo para que, quebrada a primeira fúria nelas, com as suas mortes se canse, e se embarace antes que peleje. Nasce desta crueldade serem as *cafras* menos dificultosas de reduzir, com a pia afeição que têm a uma lei em que se manda e obriga ao amor e estimação das mulheres próprias, e que na casa são senhoras, como únicas.⁵⁵³

Quanto às crianças, segundo a mesma operação lógica, o missionário concluiu que os pais permitiam o batismo por não “estimarem” os filhos. Afinal, se se importavam tão pouco com as mulheres a ponto de aceitar com naturalidade as suas supostas traições, nunca tinham certeza de que os filhos eram realmente seus. Daí o desinteresse pelo destino dos infantes.⁵⁵⁴ Fontes coevas e estudos recentes desautorizam essa avaliação, contudo. Em primeiro lugar, é preciso destacar que, embora socialmente amparada, a poligamia não era o único sistema de matrimônio entre os *shona*; situações monogâmicas foram suficientemente descritas por observadores contemporâneos para que se possa inferir, com segurança, terem sido comuns nos séculos XVI e XVII. Ou seja, o cristianismo não oferecia às mulheres uma alternativa que lhes era vedada em seu próprio sistema cultural.⁵⁵⁵

Para além, embora não haja dúvida de que as mulheres *shona* ocupassem posições de subalternidade com relação aos homens, elas desempenhavam papéis essenciais para a manutenção dessa organização social. Em termos analíticos, pode-se dizer que as bases dessa sociedade repousavam no parentesco e no direito de herança, transmitido do pai para os seus descendentes, numa configuração tipicamente patrilinear, que remetia a um antepassado masculino comum e que tendia à paulatina aglomeração de

⁵⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁵⁴ Idem, *ibidem*.

⁵⁵⁵ MUDENGE, S.I.G., *op.cit.*, pp.8-11. É importante mencionar que, do ponto de vista dos reis e chefes *shona*, um dos principais fatores de acúmulo de poder residia no grande número de esposas, algumas delas poderosas personalidades políticas, muito provavelmente filhas dos chefes aliados ou submetidos. Os *mutapa* valeram-se de alianças matrimoniais – inclusive incestuosas – em diferentes ocasiões, como meio de ampliar sua esfera de influência. Cf. RITA-FERREIRA, A. *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982. P.67; MUSCALU, I.P.O., *passim*.

habitações e à criação de linhagens patrifocais de pais, irmãos e filhos homens, com suas respectivas famílias. Nessa configuração, ainda que a terra não constituísse propriedade privada, o chefe de linhagem, que se reconhecia como descendente dos “donos originais”, detinha o poder sobre sua distribuição, o que lhe alçava à condição de dono do poder local.⁵⁵⁶

Os chefes de família que recebiam a terra, por sua vez, se encarregavam de redistribuí-la à medida em que os mais jovens alcançavam idade para iniciar novas famílias. Com o consentimento do chefe de linhagem, podiam também distribuir terras aos estrangeiros.⁵⁵⁷ Deste modo, a participação direta das mulheres na distribuição da terra e na autoridade política daí decorrente resumia-se à criação dos filhos homens que, com sorte, talvez um dia detivessem esse poder.⁵⁵⁸ Isto não significa, contudo, que, no nível da produção da subsistência, o acesso à terra fosse completamente vedado às mulheres. Numa situação típica, o chefe da família possuía as maiores e melhores terras, nas quais cultivava ameixoeira, arroz, feijão e, após o século XVI, milho. A plantação do patriarca era o “jardim da família” e, para ele, todos os membros deveriam prestar sua contribuição em trabalho; mas as esposas tinham direito a cultivar seus próprios jardins, menores, nos quais trabalhavam depois de realizados seus afazeres nas terras do chefe da família, com a ajuda das crianças; neles plantavam amendoins, abóbora, feijão, pepino, inhame e diferentes tipos de grãos.⁵⁵⁹

Em outras palavras, as mulheres exerciam um importante papel na divisão sexual do trabalho, uma vez que em terras cultivavam alimentos complementares àqueles produzidos nos campos do marido e, ao mesmo tempo, garantiam os direitos de utilização da terra por meio da associação com a linhagem dominante, como filhas e esposas.

⁵⁵⁶ PANKHURST, D. e JACOBS, S. “Land Tenure, Gender Relations and Agricultural Production”: The Case of Zimbabwe’s Peasantry”. In: DAVIDSON, Jean (ed.). *Agriculture, Women and the Land. The African Experience*. Boulder: Westview Press, 1990. p.186. [tradução minha].

⁵⁵⁷ CHEATER, A. “The Ideology of ‘Communal’ Land Tenure in Zimbabwe: Mythogenesis Enacted?”. IN: *Africa Journal of the International African Institute*. 60 (2): 188-206. [tradução minha].

⁵⁵⁸ PETERS, B. e PETERS, J. E. “Women and Land Tenure Dynamics in Pré-Colonial, Colonial and Post-Colonial Zimbabwe”. *Journal of Public and International Affairs*, 9 (1998). P.186. [tradução minha].

⁵⁵⁹ MUSCALU, I.P.O. op.cit., p.105.

As filhas frequentemente recebiam direitos de usufruto sobre as terras de seus pais. Uma filha divorciada, que havia deixado sua prole e retornado à linhagem paterna, tinha o direito de cultivar um pedaço de terra para sua subsistência. Uma filha solteira em idade de contrair matrimônio também podia cultivar sua própria plantação, afim de trocar os rendimentos por objetos que comporiam seu futuro enxoval, como panelas, jarros e cestas, utensílios produzidos por outras mulheres.⁵⁶⁰

Do mesmo modo, ainda que a maior parte do tempo de trabalho das mulheres casadas fosse dedicado às terras do marido, elas encontraram espaços de autonomia na medida em que, devido à possibilidade de troca dos excedentes e aos dotes recebidos pelas sogras quando do casamento de uma filha, possuíam o direito de criar gado nas terras do pai ou do marido. “O gado que as mulheres das sociedades africanas pré-coloniais possuíam era um sinal de riqueza que, ainda que mantida em terras masculinas, permanecia sob controle feminino”.⁵⁶¹

A partir da compreensão desta estrutura material, é difícil acreditar que as mulheres fossem “oferecidas ao inimigo” nas linhas de frente dos combates, como refere o missionário, e, ainda, que em uma sociedade patrilinear os homens não se interessassem pelo destino de seus filhos. De outra parte, um olhar mais acurado para a cosmologia *shona* aponta para o importante papel desempenhado pelas mulheres na construção do sistema religioso e, conseqüentemente, dos valores que regiam a vida das comunidades.

Embora reconheça a importância dos cultos territoriais do *Mwari* e dos espíritos ancestrais para a manutenção do poder nas mãos dos homens, Isabel Mukonyora, defende que as mulheres foram as criadoras da religião *shona*, na medida em que esta se ocupa das questões ecológicas muito mais do que dos assuntos relativos ao controle da terra. Em outras palavras, a cosmologia do culto ao *Mwari* estaria menos ligada aos assuntos internos das linhagens – o controle da terra aí incluído – e mais na relação entre os seres humanos e os elementos da natureza. Analisando a organização material das sociedades *shona*, a autora argumentou que as funções desempenhadas pelas mulheres como

⁵⁶⁰ PETERS, B. e PETERS, J. E. op. cit., p.187.

⁵⁶¹ Idem, ibidem.

[...] as colheitas, a procura de lenha, a busca de água nos poços, e de frutos silvestres, a pesca de peixe e outras pequenas criaturas destacam o constante envolvimento das mulheres com a natureza. Os homens tinham pouco ou nenhum tempo para isso. Dito de outra forma, as mulheres na cultura shona tradicional desempenharam papéis que podem explicar o desenvolvimento de mitos centrados na terra, histórias populares e crenças religiosas associadas.⁵⁶²

Mukonyora ressalta que, evidentemente, os homens também se familiarizavam com a paisagem natural, na medida em que exerciam, no mato, atividades relacionadas à caça e à guerra. Entretanto, ela sustenta, as atividades femininas eram diárias e, por suas características intrínsecas, permitiam, muito mais do que a guerra e a caça, a contemplação, a observação e o consequentemente desenvolvimento de uma relação mais íntima com a natureza. Por essa razão, as mulheres eram as guardiãs dos *ngano*, as histórias folclóricas utilizadas para ensinar as crianças a manter relações harmoniosas com os animais dos mitos de origem da vida na terra.

Ainda segundo esta autora, a lenda *shona* do elefante, do hipopótamo e da lebre ressalta os valores relacionados a viver em um mundo pacífico, no qual humanos e animais compartilham o ambiente. Na história, a pequena lebre dependia de conhecimento e sabedoria, já que não dispunha de força física. O hipopótamo relutava em dividir os recursos do rio com as outras criaturas e, para defender seu território, utilizava de força física. Já o elefante dominava as pastagens e usava sua força para manter o hipopótamo “egoísta” longe do pasto. Decidida a restabelecer a paz e a harmonia no ambiente, a sábia lebre sugeriu que o elefante desafiasse o hipopótamo para um cabo-de-guerra. Diante da descoberta de que a força física dos dois era equivalente, ambos baixaram a guarda: o elefante liberou os pastos para o hipopótamo; este, por sua vez, permitiu que o elefante e todas as outras criaturas voltassem ao rio para beber água sempre que quisessem.⁵⁶³ Mukonyora enfatiza, assim, a importância das mulheres como criadoras e transmissoras de importantes valores sociais às crianças.

⁵⁶² MUKONYORA, I. “Women and Ecology in Shona Religion”. In: *Word & World*. Vol. XIX, nº3, 1999. P.280. [tradução minha].

⁵⁶³ Idem, p.281.

Ainda que o interesse nos *ngano* diminua conforme os jovens crescem e compreendem o papel pedagógico do folclore, esses valores transmitidos na infância contribuem significativamente para o modo como os shona, os ndebele e possivelmente muitos outros povos da África com uma herança cultural similar, compreendem o mundo.⁵⁶⁴

Por fim, a autora zimbabuana distingue os *ngano* dos mitos de criação. Segundo ela, estes últimos se distinguem do folclore por oferecer, além dos valores sociais, explicações sobre os mistérios do universo e o lugar da humanidade nele. É o caso da história do *Musikavanhu*, o homem que caiu do céu em gotas, enquanto dormia. Ao ser acordado pela voz longínqua do *Mwari*, ele se viu em um lago, acompanhado de outra figura humana. Uma mulher. Acordados, o homem e a mulher formaram a primeira família humana. Rios e lagos são os locais onde as mulheres shona ensinam umas às outras sobre sexualidade e realizam seus ritos de iniciação. Os lagos simbolizam a fonte e a origem da vida, como o útero feminino. Por meio de seu trabalho dentro e fora de casa, as mulheres *shona* adquiriram um profundo conhecimento do meio ambiente e prontamente perceberam a importância da água para a manutenção da vida.⁵⁶⁵

A mulher, cuja responsabilidade era garantir as colheitas nas terras de seu marido, não apenas esperava a chuva para as plantações, ela mesma esperava carregar muitos filhos até *nyoka yemudumbu yapera* (até que a “cobra” em seu útero parasse de produzir crianças). [...] Dito de outra forma, mulheres eram responsabilizadas por nutrir a vida no meio ambiente.⁵⁶⁶

Os Tratados de 1607 e 1629

Separados por mais de duas décadas, assinados por *mutapa* diferentes, os dois tratados firmados entre os reinos do Monomotapa e de Portugal, embora sejam bastante distintos no teor, apresentam semelhanças que apontam diretamente para um projeto português de controle territorial da região. Em

⁵⁶⁴ Idem, *ibidem*.

⁵⁶⁵ Idem, p.282.

⁵⁶⁶ Idem, p.283.

primeiro lugar, ambos tratam essencialmente da posse das minas de metais preciosos, bem como das suas possibilidades de exploração. Em 1607, Miguel Nunes registrou que a cerimônia de assinatura do tratado de concessão das minas de metais preciosos se deu na presença de inúmeras testemunhas, portuguesas e africanas.

E o dito Imperador, em presença de todos, disse o que segue: [...] Eu Imperador Monomotapa, hei por bem e me praz dar a Sua Majestade todas as minas de ouro, cobre, ferro, chumbo e estanho que houver em todo o meu império [...]. E Diogo Simões Madeira, capitão da guerra, tratando ao dito Imperador acerca das minas de prata, lhe respondeu em presença de todos – as minas da prata eu vo-las tenho dadas pelos muitos serviços que me tendes feito em minhas guerras, vós as podeis dar se quiserdes a Sua Majestade, pois são vossas e vo-las tenho dadas”.⁵⁶⁷

O Tratado de 1629 apresenta cláusula semelhante:

[O *mutapa*] Não dará nenhuma terra de ouro a pessoa alguma de qualquer qualidade que seja, por ser muito em prejuízo da mercancia e contrato da fortaleza de Moçambique. Deixará engar por todo o seu reino e abrir quantas minas quiserem sem as mandar tapar, por daí se seguir muito proveito a El-Rei e aos mercadores, e ficarem as suas terras muito grossas. [...] Será obrigado a mandar saber por todo o reino onde há prata, e avisar ao capitão de Massapa para que o faça saber ao governador. E mandando Sua Majestade mineiros a poderão buscar por todas as suas terras e cavá-la libertamente.⁵⁶⁸

Conforme assinalado no segundo capítulo, Gatse Lucere, o *mutapa* que assinou o Tratado de 1607, lançou mão de diferentes estratégias para impedir o acesso lusitano às minas de metais preciosos. Sua desconfiança com relação aos portugueses já se deixava entrever no próprio texto do tratado, ditado pelo monarca ao escrivão Miguel Nunes:

⁵⁶⁷ NUNES, M. “Tratado da escritura e doação que o Imperador Monomotapa mandou fazer n’este campo de um rio chamado Manzovo”. 01 de outubro de 1607. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 7, nº9, 1887. pp.569-572.

⁵⁶⁸ CABRAL, M. “Tratado de vassalagem entre o Monomotapa e Portugal”. 24 de maio de 1629. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 7, nº9, 1887. pp.573-575.

[...] hei por bem e me praz dar a Sua Majestade todas as minas de ouro, cobre, ferro, chumbo e estanho que houver em todo o meu império, **contanto que El-Rei de Portugal, a quem dou as ditas minas, me conserve em meu estado, que eu possa pôr e dispor**, e assim e da maneira que até agora o fiz, e fizeram os meus antepassados [...] E assim disse mais ele, dito Imperador, que pedia a Sua Majestade o aceitasse por seu **irmão em armas** e [...] que lhe mandasse alguma gente para a conservação do seu império [...].⁵⁶⁹

Desde modo, em 1607, ainda que o *mutapa* dispensasse uma honraria ao rei de Portugal, ao tratá-lo como irmão em armas, ele especificou com firmeza o teor do acordo: o termo *irmandade* remete à horizontalidade das relações e, neste caso, a explicitação de que a irmandade seria *em armas* apontava para uma aliança específica que, conforme se pode inferir, não incluiria, na perspectiva *shona*, a interferência portuguesa nos assuntos internos do reino. Em outras palavras, aos lusitanos se franqueariam as minas, não as terras ou o controle político do reino. É importante destacar que, neste primeiro contrato, o *mutapa* não se comprometia a informar a localização das minas conhecidas, menos ainda a empreender esforços para localizar novas. Nesse sentido, a resistência de Lucere às investidas portuguesas não deve ser lida como uma quebra do acordo firmado.

O Tratado de 1629 apontava para outra direção, uma vez que se iniciava pela cessão de todo o reino – não apenas das minas:

Primeira que se lhe entregava este reino em nome de El-Rei de Portugal, nosso Senhor, a quem ele reconhecerá como seu vassalo, pois lhe dá este reino tomado por seus vassalos e pelas traições que contra El-Rei nosso Senhor cometeu, quebrando a fé e a palavra de irmão em armas [...].⁵⁷⁰

Nas palavras de Alexandre Lobato, Mavura “teve que aceitar profundas inovações nas relações com os brancos”.⁵⁷¹ Este autor, pioneiro ao apontar as profundas divergências entre as comunidades oficial e privada de lusitanos na África austral, defende que, embora trate-se de um documento institucional, formalmente assinado entre as duas Coroas, o Tratado de 1629 foi articulado

⁵⁶⁹ NUNES, M. “Tratado da escritura e doação ...” op.cit. [grifos meus].

⁵⁷⁰ CABRAL, M. “Tratado de vassalagem...” op.cit.

⁵⁷¹ LOBATO, A. *Evolução administrativa...* op.cit., p.143.

“pelos vassal/os (e não pelos capitães) do rei de Portugal”,⁵⁷² que buscaram estabelecer garantias para o que julgavam o bom funcionamento do comércio, como se verá adiante.

Enquanto o Tratado de 1607, limitado pela ação direta de Lucere em sua formulação, era enxuto, restringindo-se a registrar a permissão para exploração das minas e o envio dos filhos do mutapa para o convento de São Domingos, conforme já referido, o de 1629 pormenorizava os controles pretendidos pelos portugueses e não deixava margem para dúvidas de que se tratava da intenção de controlar todos os aspectos da sociedade *shona*. Logo após a afirmação da vassalagem do Monomotapa, o acordo tratava da ação missionária: “vitoriosos” no confronto com as forças de Kapararidze e no interior da própria comunidade portuguesa, os dominicanos foram contemplados pela cláusula em que o *mutapa* permitia a construção de igrejas em qualquer parte de seu reino, bem como a liberdade de “fazer cristãos a todos os que quiserem receber o santo batismo, **sem haver pessoa que o contradiga**, tratando os religiosos como pessoas sagradas, a quem se deve muito respeito”.⁵⁷³

A ressalva parece dialogar diretamente com determinados setores da sociedade *shona* que, em ocasiões anteriores, se manifestaram contrários à presença de religiosos católicos. A reação mais emblemática, sem dúvida, foi à presença do Frei Gonçalo da Silveira. Segundo um observador coevo, após a conversão de Negomo (c.1560-1589), alguns “mouros ricos e abastados” que tinham trânsito livre na corte e “conjunta familiaridade” com o *mutapa*, o procuraram alegando

[...] que o padre trazia determinado matar a El-rei e a todos os da terra com dizer que se fizessem cristãos, e como lhe lançasse água pela cabeça e dissesse as palavras dos [...] portugueses porque este era o costume do padre, e que botar água pela cabeça era o tungo – isto é, unturas com que tomava a terra, e principalmente as palavras que lhe diziam quando lhe botava a água. [...] E que o padre era moroo [sic], que quer dizer feiticeiro traidor, o qual trazia o sol e a fome e um osso de finado e outras mezinhas para tomar a terra e matar a El-rei. [...] Que olhasse Sua Alteza por si, porque o deixava ir sem o matar, que ele se havia de ir sem o saber ninguém, e **que a gente da terra**

⁵⁷² Idem, ibidem. [destaque no original].

⁵⁷³ CABRAL, M. “Tratado de vassalagem...” op.cit. [grifos meus].

se havia de matar uns aos outros, sem saber de quem lhe vinha a morte.⁵⁷⁴

O trecho destacado da carta de Luís Fróis aponta para um fator fundamental da oposição *shona* à presença missionária portuguesa: o desequilíbrio religioso – e, portanto, social – provocado pela presença de D. Gonçalo da Silveira. Até a chegada do padre, o culto do *Muari* e os próprios mercadores portugueses estabelecidos em Sena conviviam em relativa harmonia com o islã.⁵⁷⁵ Mas o cristianismo missionário português do século XVI, especialmente aquele praticado pela recém-criada Companhia de Jesus, certamente não se caracterizava pela tolerância religiosa. Ao contrário, os jesuítas eram “soldados de Cristo” no combate à heresia, ao islã e à Reforma Protestante. Evidentemente, os muçulmanos estabelecidos na corte do mutapa sentiram o perigo representado pela figura de Silveira. Para além, como destaca Alberto da Costa e Silva, é provável que o jesuíta, “no seu zelo religioso” tenha ofendido os costumes *shona*.⁵⁷⁶ O *Livro sobre a Ação da Companhia de Jesus no Índico* destaca que André Fernandes, o companheiro de Silveira que permaneceu em Inhambane, frequentemente se interpunha entre os habitantes e seus rituais religiosos. Segundo a fonte,

[...] A sua vida correu grande perigo, sobretudo nalguns dias em que os cafres armados faziam os seus sacrifícios abomináveis no meio de divertimentos. Um dia, em que o próprio rei ia assistir aos espetáculos, André, ao sabê-lo, dirigiu-se para lá também e, ardendo em zelo da glória de Deus, teve o arrojo de desmanchar com as mãos todas as coisas que serviam para os sacrifícios, chegando a pisá-las com os pés, no chão.⁵⁷⁷

Na condição de “soldado de Cristo”, investido de toda a intolerância que caracterizava o missionarismo português no período, não é descabido supor que Silveira pregasse incisivamente contra os líderes espirituais *mhondoro* e *n’anga*. E que sua admoestação tenha causado tensões localizadas entre alguns de seus novos fiéis e aqueles que recusaram o batismo, levando os dignitários da corte a se preocuparem com o equilíbrio social, prevendo “que a gente da terra

⁵⁷⁴ “Carta (cópia) do padre jesuíta Luís Fróis”. Goa, 15 de dezembro de 1561. [grifo meu].

⁵⁷⁵ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.58.

⁵⁷⁶ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.627.

⁵⁷⁷ “Livro sobre a ação da Companhia de Jesus no Índico”. Nápoles, 1573.

havia de matar uns aos outros, sem saber de quem lhe vinha a morte”. De outra parte, já foi estabelecido o papel fundamental que tanto os sacerdotes do *Mwari* quanto os *mhondoros* e os *n’anga* desempenhavam; eles constituíam uma das forças integradoras que mantinham o reino em pé.⁵⁷⁸

Stan Mudenge sugere que, pouco mais de meio século depois, parte significativa da aristocracia *shona* retirou o apoio a Mavura devido à sua conversão ao cristianismo.

Embora as fontes não deixem claro como o fato de se tornar um cristão e “governar com piedade cristã” tenham minado sua posição, pode-se supor que o culto real do mhondoro e o culto Dzivaguru (Mwari), e a tradição espiritual shona em geral, confrontaram Mavura e suas novas ideias.⁵⁷⁹

Ao fim e ao cabo, era uma guerra que os portugueses não poderiam vencer. Segundo um observador coevo, a resistência ao cristianismo provinha especialmente do fato de que os *shona* eram “tão apegados a seus ritos” e “mais teimosos do que quaisquer outros *cafres*”. “Esses comentários depreciativos revelam o quanto, efetivamente, a ‘visão de mundo’ *shona* equipou seus adeptos para confrontar a ‘visão de mundo’ luso-cristã. Nessa luta, o cristianismo nem sequer se aproximou de uma ameaça séria”.⁵⁸⁰ Evidentemente, em 1629 os dominicanos não imaginavam que sua grande vitória política não implicaria em triunfo espiritual; neste momento, procuraram se precaver e afastar os obstáculos, previsíveis, que poderiam ser interpostos pelas autoridades *shona* praticantes dos cultos tradicionais. Aliás, cabe ressaltar que mesmo a propalada vitória sobre o islã não se concretizou; embora o tratado previsse que “dentro em um ano botará todos os mouros fora do seu reino e os que dali adiante forem achados, os matarão os portugueses e lhes tomarão suas fazendas para El-Rei de Portugal”, Muvura recompensou com a concessão de uma área aurífera a um *sheik* que o havia auxiliado na guerra de sucessão.⁵⁸¹

Satisfeitas as ambições dominicanas, o tratado se ocupou de regulamentar, por um lado, o livre acesso dos mercadores a qualquer ponto do

⁵⁷⁸ MUSCALU, I.P.O., op.cit., pp.153-154.

⁵⁷⁹ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.265. [tradução minha].

⁵⁸⁰ Idem, p.266.

⁵⁸¹ BEACH, D.N. *The Shona and Zimbabwe, 900-1850*. Gweru: Mambo Press, 1984. p.129.

planalto e, de outra parte, o controle da Coroa ibérica sobre o território e os mecanismos – inclusive simbólicos – que garantiriam a efetivação desse domínio. Com relação a este último ponto, merecem destaque os artigos que seguem:

Que os embaixadores que vierem falar com ele, entrarão em seu *zimbabué* calçados e cobertos, com suas armas na cinta, assim como se fala com El-Rei de Portugal, e lhes dará cadeira para se assentarem sem baterem palmas; e os mais portugueses que falarem com ele será na forma do embaixador e lhes dará uma *machira* para se assentarem.

Tratará com muito respeito o capitão que for de Massapa e lhe dará seu lugar aos *meamocuros* [conselhos] que fizer em seu reino acerca da guerra e mais novidades que houver, tomará parecer com ele e poderá vir ao zimbabué todas as vezes que quiser, sem por isso ser obrigado a dar fato e mesmo a seus *motumes* (chefes), e os que o rei mandar à praia ou ao capitão do Massapa, não lhe darão fato algum, nem eles o pedirão, e ao capitão do Massapa lhe dará as terras acostumadas, e a feira do Luanze lhe dará a terra que foi de Inhama e a base do Mapundo e Pallalua do *chuabo*.

Assistirá o capitão no seu *zimbabué* e lhe dará de vestir.

[...]

Não dará nenhuma terra de ouro a pessoa alguma de qualquer qualidade que seja, por ser muito em prejuízo da mercancia e contrato da fortaleza de Moçambique.

Deixará engar em todo o seu reino e abrir quantas minas quiserem sem as mandar tapar, por daí se seguir muito proveito a El-Rei e aos mercadores, e ficarem as terras muito grossas.

E porque o forte de Tete tem sujeitado algumas terras ao redor, lhe ficarão anexas para que Sua Majestade se sirva delas, as quais dos Monganos da Chirnua até Tete e dos Monganos de Mocomoara até ao Mongano, de Shamacoso para Tete e para Luenha mandará visite.

Mandará visitar ao governador que vier cada três anos à fortaleza de Moçambique no princípio de seu governo, e será obrigado a lhe mandar três pastas de [ouro do] Botonga e o dito governador lhe mandará seu *saguete*.

Será obrigado a mandar saber por todo o reino onde há prata, e avisar ao capitão de Massapa para que o faça saber ao governador, e mandando Sua Majestade mineiros, a poderão buscar por todas as suas terras e cavá-la libertamente.⁵⁸²

Em outras palavras, ao assinar o tratado, o *mutapa* teria passado da posição de soberano de um Estado independente – a quem os portugueses enviavam missões diplomáticas e *saguete* [presentes] e a quem pagavam

⁵⁸² CABRAL, M. “Tratado de vassalagem...” op.cit.

tributos pelo direito de comerciar em seus domínios – à condição de vassalo de Portugal. O desenho proposto pelo documento se iniciava pela alteração dos protocolos diplomáticos. No século XVI, segundo Diogo do Couto, “costumam aqueles reis, quando algumas pessoas entravam com eles, irem descalços, sem armas e de joelhos, batendo as palmas das mãos e, junto dele, se lançarem de barriga pelo chão”.⁵⁸³ Do ponto de vista simbólico, portanto, encerrava-se a prática ritual que reafirmava a autoridade do mutapa sobre todos – inclusive os estrangeiros – e vincava-se uma nova compreensão sobre as relações de poder que se pretendia a partir de então.

Os portugueses também garantiram a ocupação institucional – é preciso insistir nesse ponto – de grandes extensões de terra e, formalmente, a posse de todas as minas; as conhecidas e aquelas por descobrir. Enquanto o tratado de 1607 apenas franqueava o acesso às terras para que os portugueses procurassem pelos depósitos de minérios, em 1629 o soberano *shona* se comprometeu a investigar e descobrir novas minas, além de informar a localização daquelas já conhecidas.

Talvez por receio de que se repetisse a resistência silenciosa de Lucere, que não cedeu à pressão por informações detalhadas sobre as minas, o acordo estabelecia que, desta vez, a autoridade lusitana no planalto deveria estar fisicamente próxima do centro de poder: Mavura não apenas aceitava a presença constante do capitão de Massapa em seu *zimbabué*, como também deveria admitir a participação ativa de portugueses em seu conselho de guerra. Lobato destaca, contudo, que essa presença no zimbabué deveria ser exclusivamente institucional. Segundo o autor, os mercadores “não queriam que uns tomassem ascendente ou criassem valimento junto do imperador e, instalando-se na corte, obtivessem mais ouro que os outros e lhe comprassem as terras”.⁵⁸⁴ Por isso, o tratado proíbia não apenas a instalação de mercadores nas terras do Monomotapa, mas também seus casamentos com mulheres *shona* e *botonga*.

Para a maioria dos pesquisadores que se dedicou a estudar o Reino do Monomotapa, a assinatura do tratado de 1629 representa a conquista

⁵⁸³ COUTO, D. “Capítulos XX a XXV da década IX da Ásia de Diogo do Couto”. 1573. In: REIS, J.C. (org). op.cit., p.111.

⁵⁸⁴ LOBATO, A. *Evolução administrativa...* op.cit., p.143.

portuguesa do território do planalto. Mavura é considerado, por estes estudiosos, o fundador de um período de *imperadores marionetes*, ou *puppet mutapa* – monarcas sem personalidade política que, embora oficialmente mantivessem o título dinástico e o controle de um território paulatinamente reduzido, atuavam a serviço dos interesses econômicos e políticos da Coroa portuguesa, até a queda do último *mutapa* em 1902. Um exame detalhado dos fatos subsequentes, entretanto, sugere que a autoridade portuguesa nunca logrou se estabelecer firmemente na região.

Mineiros e colonos

Em 1631, João Francisco e António de Silveira, “oficiais de louça fina”, enviaram um requerimento a Filipe IV, solicitando autorização para embarcar, na monção propícia, em direção aos “Rios de Monomotapa”. O pedido era uma resposta ao chamado do rei ibérico que “manda ir algumas pessoas, conforme edital, que disso se pôs no armazém, para nas ditas partes exercitarem seus ofícios”.⁵⁸⁵ Nos anos seguintes, editais semelhantes puseram em movimento um ambicioso plano de colonização da região dos Rios, que pretendia mobilizar, de um lado, trabalhadores dos mais diversos ofícios, com suas respectivas esposas e, de outra parte, um grande número de especialistas em mineração.

O envio de mineiros para a região dos Rios não era novidade. A documentação disponível no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, aponta que pelo menos desde 1609 a Coroa ibérica empreendeu esforços no sentido de enviar profissionais qualificados para analisar as condições das minas, atestar a qualidade e propor soluções técnicas viáveis para a extração dos metais preciosos.⁵⁸⁶ Em 1616, Filipe III recomendava a procura e envio destes oficiais “para o benefício das minas de Monomotapa”;⁵⁸⁷ em 1622, se envolveu pessoalmente nas tratativas para o envio de Francisco de Ledesma Albornos, que, altamente recomendado, seguiria para a fortaleza de Moçambique no

⁵⁸⁵ “Requerimento”. c.1631. AHU_CU_064, Cx.1, D.59.

⁵⁸⁶ “Carta de Filipe II”. 16 de dezembro de 1609. AHU_CU_064, Cx.1, D.2.

⁵⁸⁷ “Carta de Filipe II”. 03 de outubro de 1616. AHU_CU_064, Cx.1, D.18.

mesmo ano.⁵⁸⁸ Entretanto, essas iniciativas não obtiveram os resultados esperados. Pode-se supor que devido à instabilidade experimentada pelos portugueses no vale e no planalto do Zambeze, nos conturbados anos do reinado de Gatse Lucere.

A assinatura do tratado de vassalagem injetou novo ânimo em Portugal. A partir de então, não se tratava apenas do envio de mineiros, mas da formulação de um projeto de colonização efetiva do que se supunha ser um território conquistado. Segundo Luís Filipe Thomaz,

[...] o incremento da territorialidade resulta, fundamentalmente, de um desejo de defesa e compensação para um certo declínio do poder naval português no Índico e sua supremacia sobre os concorrentes, pondo em risco a viabilidade do Estado como rede. É, provavelmente, o que está por detrás tanto das tentativas de ocupação de Ceilão, na passagem do século XVI para o XVII – que acabaram por falhar – como, um pouco mais tarde, da penetração pelos rios de Sena, que daria origem à província portuguesa de Moçambique.⁵⁸⁹

Por volta de 1632, na condição de chefe de um grupo de mineiros enviado para a região dos rios, o engenheiro de minas castelhano Don Andrés de Vides e Albarado elaborou relatórios nos quais, simultaneamente, enfatizava as potenciais riquezas das minas conhecidas e insistia na necessidade de colonizar a região, o que lhe parecia indispensável para garantir a segurança, a estabilidade e, conseqüentemente, o sucesso das atividades de mineração.⁵⁹⁰ Seus argumentos parecem ter convencido a Coroa ibérica, já que, em 1635 um capitão de esquadra chamado João da Costa partia da Europa levando ordens para se informar sobre as minas conhecidas, “o que se tem obrado nelas e por quem”, se ainda estariam vivos os mineiros enviados dois anos antes para a região dos Rios e as necessidades da administração daquelas partes – “se são necessárias mais pessoas do mesmo ofício [mineiros] ou outras de outro qualquer e quantos, e que quantidade de casais deste reino convinha que vão

⁵⁸⁸ “Consulta régia”. 03 de março de 1622. AHU_CU_064, Cx.1, D.36; “Resposta a uma carta régia”. 23 de março de 1622. AHU_CU_064, Cx.1, D.38.

⁵⁸⁹ THOMAZ, L.F., *De Ceuta a Timor...*, op.cit., p.217.

⁵⁹⁰ AXELSON, E. *Portuguese in South-East Africa, 1600-1700*. Joanesburgo: Witwatersrand Universtity Press, 1960. pp.99-101.

daqui”.⁵⁹¹ O capitão deveria investigar, principalmente, quais eram as partes “menos ou mais doentias” ou, em outras palavras, a localização ideal para a instalação de uma colônia.

As notícias trazidas por João da Costa confirmaram o otimismo de Filipe IV que, de posse das cartas e amostras de metais preciosos vindos da África austral pelas mãos do capitão, escreveu ao vice-rei da Índia:

E havendo visto tudo e o que João da Costa referiu das segundas notícias, que da volta achara nos Rios por dito de um mineiro que o estava esperando em Quelimane, e as informações que deram pessoas daquelas partes [...] vista a grande utilidade e aumento que se poderá seguir à minha Fazenda e a meus reinos e vassalos, de se acabarem de descobrir e beneficiar as minas de ouro e prata que em si tem os reinos de Monomotapa, Mocaranga [...], e vista a doação que o Imperador Monomotapa me fez das minas, resolvi que se tratasse logo da povoação e benefício delas, e do aumento e conservação daquela nova conquista [...].⁵⁹²

Ao objetivo principal – a colonização efetiva do planalto – somava-se a necessidade de reforçar as defesas litorâneas contra as investidas dos “inimigos de Europa” – ingleses e, principalmente, holandeses – que, desde o início do século, atacavam as naus e as fortificações portuguesas da Carreira das Índias.⁵⁹³ Deste modo, considerando que o rio Zambeze era a mais importante via de acesso aos mercados e terras do interior, nomeadamente Sena e Tete, bases a partir das quais o projeto de colonização irradiaria para outras partes, “a principal coisa de que se deve logo tratar” seria a fortificação das barras do

⁵⁹¹ “Cópia do Regimento que Sua Majestade deu a João da Costa”. 04 de abril de 1635. AHU_CU_064_Cx.1, D.100.

⁵⁹² “Carta Del-Rei Filipe IV para Pero da Silva, vice-rei da Índia”. 14 de dezembro de 1635. AHU_CU_Cx.1, D.125.

⁵⁹³ Os ataques holandeses às possessões portuguesas foram motivados pela união das coroas na pessoa de Filipe II, cujo governo, nos Países Baixos, foi contestado pelos holandeses em 1568. Os confrontos tiveram início com ataques holandeses às ilhas de São Tomé e Príncipe, em 1598-99. Segundo Charles Boxer, os holandeses devastaram sistematicamente o comércio marítimo português na Ásia desde o golfo Pérsico até o Japão, e destruíram grande parte da cadeia de entrepostos costeiros portugueses na primeira metade do século XVII. Após os ataques na partes ocidentais (São Jorge da Mina, Angola, São Tomé e Príncipe), capturaram Malaca em janeiro de 1641, depois de um bloqueio que durou cerca de seis anos. Entre 1638 e 1658, conquistaram as posições portuguesas na costa do Ceilão. Mesmo quando repelidos, em lugares como Macau (1622) e a ilha de Moçambique (1607-1609), os holandeses provocaram enormes perdas, tanto econômicas quanto humanas, e contribuíram para o fracasso dos projetos da Coroa ibérica para a África austral. BOXER, C. op.cit., pp.120-126.

grande rio, a começar por Quelimane.⁵⁹⁴ Ali deveria ser construída uma fortaleza equipada com artilharia e soldados,

[...] e neste dito se há de fazer praça d'armas de todo o estado, formando-se neste povoação de casais que deste reino hão de ir, de maneira que esteja esta entrada bem segura, assim por ser a principal dos Rios e Minas como por ser o porto que hão de ir demandar minhas armadas duas vezes no ano, nas monções de março e setembro.⁵⁹⁵

O ideal seria fazer “colônias de gente destes reinos em todo aquele Estado”, mas o monarca reconhecia a fragilidade de sua presença no Índico. Na interpretação da historiografia portuguesa clássica, desde que Filipe I fechara o porto de Lisboa, em 1594, ingleses e holandeses passaram a buscar os portos do Índico. “Cornélio Hutman, holandês que estivera ao serviço dos portugueses como piloto nos mares da Índia, e que fora preso pela Inquisição, foi quem guiou, pela primeira vez, uma frota holandesa pelo cabo da Boa Esperança”, em 1595.⁵⁹⁶ Em 1597 os holandeses se estabeleceram em Java; em 1601, em Malaca e, seis anos depois, nas Molucas e Samatra. Em 1617, fundaram o entreposto de Batávia, que em breve rivalizava com o comércio de Goa. Os ingleses, por sua vez, atacaram e saquearam Pernambuco em 1594, destruíram o forte de Arguim, na costa Ocidental africana, em 1595, os Açores em 1597 e rumaram para o Índico, onde ajudaram os persas a retomar o controle de Ormuz, em 1622.⁵⁹⁷

Por sua importância econômica e simbólica, a tomada de Ormuz teve profundas repercussões nas cortes ibéricas, onde diferentes vozes passaram a debater a viabilidade do Estado da Índia num contexto de grave recessão econômica na Península Ibérica.⁵⁹⁸ De modo geral, a historiografia portuguesa

⁵⁹⁴ “Carta Régia”. Lisboa, 30 de agosto de 1635. AHU_CU_064, Cx.1, D.109.

⁵⁹⁵ “Carta Del-Rei Filipe III para Pero da Silva, vice-rei da Índia”. op.cit.

⁵⁹⁶ SÉRGIO, A. *Breve interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1978. p.106.

⁵⁹⁷ Idem, pp.106-107.

⁵⁹⁸ FERREIRA, J.M.M. *A Restauração de 1640 e o Estado da Índia*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011. p.12. Disponível em:

<https://run.unl.pt/bitstream/10362/7181/1/A%20Restaura%C3%A7%C3%A3o%20e%20o%20Estado%20da%20%C3%8Dndia%20-%20Agentes%2c%20espa%C3%A7os%20e%20din%C3%A2micas.pdf>. Acesso em 15/12/2016. A rigor, as críticas à manutenção do Estado da Índia já se faziam sentir antes da tomada de Ormuz. Em 1608, por exemplo, o fidalgo Luís Mendes de Vasconcelos escrevia o *Diálogo do Sítio de Lisboa*, obra na qual um dos debatedores afirma que “[...] quando Goa e a Índia tenham

divide o desempenho da economia do país ao longo do século XVII em três diferentes fases: um período de crescimento até 1620; uma recessão de aproximadamente setenta anos e, por fim, uma tendência à retomada do crescimento econômico a partir de 1690.⁵⁹⁹ Entre as causas da crise que se estendeu pela maior parte do século, duas, em particular, envolviam o Estado da Índia.

A primeira dizia respeito à própria solvência das possessões lusas no Índico, diante da instabilidade provocada pelos ataques de holandeses e ingleses. A segunda se referia à estagnação da população portuguesa no período posterior a 1620. Se, de modo geral, Portugal manteve um crescimento populacional constante ao longo do século XVI, já nas primeiras décadas do século seguinte o número absoluto de habitantes se estabilizou, mantendo-se nos mesmos patamares durante boa parte do *Seiscentos*.⁶⁰⁰ Isto significa que o envio de soldados e colonos para as diferentes partes do ultramar português passou a ser visto primeiro com desconfiança e, posteriormente, no caso específico do Estado da Índia, com sinais evidentes de insatisfação por parte da sociedade lusa. Referindo-se à rede de fortalezas portuguesas no Índico, um comentarista contemporâneo lamentava que para sua defesa fosse “necessário tirar-se do reino muita gente, tornando pouca ou nenhuma dela”.⁶⁰¹

Deste modo, é compreensível que, embora o plano de Filipe III previsse o estabelecimento de povoadores em diferentes partes da África austral, o monarca tenha tomado o cuidado de indicar que o início da colonização se daria a partir do envio de “duzentos soldados, e assim duzentos casais e os mais de uns e outros que se puder”. Aos poucos “se irão mandando a eles os mais

tanto poder que não dependa a sua segurança do nosso socorro, então louvarei a conquista dela”. VASCONCELOS, L.M. *Diálogo do Sítio de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. [1608]. p.80.

⁵⁹⁹ MATA, E. e VALÉRIO, N. *História Econômica de Portugal: uma perspectiva global*. 2ªed. Lisboa: Presença, 2002; MARQUES, A.H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (coord). *Nova História de Portugal: do Renascimento à crise dinástica*. vol.VI. Lisboa: Presença, 1990. pp.213-381; GODINHO, V.M. “Alguns problemas da economia portuguesa do século XVII de depressão internacional”. In: *Revista de História Económica e Social*, 5 (1980), pp.105-123.

⁶⁰⁰ RODRIGUES, T. “Portugal nos séculos XVI e XVII. Vicissitudes da dinâmica demográfica”. Projeto *História da População Portuguesa. Das grandes permanências à conquista da modernidade*. POCI/DEM/57987/2004. Disponível em:

<http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/populacao-e-prospectiva/portugal-nos-seculos-xvi-e-xvii.-vicissitudes-da-dinamica-demografica/Portugal-nos-seculos-XVI-e-XVII-Vicissitudes-da.pdf>. Acesso em 27/05/2016. p.25.

⁶⁰¹ FARIA, M.S. *Notícias de Portugal*. Lisboa: Colibri, 2003. [séc.XVII]. p.21.

soldados e casais que puder ser”. Os casais enviados deveriam ser compostos de oficiais de diferentes ramos de atividade e lavradores; com eles seguiria um superintendente responsável por selecionar os lugares e providenciar a estrutura mínima para o estabelecimento da colônia – “assim a defesa da terra como a comodidade e remédio de sua vida, de modo que unidos e conformes me possam servir e haver propagação de naturais destes reinos, que é no que consiste o bom sucesso que se espera”. Para os moradores já estabelecidos na região dos Rios, onde haveria “maior falta de mulheres com que os moradores casem”, se enviariam moças órfãs da Casa Pia de Lisboa. Por fim, para tratar da saúde de todos os portugueses estabelecidos na região, seguiriam quatro médicos, quatro boticários – “com as coisas necessárias de botica” – quatro cirurgiões e quatro barbeiros, tomando-se o cuidado de enviar, preferencialmente, aqueles que fossem casados.⁶⁰²

Em 05 de maio de 1635, o Conselho de Portugal recomendava que o rei ordenasse aos corregedores das comarcas da Beira e Entre Douro e Minho que arregimentassem o mais rápido possível os duzentos casais que deveriam seguir na monção de setembro daquele ano, mas em 29 de julho do ano seguinte eles ainda não haviam chegado.⁶⁰³ Esta é toda a informação que a documentação traz. Nenhum documento posterior informa sobre a implementação ou o insucesso do projeto. Segundo Eric Axelson, o projeto de colonização não foi levado a cabo por que todos os esforços portugueses tiveram de ser concentrados no combate aos holandeses e aos ingleses na Índia.⁶⁰⁴ Malyn Newitt também credita parte do fracasso à falta de recursos ocasionada pelas lutas contra a Holanda, mas, sem citar fontes, elenca os

⁶⁰² O plano também se ocupava das minúcias referentes à exploração das potencialidades econômicas da região. O capitão de Moçambique, agora subordinado ao superintendente, não teria mais o contrato do comércio com os Rios; as atividades comerciais passariam a ser livremente exercidas por qualquer interessado, que deveria pagar os quintos de entrada e de saída de mercadorias em alfândegas a ser instaladas em Quelimane e Sena. “Para se evitarem os descaminhos que pode haver”, todo ouro e prata provenientes das Minas seria doravante marcado com o sinal das armas reais, “do modo que se faz nas Índias de Castela”.

⁶⁰³ “Parecer do Conselho de Portugal”. 05 de maio de 1635. AHU_CU_064, Cx.1, D.125. Entre Douro e Minho era uma nomenclatura utilizada para designar a região do norte Atlântico de Portugal que abrangia os atuais distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto e parte dos distritos de Aveiro, Viseu e Vila Real. Segundo o estudo de demografia histórica coordenado por Teresa Rodrigues, era a região mais povoada do país em meados do século XVII, com triplo da ocupação média nacional, sobretudo na faixa do litoral. Cf. RODRIGUES, T. op.cit., p.25. “Carta de Dom Lourenço Sotto Maior, capitão de Moçambique, para El-Rei”. Moçambique, 28 de junho de 1636”. AHU_CU_064, Cx.2, D.18.

⁶⁰⁴ AXELSON, E. op.cit., p.101, 104, 114.

interesses dos capitães de Moçambique, das ordens religiosas e dos mercadores luso-africanos que, se gundo ele, representavam “uma frente ativa em oposição a este tipo de invasores que ameaçavam destruir o seu mundo privilegiado”.⁶⁰⁵

Os estudos de Charles Boxer, no entanto, apontam para uma característica estrutural da expansão portuguesa que se estendeu até muito tempo depois das guerras contra os holandeses: as mulheres portuguesas raramente imigravam. Em estudo intitulado *A mulher na expansão ultramarina ibérica*, o autor comparou as políticas das Coroas espanhola e portuguesa no tocante ao estímulo à imigração feminina e concluiu que, pelo menos do ponto de vista legislativo, a Coroa espanhola estimulou a imigração de casais desde o início de sua expansão ultramarina, ao contrário dos reis de Portugal, que tendiam a desestimular a imigração de mulheres – mesmo aquelas casadas que desejavam acompanhar seus maridos – para a África e a Ásia.⁶⁰⁶ Durante muito tempo, a exceção portuguesa foram as “órfãs do rei”, mulheres consideradas aptas ao casamento, embarcadas em grupos, todos os anos, dos orfanatos de Lisboa e Porto, que seguiam principalmente para Goa com a viagem custeada pelo rei e dotadas de cargos inferiores no funcionalismo ou pequenos lotes de terra que seriam entregues aos homens com quem se casassem.⁶⁰⁷

O primeiro grupo de “órfãs” deixou Lisboa em 1545 e o sistema funcionou, de forma intermitente, até o século XVIII. Entretanto, e limitado pela escassez de dados confiáveis, o autor afirma que o maior número de mulheres embarcadas em um ano não passou de cinquenta e quatro (em 1560), número excepcionalmente alto quando se considera a média calculada de cinco a quinze mulheres embarcadas por ano.

Para o século XVI, talvez não andemos longe da verdade se estimarmos em 4000, por ano, o número de colonos que deixavam Portugal. A maioria eram homens na força da vida e solteiros, com destino à “Goa Dourada” e outras terras do Oriente, a maioria dos quais não regressou à Europa. Um navio

⁶⁰⁵ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., p.207.

⁶⁰⁶ A exceção era o Brasil, para o qual imigrou um número significativo de mulheres portuguesas. Cf. BOXER, C. *A mulher na expansão ultramarina ibérica, 1415-1815. Alguns fatos, ideias de personalidades*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977. pp.47-81.

⁶⁰⁷ Idem, ibidem.

da Índia que levava oitocentos, ou mais, homens, transportaria dez ou quinze mulheres; por vezes não levaria nenhuma.⁶⁰⁸

Em acordo com os estudos demográficos que apontam a estabilização do crescimento populacional português no início do século XVII, o autor identificou um declínio acentuado do número de homens saídos para a Índia a partir de 1630, utilizando, para isso, as estatísticas de despachos de navios: “na década de 1620-29, o número de navios saídos para Goa foi de 67, esta média desceu abruptamente para 30 na década seguinte, nunca mais recuperando de forma apreciável”.⁶⁰⁹ A atração exercida pelo Brasil é um dos fatores que contribui para a compreensão do fenômeno, mas não a única. Repousa no próprio Índico uma das principais razões para o baixo número de imigrantes portugueses, de modo geral, e de mulheres, em particular: a insalubridade de alguns dos pontos estratégicos mais importantes da Carreira das Índias, dentre os quais a Ilha de Moçambique, descrita como um “cemitério para os viajantes que iam e vinham da Índia”. Os relatos que daí chegavam a Lisboa e a guerra contra os holandeses animaram a pouquíssimos aventureiros.

Não causa espanto, portanto, a baixa adesão ao projeto de colonização do vale e do planalto do Zambeze em 1635, mesmo entre as camadas mais pobres da população portuguesa. Desfeita a união das Coroas, em 1651 a questão da colonização voltou a ser colocada, desta vez no reinado do *Restaurador*, D. João IV. Em de 11 de maio deste ano, o rei pedia aos seus conselheiros que fizessem “diligência para achar alguns casais que passem a viver a Moçambique”.⁶¹⁰ A resposta dos conselheiros permite inferir a resistência da população à imigração para qualquer parte do Estado da Índia, já que apontava para a necessidade de envolver nessa busca os governadores das armas das províncias, “particularmente os de Entre Douro e Minho”, que deveriam tentar convencer os moradores lançando mão de notícias animadoras sobre as minas e da promessa de subsídios reais para a viagem e seu estabelecimento nas novas terras, para que os casais, “de boa vontade”, se dispusessem à jornada.

⁶⁰⁸ Idem, p.84.

⁶⁰⁹ Idem, p.85.

⁶¹⁰ “Resposta à consulta de D. João IV”. Lisboa, 11 de maio de 1651. AHU_CU_064, Cx.2, D.87.

Em 1677 que o projeto de colonização da região dos Rios foi retomado com vigor em Lisboa.⁶¹¹

Fui servido resolver que na monção de setembro que vem passassem a Moçambique cinco embarcações com seiscentos infantes e seis oficiais e cinquenta casais para se dar princípio à povoação dos Rios, com ordem que podendo estes casais desembarcar logo de passagem em Quelimane, o façam [...].⁶¹²

Poucos dias depois, o Conselho Ultramarino sugeria que, juntamente com os casais e todos os soldados necessários ao “socorro” de Moçambique e Rios de Sena, seguissem um cirurgião-mor, dois barbeiros, um boticário, um físico-mor [médico] e vinte missionários da Ordem de Santo António.⁶¹³ A estrutura que se planejava era, portanto, muito semelhante àquela desenhada, décadas antes, por Filipe III de Portugal. A diferença fundamental entre os dois projetos, em Lisboa, foi a grande adesão da população portuguesa ao plano proposto por D. João IV. Nos meses que se seguiram à chamada para a imigração, o Conselho aprovou a subscrição de inúmeros pedidos de pessoas que se apresentavam como “muito pobres” e ofereciam seus préstimos à nova colônia. Contrariando uma das principais características da expansão portuguesa até então, uma das primeiras petições veio de Antónia Pereira, parteira, “moça”, solteira.⁶¹⁴ Depois dela, um ferreiro chamado Manoel Ruiz, que se oferecia para embarcar com a mulher, Maria Gomez, e o filho;⁶¹⁵ Vicente da Costa, mestre marceneiro e António Ribeiro de Araújo, mestre de campo, que embarcariam acompanhados da esposa do primeiro, suas três filhas “donzelas” e um filho moço, todos “casadouros”;⁶¹⁶ Manoel Ribeiro, alferes, e António Ruiz, Manoel Cordeiro, António João e Francisco de Almeida, sargentos do Terço do

⁶¹¹ Apenas um conselheiro se posicionou contrário ao projeto. Em parecer por escrito, Salvador Correia de Sá expressou preocupação com o envio de pessoas que ele considerava despreparadas para enfrentar um contexto que incluía, naquele momento, levantes e rebeliões das populações locais em diferentes pontos, nomeadamente Pate e Ilha de São Lourenço. “Parecer do conselheiro Salvador Correia de Sá”. Lisboa, 17 de agosto de 1677. AHU_CU_064, Cx.3, D.35.

⁶¹² “Consulta de D. João IV”. Lisboa, 23 de junho de 1677. AHU_CU_064, Cx.3, D.16.

⁶¹³ “Resposta à consulta de D. João IV”. Lisboa, 25 de junho de 1677. AHU_CU_064, Cx.3, D.17.

⁶¹⁴ “Petição de Antónia Pereira”. Lisboa, 8 de julho de 1677. AHU_CU_064, Cx.3, D.18.

⁶¹⁵ “Petição de Manoel Ruiz”. Lisboa, 8 de julho de 1677. AHU_CU_064, Cx.3, D.19.

⁶¹⁶ “Petição de Vicente da Costa e António Ribeiro de Araújo”. Lisboa, 09 de setembro de 1677. AHU_CU_064, Cx.3, D.39.

Socorro dos Rios, pediam autorização para embarcar com suas mulheres e filhos⁶¹⁷ e Paschoal Vaz Colaço, alferes, obteve parecer favorável para embarcar com sua mulher.⁶¹⁸

Se a regra para as pessoas comuns era a da apresentação voluntária, para os comandantes e oficiais da grande armada que a Coroa preparava para enviar a Moçambique, o protocolo era diferente. O Conselho deveria selecionar candidatos adequados e submeter seus nomes e biografias à aprovação do rei. Para os postos de capitães de navios, os preferidos dos conselheiros eram aqueles que se destacaram nas guerras de independência de Portugal, mais de trinta anos antes, e os que haviam combatido os holandeses em diferentes pontos do ultramar.⁶¹⁹

A expedição acabou por embarcar a bordo de quatro navios em 18 de outubro de 1677. O número de pessoas embarcadas foi calculado num mínimo de 2000. Entre elas 5 missionários. Foram nomeados um ouvidor-geral, um vedor, um contador-geral e um mestre de campo. [No vale do Zambeze], as condições da recepção não corresponderam ao entusiasmo que, em Lisboa, animara o embarque da expedição.⁶²⁰

Para todos os que seguiriam na armada – casais, soldados, oficiais, religiosos etc. – foram ordenadas, além dos soldos, ajudas de custo condizentes com sua posição social.⁶²¹ Entretanto, carta remetida pelo Conselho Ultramarino em janeiro de 1678 informava ao rei que a Junta de Administração do Tabaco, que deveria remeter uma quantia mensal destinada ao pagamento das pensões, soldos e ajudas de custo àqueles que embarcaram para Moçambique, estava inadimplente com esses pagamentos. Anexadas ao documento, cartas,

⁶¹⁷ “Petição de Manoel Ribeiro e outros”. Lisboa, 20 de setembro de 1677. AHU_CU_064, Cx.3, D.48.

⁶¹⁸ “Petição de Paschoal Vaz Colaço”, Lisboa, 25 de setembro de 1677. AHU_CU_064, Cx.3, D.49.

⁶¹⁹ “Pareceres do Conselho Ultramarino”. Lisboa, 06 de agosto de 1677. AHU_CU_064, Cx.3, D.23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33. “Parecer do Conselho Ultramarino”. Lisboa, 13 de setembro de 1677. AHU_CU_064, Cx.3, D.40. “Petição de António Mago de Mello, Manoel Mago de Bulhões e João Mendes de Gouveia”. Lisboa, 13 de setembro de 1677. AHU_CU_064, Cx.3, D.41. “Parecer do Conselho Ultramarino”. Lisboa, 17 de setembro de 1677. AHU_CU_064, Cx.3, D.45.

⁶²⁰ CAPELA, J. *Donas, Senhores e Escravos*. Lisboa: Afrontamento, 1995. (As armas e os varões). p.35.

⁶²¹ “Parecer do Conselho Ultramarino”. Lisboa, 11 de setembro de 1677. AHU_CU_064, Cx.3, D.38. “Parecer do Conselho Ultramarino”. Lisboa, 5 de outubro de 1677. AHU_CU_064, Cx.3, D.50.

solicitações e determinações enviadas ao Conselho por aqueles que ainda não haviam recebido seus vencimentos.⁶²² Em junho deste ano, estacionado em Moçambique enquanto aguardava a monção favorável para seguir a Goa, D. Pero de Almeida, vice-rei da Índia, se queixava de que havia tão pouco cabedal e tantas dívidas naquele Estado que não era possível satisfazer a todas as exigências do plano de colonização, sugerindo que os 28 homens, 29 mulheres e 21 crianças que lograram atingir a região dos Rios sofriam privações, em um contexto bastante distinto daquele que lhes havia sido prometido em Lisboa.⁶²³

Para além das privações materiais, a insalubridade seguia como um problema recorrente, contra o qual os portugueses recém-chegados não possuíam defesas. Nas palavras de Charles Boxer,

Esses planos de colonização acabaram se revelando muito mais modestos ao serem executados do que pareciam na concepção; e, dos relativamente poucos imigrantes que chegaram à África Oriental, ainda menos conseguiram sobreviver para continuar a viagem até o vale do Zambeze, para além das três minúsculas colônias atingidas pelas febres: Quelimane, Sena e Tete. Alguns mais afortunados e mais rijos juntaram-se às fileiras de donos dos prazos da Zambésia, quer se casando com herdeiras do lugar, quer se esforçando em adquirir essas extensas propriedades.⁶²⁴

Em outras palavras, a despeito de todas as tentativas da Coroa – durante e depois da União Ibérica – a colonização portuguesa da África austral não foi resultado de uma ação governamental intencional, mas sim, fruto da atividade particular dos sertanejos que, desde o século anterior, se estabeleceram ao longo do vale do rio Zambeze, obtendo terras via conquista armada, compra ou doações feitas pelo mutapa. Embora tenha alterado profundamente as relações de poder no vale e no planalto, a assinatura do tratado de vassalagem de 1629 não deve, portanto, ser superficialmente interpretada como o marco inicial de

⁶²² “Carta do Conselho Ultramarino a El-Rei”. Lisboa, 13 de janeiro de 1678. AHU_CU_064, Cx.3, D.64.

⁶²³ “Carta de Pero de Almeida, vice-rei da Índia, para El-Rei”. Moçambique, 25 de julho de 1678. AHU_CU_064, Cx.3, D.66. Três anos depois, Gaspar de Souza de Lacerda, governador de Moçambique e dos Rios de Cuama, escrevia a D. Afonso VI: “[...] os casais que Vossa Alteza foi servido mandar para estas partes não são de outra utilidade mais que de fazerem despesas para a Fazenda Real de Vossa Alteza [...]” “Carta de Gaspar de Souza de Lacerda para El-rei”. 03 de julho de 1682. AHU_CU_064, Cx.3, D.99. AXELSON, E. op.cit., pp.99-101.

⁶²⁴ BOXER, C. *O império marítimo português...* op.cit., p.144-152.

um período de *imperadores marionetes* ou *puppet mutapas*, como pretenderam alguns dos principais estudiosos do tema.

Se em Lisboa e Madri – à distância, portanto – as autoridades interpretaram o Tratado como a garantia de posse de um extenso território sobre o qual poderiam dispor como bem entendessem – inclusive formulando grandiosos projetos de colonização – o mutapa e os sertanejos, que tinham os pés bem firmados no chão da África austral, compreenderam o acordo de outras maneiras. Já se afirmou que, modo geral, nas sociedades africanas, “a cessão de terras para uso de forasteiros era prática antiga”.⁶²⁵ Somada a essa característica indistinta, a própria história da formação do Reino do Monomotapa, referida no primeiro capítulo, oferece as chaves para uma compreensão mais aprofundada das relações estabelecidas entre este e os portugueses ao longo do XVII.

Soberanos de um Estado nascido em função das dinâmicas do comércio de longa distância, os sucessivos *mutapa* tinham interesse na instalação de comerciantes em suas terras. Essa presença dinamizava o comércio e garantia a circulação de bens de prestígio responsáveis pela manutenção das relações de poder no seio da aristocracia *shona*, conforme explicitado no segundo capítulo. Para além do comércio, a presença estrangeira costumava ser bem assimilada pelas comunidades das *mucha*, onde os *vatorua* eram rapidamente assimilados às relações de parentesco que tinham o controle da terra, e não a sua propriedade, como elemento catalisador de todas as relações sociais.

Sob essa ótica, ao ceder aos portugueses a jurisdição das terras circunvizinhas de Tete e Sena, Mavura não introduziu nenhuma novidade na estrutura de poder *shona*. A rigor, a grande inovação introduzida pela assinatura do tratado foi o surgimento dos chamados *Prazos da Coroa*, sob o comando dos antigos sertanejos. Doravante chamados de *prazeiros*, foram eles, e não a Coroa portuguesa, os grandes responsáveis pelas significativas alterações no equilíbrio de forças na região dos Rios.

Os prazos da Coroa

⁶²⁵ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.668.

A instituição dos *prazos da coroa* é uma das características mais marcantes da história do contato entre os portugueses e os povos da África austral, notadamente os *shona*. Embora o nome tenha se popularizado apenas no século XVIII, as origens do sistema remontam aos sertanejos do século XVI. No XVII, os *prazeiros* se transformaram em elemento central da política da região dos Rios.

Não é fácil explicar o que foram estes *prazos* recorrendo a fórmulas simples. De fato, grande parte do interesse destas instituições reside no fato de se assemelharem a hologramas, apresentando uma imagem diferente de si mesmo consoante o ângulo de visão. Para os portugueses, tratavam-se de terras cedidas mediante a assinatura de contratos de arrendamento elaborados de acordo com as regras do direito romano, mas, para os africanos, eram basicamente chefias, logo, funcionavam como parte de um complexo sistema de relações econômicas e sociais destinadas a aproximar os povos da região.⁶²⁶

Conforme referido nos capítulos anteriores, nas cortes, nos *bazares* e nas *mucha*, era comum que os estrangeiros fossem incorporados e, muitas vezes, se destinasse a eles terras para moradia, cultivo e exploração comercial. Os que prestavam serviços importantes ao *mutapa*, como auxílio militar, costumavam ser recompensados com a cessão de grandes extensões de terras, nas quais estava incluída a obediência de seus moradores. Essas práticas foram largamente testemunhadas por observadores coevos ao longo de todo o século XVI⁶²⁷ e permitiram que, desde o início de sua presença na África austral, uma parcela dos portugueses obtivesse algum poder nessa sociedade, como atestam os casos dos sertanejos Rodrigo Lobo e Diogo Simões Madeira, apresentados no segundo capítulo.

A despeito do fracasso dos objetivos originais, a expedição de Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem (1569-1575) contribuiu para aprofundar esse processo, na medida em que desertores e sobreviventes ocuparam a zona inferior do vale do Zambeze, apoderando-se das plantações e dos assentamentos urbanos que pertenciam às comunidades muçulmanas

⁶²⁶ NEWITT. M. *História de Moçambique*... op.cit., p.203.

⁶²⁷ Cf. MUSCALU, I.P.O. op.cit., pp.115-122.

destruídas por Barreto. Além disso, como parte do acordo de paz firmado com o *mutapa* naquela ocasião, algumas das chefias *tonga* do vale foram entregues ao capitão de Tete que, de imediato, assumiu o papel de chefe, desempenhando cerimônias religiosas, organizando os exércitos e recolhendo impostos. No início do século XVII, quase todos os *tonga* instalados na margem direita do Zambeze mantinham relações desse tipo com o capitão de Sena ou o de Tete.⁶²⁸

Como advogam Allen e Barbara Isaacman, os primeiros *prazeiros* eram portugueses de baixa extração social – pequenos mercadores, oficiais de baixa patente, degredados e outros excluídos – pouco preocupados com a manutenção de uma suposta pureza racial ou mesmo cultural em terras de além mar.⁶²⁹ Ainda assim, em algum momento do século XVI os *prazeiros* passaram a solicitar ao seu rei europeu a confirmação, documentada, da posse das terras obtidas na África austral. Diogo Simões Madeira o fez quando da conquista da chefia de Inhabanzo, por volta de 1608; antes disso, em meados do século XVI, mercadores instalados nas Querimba requeriam à Coroa os títulos de propriedade sobre as ilhas.⁶³⁰ E, embora Alexandre Lobato date em 1590 a primeira doação de terras em nome do rei de Portugal na região dos Rios, Alberto da Costa e Silva especula que a primeira carta de aforamento – concedida ao convento de São Domingos – date de 1609.⁶³¹

Para os concessionários das terras, o reconhecimento formal das autoridades lusitanas funcionava como uma garantia de proteção contra as investidas de rivais na própria comunidade portuguesa. O contrato de aforamento de Diogo Simões Madeira, por exemplo, se mostrou peça

⁶²⁸ NEWITT, M. *História de Moçambique*..., op.cit., p.204. A assinatura do tratado de vassalagem, em 1629, transferiu para a Coroa portuguesa a jurisdição de grandes extensões de terra nos arredores de Sena e Tete. Em 1634, um observador coevo estimava que os capitães destas cidades controlavam terras que poderiam fornecer 8.000 e 30.000 guerreiros, respectivamente. Cf. RESENDE, P.B. “Extratos do livro chamado *Do Estado da Índia*”. RSEA, vol.2, pp.410-413.

⁶²⁹ ISAACMAN, A. e ISAACMAN, B. “The prazeiros as transfrontiersmen: a study in social and cultural change”. In: *The International Journal of African Historical Studies*. Vol.8, nº1 (1975), p.9.

⁶³⁰ SANTOS, J. op.cit., p.263.

⁶³¹ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo*... op.cit., p.669. Neste período, a Coroa portuguesa estava às voltas com os pedidos das ordens religiosas, fidalgos e soldados, todos interessados em obter terras, cargos e comissões. O Papa concedera ao rei de Portugal o chamado *padroado real*, o direito de supervisionar e administrar os movimentos da Igreja Católica no chamado “Oriente”, mas, para isso, a Coroa era obrigada a prover a manutenção do clero e das ordens religiosas. No início do século XVII, jesuítas e dominicanos competiam pelo estabelecimento de missões no vale do Zambeze, procurando obter terras e camponeses que lhes pagassem tributos – a única forma de financiar seus empreendimentos. Por isso, a Coroa passou a conceder enfiteuses às ordens religiosas, originando o sistema dos *prazos* eclesiásticos. Cf. NEWITT, M. *História de Moçambique*..., op.cit., p.204.

fundamental na representação que o sertanejo moveu contra o desembargador Francisco da Fonseca Pinto, que havia tentado tomar as terras de Inhabanzo quando de sua desastrosa passagem pela África austral. É importante ressaltar que a concessão de terras para o regime de *prazos* se deu exclusivamente no vale, grosso modo em terras de populações submetidas pelos *mutapa*, que resguardaram sob o seu controle direto as áreas de ocupação *shona*, no planalto.⁶³² Por seu turno, a Coroa considerava uma prioridade reter o controle da maior parte das terras do ouro para evitar que estas fossem tomadas por particulares, ainda que europeus. Por esse motivo, também não cogitou o empraçamento das terras do altiplano.

Do ponto de vista do direito colonial europeu e por força de diferentes bulas papais, o rei de Portugal era considerado senhor das ilhas, costas, mares e terras descobertas e a descobrir dentro da esfera de ação sancionada pelo Tratado de Tordesilhas e “do comércio de todos os reinos, ilhas e províncias que estão do cabo do Não e do Bojador até à Índia com tal que o dito Senhor Rei faça nos ditos reinos e províncias promulgar o Evangelho”.⁶³³ Em Lisboa, a solução jurídica encontrada para disciplinar e regulamentar a posse destas terras foram os contratos de *enfiteuse* por três vidas.

Originária do Direito Helênico, apropriada pelo Direito Romano, recuperada pela Igreja Católica na Idade Média e mantida em Portugal pelas Ordenações Afonsinas, a *enfiteuse* manteve suas características e objetivos fundamentais ao longo de todo este tempo, designando “as concessões que os poderes públicos faziam aos particulares, de terras incultas, que o Estado não podia cultivar diretamente e que os cidadãos não podiam adquirir por compra”.⁶³⁴ Mas, por influência do direito feudal, foram acrescentados uma série de serviços pessoais que o enfiteuta deveria prestar àquele que lhe concedeu o

⁶³² Na condição de populações subjugadas, não-shona, “para os tongas e os que viriam a chamar-se senas, não seriam os prazeiros diferentes dos nobres carangas [shona] que substituíram no mando. E para os reis que lhes haviam cedido as terras, assemelhavam-se a outros de seus vassallos aristocratas, sempre propensos a governar em proveito próprio e a se inclinarem à independência, só que melhor armados e, portanto, mais perigosos”. SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...*, op.cit., p.677.

⁶³³ “Determinação dos letrados (cópia)”. Almeirim, 23 de janeiro de 1569. In: REIS, J.C. (org.). op.cit., pp.37-39.

⁶³⁴ PAIVA, A.A. “Em torno da extinção da enfiteuse”. In: *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v.13., pp.514-528, jan.1948. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/10775/9766>. Acesso em 05/11/2015. p.514.

uso da terra, especialmente em períodos de guerra. Além disso, o período de vigência da concessão, que anteriormente era perpétuo, passaria a vigorar por *prazos* determinados, findos os quais a posse da terra voltava ao senhorio direto.⁶³⁵

Na África austral, portanto, a Coroa portuguesa firmou contratos de *enfiteuse* pelo prazo de três gerações, após as quais, teoricamente, as terras voltavam a seu poder, para ter sua concessão renovada ou ser redistribuídas. Os *enfiteutas* se comprometiam a administrar a terra e zelar pela ordem no interior do *prazo*; realizar a manutenção das estradas, que deveriam estar sempre desimpedidas para qualquer serviço de interesse da Coroa portuguesa; fornecer soldados, barqueiros e carregadores sempre que os interesses régios assim o exigissem; custear parte das despesas de manutenção dos fortes e demais edifícios públicos e atender às necessidades esporádicas – possibilitar ou facilitar a atividade mineira e arrendar terras a pequenos agricultores recém-chegados de Portugal.

Na interpretação de José Capela, o exposto encerra a definição do sistema: “se estamos a falar de *prazos* é, sem mais, à formulação legal de concessão de terras que nos estamos a referir”.⁶³⁶ Dialogando essencialmente com a obra de Allen Isaacman, que compreende a formação do sistema como um processo em que os portugueses adquiriram reconhecimento como chefes políticos sobre a população africana – interpretação largamente adotada por autores posteriores, como se verá adiante –, Capela sustenta que

Caracterizar os prazos da Coroa na perspectiva das circunstâncias locais é analisar a instituição a partir do accidental. [...] Prazo é uma categoria jurídica relativamente a cuja essência as relações de produção e as relações sociais em geral dentro do território configurado nada têm a ver. Uma coisa é a apropriação da terra e a titulação que atribui ou legitima juridicamente essa apropriação. Outra bem diferente são as circunstâncias e condições em que se desenvolve toda a espécie de relações portas adentro e para fora do mesmo prazo.⁶³⁷

⁶³⁵ Idem, p.515.

⁶³⁶ CAPELA, J. *Donas, Senhoras e Escravos*. Porto: Afrontamento, 1995. p.19.

⁶³⁷ Idem, p.20.

Segundo este autor, Brasil, Índia e o próprio Portugal experimentaram contratos enfiteúticos de titulação da terra, “qualquer que tenha sido o nome que ficou para a história”.⁶³⁸ No caso do vale do Zambeze, *prazo* teria passado a designar, simultânea e incorretamente, o lote de terra emprazada e o sistema de relações sociais desenvolvido em seu interior, de modo que até meados do século XX o termo era utilizado para referir espaços que já não eram, formalmente, caracterizados como tal. Em outras palavras, Capela identifica em uma certa confusão semântica a origem da imprecisão do conceito que para ele, conforme já exposto, seria apenas uma instituição tradicional do direito português aplicada aos chamados “espaços coloniais”.⁶³⁹

Malyn Newitt observa, contudo, que “os *prazos* nunca foram, ao contrário do que sucedera com as *encomiendas* castelhanas, conceitos legais introduzidos por estrangeiros cujo objetivo era a conquista e a colonização”.⁶⁴⁰ Segundo este autor, as origens do sistema encontram-se no próprio continente africano: o que para os europeus era um aforamento, para os *shona* e os *tonga* era um *mogano*.⁶⁴¹ Dito de outra forma, do mesmo modo que tinha obrigações com a Coroa portuguesa, o *prazeiro* – que, do ponto de vista africano, tornara-se o titular de uma chefia, um *mambo* ou *madzishe* – deveria cumprir uma série de exigências do monarca africano que lhe cedera as terras, como, por exemplo, acudir com exército em caso de guerra e cumprir rigorosamente os ritos religiosos do *Mwari* e do culto dos ancestrais, tão intimamente relacionados ao povo e à terra. Era precisamente a inserção na estrutura política, social e religiosa *shona* que garantia a lealdade das populações que viviam nas terras dos grandes *prazeiros*.⁶⁴²

Isto porque, embora os *prazeiros* mantivessem roças para o seu sustento e de seus dependentes e agregados, o uso geral das terras continuava nas mãos dos chefes, inclusive no tocante às decisões sobre a distribuição das mesmas entre as famílias e a comunidade em geral. Ainda eram os *mambo*, os *fumo* e os *inkosi* (aristocratas chefes de um grupo de aldeias) os responsáveis pela coleta dos tributos em espécie (milhete, galinhas, sal, madeiras, mel, peixe,

⁶³⁸ Idem, *ibidem*.

⁶³⁹ Idem, p.21.

⁶⁴⁰ NEWITT, M. *História de Moçambique...*, op.cit., p.203.

⁶⁴¹ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...*, op.cit., p.671.

⁶⁴² MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.266.

carne seca, panos, cestos, cerâmica, utensílios de ferro, objetos de cobre, ouro em pó e marfim), que formavam parte importante da renda de um *mogano*, ou *prazo*.⁶⁴³ No mais das vezes, os *prazeiros*, comerciantes que eram, estavam mais interessados na busca ou exploração de veios de ouro e na caça de elefantes e hipopótamos para a obtenção de marfim e, por isso buscaram se estabelecer comercialmente no altiplano. Talvez aqui seja importante destacar a distinção entre a presença portuguesa no vale, onde se localizavam todas as terras cedidas pelo *mutapa* e aforadas pela Coroa portuguesa – os *prazos* – e no planalto, onde grupos de comerciantes obtiveram permissão para instalar-se nos *bazares* e onde o soberano destinou a eles áreas para residência e terras para suas culturas agrícolas, nos moldes tradicionais da distribuição de terras.

Eis o que caracterizava um prazo: um senhor europeu, goês, luso-indiano ou mulato [...] exercia sobre determinado território e os seus habitantes os privilégios e as prerrogativas que dantes eram apanágio de um chefe africano; este senhorio, de início, era concedido ao primeiro prazeiro pelo monomotapa, pelo *quiteve* ou outro grande rei, ou dele era tomado a cano de espingarda; quem o recebia procurava obter do soberano português um título que lhe confirmasse em enfiteuse a posse das terras, mas não era infrequente que deixasse de solicitar essa confirmação, e nem por isso perdia o controle do território doado pelo rei nativo; os limites da doação eram, teoricamente, o do conjunto de aldeias e terras adjacentes que formavam uma unidade administrativa do reino africano; o novo senhor devia ser reconhecido como tal pelos *fumos* e *samuchas*, pois, caso contrário, não tinha como ocupar as terras ou as via serem abandonadas pelos habitantes, sem os quais elas eram de pouco ou nenhum valor; dentro do prazo, continuavam a viver, portanto, livres e da maneira tradicional, os que dele historicamente tinham posse, embora fossem, contraditoriamente, chamados “colonos” pelos portugueses; ali também se instalava numerosa escravaria, de origem distinta à da gente da terra, e vinculada diretamente ao prazeiro [...].⁶⁴⁴

A fórmula parece simples: os *prazeiros* seriam sujeitos históricos singulares que, absorvidos pela estrutura social *shona* e chancelados pelas autoridades africana e portuguesa, transitariam entre os dois mundos, estabelecendo, nas palavras de Malyn Newitt, “uma ponte capaz de ligar a África, a Ásia e a Europa, tendo levado ao crescimento de formas culturais e

⁶⁴³ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...*, op.cit., p.672.

⁶⁴⁴ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., pp.672-673.

sociais de caráter sincrético que, à semelhança dos *prazos*, tinham uma vitalidade considerável”.⁶⁴⁵ Um exame atento da documentação, contudo, revela que, na prática, os prazeiros se afastaram progressivamente da autoridade dos dois soberanos e constituíram, ao longo do século XVII, “principados particulares governados por indivíduos do gênero ‘barão ladrão’”.⁶⁴⁶

O fato é que, a despeito de todas as tentativas de colonização e de regulamentação da distribuição das terras do vale do Zambeze, a Coroa portuguesa carecia de recursos materiais e humanos para efetivar suas pretensões de controle de um território tão vasto. O *corpus* documental é consistente ao apontar para a falta crônica de armas e guarnições, bem como para a recorrente deterioração das fortalezas.⁶⁴⁷ Cedo as autoridades lusitanas na África austral passaram a depender dos exércitos africanos que obedeciam ao comando de particulares portugueses, primeiro dos *sertanejos* e, posteriormente, dos *prazeiros*.

Os chikunda

Soldados-escravos dos portugueses, caçadores renomados, canoeiros habilidosos e soldados ferozes,⁶⁴⁸ ao longo dos séculos XVIII e XIX, os *chikunda* dominaram o comércio da região dos Rios, conquistaram Estados poderosos e estabeleceram um complexo e dinâmico conjunto de relações políticas e econômicas com os portugueses do vale do Zambeze. Embora tenham se notabilizado na região no período colonial, Allen e Barbara Isaacman rastrearam a origem dos *achikunda* até o século XVI, quando, à penetração portuguesa, seguiu-se uma combinação de insegurança alimentar, instabilidade política e, posteriormente, razias para a captura de escravos. Inter relacionados, esses três

⁶⁴⁵ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., p.203.

⁶⁴⁶ BOXER, C. *O império marítimo...* op.cit., p.153. No original, “robber baron”, referência aos barões medievais alemães acusados de cobrar pela portagem de navios que atravessavam o Reno.

⁶⁴⁷ “Resposta do Conselho à consulta de D. João IV”. Lisboa, 28 de janeiro de 1645. AHU_CU_064, Cx.2, D.63; LOBATO, A. *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1752-1763)*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p.98; ISAACMAN, A.F. e ISAACMAN, B.S. *Slavery and beyond: the making of men and Chikunda ethnic identities in the unstable world of south-central Africa, 1750-1920*. Portsmouth: Heinemann, 2004. p.39.

⁶⁴⁸ ISAACMAN, A.F. e ISAACMAN, B.S. *Slavery and beyond...* op.cit., p.1.

fatores desestabilizadores teriam conduzido diferentes povos da África austral à formação de uma identidade *chikunda* “ou, mais precisamente, um conjunto fluido de identidades e adaptação criativa a novas oportunidades políticas e econômicas que acompanharam a incorporação do vale do Zambeze à economia mais ampla do oceano Índico”.⁶⁴⁹

Como em diferentes partes do continente, a insegurança alimentar – provocada ora pelas secas que periodicamente assolavam parte significativa do vale, ora consequência das inúmeras guerras travadas na extensa área de contato entre portugueses, shona e outros povos da África austral – pode ter conduzido um grande número de homens a oferecer-se voluntariamente à escravidão em um *prazo*, em troca de condições materiais de sobrevivência. Esse fenômeno, conhecido em Moçambique como “corpo vendido”, constituiu, segundo José Capela, “a essência da escravatura dita ‘antiga’”.⁶⁵⁰ Com relação às razias, as fontes sugerem que embora houvesse escravos entre os *shona*, eles não constituíam parcela predominante da força de trabalho. As crônicas, relatos e descrições comumente apresentam o trabalho nas *mucha* como uma atividade familiar.⁶⁵¹ Quanto aos *marave*, embora não haja indícios de que promovessem razias, sabe-se que engrossavam suas fileiras com cativos obtidos em guerras ou entregues, como tributos, pelas populações que subjugavam.⁶⁵²

Entre os *tonga*, entretanto, a situação era diversa. Antes da chegada de Vasco da Gama, como consequência da expansão *shona* para o planalto do Zambeze, mencionada no primeiro capítulo, o povo *tonga* foi daí deslocado e

⁶⁴⁹ Idem, ibidem. A etimologia sugere que o termo *chikunda* deriva do verbo shona *kukunda*, que significa *conquistar* ou *vencer*. *Achikunda* seriam, portanto, *conquistadores*. Esta é toda a informação disponível para a compreensão de uma denominação cuja origem exata é desconhecida e que somente figura nas fontes escritas lusitanas a partir de meados do século XVIII. Originários dos exércitos escravos dos sertanejos portugueses dos séculos XVI e XVII, ao longo dos séculos XVIII e XIX os *achikunda* passaram a desempenhar importantes papéis como caçadores de elefantes e comerciantes de longa distância. No século XIX foram descritos ora como grupo étnico, ora como unidade linguística; algumas vezes como um bando de assimilados, outras como mercenários. Datam também do século XIX os relatos de que grupos de *achikunda* se aliaram a grupos africanos de resistência à ocupação portuguesa, como o rei do Barué. Cf. ISAACMAN, A.F. *Mozambique: The Africanization of an European Institution, the Zambesi Prazos 1750-1902*. Madison: University of Wisconsin Press, 1972; ISAACMAN, A.F. “The origin, formation and early history of the Chikunda of South Central Africa”. In: *Journal of African History*, XIII, 3 (1972), pp.443-461.

⁶⁵⁰ CAPELA, J. *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*. Lisboa: Afrontamento, 2002. p.14.

⁶⁵¹ Ver capítulos 2 e 3.

⁶⁵² SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.660.

empurrado em direção ao vale, para áreas infestadas de tsé-tsé que impediam a criação de gado – tradicional meio de concentração de riqueza e poder – e forçaram o desenvolvimento da agricultura como mecanismo de produção de riqueza. Nesse novo contexto, o fortalecimento dos chefes de aldeias e dos chefes de linhagens dependia a) do controle da distribuição de terras, o que lhes proporcionava acesso ao poder; b) do número de braços a trabalhar nas terras que reservavam para si, o que garantia a produção de riquezas e c) de um grande número de dependentes, especialmente mulheres, o que lhes conferia prestígio. Por isso, entre os *tonga*, as *razias* não eram incomuns; por esse motivo, também, mercadores de diferentes partes acorriam frequentemente aos povoados *tonga* com mulheres escravizadas, que vendiam rapidamente.

Os portugueses, por seu turno, cedo passaram a oferecer moças e meninas capturadas entre os inimigos vencidos como recompensa pela atuação dos *tonga* em suas fileiras.⁶⁵³ Eram *tonga* os soldados de Diogo Simões Madeira, assim como os 8000 e 3000 soldados sujeitos à autoridade lusitana nas terras circunvizinhas a Tete e Sena, respectivamente, quando estas foram transferidas à jurisdição da Coroa, pela assinatura do Tratado de 1629.⁶⁵⁴ Já aos soldados recrutados entre os *marave* desde o início do século XVII, os portugueses recompensavam com tecidos e outros produtos de prestígio que alimentavam o comércio de longa distância. “Ao que parece, os lusitanos coincidiam com os *carangas* [*shona*] na determinação de impedir que os *marave* ocupassem a menor porção que fosse da margem direita do rio, mas estavam dispostos a correr o risco de tê-los como mercenários em suas tropas”.⁶⁵⁵

A partir do segundo quartel do século XVII, à medida em que a penetração lusitana no interior e em partes mais ao norte do litoral do Índico se consolidava, os escravos-guerreiros passaram a ser recrutados ou capturados em diferentes partes da África austral. De acordo com Allen e Barbara Isaacman, devido à ausência de efetivos e armas portuguesas nesta região, os *sertanejos*, num primeiro momento e, posteriormente, os *prazeiros* reuniram os cativos em exércitos permanentes que tinham como principais objetivos a coleta de impostos e a defesa do *prazo* contra as constantes ameaças – tanto das

⁶⁵³ Idem, pp.660-661.

⁶⁵⁴ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.266.

⁶⁵⁵ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.667.

sociedades africanas do entorno, quanto de portugueses rivais. Recrutados em “mais de uma dúzia de grupos étnicos” diferentes, esses homens passariam a ser conhecidos, no século XVIII como *chikunda*.⁶⁵⁶

“No início, os *chikunda* não eram uma tribo. Eles eram uma mistura de pessoas que vieram de longe”, afirmou, no século XX, o descendente de uma proeminente família de *prazeiros* da região de Tete.⁶⁵⁷ Estrangeiros, afastados de suas famílias, comunidades, ancestrais e meio ambiente, os *chikunda* forjaram uma identidade coletiva que, por volta do século XVIII passou a incluir suas esposas e descendentes. No interior do *prazo*, os *chikunda* muitas vezes viviam em aldeias próprias, dirigidas pelos *sachikunda*. Além da defesa contra os inimigos externos, também era atribuição dos escravos-guerreiros vigiar os chefes das aldeias, calcular os impostos a ser pagos, controlar a caça de elefantes e garantir as presas devidas ao *prazeiro*. As barreiras culturais entre eles e os demais moradores dos *prazos* possibilitavam, por um lado, que esses atuassem como uma espécie de “polícia” e, muitas vezes, como juízes nas disputas entre os moradores do *prazo*, constituindo-se como um poder paralelo ao dos *mambo*. “Era como se o território estivesse sob uma tropa de ocupação”, afirma Alberto da Costa e Silva.

E como tropa de ocupação os *chikunda* frequentemente se comportavam, atuando com prepotência, imiscuindo-se em assuntos que eram da alçada das autoridades tradicionais, cobrando dos habitantes do prazo serviços e bens a que não tinham direito, abusando de suas mulheres, afligindo-os e aterrorizando.⁶⁵⁸

Com o fim do sistema dos *prazos*, em meados do século XIX, os soldados agora livres ampliaram suas esferas de atuação; muitos deles estreitaram laços com a comunidade de mercadores portugueses, indianos e luso-indianos, imiscuindo-se na rede de comércio de marfim e escravos da costa do Índico. “Como caçadores, escravizadores e agentes do comércio de longa distância, os *achikunda* desempenharam um papel fundamental na porção sul do sistema de comércio do Índico”.⁶⁵⁹ Muitos outros, reunidos em pequenos grupos

⁶⁵⁶ ISAACMAN, A.F. e ISAACMAN, B.S. *Slavery and beyond...* op.cit., p.2-38.

⁶⁵⁷ Idem, p.43.

⁶⁵⁸ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.682.

⁶⁵⁹ ISAACMAN, A.F. e ISAACMAN, B.S. *Slavery and beyond...* op.cit., p.2.

comandados por seus antigos líderes escravos, espalharam-se pelo interior à caça de elefantes ou escravos e à conquista de pequenos estados: “No seu ápice, na década de 1880, essa política *achikunda* dominava uma vasta região do interior, que se estendia do *hinterland* de Moçambique até os atuais Zimbábue, Zâmbia e Malawi”.⁶⁶⁰

Esse sistema estava em processo de formação no primeiro quartel do século XVII mas,

Desde que começaram, na primeira metade do século XVI, a entrar sertão adentro, os portugueses se apoiaram em tropas africanas. Aliadas. Mercenárias. E formadas por escravos. Quando ergueram seus entrepostos fortificados no interior, arrimaram-se em escravos armados, nos quais podemos reconhecer os primeiros daqueles que tomariam o nome de *chikunda*.⁶⁶¹

Se, por um lado, a formação de grandes exércitos escravos atendia primordialmente às necessidades e aos interesses privados de cada um dos *sertanejos* e *prazeiros*, de outra parte, como já referido, a Coroa portuguesa passou a depender cada vez mais dessas forças para garantir sua presença no interior da África austral. Diogo Simões Madeira constitui o exemplo mais antigo da utilização de exércitos privados a serviço das autoridades lusitanas, mas não o único.⁶⁶² Em 1630, um *sertanejo* chamado João da Costa possuía uma feira privada no reino de Manica e outro, de nome Gonçalo João, se tornou senhor de Maramuca, cidade *shona* fincada no coração do reino do Monomotapa.⁶⁶³ O mais célebre dos *prazeiros* do século XVII, Sisnando Dias Baião, utilizou seu grande exército escravo em diferentes ocasiões para conquistar, para si e para a Coroa portuguesa, a posse das terras de Manica, Butua e Quiteve. Seu genro, António Lobo da Silva, consolidou os bens da família e estendeu seu poder pessoal até o reino do Barué.

A cada vitória, novos contingentes de soldados-escravos eram incorporados aos exércitos privados, aumentando exponencialmente o poder

⁶⁶⁰ Idem, pp.3-4.

⁶⁶¹ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.681-682.

⁶⁶² O caso de Diogo Simões Madeira é emblemático, também, da utilização de forças africanas para além das disputas no interior; em pelo menos uma ocasião o *sertanejo* enviou seus homens para Moçambique, a pedido do capitão, para combater os ataques dos holandeses. Cf. BOCARRO, A. op.cit., p.587.

⁶⁶³ NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., p.205.

dos *prazeiros*. O problema, cedo colocado tanto às autoridades portuguesas quanto ao *mutapa*, é que, embora fosse esperado que esses “senhores da guerra”, como já foram chamados, demonstrassem lealdade aos dois senhores, na prática o poder conferido pelo senhorio de exércitos cada vez maiores e mais poderosos levou os *prazeiros* a se constituírem em sujeitos sociais independentes e incontroláveis. Após a derrota de Kapararidze, em 1632, a correspondência entre Mavura e os portugueses tratou basicamente de três assuntos: a busca pelas minas de prata, o perigo representado por Kapararidze, que então estava refugiado na margem norte do Zambeze, e a atuação dos comerciantes e *prazeiros* portugueses que, com seus exércitos privados, atacavam os *shona* roubando, ferindo e matando quase à vontade, transformando o planalto em uma terra sem lei. “Nem o governador português em Moçambique, nem Mavura podiam controlá-los”.⁶⁶⁴

Os prazos e a administração lusitana

Em 03 de março de 1618, na carta em que informava a nomeação de Nuno Álvares Pereira para o posto de “governador e conquistador” dos Rios de Cuama, Filipe II reconheceu a importância de nomear, para aquelas partes, oficiais com experiência na política local.⁶⁶⁵ Talvez essa seja a origem da prática largamente disseminada nas décadas seguintes, de designar *sertanejos* e *prazeiros* para os mais diferentes postos da administração lusitana no planalto. Integrando pontos dispersos em quatro continentes distintos, o chamado “império marítimo português”, que pode ser caracterizado pela descontinuidade territorial, experimentou diferentes formas de manter vastas áreas sob controle – efetivo ou apenas projetado. Segundo Ronald Raminelli, a monarquia ibérica estabeleceu, nas diferentes partes em que instalou seus representantes, ora governos formais tradicionais, como os conselhos e as capitanias-donatarias, ora controles menos institucionalizados, “mais frouxos”, como fortalezas, feitorias e protetorados. “Os entraves financeiros e populacionais originaram um

⁶⁶⁴ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.270.

⁶⁶⁵ “Carta de Filipe II ao vice-rei da Índia”. ANTT, DRI, liv.XI, fl.237.

conjunto heterogêneo, descentralizado, formado por núcleos políticos relativamente autônomos”.⁶⁶⁶

No que tange especificamente à constituição do Estado da Índia, Luís Filipe Thomaz destaca que, se para as cidades havia uma estrutura administrativa coerente e uniforme – a das capitanias, independentes entre si e submetidas ao vice-rei, com uma série de cargos que pouco variava de praça para praça – para os territórios adjacentes haveria, em cada caso, um regime próprio que adaptava-se aos sistemas pré-existentes à presença portuguesa.⁶⁶⁷ Parece ser o caso das terras do planalto do Zambeze: o estabelecimento formal se deu com a construção da fortaleza de Sofala, no litoral, ainda no início do século XVI, mas o interior foi desbravado pela iniciativa privada em relação direta com as populações do interior. É importante lembrar que a primeira “autoridade” portuguesa na região dos Rios, o “Capitão dos Rios de Cuama” – nas palavras de Alexandre Lobato, “arremedo de governo” cuja alçada se limitava aos *sertanejos*⁶⁶⁸ – foi constituída por iniciativa dos próprios comerciantes, sem vínculos formais com a feitoria de Sofala, e que tinha por objetivo organizar o comércio particular e assegurar o trânsito de mercadorias no rio Zambeze.⁶⁶⁹ O século seguinte assistiu à nomeação de Diogo Simões Madeira para o cargo de governador de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e Monomotapa.

A observação de Filipe II, portanto, era pertinente ao contexto da África austral; o século XVI fora pródigo em desencontros entre os povos da região e alguns agentes portugueses que, desconhecendo os códigos culturais que regiam todas as relações sociais, muitas vezes colocaram em risco as próprias condições da presença lusitana naquelas partes. Os *sertanejos*, os comerciantes e, posteriormente, os *prazeiros*, intimamente ligados às culturas africanas por laços matrimoniais ou alianças políticas e mercantis, desempenhariam com mais desenvoltura o papel de “ponte” entre as duas culturas. Seria explicação suficiente para o fato de que, em meados do *Seiscentos*, os capitães dos bazares e das principais cidades do Zambeze eram

⁶⁶⁶ RAMINELLI, R. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008. p.17.

⁶⁶⁷ THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor...* op.cit., p.216.

⁶⁶⁸ LOBATO, A. *Evolução administrativa...* op.cit., p.155.

⁶⁶⁹ MUSCALU, I.P.O. op.cit., p.122.

todos escolhidos entre e pelos membros das grandes famílias de *prazeiros*? Um exame atento dos dados disponíveis sugere fortemente que não. Conforme já referido, o que se verificou no avançar do século XVII foi o aumento exponencial das forças dos *prazeiros*, até ao ponto em que nenhuma autoridade, lusitana ou *shona*, podia fazer frente a eles.

Logo após a assinatura do Tratado de 1629, e a despeito da proibição expressa de fixação dos mercadores lusitanos no planalto, inúmeros *chuambo* foram ali construídos, em localidades importantes como Matafunya, Dambarare, Chipirivi, Ruhanje, Massapa, Manzovo, Chitomborwizi e Hwangwa. No reino de Manica, Stan Mudenge localizou dois, nas povoações de Makua e Chipangura. “A influência portuguesa irradiava destas fortalezas. Entretanto, não era a influência da Coroa portuguesa, mas de indivíduos portugueses, mercadores do sul do Zambeze”.⁶⁷⁰ Ao fazê-los oficiais, a Coroa dissolveu a fronteira que, desde o início do século XVI, separava seus agentes institucionais e os mercadores privados lusitanos na terras do vale do Zambeze, e criou um problema que ninguém lograria solucionar: “só se acatavam ou cumpriam as ordens a Coroa quando aceitas pelos donos do sertão”.⁶⁷¹ A fusão de interesses públicos e privados levou a inúmeras rivalidades entre os *prazeiros*, que passaram a ecoar de forma mais intensa na política e na sociedade shona nos anos finais do reinado de Mhande Mavura.

Imperador marionete?

Conforme já referido, parte significativa da historiografia do Monomotapa localiza na assinatura do Tratado de 1629 o marco inicial de um período em que a política shona passou a ser conduzida pelos interesses portugueses, por meio da manipulação deste que teria sido um “imperador marionete” da Coroa ibérica. Malyn Newitt é categórico ao afirmar que

As vitórias de Sousa de Meneses deram início a um período de aproximadamente sessenta anos, no decorrer dos quais os

⁶⁷⁰ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.267. [tradução minha].

⁶⁷¹ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...*, op.cit., p.676.

portugueses dominaram **todo o território caranga** [shona], controlando ainda as chefias da vizinhança. [...]. Durante este período, os chefes carangas permaneceram a título oficial à frente dos respectivos reinos, administrando-os como vassalos do rei de Portugal. A autoridade suprema, o Monomotapa, pagava o tributo anual de três *pastas* de ouro e, na prática, estava muito subordinado aos comandantes das feiras. Tinha de aceitar sem protesto a presença no *zimbabué* de um capitão português e de um corpo de militares portugueses, formalmente para sua proteção, mas, de fato, para espiar e controlar os eventos políticos no coração do estado caranga. Tinha ainda de admitir a presença de um padre dominicano, que atuava como seu secretário e correspondente com as autoridades portuguesas. Ele próprio tinha que aceitar o cristianismo e submeter-se ao ritual do batismo com os seus filhos e membros da sua casa.⁶⁷²

Em *A political history of Munhumutapa*, Stan Mudenge se dedicou a refutar essa leitura, partindo da apresentação do sistema de sucessão colateral para defender peremptoriamente a legitimidade das pretensões de Mavura ao trono de mutapa. Isto posto, o autor credita à continuidade da ameaça representada por seu rival, Kapararidze, todas as concessões feitas por Mavura aos portugueses.⁶⁷³ O problema, segundo o autor, é que ao fazer tais concessões, o *mutapa* fortaleceu os *prazeiros* a ponto deles mesmos se configurarem em ameaça a seu poder. Para além, ao se converter ao cristianismo, angariou antipatias e antagonismos entre os grandes mercadores muçulmanos – refugiados no vizinho Butua desde a assinatura do Tratado de 1629 – e as lideranças religiosas *shona*, para quem a legitimidade do *mutapa* repousava em grande medida na religião tradicional. Estes, que inicialmente o haviam apoiado, voltaram-se para Kapararidze tão logo Mavura aceitou o batismo católico. Afinal, do soberano era esperado que ouvisse e consultasse, por meio dos *n'ganga*, os *mhondoro*, os espíritos ancestrais dos grandes reis. Quem chamaria a chuva para promover a fertilidade do solo e das mulheres?

Sem o apoio dos mercadores mouros e das lideranças religiosas, apartado de seu povo, Mavura não poderia construir uma base social e militar que lhe permitisse confrontar os portugueses.⁶⁷⁴ Não significa, contudo, que o *mutapa* não tenha tentado. Após a assinatura do Tratado, a Coroa portuguesa

⁶⁷² NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit., pp.91-92. [destaque meu].

⁶⁷³ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.271.

⁶⁷⁴ Idem, pp.271-272.

alimentou a esperança de finalmente descobrir a localização das minas de prata que vinha buscando incansavelmente desde meados do século anterior. Para isso, em 1636, enviou à Chicova Dom Andres de Vides y Albarado, engenheiro de minas, e Francisco Figueiredo de Almeida, nomeado administrador das jazidas a descobrir, acompanhados de soldados portugueses e escravos africanos. Antes de partir de Tete, o administrador enviara uma mensagem ao mutapa, solicitando a presença de um *nhume*, um mensageiro, conhecedor do terreno, que pudesse indicar a localização dos veios de prata mas, ao chegar à Chicova descobriu que o mensageiro não havia sido enviado. Almeida, então, despachou um de seus soldados com uma carta para o *mutapa*, na qual ele insistia na presença de um *nhume* na Chicova e queixava-se de que, devido à ausência de alguém que pudesse indicar a localização das minas, ele e seus homens estavam ociosos, desperdiçando recursos do rei de Portugal.

Como resposta, Mavura enviou um *inkosi*, acompanhado de alguns de seus homens. Na Chicova, o *inkosi* descansou por alguns dias antes de levar os portugueses a uma colina onde apontou a existência de depósitos de prata. A cena foi testemunhada por Dom Andres, pelo dominicano António de Salvador, pelo escrivão Tomé de Barros Pannels de Pólvora e pelo próprio Almeida, que imediatamente ordenou a seus homens que comessem a cavar no lugar indicado. Quando haviam cavado a uma profundidade de mais de quatro metros, Dom Andres interrompeu o trabalho, afirmando a Almeida que não havia prata naquele lugar. A cena se repetiu no dia seguinte em três diferentes pontos da mesma colina. Provavelmente o administrador lançou mão da cláusula do tratado que obrigava o *mutapa* e seus enviados a colaborar para a localização das minas, advertindo ao *inkosi* que ele tinha o dever de indicar a localização das minas. O resultado da ameaça foi a fuga do *inkosi* e seus homens, que voltaram para o *zimbabué*.

João Lopes Pinheiro foi portador de nova carta ao mutapa, na qual Almeida relatava o comportamento do enviado de Mavura e pedia providências. Na presença do embaixador português, não havia alternativa a não ser chamar o *inkosi* e repreendê-lo por seu comportamento na Chicova com muitas ameaças que, sugestivamente, não foram cumpridas. Ao contrário, o *mutapa* contentou-se com a defesa apresentada pelo *inkosi*: ele não conhecia outros locais onde a prata poderia ser encontrada, mas tinha um tio, Mavareca, que

conhecia bem a região e sabia onde encontrar o metal. Mavareca, então, foi chamado à presença de Mavura, que ordenou a partida imediata de tio e sobrinho, em companhia de João Lopes Pinheiro, em direção à Chicova. Sob as ameaças de Francisco Figueiredo de Almeida, Mavareca conduziu os portugueses à mesma colina à qual seu sobrinho já os havia levado e, por três dias, pareceu aos observadores que ele estava de fato procurando pelas minas. Seus métodos consistiriam em tentar provocar uma espécie de transe, durante o qual ele seria possuído por espíritos que apontariam os lugares certos para cavar, ou, alternativamente, ele poderia esperar que os *muzimo* aparecessem em sonhos, como faziam seus antepassados.⁶⁷⁵

Todo este relato sugere que Mavura e seus enviados participaram de uma encenação – o que remete à experiência de Vasco Fernandes Homem com os *tavara*, quando, no último quartel do século XV, buscava as mesmas minas da Chicova. Mas o dado significativo é aquele que aponta para as práticas divinatórias, cuja relação com os depósitos minerais dessa região já havia sido manifestada por outro súdito do *mutapa*, décadas antes. Quando Diogo Simões Madeira finalmente chegou à Chicova, em maio de 1614, Cherema, o chefe *tavara* empossado por Gatse Lucere, também recorreu à explicação mágico-religiosa como justificativa para a impossibilidade de localização das jazidas. Neste caso, as fontes explicitaram o embuste: torturado, Cherema confessou ter recebido ordens de não revelar o lugar onde se encontrava a prata. No caso em tela, ainda que o engodo não tenha sido descoberto, o desfecho foi semelhante: aparentemente, Almeida percebeu que era inútil esperar que se cumprissem os requisitos sobrenaturais para a descoberta das minas e cancelou todo o plano de conquista da Chicova.⁶⁷⁶

Chama a atenção o cuidado especial com que diferentes *mutapa* trabalharam por impedir a tomada da Chicova pelos portugueses. Uma breve retomada da história da origem do reino do Monomotapa pode lançar luz sobre este ponto: conforme referido no primeiro capítulo, com o declínio do Estado do Grande Zimbábue, pequenos grupos de caçadores *shona* migraram para o norte, infiltrando-se, lentamente, nas terras de Dande e Chidima – esta última, a grande área em que se localiza a região da Chicova – onde, durante um período

⁶⁷⁵ AXELSON, E. op.cit., pp.111-113.

⁶⁷⁶ Idem, ibidem.

de aproximadamente cinquenta anos, o chefe de um desses grupos, Nyatsimba Mutota (c.1420-50) adquiriu proeminência e se estabeleceu como a pessoa mais poderosa ao sul do Zambeze, criando condições para que seu filho e sucessor, Matope Nyanhehwe (c.1450-80) estendesse os domínios do Monomotapa até o Barue, na costa do Índico.

Considerando que, por um lado, a tradição oral estabelece as terras de Chidima e Dande como a terra em que o primeiro de todos os *mutapa* lançou as bases do grande reino e, de outra parte, os *shona* tradicionalmente estabeleceram sobre bases religiosas as suas relações com a terra, conforme explicitado no terceiro capítulo, pode-se aventar a hipótese de que a proteção da Chicova se associava ao culto dos ancestrais e, no limite, ao forte vínculo do soberano e seu povo com o *Mwari*. A esta altura, o *zimbabué* de Mavura situava-se em Dande, e seu filho, Siti Kazurukumusapa, vivia justamente na Chicova. Aliás, não parece ocasional o fato de que em diversos reinados, mesmo posteriores, o *zimbabué* dos *nevanje* (príncipes) se situasse ora em Dande, ora em Chidima.⁶⁷⁷

A essa hipótese, pode-se contrapor a conversão de Mavura ao cristianismo e o fato deste andar sempre acompanhado dos dominicanos, especialmente do Frei Manoel da Purificação, referenciando nas fontes como “procurador” do *mutapa* e, provavelmente, o escriba das cartas que este enviava com alguma frequência ao monarca ibérico e ao vice-rei da Índia. Embora reconheça que a conjuntura política do planalto não oferecia possibilidades de resistência efetiva de Mavura à presença portuguesa em seus domínios, Stan Mudenge critica acidamente esse aspecto: “Ele compreendia que as atividades portuguesas não respeitavam os costumes de seu povo e destruíam a base mesma desta sociedade, e ainda assim, tenazmente, continuou seguindo o cristianismo até o fim”.⁶⁷⁸ A documentação indica que Mavura tinha plena consciência de que sua estreita relação com os portugueses era a causa da visível desintegração social experimentada em seu reino. Sua adesão ao cristianismo era a face mais visível desse processo, mas não a única. Em longa carta endereçada ao vice-rei da Índia, em 1645, o *mutapa* queixava-se que a atuação dos portugueses “tem gerado aos encosses [*inkosi*] e grandes dele

⁶⁷⁷ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.273.

⁶⁷⁸ Idem, p.272.

grande ódio contra minha pessoa, atribuindo que eu sou causa de tantas vexações”.⁶⁷⁹

Na missiva, Mavura descreve a atuação dos *prazeiros*, admitindo, à partida, que tanto ele quanto o governador de Moçambique estavam de mãos atadas, já que esses senhores “são nestes países mui poderosos, contra os quais as justiças de Sua Majestade coisa alguma podem”. As acusações são muitas e graves: roubos, assassinatos, sequestros e escravização “sem título justo algum” – inclusive de filhas e filhos de *inkosi* poderosos – estariam levando terror a diferentes partes do reino, tendo como consequência imediata o abandono de muitas terras, especialmente daquelas onde havia minas de ouro. Sendo o metal amarelo o principal interesse dos *prazeiros*, naturalmente essas terras eram o alvo preferencial de seus violentos ataques; “para não experimentarem as mesmas vexações desta vizinhança”, os demais *inkosi* “tratam de esconder as minas que nas suas terras há”.⁶⁸⁰

Nas minas descobertas, os lusitanos passaram a atuar como senhores absolutos da terra, “desprezando-se em primeiro lugar os portugueses de dar parte a el-rei, havendo os sinais das minas, dizendo [que] aquilo era pedir licença, sem ela mandavam abrir as minas [...] publicavam não ter el-rei ali nada [...] todos governavam, tudo perdiam”.⁶⁸¹ Além de desorganizar os modos de produção do ouro, tomando dos *inkosi* o controle da atividade mineira, os mercadores desarticularam as redes de poder que geriam a redistribuição dos bens de prestígio, na medida em que passaram a comercializar diretamente com a população. Já em 1635, um aristocrata shona se queixara ao padre António Gomes “dizendo que os portugueses eram causa de se danarem as terras, pois que queriam dar fato aos cafres; lhe dessem na sua mão, que ele mandava dar”.⁶⁸² A situação se tornava tanto mais insustentável quanto mais os portugueses, individualmente, se fortaleciam e se espalhavam pelo sertão: “o

⁶⁷⁹ “Proposta que o Rei Monomotapa oferece ao vice-rei da Índia pelo seu procurador”. Zimbabuê, 12 de abril de 1645. ANTT, DRI, liv.LX, fls. 223-234.

⁶⁸⁰ O próprio *mutapa* havia sido vítima, no ano anterior, das ações de Sisnando Dias Bayão, *prazeiro* poderosíssimo, que o forçou a assinar uma espécie de confirmação do Tratado de 1629, no qual ele concordava em acrescentar um *bar* de marfim ao tributo em ouro que já pagava aos portugueses. “Carta do Monomotapa para o Rei”, Zimbabuê, 23 de outubro de 1644. ANTT, DRI, liv.LX, fls.231-233.

⁶⁸¹ ANÔNIMO, “Sobre os Rios de Cuama”. Apud NOGUEIRA DA COSTA, A. op.cit., p.37.

⁶⁸² GOMES, A. “Viagem que fez o Padre António Gomes da Companhia de Jesus ao Império de Monomotapa, e assistência que fez ns ditas terras durante alguns anos”, 1648, Studia, nº3, 1959 (separata), p.38.

fato vai por terra feito em fardinhos, amarrados em esteira de palmeira brava, quanto um homem pode levar nas costas; vai um mercador com trezentos, quatrocentos, quinhentos cafres carregados pelos caminhos; não há coisa que lhe pare”.⁶⁸³

Perdidos os meios tradicionais de concentração de poder e, conseqüentemente, de manutenção da ordem, a aristocracia *shona* viu ameaçadas a integridade e a coesão de seu meio social. Não causa espanto, portanto, que tenha endereçado seu ressentimento a Mavura, descrito, neste contexto, como “o negro dos portugueses”,⁶⁸⁴ de quem os capitães de fortalezas faziam pouco caso.⁶⁸⁵ Pressionado, o soberano recorreu à autoridade portuguesa; na referida carta ao vice-rei da Índia, Mavura requeria a intervenção da Coroa no sentido de empregar meios efetivos para forçar todos os mercadores a se recolher ao *bazar* de Dambarare. O pedido já havia sido feito ao capitão Francisco Soares que tentara, sem sucesso, recolher os mercadores do planalto nas feitorias de Dambarare, Massapa e Luanze.

E querendo o dito capitão executar a dita ordem, não foi obedecido, nem neste particular se pôs remédio algum, tendo eu significado aos grandes de minha corte que continuamente clamam, que haviam de haver remédio, de que estão espantados e desesperados, e temo alguma alteração neste reino.⁶⁸⁶

Uma análise sistemática desta carta revela a tentativa de Mavura de restabelecer o controle político sobre seu reino, neutralizando alguns dos mais nocivos termos do Tratado de 1629. Grosso modo, a missiva foi organizada em três partes distintas e complementares: primeiro, conforme explicitado, o *mutapa* relatou detalhadamente todos os abusos cometidos pelos particulares portugueses, sublinhando o fato de que esses homens não obedeciam a autoridade ou lei, fosse *shona* ou lusitana. Num segundo momento, Mavura destacou o “escândalo” que essas atitudes provocavam no seio de sua sociedade, advertindo para a possibilidade concreta de que o descontentamento de seus súditos, especialmente dos *inkosi*, os membros da alta aristocracia

⁶⁸³ Idem, *ibidem*.

⁶⁸⁴ MUDENGE, S.I.G., *op.cit.*, p.271. [tradução minha].

⁶⁸⁵ “Proposta que o Rei Monomotapa oferece ao vice-rei da Índia pelo seu procurador”, *op.cit.*

⁶⁸⁶ Idem, *ibidem*.

shona, poderia romper em nova guerra civil no planalto: “estão os encosses [*inkos*] e grandes da minha corte assaz escandalizados [...] temo alguma traição e alteração grande neste reino [...] doutra sorte há de ser chamado dos principais deste reino o alevantado Caprancine [*Kapararidze*] para o governar.”.

Na terceira parte da carta o mutapa se ocupou em apontar providências práticas que poderiam equacionar as disputas entre *prazeiros* e *inkosi* e normalizar tanto as relações comerciais quanto a atividade mineira no planalto, “como antigamente”. Entre as medidas que regularizariam as atividades e a vida cotidiana no planalto estavam:

1. Que o capitão-mor que assistia no zimbabué passasse a ser, por provisão régia, superior e independente de todos os demais capitães, inclusive o de Moçambique, e que a sua nomeação voltasse a ser endossada pelo mutapa.
2. Que ele, Mavura, retomasse o poder de castigar os desafetos “e, para que os culpados não se valham contra o dito capitão [...]”, lançando mão de seus exércitos privados, “[...] que eu possa mandar fechar os caminhos para que este poder não entre”.
3. Que todos os mercadores fossem forçados a se recolher aos *bazares* de Dambarare, Massapa e Luanze, conforme já referido, de onde poderiam ir livremente a qualquer parte do reino, mas sem “[...] fazer morada nem fortificações que tanto prejudicam à quietação deste reino [...]”.
4. Que os mercadores empregassem apenas cristãos em seus serviços, já que os “naturais” da terra teriam encontrado no trabalho com os portugueses uma forma de escapar às suas obrigações com os *inkosi*, “e, neste particular, há tão grande excesso que mais são os que servem do que tratam de seus ofícios”.
5. Que ele, *mutapa*, e seus *inkosi* retomassem o poder de julgar as causas que envolvessem os “naturais”, “porque do contrário se seguem grandes injustiças”.

Em outras palavras, Mavura solicitava formalmente a anulação de uma série de dispositivos previstos no Tratado de 1629, especialmente aqueles que diziam respeito diretamente à administração da justiça sobre súditos e

mercadores e procurava limitar a liberdade de trânsito e ocupação de terras que o Tratado tornara irrestrita e, portanto, incontrolável. Na interpretação do soberano, a retomada do poder das duas coroas sobre o planalto passaria, necessariamente, pelo fim da concessão de terras a particulares e a proibição expressa de que estes constituíssem seus célebres exércitos particulares. O *mutapa* procurava, assim, restabelecer a distinção, clara até o início do século XVI, entre os poderes *institucionais* e os interesses privados lusitanos. A carta é preciosa no sentido de que faz um diagnóstico rigoroso da situação política do planalto e demonstra que o *mutapa* compreendia a irreversibilidade de certas consequências de sua aliança com os portugueses, especialmente no tocante à sua desmoralização diante da nobreza shona. Kapararidze havia sido derrotado, mas não desaparecera por completo. Sua sombra ameaçou o reinado de Mavura até o fim.

Se adotadas, as medidas propostas na correspondência poderiam amenizar a grande tensão experimentada pela aristocracia *shona*, mas o *mutapa* estava consciente de que, ainda assim, moveria-se permanentemente em terreno instável – mesmo após a sua morte. Posto o problema desta forma, é possível compreender um pedido que, a princípio, parece deslocado em uma correspondência que tinha por objetivo a recuperação do poder local: a instalação de um presídio no zimbabué, que, guarnecido pela Coroa portuguesa, sujeitasse a todos, mercadores lusitanos e *inkosi* shona. Nas palavras de Mavura,

[...] convém muito conservar-se este presídio para não haver alteração como para, por minha morte, à sombra dele poder nomear um filho meu cristão, por sucessor deste reino, que em tudo siga meu governo, que doutra sorte há de ser chamado dos principais deste reino o alevantado Caprancine [Kapararidze] para o governar. E não havendo o presídio, não poderei morrer como cristão que sou, nem o religioso que me assiste me poderá ser bom, porque é certo que o hão de matar.⁶⁸⁷

Na Europa, a carta não surtiu o efeito esperado. De tudo o que leu, D. João IV fixou-se na possibilidade de rebelião da aristocracia *shona* – o que poderia levar a uma terceira guerra civil no planalto, em curto intervalo – e, sem

⁶⁸⁷ “Proposta que o Rei Monomotapa oferece ao vice-rei da Índia pelo seu procurador”, op.cit.

meios próprios de intervenção militar, seguiu contando com o auxílio dos *prazeiros* e seus exércitos escravos, que, por seu turno, continuaram a aterrorizar as populações e ameaçar os poderes *shona* até muito depois da morte de Mavura, em 25 de maio de 1652.⁶⁸⁸

⁶⁸⁸ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.271.

CAPÍTULO 4

“MEUS OSSOS RESSUSCITARÃO”⁶⁸⁹

O reinado de “Siti Domingos”

A despeito de toda fragilidade experimentada em seu reinado, Stan Mudenge considera que Mhande Mavura foi bem-sucedido ao impor, para as gerações futuras, a exclusividade de sua linha sucessória.⁶⁹⁰ Dito de outro modo, Mavura articulou com os dominicanos a garantia de que seu filho, Siti Kazurukumusapa (c.1652-63) o sucederia no trono de *mutapa* – ainda que isto contrariasse as regras do sistema de sucessão colateral que ele próprio havia evocado anos antes para defender a legitimidade de suas pretensões. De fato, a genealogia elaborada por Donald Abraham aponta que, com exceção de D. Afonso, os *mutapas* subsequentes, até Chioko Cambamupute, que teria reinado até 1902, eram descendentes de Mavura.⁶⁹¹

Siti era um rapaz muito jovem quando foi alçado à condição de *mutapa*. Embora se considerasse cristão, tendo inclusive recebido os ensinamentos da catequese, o príncipe ainda não havia sido batizado. Isto porque, em suas próprias palavras, enquanto planejavam sua ascensão, ele e o pai compreenderam que a oposição da aristocracia *shona* à quebra do sistema de sucessão colateral representaria problema considerável; a idade do pretendente era outro fator a acarretar a fragilidade de suas pretensões. Não seria prudente, portanto, adicionar a esta conjuntura a resistência das autoridades religiosas.

⁶⁸⁹ Estas teriam sido as últimas palavras proferidas por Chaminuka, guerreiro shona que liderou a luta contra a ocupação colonial no planalto do Zambeze em 1896-97, antes de ser enforcado pelos invasores britânicos. O líder fazia referência à tradicional adoração dos espíritos ancestrais, especificamente ao ritual do *kurova guva* (“trazer para casa”), que tinha lugar cerca de um ano após a morte e consistia em retirar os ossos do morto da terra e levá-los para um local específico da residência de sua família. Essa operação encerrava o longo processo de transformação do morto em ancestral e lhe conferia um lugar definitivo na hierarquia familiar. Cf. SHOKO, T. “My bones shall rise again’: war veterans, spirits and land reform in Zimbabwe”. Leiden: *African Studies Centre*, 2006. Disponível em: <https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/12894>. Acesso em 20/04/2015. p.2.

⁶⁹⁰ Idem, p.272.

⁶⁹¹ ABRAHAM, D. “The Monomotapa dynasty”. In: *NADA*, nº36, 1959, pp.59-86.

Segundo Siti, a partir de avaliação semelhante, o próprio Mavura havia deliberadamente adiado o batismo até tomar posse do *zimbabué*, em 1632.⁶⁹²

Imediatamente após a morte de Mavura, liderando um grupo de padres dominicanos e uns poucos *inkosi* ainda leais ao soberano, o vigário do *zimbabué* do *mutapa*, Frei Inácio de São Thomás pôs-se a caminho da Chicova, de onde a pequena comitiva conduziria Siti para tomar posse do reino. Antes de partir em direção a Dande, o príncipe pediu ao capitão António Álvares, que mantivesse todos os portugueses da região em alerta para possíveis ataques de Kapararidze, especialmente em Dambarare, cidade que havia se tornado o coração das atividades mercantis do planalto durante o reinado de Mavura e localizava-se perigosamente próxima das terras do Butua, reino *shona* rival.⁶⁹³

No início do século XVI, quando dos primeiros contatos com os portugueses, o reino do Monomotapa travava um grave conflito com o Butua. Segundo a tradição oral, um certo Changamire, membro da nobreza *shona*, “favorito” do *mutapa* Mukombero Nyahuma (c.1480-90), atuava como seu homem de confiança administrando a justiça e senhoreando muitas terras do reino, com as quais fora presenteado. Devido ao poder e riqueza decorrentes do alto posto que ocupava, Changamire teria sido capaz de arregimentar, nas terras sob sua jurisdição, um número crescente de seguidores leais, o que teria preocupado o soberano e causado “inveja” de outros “favoritos do rei”. Estes, então, teriam difundido o rumor – e assim convenceram Mukombero – de que Changamire tramava usurpar o trono e o título de *mutapa*.

Decidido a eliminar a suposta ameaça, Mukombero enviou às terras do Changamire uma “púcara com peçonha”, “porque tem por costume, quando quer [...] matar algum homem, assim grande como pequeno, manda lhe dar a peçonha a beber, e bebem-na, e isto publicamente, como degolar por justiça”.⁶⁹⁴ Diogo de Alcáçova descreveu este como um hábito ritual: aquele que aceitava esta sorte vestia-se ricamente com panos de seda de Sofala para, em ato público, beber a peçonha que lhe causaria morte instantânea. Se assim procedesse, o condenado garantia o direito de herança de seus filhos e

⁶⁹² “Monomotapa”. Zimbabué, 14 de agosto de 1652. RSEA, vol.2, p.445.

⁶⁹³ Idem, ibidem.

⁶⁹⁴ “Carta de Diogo de Alcáçova para El-rei”. Cochim, 20 de novembro de 1506. DPMAC, vol.I, p.392.

parentes; aquele que se recusava a tomar o veneno, ao contrário, tinha sua cabeça cortada e seus herdeiros perdiam todos os direitos sobre seus bens. Chamado de *muteyo*, esse ritual se assemelha ao julgamento por ordálio, que estabelecia a culpa de um acusado de acordo com a sua reação diante de uma garrafa de veneno: se tomasse o veneno e nenhum mal lhe sucedesse, significava que era inocente; se se recusasse a beber, ou morresse ao ingerir o líquido, ficava comprovada sua culpa pelo crime de que fora acusado.⁶⁹⁵

Ao primeiro enviado do *mutapa*, o Changamire teria respondido

[...] que o mandasse pelejar em guerra onde ele quisesse, porque queria antes morrer pelejando que assim com peçonha. E quando lhe mandou esta resposta, mandou ele a El-Rei Macombe Monomotapa quatro barris, assim como d'água de nau, cheios de ouro, e mais 4 mil vacas mochas [...].⁶⁹⁶

A recusa em beber a peçonha provava, aos olhos do *mutapa*, a culpa do Changamire. Por isso, o soberano ignorou os presentes e por outras duas vezes lhe enviou a garrafa de peçonha. Sem alternativa diante da insistência do monarca, o Changamire reuniu sua gente de guerra e foi ao encontro de Mukombero. Entrando em seu *zimbabué*, cortou-lhe a cabeça, matou vinte e dois de seus filhos e assumiu o trono, que ocupou por quatro anos. Entretanto, um filho do *mutapa*, Kakuyo Kumonyaka (c.1494-1530), que, sobrevivendo ao ataque se retirou para as terras de um tio, organizou a resistência; ao completar vinte anos, voltou acompanhado de “muita gente da de seu pai que se veio para ele” e, após três dias e meio de combates, matou o Changamire e reconquistou o trono.⁶⁹⁷

Os descendentes do Changamire retiraram-se para o reino vizinho, o Butua, onde lograram se estabelecer como a dinastia reinante – que tomou o nome do fundador como título dinástico – e, de lá, mantiveram as hostilidades contra o Monomotapa até meados do século XVI, além de resistir a todas as tentativas de penetração portuguesa em seu território, isentando-se inclusive de comercializar qualquer produto com os cristãos e orientando toda a sua rede

⁶⁹⁵ MUSCALU, I.P.O., op.cit., p.62.

⁶⁹⁶ “Carta de Diogo de Alcáçova para El-rei”, op.cit., p.392.

⁶⁹⁷ MUSCALU, I.P.O., op.cit., p.62.

mercantil para o Índico muçulmano.⁶⁹⁸ Do planalto, o ouro do Butua descia pelo rio Save até a cidade costeira de Sofala que, se para os portugueses estava “perdida”,⁶⁹⁹ para os mouros seguia como entreposto ativo do comércio com o mundo árabe:

Sofala decaíra como entreposto lusitano, mas não como centro comercial suaíli, cujas operações procuravam furtar-se à atenção portuguesa. [...] os bairros moslins da cidade, com seu xeque [*sheik*], continuavam ativos, e seus mercadores aproveitavam a impotência ou o descaso de Lisboa para dar nova vida às rotas comerciais que ligavam o interior do atual Zimbábue ao mar Vermelho, ao golfo Pérsico e à Índia.⁷⁰⁰

Por isso, não causa espanto que, no início do século XVII, após a assinatura do Tratado de 1629, o Butua tenha acolhido os comerciantes mouros refugiados do Monomotapa e estes tenham, rapidamente, se integrado às redes formadas pelos *suaílis* e os *mwenye*, os *shona* islamizados. Não passavam despercebidas pelos portugueses do altiplano as suas atividades comerciais e, menos ainda, as notícias sobre sua atuação política que, no início dos anos 1640, davam conta de que a comunidade islâmica tinha entre os herdeiros do trono do Butua um importante aliado, ligado à família de um poderoso *sheik* local por laços de matrimônio.⁷⁰¹ Quando, apoiado por este grupo, o pretendente destronou o irmão e assumiu o domínio do reino, o rei deposto refugiou-se em Manica, onde encontrou Sisnando Dias Baião e lhe pediu ajuda.

Sisnando Dias Bayão, chamado de *Mossuampaca* por seus subordinados africanos, foi o arquétipo do *prazeiro* conquistador e senhor da guerra do Zambeze. Genro de Lourenço de Matos, o *Maponda*,⁷⁰² herdou do sogro parte

⁶⁹⁸ Idem, p.64.

⁶⁹⁹ Parte significativa da documentação datada a partir do final do século XVI refere-se às condições das “ruínas” da fortaleza de Sofala e seu gradual abandono, embora, formalmente, ela ainda estivesse em funcionamento. De fato, em meados do XVII os conselheiros régios passaram a debater a possibilidade de cessar as atividades e desativar permanentemente as instalações. Cf. “Carta do vice-rei da Índia para El-rei”. 27 de julho de 1651. AHU_CU_064, Cx.2, D.89; “Parecer do Conselho sobre a carta do vice-rei da Índia”. Lisboa, 8 de janeiro de 1652. AHU_CU_064, Cx.2, D.90; “Ordem Régia”. Lisboa, 6 de fevereiro de 1652. AHU_CU_064, Cx.2, D.91.

⁷⁰⁰ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...*, op.cit., pp.678-679.

⁷⁰¹ Alberto da Costa e Silva sugere que, talvez, esse poderoso *sheik* fosse aquele a quem Mavura recompensara com a posse de uma área aurífera em Entomboé por seu auxílio na disputa contra Kapararidze. SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...*, op.cit., p.679.

⁷⁰² O *Maponda* já era um homem muito poderoso no vale do Zambeze quando, no início do século XVII interveio numa disputa de terras entre o rei dos tonga e alguns indivíduos portugueses. As terras, que originalmente pertenciam aos tonga, haviam sido tomadas anos antes, à força, por

de seus domínios e os expandiu, lançando mão de um numeroso exército particular que crescia consideravelmente a cada nova conquista. Por volta de 1640, quando socorreu o rei de Teve contra uma série de levantes do povo *tonga*, recebeu como recompensa uma enorme extensão de terra, que equivalia a toda a região norte do reino. O prazo *Cheringoma*, formado a partir desse território, foi um dos maiores, mais longevos e mais célebres de toda a história do vale do Zambeze. Pouco depois, de passagem por Manica em outra de suas expedições de conquista, acolheu o pedido de ajuda do rei destituído do Butua, talvez “sentindo poder ser aquela a sua oportunidade de repetir as dramáticas conquistas dos espanhóis nas Américas”, como supôs Malyn Newitt, mas, mais provavelmente, por vislumbrar a possibilidade de, a uma só vez, derrotar os mouros e tomar não apenas o controle das minas, mas também da ampla rede comercial que ligava o Butua aos mercados árabes e indianos.

Dirigindo-se imediatamente ao Butua, derrotou o pretendente ligado aos mouros, reconduziu o rei deposto ao trono, mandou construir uma fortaleza e a guarneceu com alguns de seus melhores homens. Durante 18 anos, Baião foi a personagem mais poderosa do vale do Zambeze. Nesse período, no interior da comunidade luso-africana, acumulou muitos rivais e inimigos, que aproveitaram a oportunidade de envenená-lo em 1644 quando, no seu regresso do Butua em direção a Sena, estacionou na feira de Luanze. À notícia de sua morte, os homens que deixara em Butua abandonaram imediatamente o forte e as terras daquele reino, “e parece que a presença portuguesa em Butua morreu com ele”⁷⁰³ – talvez não sem antes reiterar, no imaginário da população deste reino e, principalmente, entre a poderosa comunidade mercantil moura, a imagem repulsiva que os portugueses vinham projetando no sertão desde o século anterior.

Daí em diante, as fontes levam a crer, o Butua se consolidou como o refúgio de todos os insatisfeitos com a condução da política de Mavura: *suaílis*

sertanejos cujos nomes se perderam no tempo. Quando o rei dos tonga iniciou um movimento para tentar retomá-las, Matos interveio, derrotou o exército tonga e matou o soberano. Mas não devolveu as terras aos reclamantes portugueses; alegando que as “ganhara com seu arco”, o *prazeiro* manteve a posse das terras que, à sua morte, foram herdadas por Sisnando Dias Baião e se constituíram no núcleo a partir do qual o mais poderoso *prazeiro* da história do Zambeze construiu seu império pessoal. Cf. LOBATO, A. *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p.91.

⁷⁰³ NEWITT, M. *História de Moçambique...*, op.cit., p.99.

e *mwenye*, aristocratas e gente do povo shona. Justificavam-se, portanto, os temores de Siti Kazurukumusapa; se houvesse alguma reação à sua coroação, muito provavelmente esta teria no Butua seu centro irradiador e se concretizaria, primeiro, em ataques aos *bazares* fronteiriços aos dois reinos. Stan Mudenge chega a especular que, no Butua, poderiam se estar armando exércitos para apoiar um ataque de Kapararidze à corte do *mutapa* antes mesmo da coroação de Siti.⁷⁰⁴

Enquanto ainda permanecia em Chidima, Siti enviou pessoalmente seu tutor e conselheiro, o frade João de Melo, em uma espécie de missão secreta – que o príncipe, enigmaticamente, se resumiu a definir como “assuntos diversos de grande importância para a nossa pessoa”,⁷⁰⁵ ameaçando adiar seu batismo em caso de insucesso da missão do dominicano. É possível, como sugere o historiador zimbabuano, que a missão confiada ao padre fosse a de organizar, junto aos portugueses de Dambarare, as forças necessárias para vencer ou neutralizar as supostas forças pró-Kapararidze estacionadas no Butua. Mas pode-se imaginar, também, que Melo tenha sido enviado para sondar os humores no principal *bazar* do Monomotapa e coletar informações que ajudariam o príncipe a traçar estrategicamente seus primeiros atos como soberano. Embora seja impossível saber qual foi a missão confiada ao dominicano, ela deve ter sido desempenhada a contento, já que em 4 de agosto de 1652 o *mutapa* Siti Kazurukumusapa, sua esposa e seus amigos e conselheiros mais próximos tomaram o batismo das mãos de João Melo, adotando os nomes de Dom Domingos (de onde parte dos informantes coevos e parcela expressiva da historiografia derivou o nome “Siti Domingos”), Dona Luísa, Dom João, Dom Sebastião, Dom Ferdinando e Dom Pedro. Entre os membros da aristocracia *shona* que permaneceram fiéis a Mavura e, agora, a seu filho, muitos também se tornaram cristãos, juntamente com dois dos filhos de Siti, dos quais aquele que o *mutapa* esperava que fosse seu sucessor recebeu o nome de Dom Miguel.⁷⁰⁶

A cerimônia de batismo foi descrita, pelo próprio *mutapa*, como um evento memorável: ricamente vestida, a família real caminhou do *zimbabué* até a igreja

⁷⁰⁴ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.273.

⁷⁰⁵ “Monomotapa”, op.cit., p.446.

⁷⁰⁶ SANTA CATHARINA, L. op.cit., p.377.

acompanhada de sua nobreza e escoltada por soldados da fortaleza e pelos religiosos de São Domingos, ao som de instrumentos musicais e acompanhados por dançarinos.⁷⁰⁷ Tão festiva quanto o ritual religioso em si, foi a recepção da notícia em Lisboa e no Vaticano. Em Roma, o Mestre Geral da Ordem dos Pregadores, frei João Batista de Marines, mandou gravar um breve relato do fato, em latim, em uma grande placa de bronze. Em Lisboa, o batismo do *mutapa* foi celebrado em missa solene no Convento de São Domingos, à qual compareceu toda a corte de D. João IV.⁷⁰⁸ Embora o frei Lucas de Santa Catharina tenha registrado, mais de um século depois, que

Batizado o imperador daquele grande império, não só conseguiram os nossos religiosos ver estendia a cristandade por toda aquela *cafraria*, à imitação do seu monarca, mas pelo tempo adiante deram também à Ordem e à Congregação um filho que a não desmereceu, nem pela pessoa, nem pela capacidade.⁷⁰⁹

Este episódio, na verdade, marca o ponto máximo da influência dominicana no planalto do Zambeze. O menino a quem Santa Catharina se refere é aquele batizado D. Miguel, “herdeiro da Coroa do Monomotapa”, que, educado pelos frades, ingressou na Ordem e obteve o título de Mestre em Teologia por volta do ano de 1670. Morreu em Goa, exercendo o cargo de Vigário de Santa Bárbara. No planalto, nos anos seguintes “começou a crescer a zizania na seara de cristo” quando outras ordens religiosas passaram a solicitar autorização do Administrador Eclesiástico para se estabelecer nas terras do Monomotapa, “sem haver respeito a que era labor e trabalho da de S. Domingos, tão próprio como antigo e frutuoso”.⁷¹⁰

Além da concorrência religiosa, os dominicanos passaram a enfrentar a resistência crescente dos *prazeiros*. Não se sabe exatamente porque, mas os *prazeiros* andavam insatisfeitos com o reinado de Kazurukumusapa; a única pista de que a historiografia dispõe é uma carta escrita por D. João IV ao vice-rei da Índia, na qual o monarca português menciona – mas não especifica –

⁷⁰⁷ “Monomotapa”, op.cit., p.447.

⁷⁰⁸ SANTA CATHARINA, L. op.cit., p377.

⁷⁰⁹ Idem, p.378.

⁷¹⁰ Idem, ibidem.

alguns favores que deveriam ser prestados ao *mutapa*.⁷¹¹ Supor, porém, que os favores solicitados se referissem, de qualquer modo, a alguma forma de controle sobre a atuação dos *prazeiros*, embora seja consistente com a documentação disponível para períodos posteriores, neste caso não passaria de especulação. O que se sabe ao certo é que, devido à insatisfação dos particulares portugueses, o reinado de Siti Kazurukumusapa foi curto. Três anos após sua coroação, os *prazeiros*, provavelmente liderados por António Lobo da Silva, genro de Sisnando Dias Baião, pegaram em armas, levantaram-se contra o *mutapa* e o mataram.⁷¹² Fonte localizada por Stan Mudenge na Biblioteca da Ajuda, informa que Siti foi queimado vivo pelos portugueses.⁷¹³

Em 1655, quando Siti morreu, os dominicanos foram surpreendidos pela oposição de um grupo que congregava importantes mercadores portugueses e parte da aristocracia *shona*; sua influência passara a ser abertamente questionada por membros de sua própria comunidade. O candidato dos religiosos ao trono era um irmão de Mhande Mavura, um *shona* cristianizado que recebera o nome de Dom Afonso; o grupo português rival apoiava as pretensões de um filho mais novo de Mavura, Kambarapasu Mokombwe. No centro da disputa, novamente estava colocada a questão da legitimidade das pretensões de ambos. Dom Afonso recorreu às regras de sucessão colateral para justificar suas aspirações; Mokombwe, também cristão, talvez imaginasse que as regras de sucessão haviam sido definitivamente modificadas a partir do reinado de seu pai que, afinal, havia transmitido o trono, em linha direta, para um dos filhos mais velhos.

Conforme já referido, devido à própria lógica que regia o sistema de sucessão colateral, conflitos de precedência eram comuns em todas as situações em que se fazia necessário entronar um novo *mutapa*. Mas não há dúvida de que a interferência cada vez mais intensa dos diferentes agentes portugueses nas dinâmicas internas à política *shona* conduziu o reino a situações em que se tornava praticamente impossível determinar, com

⁷¹¹ “Carta de El-Rei para o vice-rei da Índia”. Lisboa, 15 de março de 1655. RSEA, vol. 4, p.330.

⁷¹² Em 1667, Manuel Barreto informava que, durante o governo de D. Francisco de Lima, que compreendeu o período entre 1652-1657, o *prazeiro* António Lobo da Silva, nomeado capitão-mor da Mocaranga “com sua pessoa e poder”, enfrentou aquele grande rei [mutapa], do que se pode inferir, com alto grau de segurança, a participação deste português no levante que culminou na morte do mutapa. A questão será retomada adiante.

⁷¹³ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.274.

segurança e em acordo com o direito consuetudinário, a legitimidade de um ou de outro pretendente. Sabe-se, por exemplo, que os descendentes daqueles que haviam declinado ao trono perdiam definitivamente todos os direitos de sucessão. Talvez tenha sido essa característica que levou Eric Axelson a afirmar que D. Afonso não tinha direito ao título de *mutapa* – ele não sucedera seu irmão, como era esperado.⁷¹⁴ Entretanto, há que se considerar o fato de que, até onde as fontes permitem afirmar, Afonso não declinou, propriamente – a coroação de Siti Kazurukumusapa foi articulada por seu pai e defendida pelos dominicanos. Não se sabe se Afonso se opôs a ela e, em caso afirmativo, se arregimentou forças suficientes para reclamar o título.

De outra parte, se a linha sucessória, a partir de Mavura, passaria de pai para filho, Mokombwe não teria direitos a reclamar. Nesse caso o trono deveria, automaticamente, ser transferido para um dos filhos de Siti Kazurukumusapa, o que não estava em causa nesta disputa. Stan Mudenge novamente advoga pela tese da sucessão colateral ao afirmar, categoricamente, que o direito de sucessão de D. Afonso era anterior ao caso em tela, remetendo, de fato, ao próprio reinado de Siti.⁷¹⁵ Neste caso, novamente se atinge o limite imposto pela documentação, na medida em que esta nada informa sobre a reação de Afonso à coroação de Siti.

O que parece claro é que a desestruturação que atingiu o mundo *shona* chegou, neste momento, ao próprio coração da organização do poder. Nas palavras de Malyn Newitt, “esta disputa sucessória, na qual os candidatos eram apoiados por facções portuguesas rivais, revelou a impotência dos chefes *caranga* [*shona*]”.⁷¹⁶ Em outras palavras, o problema da sucessão dos *mutapa* passara da esfera do direito costumeiro para o campo de batalha, onde a legitimidade era conferida pelo grupo português que dispusesse do maior poder de fogo. Os dominicanos ainda demonstraram alguma força nessa disputa, obtendo a coroação de D. Afonso que, em agradecimento, escreveu ao rei de Portugal, seu homônimo, solicitando a permanência em seu *zimbabué* de um certo frei Marcelo de São Domingos, recomendando grandemente o trabalho da Ordem de São Domingos naquelas partes e pedindo ao rei que fizesse muitas

⁷¹⁴ AXELSON, E. op.cit., p.136.

⁷¹⁵ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.274.

⁷¹⁶ NEWITT, M. *História de Moçambique...*, op.cit., p.92.

mercês aos membros da mesma que participavam da missão evangelizadora no planalto.⁷¹⁷ A carta de D. Afonso é reveladora não apenas do dissenso entre os diferentes grupos portugueses no vale e no altiplano; o parecer sobre ela, emitido pelos membros do Conselho Ultramarino, revela o crescente grau de insatisfação metropolitana com a atuação de dominicanos, oficiais e mercadores na África austral.

Ocorre que, na mesma missiva em que elogiava o trabalho dos frades da Ordem, o *mutapa* D. Afonso pedia a manutenção e conservação de vinte homens no presídio de seu *zimbabué*. A partir dessa pequena informação, já se inferiu que Afonso se sentia inseguro em seu próprio trono.⁷¹⁸ É possível que assim tenha sido. Mas há outros elementos a considerar. Como estabelecia a regra, a carta foi enviada ao Conselho Ultramarino e este, antes de emitir um parecer a D. Afonso VI, pediu informações a Luís de Mendonça Furtado, ex-governador da Índia, experimentado nos negócios do Índico.

[...] tudo o que o imperador de Monomotapa pede a Vossa Majestade é o mesmo que os governadores de Moçambique fazem por sua conveniência, porque estes vinte homens que se põem no presídio do *zimbabué*, corte deste príncipe, se pagavam por conta da pensão de Moçambique. E sendo a despesa muito considerável para a fazenda de Vossa Majestade, é a pouco custo dos nossos governadores, pela conveniência de pagarem com suas roupas, [...].⁷¹⁹

Em outras palavras, o parecer sugere que o *mutapa* pedia ao rei de Portugal a execução de uma atribuição que, à época, cabia contratualmente aos governadores de Moçambique. Segundo Eugênia Rodrigues, os pagamentos do presídio não estiveram sempre consignados no contrato dos capitães de Moçambique que, conforme já referido, deveriam suportar as despesas da administração em troca do exclusivo comercial.⁷²⁰ Ainda que no tempo dos Filipes tenha-se experimentado a administração direta, o parecer sugere que a Coroa lusitana voltou ao antigo formato dos contratos de arrendamento das

⁷¹⁷ “Carta do Monomotapa a D. Afonso VI”. Zimbabué, 20 de abril de 1663. AHU_CU_064, Cx.2, D.119.

⁷¹⁸ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.274.

⁷¹⁹ “Carta do Monomotapa a D. Afonso VI”, op.cit.

⁷²⁰ RODRIGUES, E. “Resenha crítica: A Costa Oriental Africana (1640-1668). O Monopólio dos capitães, de Rui Miguel Costa Pinto”. Disponível em: http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS08_291.pdf. Acesso em 12/03/2016. p.296.

feitorias e fortalezas. Na prática isto significava que, em troca da total liberdade de comércio na região dos Rios, o capitão de Moçambique deveria pagar uma taxa anual diretamente à Coroa portuguesa e arcar com as despesas ordinárias da fortaleza – manutenção de fortificações, artilharia, pagamento de tributos aos reis e chefes do vale e do planalto e, no caso em análise, aparentemente, dos soldos da guarnição permanente do zimbabué do Monomotapa.⁷²¹

Luís Filipe Thomaz chamou a atenção para o fato de sempre ter existido no Estado da Índia uma rivalidade latente entre os agentes da Coroa e os mercadores privados – ainda que, frequentemente, esses fossem as mesmas pessoas.⁷²² Uma primeira leitura da fonte leva a crer ser esta a desconfiança de Furtado: que, aliado ao *mutapa*, o governador de Moçambique estivesse tentando debitar da Fazenda Real portuguesa os pagamentos que deveria descontar de seus próprios cabedais. Mas a desconfiança do ex-governador da Índia se estendia – com mais vigor – aos dominicanos, a quem acusava de faltas graves:

Que esta carta é feita por frade padre dominico, e este príncipe, de cuja cristandade se faz tanta ostentação, não tem de cristão mais que o nome, pela cerimônia do batismo, a que nenhum gentio daqueles tem repugnância. E depois de batizados continuam como de antes, seu errados e profanos ritos, e já nos anos passados veio outra carta de frei João de Melo, da mesma região, que então assistia àquele príncipe, com a mesma situação; para acomodar melhor seus interesses, como foi conseguir a administração dos Rios.⁷²³

Há pouco mais de meio século circulavam já em Portugal acusações de desvios de conduta e finalidade praticados pelos dominicanos na África austral. Conforme destacado no terceiro capítulo, em 1605 Filipe III se queixara da diminuição do número de cristãos em Moçambique e Rios de Cuama, jurisdições espirituais entregues aos dominicos, “por falta de ministros diligentes e por

⁷²¹ Conforme referido no primeiro capítulo, no vice-reinado de Matias de Albuquerque (1591-1597) os capitães deixaram de receber ordenado por seus serviços; o contrato deste cargo passou a exigir o pagamento anual de quarenta mil cruzados. Em troca, o capitão tinha total liberdade de comércio na região dos Rios. A Fazenda Real arcava com as despesas referentes às fortificações e obras necessárias, artilharia, pagamento de soldos e de tributos aos reis e chefes. O contrato foi alterado na primeira década do *Seiscentos*, quando passou a incluir o pagamento das despesas ordinárias da fortaleza entre as obrigações do capitão.

⁷²² THOMAZ, L.F., op.cit., p.201.

⁷²³ “Carta do Monomotapa a D. Afonso VI”, op.cit.

ocuparem-se de assuntos mundanos em vez de seu dever”;⁷²⁴ dez anos depois, o mesmo monarca ordenava o recolhimento de todos os missionários de São Domingos acusados de comerciar na região dos Rios. Se é certo que a situação se alterou a favor dos dominicanos quando da aproximação destes com Diogo Simões Madeira e Gatse Lucere, e atingiu seu ponto máximo no reinado de Mavura, também não há dúvida razoável de que, no reinado de D. Afonso, desafiados pelos comerciantes particulares e desmoralizados tanto pelos funcionários da administração lusa em Moçambique quando pelas autoridades em Lisboa, os dominicanos viram sua influência no planalto minguar na proporção inversa àquela em que os jesuítas recuperavam seu prestígio junto aos mercadores privados e às autoridades locais e metropolitanas.

Quanto a D. Afonso, foi morto por um grupo de portugueses e *mocoque*⁷²⁵ que

[...] se descontentaram do pobre rei sem culpa sua e lhe deram guerra. Antes de chegarem ao rompimento da batalha, estando os exércitos quase à vista, os *encosses* [*inkosi*], que são os senhores e titulares cafres daquele império, mataram o pobre rei (coisa entre os cafres sem exemplo) por medo dos portugueses e se lhe vieram sujeitar, para que fizessem rei quem quisessem.⁷²⁶

A morte de D. Afonso indica, por um lado, que seus temores não eram injustificados e, de outra parte, marca o momento máximo da desorganização política que se abateu sobre o planalto em meados do *Setecentos*. Desarticulada, a aristocracia *shona*, cujas bases sociais de sustentação haviam sido completamente desestabilizadas pela atuação lusitana, não conseguia fazer frente às investidas portuguesas. O regicídio “entre os *cafres* sem exemplo” pôs a nu o esgarçamento do tecido social *shona*. Por seu turno, os lusitanos não lograram substituir o poder tradicional, já que careciam de uma autoridade central firme, capaz de controlar os interesses e a atuação privada de mercadores e *prazeiros* e, no limite, de um projeto de colonização coeso e

⁷²⁴ “Carta de El-rei para o vice-rei da Índia”. op.cit.

⁷²⁵ Designação dada, no vale do Zambeze, aos naturais da Índia.

⁷²⁶ BARRETO, M. “Informação do estado e conquista dos Rios de Cuama...”, op.cit., p.46. Não há datação precisa para a morte de D. Afonso, mas o Padre Barreto, informante que afirma ter estado na região dos Rios quando o assassinato ocorreu, acompanhou o governo de António de Mello e Castro, que teve lugar entre os anos de 1664 e 1667. Cf. MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.275.

consistente, que contemplasse a todos os seus sujeitos naquelas partes de África.

Os jesuítas e a política no Zambeze

Em 1883, em meio ao processo de afirmação imperial contra os interesses das demais potências europeias, nomeadamente a Inglaterra, nas disputas que levariam, nos anos seguintes, à Conferência de Berlim e à Partilha da África, a Sociedade de Geografia de Lisboa publicou em seu *Boletim* uma “Informação do Estado e Conquista dos Rios de Cuama, vulgar e verdadeiramente chamados Rios do Ouro”, escrita por Manuel Barreto, um jesuíta que visitara a África austral na segunda metade do século XVII. Os dados biográficos de Barreto são escassos. Sabe-se que esteve na região dos Rios de Cuama durante o governo de António de Mello e Castro (1664-1667), como Superior do colégio jesuíta de Sena.⁷²⁷

Em 1667, Barreto escrevia a João Nunes da Cunha, vice-rei da Índia: “Manda-me vossa excelência descrever o estado e conquista dos rios de Cuama, pela notícia dos anos que nela assisti, bastantes para a inteligência e compreensão”.⁷²⁸ Assim, sob encomenda, o missionário enviou ao vice-rei um relatório extenso e detalhado, estruturado em itens que correspondem, cada um, às povoações onde se verificava presença portuguesa, tanto na costa quanto no interior – a região dos Rios (vale do Zambeze) e o planalto. No interior de cada item, descrições das terras foram seguidas da avaliação de diferentes cenários políticos – tanto no seio da própria comunidade portuguesa, como das relações entre os lusitanos e as autoridades políticas africanas, bem como de uma série de conselhos e orientações estratégicos para a “melhoria e ampliação destas conquistas”.⁷²⁹ O item intitulado “Terras da Coroa”, de interesse mais imediato para os propósitos deste trabalho, se inicia com uma tentativa de delimitação geográfica das chamadas “Terras da Coroa”:

⁷²⁷ MKENDA, Festo. “Jesuits and Africa”. In: *Oxford Handbooks Online*. 2016. Disponível em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199935420.001.0001/oxfordhb-9780199935420-e-56?print=pdf>. Acesso em 14/05/2017.

⁷²⁸ BARRETO, M. “Informação do estado e conquista dos Rios de Cuama...” op.cit., p.33

⁷²⁹ Idem, ibidem.

Não possui Sua Majestade nesta grande conquista mais que um triângulo cujo lado pela parte de leste e norte forma a corrente do Rio Zambeze que sobe de Quelimane para o noroeste cento e vinte e seis léguas até chegar a Chicova, seis léguas acima de Tete, o lado pela parte do sul forma uma linha imaginária deitada da Chicova ao porto de Sofala, terá este lado cento e quarenta léguas; o terceiro lado é como base desta pirâmide formada da costa do mar que corre de Quelimane a Sofala por espaço de sessenta léguas.⁷³⁰

Era o final do século XVII; na Europa, inventava-se o conceito de *território*, generalizado no *Setecentos*.⁷³¹ Segundo Iris Kantor, Vera Ferlini e Beatriz Bueno,

Suportes e vetores do processo de formação dos Estados Dinásticos, mapas cumpriram papel estratégico, mediando, projetando e legitimando o exercício da soberania, no reino e nas conquistas ultramarinas. Expressão dos processos de territorialização dos Estados Modernos, eles mereceram investimento permanente proveniente das Coroas europeias, tanto para o aperfeiçoamento das técnicas de representação como para a formação de quadros profissionais especializados em sua feitura.⁷³²

Segundo Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, se desde a segunda metade do século XVI a política *expansionista* – ou, a constituição de *redes*, conforme já referido – convertera-se paulatinamente numa política *imperialista* – ou a tentativa de domínio efetivo de terras e populações – esta postulava o conhecimento e a consolidação do controle das terras encontradas em diferentes partes do ultramar;⁷³³ nas palavras de Beatriz Bueno, tratava-se de um período “em que não estavam mais em jogo mapeamentos costeiros, mas a interiorização, levantamento das potencialidades econômicas e

⁷³⁰ Idem, p.36.

⁷³¹ KANTOR, I, BUENO, B.P.S. e FERLINI, V. “Território em rede: cartografia vivida e razão de Estado no Século das Luzes”. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. Vol.17, nº2, São Paulo, jul/dez, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142009000200002&script=sci_arttext&lng=es. Acesso em 12/04/2014.

⁷³² Idem, ibidem.

⁷³³ CORTESÃO, A. e MOTA, A.T. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa, vol. VI, 1960. p.90.

reconhecimento dos aspectos geográficos das terras descobertas para seu efetivo controle e posse”.⁷³⁴

De sua parte, Ronald Raminelli sustenta que a ambição pelo controle de territórios sempre mobilizou o Estado português a contratar cartógrafos para mapeá-los. Na visão deste autor, é a operação de mapear que transforma o “império distante e desconhecido” – informado pela experiência acumulada de conquistadores e viajantes, que, em Lisboa, a Coroa vislumbrava por meio de cartas, diários, tratados, crônicas, “informações” etc. – em algo “visível e controlável”, expressando, portanto, projetos de centralização do poder. Completada a operação, os mapas passavam a ser os “meios de expandir fronteiras, ampliar o comércio, controlar povos e negociar com impérios rivais”.⁷³⁵

Poderia-se afirmar que uma terceira fase desse movimento europeu de controle efetivo e simbólico do mundo ocorreu no século XIX quando, em pleno processo de colonização dos continentes africano e asiático, os mapas inventaram territórios. Em um dos capítulos de seu livro *Comunidades Imaginadas*, Benedict Anderson se dedicou a demonstrar como três instituições de poder – o censo, o mapa e o museu – contribuíram para moldar “a maneira pela qual o Estado colonial imaginava o seu domínio – a natureza dos seres humanos por ele governados, a geografia do seu território e a legitimidade do seu passado”.⁷³⁶ Especificamente no que tange aos mapas, o autor recorreu ao trabalho do historiador tailandês Thongchai Winichakul, que se dedicou a compreender a formação territorial da Tailândia contemporânea (antigo Sião). Segundo Winichakul, antes da investida europeia na Ásia, existiam apenas dois tipos de mapas no Sião; um deles, cosmográfico, consistia numa representação simbólica formal dos Três Mundos da cosmologia budista – “a única viagem para a qual ele servia era a jornada em busca do mérito e da salvação”.⁷³⁷ O segundo tipo consistia em diagramas de orientação para campanhas militares e

⁷³⁴ BUENO, B.P.S. “Entre teoria e prática: a cartografia dos engenheiros militares em Portugal e no Brasil, séculos XVI-XVII”. In: *Terra Brasilis* (Nova Série), 7-8-9, 2012. P.2. Disponível em: <https://terrabrasilis.revues.org/271>. Acesso em 12/04/2014.

⁷³⁵ RAMINELLI, R. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008. p.30.

⁷³⁶ ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.227.

⁷³⁷ Idem, pp.236-237.

navegação costeira, com anotações sobre os tempos de deslocamento (caminhada e navegação), sem apresentar nenhuma concepção técnica de escala.⁷³⁸ Nenhum dos mapas demarcava fronteiras, e esse ponto é central para a compreensão da inversão da concepção de território – e, por extensão – da própria noção de espaço que se operou na Europa, na passagem do século XVI para o XVII e em África e Ásia a partir do século XIX:

Existiam marcos militares e outras demarcações, e na verdade elas se multiplicavam nas franjas ocidentais do reino, quando os britânicos forçaram a entrada vindo da baixa Birmânia. Mas esses marcos eram dispostos de forma descontínua, em vaus e desfiladeiros estratégicos, e muitas vezes estavam a distâncias consideráveis dos marcos correspondentes dispostos pelos adversários. Eram entendidos horizontalmente, na altura dos olhos, como pontos demarcando a extensão do poder real, e não “do alto”.⁷³⁹

Para o caso do reino do Monomotapa, tal operação se deu paulatinamente a partir da segunda metade do século XVI. A historiografia sobre o tema aponta para a existência de um Estado constituído essencialmente de um pequeno território, conhecido como Mocaranga, no planalto do Zambeze, onde o soberano exercia o mando direto desde o século XV. Fora dessa região, o alcance territorial do poder dos *mutapa* variava de acordo com o prestígio, riqueza e capacidade de ação militar de cada soberano, na administração de um sistema de senhorios e obediências que envolveu, ao longo do tempo, um número grande de reis e chefes do planalto e do vale do Zambeze.⁷⁴⁰

Parece claro que os *sertanejos* e demais informantes portugueses identificaram, entre os reinos da região, uma hierarquia política cujo topo era ocupado pelos sucessivos *mutapa* mas, incapazes de compreender e descrever essas relações nos termos expostos acima, em suas descrições, cartas e ofícios recorreram a duas categorias europeias: a noção de *império* territorial e expansionista – cujo arquétipo nesse período era o Sacro Império Romano Germânico –, e o sistema feudal de suserania e vassalagem. Deste modo, desde o início do século XVI os portugueses estabeleceram o que seria o *império* do Monomotapa em termos de comparação e equivalência com as suas

⁷³⁸ Idem, *ibidem*.

⁷³⁹ Idem, pp.237-238.

⁷⁴⁰ MUSCALU, I.P.O. op.cit., p.131.

conhecidas formas de organização política. Em outras palavras, a documentação produzida desde a chegada dos portugueses à costa índica africana captou “instantâneos” da história política do Monomotapa – marcada por um sistema que, nas condições expostas, se caracterizava por uma área de influência de “fronteiras elásticas” – e os cristalizou na descrição de um *império*, cuja conceituação era baseada em categorias exógenas, europeias.

O próximo passo seria a medição e o estabelecimento de fronteiras que, como ocorreu no Sião de Winichakul e na quase totalidade das colônias europeias do século XIX, criariam espaços contínuos e abstratos,⁷⁴¹

[...] os vazios passam a ter sentido como território, o topológico, antes predominante, visto que o Sião era um conjunto de pontos numa extensão (cidades, monumentos, certos marcos simbólicos, fontes de recursos) articulados, cede lugar à contiguidade e à continuidade, logo, ao euclidianismo.⁷⁴²

Reconhecer que somente no *setecentos* o Estado português formou uma burocracia treinada, que recebia instruções pormenorizadas para viajar às possessões ultramarinas e recolher informações indispensáveis ao governo,⁷⁴³ não significa ignorar que desde pelo menos um século antes parte expressiva da documentação produzida pelos agentes lusitanos na África austral traduzia essa reorientação do pensamento imperial, procurando oferecer alguma medida de referência. Na ausência de cartógrafos e engenheiros militares naquelas partes, não raro jesuítas e dominicanos tomaram para si as tarefas iniciais de mapeamento da região.⁷⁴⁴ Mas, na última década do XVII, foi um

⁷⁴¹ No ápice desse processo, Anderson destaca o “mapa-como-logo”, que teria como origem o costume dos estados imperiais de colorir as suas colônias com uma tinta imperial; assim, “nos mapas imperiais de Londres, as colônias britânicas eram pintadas de rosa-vermelho, as francesas de púrpura-azul, as holandesas de amarelo-marrom, e assim por diante”, de modo que cada colônia aparecia como uma peça separada de um quebra-cabeça e poderia, portanto, ser totalmente destacada de seu contexto geográfico. “Puro signo”, que poderia “ser transferido para cartazes, selos oficiais, cabeçalhos, capas de revistas e manuais, toalhas de mesa e paredes de hotéis”. ANDERSON, B., op.cit., pp.241-242.

⁷⁴² FONSECA, F.P. e OLIVA, J.T. “Espaço e Cartografia: Teoria do Espaço e avaliações da Cartografia e das Paisagens Pictóricas”. In: *Territorium Terram*, vol.1, nº1, p.24-45, out/mar 2012/2013. p.30. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/territorium_terram/article/viewFile/253/337. Acesso em 12/04/2014.

⁷⁴³ RAMINELLI, R. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008. pp.61-62.

⁷⁴⁴ No final do século XVI, para além dos pontos cardeais, João dos Santos já trabalhava com noções de latitude na sua *Ethiopia Oriental* embora ainda medisse as distâncias em termos de “tiros de espingarda”. SANTOS, J. op.cit., passim.

agostiniano, Antônio da Conceição, quem descreveu a geografia do vale e do planalto do Zambeze utilizando como referência, pela primeira vez, os pontos subcolaterais e as coordenadas geográficas (latitude e longitude) medidas em graus, além de operar com a medida padrão de léguas.⁷⁴⁵ No caso da fonte em tela, arranjadas sobre um mapa, as referências utilizadas por Barreto ensejariam um território no qual o “triângulo” sugeriria – ou inventaria? – a extensão territorial das chamadas Terras da Coroa.

A tentativa de delimitar as supostas “terras de Sua Majestade” é coerente com as propostas apresentadas ao longo de todo o documento. Já se afirmou ser Manuel Barreto defensor de uma política imperial para a África austral baseada no firme domínio territorial e militar,⁷⁴⁶ uma leitura atenta da fonte corrobora essa interpretação. Como já referido, o documento foi estruturado em itens correspondentes a cada uma das localidades onde havia presença portuguesa. Uma a uma, as povoações foram descritas por sua localização aproximada e marcos naturais ou geográficos; pela forma como ali se estruturava – ou não – a administração lusitana; pelas características dos moradores (portugueses ou naturais); pelos recursos naturais e econômicos. Ao fim do documento, um capítulo intitulado “Modo e tempo de tirar o ouro”, em que trata exclusivamente do metal amarelo, da localização das minas às condições sociais e materiais de exploração das mesmas.

Deste modo, os leitores de Barreto (Rei, vice-reis, conselheiros e demais autoridades metropolitanas) foram informados de que o governo português nas terras dos Rios se organizava hierarquicamente em torno do capitão-mor de Sena, ao qual estavam sujeitos outros três capitães. Ainda que sujeitos, todos, à relação de Goa, acumulavam as atribuições de juízes ordinários e dos órfãos, provedores dos defuntos e de toda a justiça em seus distritos – nomeadamente Quelimane, “que fica no primeiro ponto do triângulo”, Tete, “que fica no segundo ponto” e Sofala, que o padre situou na Mocaranga. Não passou despercebida ao padre a existência de “vários capitães particulares” nas terras do planalto: em Dambarare, Angoé, Luari e Chipirivi que, providos pelo capitão de Sena ou pelo vice-rei da Índia, nas palavras de Barreto aceitariam a incumbência “com grandes dispêndios de suas fazendas”.

⁷⁴⁵ CONCEIÇÃO, A. “Tratado dos Rios de Cuama”, op.cit.

⁷⁴⁶ RODRIGUES, E. “Resenha crítica: A Costa Oriental Africana (1640-1668)...”, op.cit., p.298.

Na capitania de Quelimane, morariam alguns “portugueses de pouco cabedal e poder e alguns *mocoques*”. Em Sena, A “principal povoação dos Rios”, que, trinta anos antes, contaria com sessenta casados portugueses, Barreto encontrou cerca de “trinta casas de portugueses, acompanhadas de muitas outras de *mocoques* e *manumusungos*”. Tete, “a segunda povoação dos Rios” que, “em tempos passados foi muito frequentada e opulenta” não contava, quando da chegada do jesuíta, com mais de “quarenta casas, entre portugueses e *mocoques*”. Por fim, o missionário dedicou algumas linhas a ratificar o que já tinha sido largamente noticiado por informantes anteriores:

Quando no princípio entramos em os Rios, Sofala era escala de todo o ouro, mas depois se passou o grosso do contrato de Sofala a Sena e Quelimane. Hoje sai por Sofala algum ouro de Manica, que cuida não passa de quinhentas pastas, sendo que por Quelimane saem por ano perto de três mil. O principal contrato de Sofala é o marfim de todo o Quiteve e Manica, com algum âmbar e outras drogas, e de menor nome e quantidade [...].⁷⁴⁷

O quadro apresentado por Barreto sugere um acentuado declínio da população portuguesa nas povoações dos Rios, ao mesmo tempo em que registra a novidade representada pela chegada e instalação, poucos anos antes, dos *mocoque*, os luso-indianos cuja presença no vale aparecerá de forma cada vez mais evidente na documentação produzida a partir da segunda metade do século XVII. De todo modo, ainda que considerados os *mocoque*, da leitura do documento se infere a diminuição do número de moradores diretamente vinculados à administração lusitana – em Lisboa ou em Goa. Em contrapartida, vencendo as rivalidades existentes no seio da própria comunidade portuguesa, alguns indivíduos lograram concentrar imenso poder; a descrição de Manuel Barreto para o caso de Sena ilustra este processo:

Haverá trinta anos, passava de sessenta casados portugueses, a maior parte ricos e poderosos, o que era causa de muitas brigas e mortes, ***pretendendo cada qual ser galo*** [...]. Está agora segura a paz daquela povoação porque os outros poderosos ou são parentes ou feitores de António Lobo da Silva,

⁷⁴⁷ BARRETO, M. “Informação do Estado e Conquista dos Rios de Cuama...”, op.cit., p.44.

em quem todos reconhecem superioridade no préstimo e no poder, junto com muita bondade e verdade.⁷⁴⁸

Em outras palavras, António Lobo da Silva, o *Nhema*, genro de Sisnando Dias Baião, foi capaz de eliminar os muitos concorrentes e vencer toda a oposição que pudesse haver à proeminência dessa família. Em Sena, reputada como a povoação portuguesa mais importante do vale, concentrou o poder político por meio de laços de parentesco – tão caros às sociedades africanas do vale e do planalto, como se viu – e garantiu o domínio da rede mercantil com o estabelecimento de relações de subordinação econômica. Enquanto consolidava o poder da família na povoação e em seu entorno, estendeu seu poder pessoal até o reino do Barué, lançando mão de seus exércitos de escravizados. O caso de António Lobo é emblemático, também, do tipo de relação que se constituiu, nessas partes, entre o oficialato lusitano e os interesses de *prazeiros* e mercadores privados.

António Lobo da Silva foi nomeado capitão-mór da Mocaranga em duas ocasiões: na primeira, designado por D. Francisco de Lima, governador de Moçambique entre 1652 e 1657, teria participado ativamente do levante que culminou com o assassinato de Siti Kazurukumusapa (1652-1655); na segunda, o governador António de Melo e Castro (1664-1667) “o obrigou, com grandes instâncias e promessas, a aceitar a capitania-mor de Mocaranga e a assistência ao zimbabué”.⁷⁴⁹ Segundo Manuel Barreto, “os serviços de duas vezes capitão-mór de Mocaranga, com outros que ele tem e estão na mão de António Arraes, seu procurador, são bastantes para grandes despachos”. Em outras palavras, como capitão particular, de António Lobo seria esperado o dispêndio de grandes somas, especialmente no que toca à manutenção da guarnição do *zimbabué* do *mutapa*. Senhor inquestionável de Sena e suas cercanias, Lobo certamente tinha em conta o incremento de seu poder pessoal, por um lado e, de outra parte, as vantagens que a proximidade com o senhor do planalto traria para os seus negócios. Mas, segundo o jesuíta, “ele, que é muito rico e só deseja honra, não quer outros que o foro de fidalgo e o Hábito de Cristo”.

⁷⁴⁸ Idem, p.40.

⁷⁴⁹ BARRETO, M. “Informação do Estado e Conquista...”, op.cit., p.40.

Do ponto de vista metropolitano, Nuno Monteiro esclarece que, “as monarquias constituíram, com efeito, sistemas de remuneração de serviços”, que, especialmente no espaço ultramarino eram de natureza muito variada. A partir da dinastia de Avis (1385-1580), a Coroa lançou mão de diversos dispositivos que, ao longo do tempo, se revelaram fundamentais para a hierarquização do grupo, em território português, e, mais tarde, para a organização e manutenção de sua rede no ultramar: a titulação e outorga de senhorios (jurisdicionais ou não), excepcionalmente para o espaço Índico as fontes de rendimentos e ofícios e, principalmente, a partir de 1551, a concessão de hábitos das três ordens militares – Avis, Cristo e Santiago.⁷⁵⁰ Para os agentes portugueses no além-mar, por sua vez, as mercês não significavam apenas maiores rendimentos financeiros; cargos, terras e o reconhecimento público do monarca promoviam também ascensão social.⁷⁵¹

É significativo que o pedido de mercê tenha alcançado as autoridades metropolitanas por meio da carta de Barreto. Ao que tudo indica, com o declínio da influência dominicana, os membros da Companhia de Jesus – que, conforme já referido, depois da fracassada missão de Gonçalo da Silveira, retornaram à região em 1607 – galgaram espaços de reconhecimento e poder na sociedade lusitana local. Aliás, o padre não se furtou a criticar a ação dos dominicos que ainda residiam nos Rios e no planalto, dirigindo a eles a acusação – recorrente em diferentes fontes, desde pelo menos o início do século – de que se ocupavam mais com o comércio do que com a “salvação das almas”:

Dentro dos Rios há dezesseis igrejas paroquiais cujos vigários o são juntamente da vara, pela grandeza de seus distritos, nova em terras de El-rei, duas em Manica, cinco na Mocaranga. Destas, seis correm por conta dos padres da Companhia. Uma, que vem a ser a de Sena, é dos clérigos; as nove, dos padres dominicanos. Bem que eles não cultivam mais que seis, porque nas outras não há lucro considerável, e assim, com notável escândalo, deixam ao desamparo o mesmo presídio do *zimbabué*, corte do imperador, ainda que o tenham batizado [...].⁷⁵²

⁷⁵⁰ MONTEIRO, N. G. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: Almanack Braziliense, [S.l.], n. 2, p. 4-20, nov. 2005. ISSN 1808-8139. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/alb/article/view/11615>>. Acesso em: 30 mar. 2015. p.6.

⁷⁵¹ RAMINELLI, R. op.cit., p.20.

⁷⁵² BARRETO, M. “Informação do Estado e Conquista...”, op.cit., p.49.

Talvez seja importante sublinhar que, por um lado, os padres, freis e párocos recebiam seus soldos em mercadorias. Isto significa que não apenas os dominicanos, mas os missionários de todas as ordens, inclusive os jesuítas, tinham que *sambazar* – comercializar os produtos vindos de Portugal para obter ouro e marfim, que, por sua vez, seriam trocados por gêneros de consumo e artigos de uso. “O clero, portanto, tinha *massambazes* e escravos, importava e exportava, provia à própria subsistência como qualquer outro morador”.⁷⁵³ De outra parte, das ordens regulares estabelecidas em Moçambique, apenas os inexpressivos Padres de São João de Deus, instalados na Ilha de Moçambique, tinham subsídio – 1000 cruzados anuais, segundo fonte de 1675 –, destinado ao sustento do Hospital Real.⁷⁵⁴ Para sustentar suas atividades na África austral, as duas congregações – a Companhia de Jesus e a Ordem de São Domingos – se tornaram, elas mesmas, detentoras de *prazos* outorgados pela Coroa portuguesa.

Segundo William Francis Rea, por essa razão, os *prazos* religiosos tinham de ser administrados como todos os outros; os jesuítas dispunham de enormes extensões de terra, essencialmente cultivadas por trabalhadores escravizados – ainda que, eventualmente, pequenos lotes pudessem ser arrendados mediante pagamento.⁷⁵⁵ Detentora de dezessete prazos na África austral, a Companhia incluía-se entre os *prazeiros* mais proeminentes e, por isso, sua missão dependia fortemente da maneira como a economia portuguesa se organizava na região dos Rios.⁷⁵⁶ Assim, não causa espanto que parte significativa dos missionários procurasse se aproximar dos círculos de poder oficiais e extra-oficiais, passando a atuar, em muitos casos, como conselheiros destes.

Em 1916, George McCall Theal, missionário sul-africano que organizou os *Records of South Eastern Africa*, compilação de documentos largamente

⁷⁵³ LOBATO, A. *Evolução administrativa e econômica de Moçambique...*, op.cit., p.104.

⁷⁵⁴ Idem, ibidem. “Carta de D. Afonso VI para o vice-rei da Índia”. Lisboa, 14 de março de 1675. AHU_CU_064, Cx.3, D.11.

⁷⁵⁵ FRANCIS REA, W. *The Economics of the Zambezi Missions: 1580–1759*. Roma: Institutum Historicum, 1976. *Passim*.

⁷⁵⁶ MKENDA, F. *Jesuits and Africa*. Oxford Handbooks Online. Aug.2016. Disponível em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199935420.001.0001/oxfordhb-9780199935420-e-56?print=pdf>. Acesso em 23/10/2016.

utilizada pelos estudiosos do tema até a atualidade, afirmou que os relatos dos jesuítas eram “os mais claros, bem escritos e, de longe, os mais interessantes documentos” até então conhecidos sobre a região, e completou: “comparados aos papéis oficiais ordinários, eles são como mármore polido diante de pedra bruta”.⁷⁵⁷ A crescente familiaridade com os contextos políticos e sociais do sertão, a inserção nas redes comerciais e uma apurada visão estratégica e de conjunto, fruto da notória preocupação da Companhia com a formação acadêmica de seus membros, facilitaram a ascensão dos jesuítas à condição de conselheiros “sobre todos os assuntos”; é nesse contexto que se deve localizar a “Informação” de Francisco Barreto.

Entre os conselhos oferecidos ao vice-rei, Barreto destacava a importância de nomear ao *prazeiro* António Lobo, simultaneamente, capitão de Sena e capitão-mór “de todos os Rios”. O conselho se justificava pelo fato de que Manoel Paes de Pinho, “a primeira coluna daquela conquista”, estava já velho – “decrépito”, nas palavras do informante. A leitura da fonte permite inferir a grande admiração que o missionário nutria por Manoel Paes, por um lado e, de outra parte, autoriza a interpretação de que, na visão de Barreto, seria recomendável que seus sucessores na “conquista” do planalto possuísem precisamente suas qualidades, apontadas na fonte. É digna de destaque a notável semelhança entre o pensamento daquele que é considerado o fundador da Ciência Política, Nicolau Maquiavel,⁷⁵⁸ e o trecho em que o jesuíta descreve os atributos do *prazeiro*:

[...] este tem seu assento e chuambo na foz onde o Aruenha, rio caudaloso, entra no Zambeze. O tratamento de sua casa e pessoa é de príncipe. É muito respeitado e temido de toda a cafraria, ainda do mesmo Marave, que muitas vezes lhe manda motumos (assim chamam os enviados) e saguates, mas por isto mesmo muito invejado e contrariado dos portugueses que querem ser galos, se bem destes mesmos respeitado e temido. É possível ser, ao mesmo tempo, temido, mas não odiado. Tem-se feito temido e respeitado por ser muito grandioso no dar, muito guerreiro e ainda cruel no castigo, que são duas partes que farão qualquer homem adorado entre os cafres.⁷⁵⁹

⁷⁵⁷ THEAL, G.M. *Records of south-eastern Africa, collected in various libraries and archive departments in Europe*. Vol.1. Cidade do Cabo: Struik, 1964. [Tradução minha].

⁷⁵⁸ “[...] o príncipe deve se fazer temer de um modo que, se não conquista o amor, evita o ódio. É possível ser, ao mesmo tempo, temido, mas não odiado”. Cf. MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Trad. Maria Lúcia Cumo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura). [1513]. p.101.

⁷⁵⁹ BARRETO, M. “Informação do Estado e Conquista dos Rios de Cuama...”, op.cit., pp.42-43.

No passado, Manoel Paes de Pinho teria conquistado proeminência na região de Tete por enfrentar com sucesso a resistência de diferentes povos habitantes da grande área que os portugueses, genericamente, designavam por Botonga. Quando da chegada de Barreto, Paes se via às voltas com outros povos que, provenientes da mesma área, seguiam para as terras de Sena, ameaçando os portugueses aí instalados. Feito o diagnóstico, o parecer do missionário era taxativo: “aproveite-se Vossa Excelência do tempo, porque se morrer Manoel Paes, logo se levanta toda a Botonga, de Sena e Tete, tomando todos os caminhos por terra e águas e toda a comunicação com a Mocaranga”.⁷⁶⁰ Em suma, nos trechos destacados, Barreto enaltecia as qualidades do “decrépito” Manoel Paes de Pinho que, em seu relato, cumpria a função de arquétipo do conquistador que, na visão do jesuíta, seria adequado para a região dos Rios e do planalto; identificava em António Lobo da Silva os atributos esperados daquele que deveria encabeçar os esforços da Coroa portuguesa para a conquista efetiva daquelas partes, sugerindo que os laços entre uma e outro se estreitassem a partir da concessão de uma mercê e, por fim, diagnosticava a permanência de tensões e resistências no Botonga e, como se verá a seguir, no próprio coração do planalto.

“Povos rebeldes”

Após a morte de D. Afonso (1655-c.1663), Kambarapasu Mukombwe (c.1663-1692), filho de Mavura, “casta real, mas muito ladino e muito ardiloso”, ascendeu ao trono.⁷⁶¹ Em sua “Informação”, Barreto sugeriu que o levante contra D. Afonso, comandado por António Ruiz de Lima, tinha como propósito a instalação de Mukombwe no trono. Novamente, uma fonte leva a crer que as disputas no interior da comunidade portuguesa interferiram decisivamente na condução da política interna do Monomotapa. Cedo o novo *mutapa* percebeu a necessidade de controlar seus aliados lusitanos: Ruiz de Lima e o frade

⁷⁶⁰ Idem, pp.43-44.

⁷⁶¹ BARRETO, M. “Informação do Estado e Conquista dos Rios de Cuama...”, op.cit., p.46.

dominicano Simão Gomes, “ambos ricos mercadores”⁷⁶² a quem Mukombwe concedeu o monopólio do comércio da Maramuca, voltaram-se contra Gonçalo João, português que havia obtido a permissão do *mutapa* para ocupar algumas das terras no entorno da povoação. Segundo o jesuíta, os dois aliados de Mukombwe conspiraram contra Gonçalo João, estimulando os chefes submetidos na Maramuca a levantarem-se contra ele, inclusive disponibilizando armas e homens. Surpreendido, João foi rapidamente vencido pelas forças dos chefes, perdendo terras e muitos homens.

A Maramuca, “grande província ou reino de Mocaranga, cujos naturais são *botonga*”, era tida pelos portugueses como a terra

[...] mais abundante de ouro que se sabe e donde se poderiam tirar por ano muitas mil pastas se fosse nosso, mas os cafres senhores da terras não querem se tire mais ouro que o preciso para que os portugueses lhe não cobicem e senhoreiem suas terras. [...] é esta terra por si mais que um Ducado de Bragança [...].⁷⁶³

Logo, não causa espanto que a área tenha se transformado em pivô das disputas e rivalidades no interior da comunidade portuguesa. O episódio acendeu um sinal de alerta no *zimbabuê*; preocupado com o crescimento do poder pessoal de António Ruiz de Lima, o *mutapa* solicitou providências às autoridades portuguesas nos Rios e em Lisboa. Ao incidente da Maramuca, somava-se o incômodo de Mukombwe com o fato de que o *sertanejo* e seus aliados, desde o reinado de D. Afonso, vinham acumulando à força e contra todas as determinações das duas Coroas, as terras das cercanias de Dambarare, a esta altura um dos principais *bazares* do planalto. O *mutapa* não hesitou em manifestar seu incômodo em inúmeros apelos dirigidos tanto às autoridades portuguesas dos Rios quanto àquelas instaladas na Índia e em Lisboa.⁷⁶⁴ Em 1673, o frei Manoel de Gouveia solicitava a D. Afonso VI:

Que Vossa Alteza devia mandar que houvesse nos Rios um capitão-geral com duzentos homens, que com sua assistência em Sena e com grandes poderes fizesse não só entregar ao Imperador de Monomotapa as terras que os moradores dos

⁷⁶² MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.275.

⁷⁶³ BARRETO, M. “Informação do Estado e Conquista dos Rios de Cuama...”, op.cit., p.47.

⁷⁶⁴ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.276.

Rios lhe tinham usurpado contra a vontade de Vossa Alteza e impedisse as tiranias que eles faziam ao Imperador e vassalos com injustiças [...].⁷⁶⁵

O parecer do Conselho Ultramarino sobre este pedido, emitido dois anos depois, era enfático ao recomendar que “se não deve por ora alterar coisa alguma, enquanto não houver rendimento para se poderem substituir estes dispêndios”.⁷⁶⁶ Já o governador de Moçambique, António de Melo e Castro, foi convencido de que a presença portuguesa nas terras de Dambarare amedontrava os chefes e as populações, que relutavam em trabalhar nas minas de ouro, e enviou o capitão-mór de Sena, Francisco Pires Ribeiro, com o objetivo de ordenar aos portugueses aí instalados que devolvessem as terras à soberania do *mutapa*. Manuel Barreto informa que “não efetuou Francisco Pires esse desejo, nem convinha se efetuasse, porque os portugueses sem terras e sem vassalos ficam decepados, sem serviço e sem poder”.⁷⁶⁷ Assim colocado, o problema se referia à posse efetiva da terra, amplamente defendida e justificada por Barreto que, consciente da fragilidade militar da Coroa lusitana na Índia, preconizava a “conquista” do planalto por meio de *prazeiros* poderosos. “Aquela conquista faz-se e deve-se com a gente da mesma conquista prática nas terras, acostumada às marchas daqueles matos e ao clima”.⁷⁶⁸ Não se tratava, contudo, de “qualquer” *prazeiro*, mas daqueles que reunissem as qualidades por ele anteriormente elencadas. Deste modo, o jesuíta não se furtou a criticar a conduta de *sertanejos* e *prazeiros* cuja atuação no planalto prejudicava os interesses do conjunto da comunidade portuguesa, incluindo a Coroa. Enquanto a opinião geral de seus contemporâneos era a de que os *shona*, preguiçosos, extraíam ouro em quantidades apenas suficientes para cobrir suas pequenas despesas cotidianas, Barreto afirmava que

Muitas causas concorrem para haver pouco ouro. Primeiro, a repugnância dos encosses [*inkos*], que não querem se cave em suas terras para que os portugueses lhas não apeteçam. Este inconveniente se evita sendo todas as terras de ouro dos portugueses, porque os cafres, então como vassalos,

⁷⁶⁵ “Parecer do Conselho Ultramarino”. Lisboa, 26 de janeiro de 1675. AHU_CU_064, Cx.3, D.10 e D.11.

⁷⁶⁶ Idem, *ibidem*.

⁷⁶⁷ BARRETO, M. “Informação do Estado e Conquista dos Rios de Cuama...”, *op.cit.*, p.46.

⁷⁶⁸ Idem, p.40-41.

trabalhariam em tirar o ouro quanto seus senhores quisessem. Segundo, a falta de gente, que é grande em toda a cafraria, porque muitas crianças não se logram, muitas pestes ou pragas de gafanhoto, muitas guerras e extração de cativos a diminui [...] mas a principal causa da falta de gente é o mal modo dos portugueses, de cuja força fogem os cafres para outras terras [...]. A terceira causa da falta de ouro [é] porque em o *morondo* [mina] respondendo bem, logo um poderoso – e, à falta deste, qualquer mocoque – se chega para ele com sua gente e cativos, onde tantos roubos e forças fazem aos pobres cavadores de minas que têm estes por melhor partido esconder o ouro do que tirar mais incentivo à nossa cobiça e sua desventura.⁷⁶⁹

Segundo Nogueira da Costa, o autor que apontou o caráter de subsistência da produção das *mucha* até a assinatura do Tratado de 1629, como referido no segundo capítulo, sendo realizado nas “épocas mortas” – os períodos não produtivos do ciclo agrícola – o tributo em trabalho pago ao *mutapa*, convertido em produção aurífera, não comprometia a realização das atividades básicas, fundamentais à sobrevivência dos shona. Mas, na década de 1630, na sequência da assinatura do Tratado, quando a penetração mercantil atingiu “proporções sem precedentes”, milhares de camponeses foram recrutados pelos mercadores, à força, para o trabalho de mineração⁷⁷⁰ – Manuel Barreto referiu uma quantidade “infinita” de homens, mulheres e crianças envolvidas nesses trabalhos.

O autor moçambicano destaca que o recrutamento massivo de mão-de-obra desorganizou totalmente a atividade de produção de subsistência nas *mucha*, não apenas pelo desvio sistemático da força de trabalho, que resultava em baixa produtividade agrícola, mas também devido aos inúmeros acidentes ocorridos na execução das tarefas de mineração. Ainda com relação à eliminação física de número significativo dos membros das comunidades *shona*, o autor destaca que, sendo as mulheres e crianças as pessoas que geralmente cumpriam as tarefas mais duras e perigosas, conforme já referido, eram elas, por extensão, as principais vítimas de acidentes bastante comuns, como o desmoronamento de minas: “A eliminação física de uma mulher significava a destruição não só da sua capacidade como produtora, mas também como

⁷⁶⁹ Idem, pp.50-51.

⁷⁷⁰ NOGUEIRA DA COSTA, A. op.cit., p.38.

reprodutora. O ‘déficit’ provocado às comunidades camponesas projetava-se no futuro”.⁷⁷¹

Posto desta forma, parece evidente que a população *shona* do planalto procurou, por todos os espaços e meios disponíveis, resistir à presença lusitana que, a esta altura ameaçava não apenas o cerne de seus elementos culturais e religiosos e seus modos de organização tradicional, mas colocava em causa a própria sobrevivência individual e coletiva. Enquanto os *inkosi* buscavam dificultar o acesso dos lusitanos às fontes do metal amarelo, as populações submetidas fugiam em bloco, abandonando apressadamente os seus locais de residência para meterem-se “pelos reinos muito distantes”.⁷⁷² Um registro anônimo, datado de 1683, informava que

[...] o pouco governo e grande senhorio dos portugueses com que viviam os naturais atropelados, o tem chegado a termo que está hoje despovoado. E, por consequência, sem minas. Fugindo seus moradores, el-rei, para viverem, lhes nomeou outras terras [...]. Ficou a maior parte deste reino sem mais gente que os portugueses e seus dependentes e cativos. O mesmo parece agora, o que parecera Lisboa com três homens. Mas, para que de todo não parecesse deserto, entraram as feras em lugar dos moradores. Tantas são, hoje, e tão livres, que até dentro nas casas vêm os leões comer gente.⁷⁷³

Em última instância, portanto, a violência empregada pelos particulares lusitanos na sanha do ouro alcançou, neste momento, o ápice do processo de deterioração das próprias condições necessárias à realização da produção, que diferentes fontes anteriores já deixavam entrever. A um homem observador e politicamente hábil como Barreto, tal cenário não passaria despercebido. Por isso o jesuíta condenava com veemência os “abusos” dos portugueses no planalto; por isso, também, elegeu António Lobo da Silva como candidato ideal à capitania-mor de todas as terras do vale e do planalto. Naquele contexto, apenas Lobo parecia reunir as condições necessárias para centralizar, organizar e disciplinar a ocupação lusitana na África austral. Especialmente diante de Mukombwe, sobre quem já se afirmou ser “o mais inteligente e capaz de todos

⁷⁷¹ Idem, p.40.

⁷⁷² ANÔNIMO. “Sobre os Rios de Cuama”, 1683. Biblioteca da Ajuda, 51-VIII-43, fls.474.

⁷⁷³ Idem, ibidem.

os príncipes que já haviam subido ao trono”⁷⁷⁴ e que, nas palavras de Barreto, paulatinamente se tornou “assaz” temido dos mesmos portugueses que o haviam alçado ao trono.

Na década de 1670 a Coroa portuguesa recebeu uma série de relatórios que indicavam uma desconfiança crescente dos portugueses em relação a Makombwe;⁷⁷⁵ já em 1667, ao apresentar o reino, Barreto informava

[...] Mocaranga se chama o famoso reino do Imperador de Monomotapa [...]. Este imperador, antes da nossa entrada nos Rios, dominava todo o Botonga, que nós hoje senhoreamos, e todo o império do Quiteve [...]; entrando nós, se lhe rebelou um irmão menor, com o império do Quiteve, e nós lhe desmembramos a Botonga do seu império, mas ainda hoje lhe obedece grande parte da Botonga rebelde, e reconhece os reis de Barué e Manica; com isto e a Mocaranga só por si, é ainda hoje um poderoso rei.⁷⁷⁶

Em suma, os povos “rebeldes” do Botonga, que Manoel Paes de Pinho combatia quando da chegada de Barreto à região dos Rios, lutavam por se libertar do jugo português sob o abrigo de Mukombwe. Além destes, os reis de Barué e Manica onde, segundo o jesuíta, os portugueses e *mocoque* possuíam “mais terras que o mesmo rei”, também prestavam obediência ao *mutapa*. Daí o temor inspirado por este “poderoso rei”, que adotou uma série de medidas para neutralizar a influência e o poder dos portugueses no planalto. Ainda em 1667, ao levantar a possibilidade de uma rebelião comandada por Mukombwe, Barreto reafirmava uma vassalagem que *mutapa* parecia não reconhecer:

Este rei de Mocaranga honra sua majestade com o título de Irmão em Armas, mas ele em rigor é vassalo, porque a força d’armas, em tempo do rei levantado Capracina [Kapararidze], os portugueses conquistaram o reino e agora põem e depõem rei todas as vezes que querem. Se este romper em rebelião, convém conquistar de todo aquele reino, repartindo as terras deles pelos portugueses [...].⁷⁷⁷

⁷⁷⁴ BEACH, D. op.cit., 132.

⁷⁷⁵ Cf. MUDENGE, S.I.G., op.cit., pp.276-277.

⁷⁷⁶ BARRETO, M. “Informação do Estado e Conquista dos Rios de Cuama...”, op.cit., pp.45-46. Sobre a ruptura do Quiteve, ver MUSCALU, I.P.O., op.cit., pp.65-66.

⁷⁷⁷ BARRETO, M. “Informação do Estado e Conquista dos Rios de Cuama...”, op.cit., p.46.

A recusa a se reconhecer vassalo dos portugueses foi o primeiro passo da resistência simbólica; treze anos depois, na documentação oficial trocada com as autoridades portuguesas, Mukombwe se apresentava como “o rei de Monomotapa, senhor da Mocaranga, de Mongaz, de Barué, de Chicanga, de Inhaxaco, de langoé etc”. Nenhuma menção a vassalagem ou, ainda, ao título de “irmão em armas” que tanto incomodara a Barreto. Stan Mudenge destaca que esse orgulho estivera totalmente ausente de toda a correspondência de seus predecessores desde Mavura.⁷⁷⁸ Por volta de 1889, o *mutapa* transferiria seu *zimbabué*, que, em função da aproximação com os portugueses, desde o reinado de Gatse Lucere se localizava no vale, para a região, para as terras “sadias e férteis” do planalto.⁷⁷⁹ Quanto à possibilidade de rebelião, que, na própria fonte, contradiz a afirmação de que os portugueses “põem e depõem rei todas as vezes que querem”, esta foi amplamente confirmada pela documentação subsequente. Em 03 de julho de 1682, Gaspar de Souza de Lacerda, recém-nomeado governador de Moçambique e Rios de Cuama, informava a D. Afonso que os mercadores do planalto conviviam constantemente com a ameaça de rebelião do *mutapa*, “o maior inimigo, pelo ser encoberto”.⁷⁸⁰

Encoberto porque, formalmente, atuava como aliado dos portugueses. Nessa condição, três anos antes escrevera uma carta a D. Afonso VI na qual procurava explicar amigavelmente as razões pelas quais falhara uma nova missão de descoberta das minas de prata da Chicova. Makombwe também se queixava da atuação de seu capelão dominicano, que passava apenas três meses do ano em sua corte; os outros nove gastava a negociar nos campos auríferos do planalto. Por essa razão o soberano solicitava sua substituição por dois jesuítas, que seriam mais adequados para espalhar a Palavra em seu reino.⁷⁸¹ Mas, segundo o governador,

[...] algumas cartas que de cá vão de El-rei de Monomotapa são feitas por aqueles que lhe pedem boas informações para Vossa Alteza, e só o selo é do dito rei, que este alcançam eles por pouco mais de nada. E nos informes que ele a Vossa Alteza dá

⁷⁷⁸ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.277.

⁷⁷⁹ BEACH, D. op.cit., p.134.

⁷⁸⁰ “Carta de Gaspar de Souza de Lacerda para El-rei”, op.cit.

⁷⁸¹ Apud MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.277.

do pouco fruto que se faz da cristandade no seu reino, não é nota sua, porque este rei só de cristão tem o nome e o viver de gentio; porque todos os ritos da gentilidade guarda, e nunca assiste aos ofícios divinos, nem se confessa, e quem só guarda os erros da gentilidade pouco zelo tem de nossa Santa Fé [...].⁷⁸²

Se o retorno às práticas religiosas tradicionais significava a reaproximação com seu povo e, conseqüentemente, com sua aristocracia, a correspondência entre o *mutapa*, Afonso VI e António Lobo da Silva sugeria que os laços entre as duas Coroas mantinham-se firmes. Em dezembro de 1678, António Lobo da Silva, então capitão do Monomotapa, descrevia a reação de Mukombwe à resposta, enviada de Lisboa, a uma de suas cartas. Segundo o *prazeiro*, depois de lida a carta pelo *língua*,⁷⁸³ o *mutapa* teria respondido com “tanta alegria e contentamento”,

[...] sim, capitão, o meu tempo em que era moço já passou; porque se fiz algumas coisas mal feitas no meu reino, foi por maus conselhos que me deram alguns portugueses, como vós, capitão, o sabeis muito bem. Isto é o que eu quero que entre mim e meus vassalos e os portugueses haja muita paz e união, e conservação do comércio, como sempre houve em tempo de meus antepassados [...].⁷⁸⁴

Em 1683, contudo, Mukombwe mandou fechar todas as minas de ouro nas terras sob sua autoridade. Embora Stan Mudenge sustente que as minas não chegaram, de fato, a ser fechadas, Nogueira da Costa, Randles, Alpers e outros autores afirmam não o declínio da produção aurífera na década de 1680, mas sua extinção.⁷⁸⁵ Na interpretação de Nogueira da Costa, o encerramento das minas resultou do agudizamento das contradições entre o sistema social *shona* e o impacto da presença portuguesa. Mukombwe teria sido o soberano que iniciou a reação, após 34 anos da assinatura do documento que os portugueses chamaram de “Tratado de Vassalagem”. Nas palavras de Stan

⁷⁸² “Carta de Gaspar de Souza de Lacerda para El-rei”, op.cit.

⁷⁸³ Intérprete que atuava, também, como secretário do *mutapa*.

⁷⁸⁴ “Cópia da carta de António Lobo da Silva para Afonso VI”. 15 de dezembro de 1679. AHU_CU_064, Cx.3, D.77.

⁷⁸⁵ RANDLES, W.G.L. op.cit., p.36.; NOGUEIRA DA COSTA, A. op.cit., pp.42-43; ALPERS, E. *Ivory and slaves in East Central Africa*. Oakland: University of California Press, 1975; ALPERS, E. “Gujarat and the trade of East Africa, 1500-1800”. In: *International Journal of African Historical Studies*, vol.9, 1976, nº1, pp.22-44.

Mudenge, o soberano conduziu uma política de “carrot-and-stick”.⁷⁸⁶ uma dupla abordagem segundo a qual o *mutapa* foi capaz de, sem confrontos diretos, neutralizar a ameaça representada pela presença de António Lobo da Silva em seu zimbabué, acenando aos lusitanos com promessas de paz e comércio, ao mesmo tempo em que procurava recompor o prestígio da monarquia junto à aristocracia e aos povos *shona* e *tonga*.

Além da habilidade política de Mokombwe, dois fatores alheios ao seu controle contribuíram para enfraquecer as pretensões portuguesas de controle do planalto e, conseqüentemente, das minas e do comércio. Como destaca Alberto da Costa e Silva, “os ataques omanis aos estabelecimentos portugueses na costa [...] tornaram impensável que se desviassem para o Zambeze os recursos já tão escassos e que imploravam Mombaça, Melinde, Faza, Zanzibar e a própria ilha de Moçambique”.⁷⁸⁷ Mas foi uma inesperada epidemia de varíola, ocorrida por volta de 1680, a responsável por diminuir a população branca de toda a região dos Rios de Cuama a módicos 50 moradores.⁷⁸⁸ Muitas vilas e estabelecimentos foram abandonados, culturas agrícolas foram deixadas antes da colheita; os agentes comerciais abandonaram os *bazares*, inclusive o de Dambarare. As descrições dão conta de um cenário de completa desolação.⁷⁸⁹ “Quando, com oito mil homens, António Lobo da Silva foi socorrer Manoel Paes de Pinho, que estava sob ataque de um grupo tonga rebelado, ele conseguiu voltar com apenas três mil e trezentos homens, os demais foram aniquilados pela varíola”.⁷⁹⁰ O *mutapa*, então, aproveitou a oportunidade para devolver aos *mambo* dos *tonga* e à aristocracia *shona* as terras que os portugueses haviam tomado e, agora, vagavam – pelo abandono ou pela morte dos ocupantes lusos –, fortalecendo ainda mais as bases de sustentação de um governo que pretendia libertar-se por completo da interferência lusitana.

⁷⁸⁶ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.278.

⁷⁸⁷ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.689.

⁷⁸⁸ Cf. AXELSON, E. op.cit., p.154.

⁷⁸⁹ Idem, *ibidem*.

⁷⁹⁰ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.277.

A Revolta de 1693-1695

Mesmo após a morte de Mukombwe, em 1692, persistiram ecos da ambiguidade que caracterizou suas relações com os portugueses. Em vida, embora tenha procurado se reaproximar da religião *shona*, o *mutapa* permitira que seu filho fosse batizado e crescesse na companhia de padres que, em 1696, se compraziam de tê-lo criado “com o ensino da doutrina cristã”. Evidentemente, esse era o pretendente preferido dos lusitanos que, segundo António da Conceição, ainda em vida de seu pai o tinham jurado “por legítimo sucessor ao império”.⁷⁹¹ Mas,

[...] devendo entrar ele no governo, não entrou senão seu tio, Nhacuvimbiri [Nyakunembire], que naquele tempo nos trazia avexados. E por não embaraçar mais o contrato com a perturbação das guerras que intentava continuar com mais força, lhe deram posse do novo governo [...].⁷⁹²

Enfraquecidos no reinado de Mukombwe, os portugueses, que desde o tempo de Mavura haviam se habituado a interferir nos processos sucessórios do Monomotapa, se viram forçados a aceitar um pretendente ao trono que não satisfazia aos seus interesses. Ao contrário, o que o relato de António da Conceição sugere é que antes mesmo de assumir o trono, Nyakunembire (1692-4), irmão de Mukombwe, já era responsável por perturbações no planalto que interferiam diretamente nos já combalidos negócios lusitanos naquelas partes. Para além da ameaça representada pelo novo ocupante do trono, os portugueses se viram às voltas com as cobranças de Nyamaende Mhande, o filho de Mukombwe a quem os lusitanos chamavam D. Pedro, que “não deixava de nos botar em rosto, algumas vezes, a falta da nossa palavra e juramento”.⁷⁹³

São escassas as fontes sobre o curto período do reinado de Nyakunembire e, por isto, o que se sabe sobre as motivações de seus atos é, no mais das vezes, inferência calcada em bases documentais frágeis. É possível imaginar que ele talvez se sentisse ameaçado pela oposição dos portugueses

⁷⁹¹ CONCEIÇÃO, A. “Tratado dos Rios de Cuama”, op.cit., p.67.

⁷⁹² Idem, ibidem.

⁷⁹³ Idem, ibidem.

às suas pretensões, uma vez que estes haviam apoiado abertamente a coroação de Nyamaende Mhande. Talvez por isso, também, menos de um ano depois do início de seu reinado, tenha interpretado um qualquer ato dos comerciantes de Dambarare como ofensa grave, que exigia retaliação. As fontes não especificam; António da Conceição limitou-se a afirmar que “Nhacunimbiri [Nyakunembire], imperador que era de Monomotapa, para com as suas armas tomar satisfação de certos agravos que, dizem, lhe tinham feito alguns moradores de Dambarare [...] deu naquela feira no mês de novembro de 1693”.⁷⁹⁴ Era o início do levante dos dois grandes reis *shona* do altiplano, que culminaria com a expulsão definitiva dos portugueses do planalto do Zambeze.

Desde a fundação da dinastia dos *changamire*, essa seria a primeira vez em que este e o *mutapa* ocupariam a mesma trincheira. Aliás, poucos anos antes (1684) este *changamire* – que algumas tradições referem como Dombolakonachingwango (Dombo) e outras como Chikurawadyembewu (Chikura) –, “cansado da política de Mukombwe, de dar dois passos para frente e um para trás”, ocupara uma extensa área do reino do Monomotapa, exigindo a total expulsão dos portugueses do planalto.⁷⁹⁵ Segundo o relato de António da Conceição,

Não parou na Abutua [Butua] a soberba deste inimigo, porque não só se atreveu a contender com outros cafres como ele, mas também não se receou de medir os seus arcos com as nossas espingardas, antes saindo pessoalmente das suas terras a demandar-nos.⁷⁹⁶

Os portugueses haviam voltado a se interessar pela mítica prata da Chicova. Os espaços deixados pelos reinóis – que a essa altura eram pouquíssimos, como se viu – foram sendo paulatinamente ocupados por brancos nascidos já na região ou em Goa mas, principalmente, por mestiços e *mocoque*. Esses membros da emergente comunidade luso-africana refizeram os caminhos percorridos, décadas antes, por gente como Sisnando Dias Baião e Gonçalo João, em direção ao Butua. De Manica, com a intenção de abrir a rota muçulmana para o comércio português, teriam passado a enviar os

⁷⁹⁴ Idem, p.106.

⁷⁹⁵ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.278.

⁷⁹⁶ CONCEIÇÃO, A. “Tratado dos Rios de Cuama”, op.cit., p.105.

presentes costumeiros ao *changamire* que, de sua parte, os recebia como tributos. Quando aqueles deixaram de vir, o Dombo enviou mensageiros para cobrá-los; o primeiro foi açoitado; o segundo voltou com as orelhas cortadas.⁷⁹⁷ Tal ofensa não poderia ser perdoada. E não o foi.

Segundo o frade agostinho, o *changamire* invadiu as terras de Ongóé, localizadas na região da Manica, onde enfrentou as forças de Caetano de Mello e Castro, governador dos Rios. “Era tão astuto e ardiloso que, depois de vencido por nossas armas, nos venceu com seus estratagemas”; ao perceber o estrago que um dia inteiro de batalhas contra as armas de fogo portuguesas havia provocado em seu exército, o *changamire* teria ordenado às mulheres “que costumam vir em companhia dos cafres” a recolher toda a lenha que pudessem; no início da madrugada, o material coletado pelas mulheres foi transformado em inúmeras fogueiras, dispostas de modo a cercar o acampamento português. “Se viu o nosso exército todo cercado de fogos, com que se intimidaram tanto os nossos cafres, e alguns que o não eram, como os Madianitas vendo as tochas de Gedeão, aos quais também imitaram na desordenada fuga”.⁷⁹⁸ No dia seguinte, o exército do *changamire* voltou ao campo de batalha para coletar os despojos do exército português, que ia longe. O Dombo optou por não seguir o inimigo.

Talvez porque, segundo uma carta de Caetano de Melo e Castro, “o exército de Monomotapa, sabendo a fuga do inimigo, foi em seu seguimento e entrou pelas terras a Abutua [Butua], donde este negro se apelida Rei e [como] são mui povoadas, juntando-se novo exército com que venceram o do Monomotapa”. “Nesse mau sucesso”, perderam-se milhares de homens – “cinco mil negros” – e todos os “grandes” do Monomotapa. “Mas com igual dano dos contrários”.⁷⁹⁹ Medidas as forças entre os dois grandes reis *shona*, a tensão no planalto não arrefeceu: Dombo “se resolveu a voltar para as suas terras”, estacionando suas tropas no Butua, em uma área próxima o suficiente dos *bazares* da Mocaranga, por um lado, e, de outra parte, das principais povoações lusas da Manica para que ambos – Mukombwe e portugueses – se sentissem

⁷⁹⁷ RANGLES, W.G.L., op.cit., p37.

⁷⁹⁸ Idem, p.106.

⁷⁹⁹ “Carta de Caetano de Melo e Castro, governador dos Rios de Sena”. Sena, 24 de julho de 1685. AHU_CU_064, Cx.3, D.106.

permanentemente ameaçados, “assombrando as terras todas da Mocaranga, sem todas juntas lhe poderem fazer a menor resistência, e ainda das dos Rios todos se duvidava muito, porque os nossos cafres lhe cobraram tal medo que temiam e tremiam só de lhe ouvirem o nome”.⁸⁰⁰

Por isso, é de se lamentar a completa ausência de fontes a partir das quais se possa inferir com alguma segurança o motivo de poucos anos depois o *changamire* e o *mutapa*, inimigos históricos, estabelecerem a aliança que logrou vencer definitivamente a comunidade lusa instalada no planalto. Talvez – e novamente aqui se passa ao campo da especulação – embora ciente dos motivos que levaram Makombwe a conduzir a política de “carrot-and-stick” na relação com os portugueses, Nyakunembire estivesse convencido da tese do Dombo, que advogava a expulsão total dos portugueses; talvez tenha avaliado que chegara o momento de finalizar o processo iniciado pelo irmão, que, de fato, enfraquecera muito a comunidade lusitana no altiplano. Não se sabe. Os fatos, ao contrário, foram detalhadamente narrados por António da Conceição:

Deste nosso inimigo declarado [*changamire*] se valeu Nhacunimbiri [Nyakunembire], imperador que era de Monomotapa, para com as suas armas tomar satisfação de certos agravos que, dizem, lhes tinham feito alguns moradores de Dambarare, e, com efeito, deu naquela feira no mês de novembro de 1693, tão de repente que a muitos apanhou dentro das próprias casas, e não houve modos para se recolherem à fortificação [...] sem escapar de toda a feira (que era a maior que tínhamos, e em ocasião que nela estavam muitos moradores de Sena e Tete a seus contratos), nem português nem índio [indiano] algum. Depois disto foi-se à igreja donde (deixamos em silêncio o que fez às santas imagens, cálices e mais ornamentos sagrados, porque é mais para chorar com lágrimas de sangue do que para se descrever com pena e tinta), desenterrou os ossos dos nossos companheiros para os queimar, como fez, desfazendo-os em cinza para, destas, fazer suas cerimônias com que metia na cabeça aos seus que já era invencível dos portugueses [...].⁸⁰¹

Em petição enviada a D. Pedro II (1683-1706), os moradores dos Rios detalharam o primeiro ataque: em Dambarare teriam morrido “sessenta almas cristãs entre brancos, índios e naturais, entrando algumas mulheres”. Dois religiosos de São Domingos foram esfolados e queimados; vasos, imagens e

⁸⁰⁰ CONCEIÇÃO, A. “Tratado dos Rios de Cuama”, op.cit., p.106.

⁸⁰¹ Idem, ibidem.

outros objetos sagrados das igrejas foram marcados com “o maldito nome de [Maomé], cuja lei segue o bárbaro Changamire e seus sequazes aliados”.⁸⁰² É sugestivo que o ataque tenha tido como alvos preferenciais as igrejas e os padres; de fato, nas palavras de Nogueira da Costa, “os missionários e os mercadores, símbolos por excelência da opressão estrangeira, parecem ter constituído os alvos prediletos de Changamire”.⁸⁰³ Conforme já largamente explicitado neste e no capítulo anterior, sendo a religião um dos mais sólidos pilares da organização social *shona*, ao longo de todo o século XVII o cristianismo foi encarado com desconfiança e, em última instância, como uma ameaça concreta por membros tanto da aristocracia como do povo *shona* em geral. Tudo leva a crer que os *shona* não perdoaram os *mutapa* convertidos ao catolicismo uma vez que, como se viu, a imposição da fé estrangeira contribuiu largamente para desarticulação desta sociedade em todas as suas dimensões.

Embora os mercadores dos Rios tenham mencionado símbolos islâmicos, é no desenterrar dos mortos que se encontra a síntese do ataque. Conforme se viu, os cultos aos *vadzimu* e ao *Mwari*, coração da religião *shona*, estabeleciam uma relação intrínseca entre religião, povo e terra. Se, por um lado os *cultos territoriais*, referiam-se essencialmente à adoração dos espíritos ancestrais relacionados a uma área específica, tidos como mediadores das relações entre o mundo dos vivos e o Deus Supremo, de outra parte a cosmologia tradicional *shona* admitiam a existência de entidades exógenas. Os *mashavi*, “espíritos estrangeiros”, eram as almas de pessoas desconhecidas das famílias *shona* que morreram longe de casa e foram enterrados sem os ritos funerários apropriados. Dotados de poderes, esses espíritos poderiam conferir benefícios e artes de cura, adivinhação, canto e dança mas, contrariamente, acreditava-se que também poderiam atrair qualidades negativas. Parte significativa dos ritos fúnebre era o ritual do *kurova guva*, o “trazer para casa”, que consistia justamente em desenterrar os ossos dos mortos, cerca de um ano depois de seu sepultamento, e destinar a eles uma área nobre na residência de sua família. Era precisamente essa operação que, no plano simbólico, transformava o morto em ancestral e garantia um lugar definitivo na hierarquia

⁸⁰² “Carta dos moradores dos Rios de Cuama a D. Pedro II”. 20 de abril de 1694. AHU_CU_064, Cx.3, D.120.

⁸⁰³ NOGUEIRA DA COSTA, A. op.cit., p.43.

familiar e comunitária, na qual ele viveria eternamente. Sob esse ponto de vista, a expulsão dos portugueses só estaria completa com a retirada e a eliminação física de seus mortos. Aos *mashavi* portugueses se recusava, portanto, a possibilidade de viver eternamente em terras do planalto.

Simultaneamente ao ataque a Dambarare, outro contingente de “rebeldes” *shona* incendiava o *bazar* de Massapa. “O medo esvaziou as feiras”,⁸⁰⁴ apavorados, os moradores de Ongoé fugiram para o *zimbabué* do *mutapa*, buscando a proteção de Manoel Pires Saro, capitão-mór que, a esta altura, reunira um pequeno exército para enfrentar Nyakunembire. “Indo com bastante gente para este efeito, achou o dito imperador com muita mais de sua guarda”. Prudente, o capitão se retirou com suas tropas para Tete, de onde partiu o pedido de socorro para Sena, onde vivia o capitão-mór dos Rios, Manoel de Távora e Sampaio. Ciente do pavor que o *changamire* inspirava em seus exércitos de africanos escravizados e livres, Manoel de Távora acionou a autoridade de Moçambique, o governador Thomé de Souza Correa que, por sua vez, procurou reunir munção, “de que estes Rios estavam mui faltos”, e alguns soldados europeus. Em Sena o pavor era generalizado: liderados por Manoel de Távora, os moradores procuraram confinar em áreas controladas “a cafraria toda que puderam, assim cativa como forra”, por medo de que essas pessoas também se levantassem – “se receava que tudo o mais se pusesse contra nós”.⁸⁰⁵

Em algum lugar da Manica, as mesmas notícias que apavoravam os portugueses animaram Nyamaende Mhande, o “príncipe D. Pedro”, que havia sido preterido pelo tio na disputa pela sucessão de Makombwe. Acompanhado pelo irmão, Chirimbe,⁸⁰⁶ “que é mui alentado cafre” e por quatrocentos ou quinhentos homens, marchou em direção a Tete, de onde mandou avisar a Manoel de Távora

[...] que se os muzungos (assim chamam a todos os que não são cafres) queriam dar cumprimento ao que tinham jurado, de o reconhecerem por imperador depois da morte de seu pai,

⁸⁰⁴ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.692.

⁸⁰⁵ CONCEIÇÃO, A. “Tratado dos Rios de Cuama”, op.cit., p.107.

⁸⁰⁶ Chirimbe ocuparia o trono de *mutapa* após a morte de Nyamaende, no breve período compreendido entre 1696-1699. Cf. ABRAHA, D.P. “The monomotapa dynasty”, op.cit., pp.59-86 e ALPERS, E. “Dynasties of the Mutapa-Rozwi complex”, op.cit., pp.203-220.

fosse ele, dito capitão-mór, com o partido de Sena, a esperá-lo em um lugar que chamam Chambo para ali, incorporados com o partido de Tete e com ele, irem matar o Nhacunimbiri [Nyakunembire] e meterem-no a ele de posse do zimbabué.⁸⁰⁷

O capitão-mór se pôs a caminho do lugar de encontro, não sem antes ordenar ao capitão de Tete que, com a brevidade possível, para lá se encaminhasse também, com todos os homens e as armas que pudesse reunir. Mas, estando dezessete dias em Chambo à espera dos homens de Tete, foi avisado de que estes não chegariam; as notícias davam conta de que não reuniram forças suficientes para atravessar terras “mui povoadas de cafraria forte e belicosa”. De sua parte, as tropas de Manoel de Távara, que não se encontravam em melhor situação, não se encontravam em condições de ir ao encontro dos moradores de Tete. De fato, naqueles dezessete dias, “tinham muitas vezes pelejado” e, perdendo muitos homens e já se ressentindo da falta de mantimentos e munições, decidiram se retirar para Sena. Era maio de 1694. Na povoação encontraram o socorro vindo de Moçambique: trinta soldados portugueses com oficiais, pólvora, bala e pedras de espingarda e cem bares de roupas – “que é o dinheiro com que se faz a guerra”, parte retirados da Fazenda da Coroa, parte recolhidos entre os moradores dos Rios.

Sozinho em Chambo, Nyamaende Mhande passou a enfrentar a hostilidade dos moradores, que o responsabilizavam pela falta de mantimentos e pela violência que vigorava em suas terras desde a chegada do príncipe. Passaram a “mostrar-lhe tão má cara que entendeu que se queriam levantar contra ele”⁸⁰⁸ e retirou-se para as terras de Nhabanzoé, onde vivia a viúva de Francisco Pinheiro de Faria. Segundo António da Conceição, foi na casa de Francisco de Faria que Nyamaende recebeu a primeira criação e, por isso, tinha para com esta mulher a afeição de um filho. Assim, teria ido a seu encontro para se despedir, “como de sua mãe que era”, porque estava prestes a desistir da luta e a retirar-se, novamente, para os matos. A viúva o dissuadiu: que ele se deixasse ficar em suas terras “até ver o fim em que as coisas vinham a parar”.

Ao contrário do que pode parecer a um olhar superficial, a senhora de Nhabanzoé, cujo nome foi omitido na fonte e que aqui aparece

⁸⁰⁷ CONCEIÇÃO, A. “Tratado dos Rios de Cuama”, op.cit., p.107.

⁸⁰⁸ Idem, p.108.

fundamentalmente como uma espécie de “segunda mãe” do príncipe era, na verdade uma *prazeira*, ou, uma das pioneiras de uma característica que se vulgarizaria no vale do Zambeze no século seguinte. Como se viu, os *prazos* foram resultado do encontro entre os interesses dos *sertanejos* que, já instalados em terras que compraram ou conquistaram aos chefes e reis africanos, se colocaram sob a jurisdição das autoridades lusitanas ao solicitar a titulação oficial das mesmas, por um lado e, de outra parte, da Coroa portuguesa, que pretendia desenvolver projetos de colonização efetiva das terras do vale do Zambeze. Desde meados do século XVI, objetivando amparar as órfãs e viúvas daqueles que haviam morrido no cumprimento de cargos oficiais, a Coroa portuguesa concedia postos de comando em navios e fortalezas e licenças de exploração de terras a algumas dessas mulheres. Evidentemente, não se esperava que fosse elas a desempenhar as funções atribuídas; essas mercês serviriam como dotes, cuja função seria atrair casamentos que lhes assegurassem o sustento. O caso dos *prazos* seguia lógica semelhante: a partir de meados do século XVII, “num número surpreendente de casos”, os títulos legais foram concedidos a mulheres.⁸⁰⁹

Em meados do século XVII, no vice-reinado do Conde de Alvor (1678-1686) quando se formulavam os grandes planos que previam o envio de casais e órfãs de Lisboa para a região dos Rios, referidos no capítulo anterior, passou-se, por um lado, a exigir que os foreiros nomeassem suas filhas mais velhas como herdeiras e, de outra parte, que novos foros fossem concedidos às mulheres enviadas do reino. Estas últimas, como se viu, foram em número muito restrito. José Capela encontrou oito delas que, em 1677, ofereceram-se para a viagem, provavelmente atraídas pela promessa de dote, o que aumentava as possibilidades de casamento. Eram órfãs da Casa Pia de Lisboa mas, como Capela destaca, “os nomes inculcam nobreza de sangue”:

D. Leonor Maria Castelo Branco, D. Mariana Teresa Mascarenhas, D. Antónia Maria Leça, D. Maria Michaela de Noronha, D. Ana Maria Coutinho, D. Helena Margarida de Alencastre, D. Isabel Magdalena de Távora, D. Isabel Maria Telles. O Conselho Ultramarino propõe a Sua Majestade que se atribua a cada, de ajuda de custo, 20000 réis em vez dos 12000 dados a quem ia para Angola, porque a viagem dos Rios era

⁸⁰⁹ NEWITT, M. *História de Moçambique...*, op.cit., p.212.

mais dilatada. Propunha-se, ainda, que em vez de dotes se lhes proporcionassem casamentos com os oficiais inferiores de justiça e se lhes resgatassem terras [...].⁸¹⁰

Embora admita a existência de casos em que mulheres europeias receberam titulação de terras na região dos Rios, como o exemplificado acima, a historiografia é consistente ao apontar que é na legislação concernente à herança das filhas mais velhas que se deve buscar a chave para compreender o fenômeno das *prazeiras*.⁸¹¹ Considerando-se a escassez de mulheres reinóis, era portanto entre as aristocracias locais que os homens portugueses buscavam suas parceiras. Desde o início do século XV existem relatos de matrimônios contraídos entre portugueses e filhas de chefes locais. Como se viu, via de regra, o resultado desses casamentos era a incorporação dos estrangeiros nas estruturas de parentesco locais. Como José Capela destaca, a área de influência portuguesa no vale era desproporcional à ao reduzidíssimo número de indivíduos de origem europeia no terreno; a influência era obtida não apenas a partir da imposição de seu poder pessoal, mas também por meio dos casamentos com mulheres de casas reais e, principalmente das proles numerosas de mestiços que iam gerando:

Entre outras razões subsistiu e resistiu à agressividade do meio exatamente porque, logo após uma primeira geração de *mozungos* de origem europeia, passou a ser exercido predominantemente por um novo tipo de senhores, nascidos na Zambézia [vale do Zambeze], geralmente de mães negras, tendo como maternas as línguas locais, perfeitamente integrados nas culturas, assim como no ambiente físico. Também carecidos da dinâmica do comércio a longa distância com que os europeus tinham penetrado aquelas terras e, por isso mesmo, aí se tinham fixado.⁸¹²

Entre os filhos mestiços, era das mulheres a preferência de herança dos *prazos*. Por isso, ao longo do tempo, o que se verificou foi, por um lado, o que os autores referem como a *africanização* da instituição dos *prazos* e, de outra parte, um acúmulo de poder em mãos femininas que raramente encontra

⁸¹⁰ CAPELA, J. *Donas, Senhores e Escravos*, op.cit., p.73.

⁸¹¹ CAPELA, J. *Donas, Senhores e Escravos*, op.cit., p.73; NEWITT, M. *História de Moçambique*, op.cit., pp.212-213; LOBATO, A. *Colonização senhorial da Zambézia...* op.cit., passim.

⁸¹² CAPELA, J. *Donas, Senhores e Escravos*, op.cit., pp.37-38.

paralelo em outra parte do mundo, no período estudado.⁸¹³ Na síntese de Malyn Newitt, a posição influente das *donas* do Zambeze teve como resultado “um híbrido curioso”,

[...] um sistema de relações sociais e de propriedade que colocava as mulheres em posições de grande riqueza e influência enquanto herdeiras de terras e de escravos, ao mesmo tempo que os homens eram obrigados a conquistar uma posição importante dentro do sistema aceitando ocupar cargos na administração portuguesa [...].⁸¹⁴

Embora esse processo tenha encontrado seu ápice no século XVIII, quando as mulheres *prazeiras* formavam um grupo social coeso o suficiente para começarem a ser chamadas de *donas*, ele tem seu início nas últimas décadas do XVI. A fonte em tela, ao referir a viúva de Francisco Pinheiro de Faria, registra os primeiros movimentos nessa direção.

“Da boa guerra nasce a boa paz”

Poucos dias depois da chegada de Nyamaende ao *prazo* da viúva de Francisco de Faria, contudo, ali chegaram notícias de que Nyakunembire havia concedido estas terras a um membro da aristocracia *shona*, um de seus “grandes”, que já estaria a caminho, “com bastante gente” para delas tomar posse. “A senhoria mandou ajuntar a gente toda das suas terras, assim forra como cativa, que era bastante” e colocou este pequeno exército às ordens de Nyamaende, que derrotou facilmente os homens de seu tio. “Aos que não matou ou pôs em fuga, cativou”; por meio destes prisioneiros, soube que a relação entre o Dombo e Nyakunembire estava estremecida e, por isso, o *changamire* não tinha a intenção de descer ao *zimbabué* do *mutapa* para socorrê-lo de qualquer ataque. A chegada desta notícia a Tete marca o ponto de virada das forças em disputa: os moradores da povoação, “vendo que por ali ia a fortuna

⁸¹³ Segundo Malyn Newitt, “As *donas* do Zambeze encontram o seu equivalente nas *nharas* afro-portuguesas da Guiné e nas poderosas proprietárias das terras de São Tomé e Príncipe”. Cf. NEWITT, M. *História de Moçambique...* op.cit, p.214.

⁸¹⁴ Idem, *ibidem*.

abrindo-lhes algum caminho, resolveram-se a segui-lo, incorporando-se com o príncipe”. De Sena vieram o capitão-mor e dois *prazeiros*, Guilherme de Araújo e Silva e Manoel Freire de Oliveira, com seus cativos.

Dali por diante foram sem embaraço algum até o *zimbabué*, donde o Nhacunimbiri [Nyakunembire] se retirou à vista do nosso exército, mas sem se por em defesa [...] por mais que a isso o incitavam os seus e, principalmente, sete ou oito cafres do Changamire, que foram os únicos que pegaram em arcos. Tomou o príncipe posse do seu zimbabué com as costumadas cerimônias, que são ridículas, e dali por diante se intitulou imperador.⁸¹⁵

Em julho de 1695, o *changamire* atacou e arrasou o *bazar* de Mecequece, tomando todas as terras da Manica, “que eram as que lhe faltavam para totalmente não termos nem um grão de ouro, sem o qual sabia ele mui bem que não nos poderíamos sustentar nestes Rios mais dois anos”.⁸¹⁶ Senhor de Manica, o Dombo se preparou para atacar Sena. O boato correu pelo vale e os moradores da povoação, que não contava com um forte,⁸¹⁷ se apressaram a construir barricadas pelas ruas. A invasão, contudo, nunca aconteceu, já que o *changamire* Dombo morreu logo depois da conquista da Manica.

De outra parte, embora tenha sido fortemente apoiado pelos *prazeiros* e pelas autoridades portuguesas dos Rios, a vitória de Nyamaende não significou a volta dos portugueses ao altiplano. Ocasionalmente, indivíduos continuaram a ir comercializar no planalto, mas os portugueses e luso-africanos, enquanto grupo, optaram por se estabelecer nas terras ao norte do Zambeze e, em menor escala, nas baías de Inhambane e Maputo, onde passaram a se dedicar com mais afinco ao negócio do marfim.⁸¹⁸ “Momento histórico da resistência primária à ocupação estrangeira”,⁸¹⁹ a Revolta de 1693 marcou, definitivamente, o fim da presença portuguesa no planalto. Segundo uma fonte do século XVIII,

Expulsos de uma vez os portugueses, fechadas todas as minas, principalmente as da Abutua, das quais se retiravam os maiores interesses, vimo-nos obrigados a recorrer ao Changamire, que

⁸¹⁵ Idem, pp.109-110.

⁸¹⁶ LOBATO, A. *Evolução administrativa...*, op.cit., pp.166-167.

⁸¹⁷ BARRETO, M. “Informação do Estado e Conquista...”, op.cit., pp.39-40.

⁸¹⁸ NOGUEIRA DA COSTA, A., op.cit., p.45; RANDLES, W.G.L., op.cit., p.57; LOBATO, A. *Evolução administrativa...*, op.cit., p.167.

⁸¹⁹ NOGUEIRA DA COSTA, A. op.cit., p.44.

nos concedeu na Manica uma porção de terreno para fazermos feira e continuarmos o comércio, com a condição de um binzo [sic], tributo que anualmente se paga e é tirado dos soldos do capitão-mór [...] Além desta pensão anual, paga uma peça de cotonia [sic], que ali vale vinte cruzados cada um dos mussambazes, isto é, dos nossos cafres que se distribuem por todo o reino de Manica, a comutar as fazendas, não falando no que são obrigados a pagar aos régulos ou príncipes, em cujas terras fazem o comércio. Ainda que o lugar da feira nos fosse concedido, para ali vivermos como senhores daquele terreno, tem-se, contudo, ido de dia em dia perdendo essa posse, de sorte que tem hoje ali o Chicanga posto uma das suas mulheres, que vive perto da feira e que se diz princesa dela, e cobra por isso uma peça de fato, que sendo ao princípio pequena hoje é grande, e vem a formar um novo tributo que é obrigada a pagar toda a pessoa que entra na feira, a qualquer negócio que seja.⁸²⁰

Em outras palavras, a aristocracia *shona* logrou inverter a correlação de forças com os portugueses, que se viram lançados de volta às condições postas nos primeiros anos de sua presença na África austral: a *curva* voltou a ser cobrada em toda parte e, enquanto sua presença foi permitida em uma área restrita da Manica, foi vedado aos *prazeiros*, *sertanejos* e autoridades metropolitanas qualquer tipo de controle sobre a atividade de mineração. Em 1696, ao relatar a Revolta e sugerir estratégias para a “restauração da Conquista”, António da Conceição concluía, em uma síntese que, embora dirigida aos portugueses, se mostrou acertada para os *shona* do planalto: “Da boa guerra nasce a boa paz”.

⁸²⁰ SILVA, M. G. “Diário das viagens feitas pelas terras de Manica por Manoel Galvão da Silva em 1788”. In: *Anais do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, série I, Fev/1854-Dez/1858. Lisboa, 1867, pp.242-246.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de “imperador marionete”, cunhado para designar os *mutapa* que reinaram após a assinatura do Tratado de 1629 e largamente utilizado por parte da historiografia do século XX, encontra suas bases na documentação produzida por agentes portugueses que, estabelecidos ou de passagem pela África austral, se ocuparam em descrever as relações entre os seus conterrâneos e as sociedades *shona* do planalto do Zambeze. Baseado nas mesmas fontes, este trabalho caminhou na direção oposta, ao salientar a complexidade das relações entre os *shona* e os diferentes povos que aportaram na costa índica africana em diferentes períodos. A hipótese inicial – a de que os *mutapa* não se comportaram como “vassalos” dos portugueses mesmo depois da assinatura do Tratado – surgiu da leitura da “Informação” de Manuel Barreto, anos antes de a pesquisa ser efetivamente iniciada.

António Nogueira da Costa, grande historiador moçambicano, ao discorrer sobre o trato metodológico que deve ser dispensado às fontes escritas portuguesas, afirmou que, ainda que imbuídos da ideologia de seus produtores, os documentos escritos permitem “a apreensão do dia a dia, as vivências da época, as diversificadas tonalidades com que o real se apresenta”. Segundo o autor, entre as vantagens de trabalhar com as fontes escritas portuguesas está o fato de que, a partir delas, o processo de aquisição e elaboração de conhecimentos passa pelo crivo da sensibilidade, o que possibilita que a *intuição* desempenhe um papel importante. A operação lógica proposta pelo autor é justamente a da passagem da intuição, importante componente do processo cognitivo, para a elaboração criteriosa de hipóteses de trabalho, verificadas no correr da pesquisa.

O fato é que mesmo numa primeira leitura, a “Informação” suscitava a intuição de que os *mutapa* não se comportavam como “marionetes” dos interesses portugueses. Conforme destacado ao longo do trabalho, ainda que o autor afirmasse a vassalagem do *mutapa*, contraditoriamente referia também as perturbações causadas pela presença lusitana no planalto do Zambeze e antevia a possibilidade de rebelião contra a presença portuguesa – que se efetivou pouco menos de três décadas depois. A partir dessa *intuição*, o trabalho se

desenvolveu no sentido de compreender a tônica das relações entre os *shona* e os estrangeiros e, principalmente, as características e dinâmicas internas à sociedade *shona* que contribuíssem para a compreensão das diferentes posturas assumidas pelos *mutapa* diante dos portugueses.

A leitura das fontes e da bibliografia disponíveis apontou, em primeiro lugar, para a existência de uma rede comercial que precedeu a chegada lusitana na região e em cujos pontos pode-se reconhecer os reinos *shona* do interior da África austral, as cidades *swahili* da costa Índica e diferentes partes do chamado “mundo muçulmano”, principalmente aqueles localizados na península arábica. Pacientemente tecida ao longo de vários séculos, essa rede fazia circular produtos, pessoas e ideias, logrando estabelecer numerosas comunidades islamizadas, tanto na costa quanto no interior sem, contudo, abalar os firmes alicerces sobre os quais se fundavam as sociedades *shona*, notadamente a religião tradicional.

Ao contrário, ao longo da pesquisa não se encontrou qualquer indício que apontasse para tensões localizadas entre os mercadores árabes, as populações islamizadas da África austral e aquelas praticantes do culto ao *Mwari*. De outra parte, a historiografia já estabeleceu com acentuado grau de segurança que a própria constituição do reino do Monomotapa deveu-se, em grande medida, às relações comerciais estabelecidas entre este e os mercadores árabes que visitavam a costa Índica com regularidade para trocar uma variedade de produtos pelo marfim e pelo ouro extraído das minas do planalto, conforme explicitado no primeiro capítulo.

Se num primeiro momento, os portugueses se estabeleceram na cidade costeira de Sofala para atender aos objetivos do trato da pimenta indiana, inaugurando uma nova rede na região, rapidamente eles perceberam que não conseguiriam interceptar o ouro que circulava pela sólida rede que os precedia e que, desde sua chegada, desviara o trato para a cidade de Angoche. É sintomático, contudo, que este não tenha sido, na origem, um movimento institucional. Ao longo do trabalho, procurou-se destacar esse aparente detalhe; a Coroa portuguesa, por meio de seus oficiais, seguiu um movimento que foi, desde o princípio, particular. Isto porque lhe faltavam os recursos econômicos e humanos para a conquista efetiva das terras do planalto, como se viu em diferentes momentos do trabalho. Em outras palavras, ainda que a Coroa

portuguesa lesse o Tratado na perspectiva da vassalagem europeia, segundo a qual gozaria do status de suserana, dispondo de uma série de prerrogativas políticas e econômicas que incluiriam, em última instância, a substituição do soberano à revelia mesmo do povo shona, esta não estava efetivamente instalada na região, o que, por si só, contradiz a tese dos “imperadores marionetes”.

Ao contrário, o que se viu ao longo do trabalho é que os agentes da presença portuguesa na África austral foram os *sertanejos* e, posteriormente os *prazeiros*, que imiscuíram-se nas redes de relações familiares ou de aliança com os chefes e com o próprio *mutapa*, desvincilhando-se quase por completo das suas obrigações enquanto súditos de Portugal. Com o tempo, acumularam poder e deixaram também de prestar as suas obrigações e obediência aos chefes e ao rei *shona*. Foi à atuação desenfreada destes que os sucessivos *mutapa* tentaram contrapor a sua autoridade, cada um deles utilizando uma estratégia diferente. Os apelos à autoridade lusitana, como se viu, eram consistentes no sentido de apontar que a sanha do ouro motivava os particulares portugueses a tomar terras, escravizar pessoas e destruir comunidades inteiras, ameaçando seriamente as instituições que mantinham firme o tecido social *shona*: o controle sobre a distribuição dos bens de prestígio e a relação com o sagrado, que tinha na terra o seu componente central.

Esse era o panorama do Monomotapa nos finais do *Dezesseis*: monarcas pressionados pela aristocracia, cientes de que perderam todos os mecanismos de manutenção do poder, e desacreditados pelo povo, que esperavam de seus soberanos a obediência aos ritos dos cultos tradicionais, até que Nyakunembire, estabelecendo uma aliança inédita com o rival Changamire, comandou a revolta que, se não lhe salvou a vida e o trono, logrou expulsar definitivamente os intrusos do altiplano. Nos séculos seguintes, por diversas vezes o planalto se viu sacudido, novamente, por guerras de sucessão. Mas, a partir de então, estas se desenrolaram sem a intervenção dos portugueses.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAM, Donald P. "Maramuca: an exercise in the combined use of Portuguese records and oral tradition". In: *The Journal of African History*, vol.2, nº2 (1961), pp.211-225.

_____ "Ethno-history of the empire of Mutpa: problems and methods". VANSINA, J., MAUNY, R., THOMAS, L.V. (eds). *The Historian in Tropical Africa*. Londres, 1964, pp.104-126.

_____ "The early political history of the kingdom of Mwene Mutapa (850-1589)". In: *Historians in Tropical Africa*. Salisbury, 1962, pp.61-91;

_____ "The Monomotapa dynasty". In *NADA*, nº36, 1959, pp.59-86.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. "O cronista Bocarro". In: *Academia de Ciências de Lisboa. Boletim da Segunda Classe*, IV, Academia das Ciências de Lisboa, 1911.

ALEXANDRE, Valentim. "África no imaginário político português (séculos XIX-XX)". In: *Penélope*, nº15, Lisboa, 1995.

ALPERS, Edward. "Dynasties of the Mutapa-Rozwi Complex". In: *The Journal of African History*, vol.11, nº2, Problems of African Chronology, 1970, pp.203-220.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Amélia Aguiar. "Novos Espaços, Antigas Estratégias: O Enquadramento dos Espaços Orientais". In: CUNHA, Mafalda Soares. (coord.) *Os espaços de um Império. Estudos*. Trad. Teresa Curvelo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

ALBUQUERQUE, L., FERRONHA, A.L., HORTA, J.S., LOUREIRO, R. *O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas – séculos XV e XVI*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.

AXELSON, Eric. *Portuguese in South-East Africa, 1600-1700*. Joanesburgo: Witwatersrand University Press, 1960.

BEACH, David Norman. *The Shona and Zimbabwe, 900-1850*. Gweru: Mambo Press, 1984. P.129.

BISSON, Michael S. "Trade and Tribute. Archaeological Evidence for the Origin of States in South Central Africa". In: *Cahiers d'Études Africaines*, vol.22, Cahier 87/88, Systèmes étatiques africains (1982), pp.343-361. p.350.

BISSIO, Beatriz. *O mundo falava árabe: a civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BLOCH, M. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

_____. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru: Edusc, 2001.

BOSCHI, C.C. "O historiador, os arquivos e as novas tecnologias: notas para debate". In: _____. *Exercícios de pesquisa histórica*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011.

BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A mulher na expansão ultramarina ibérica. 1415-1815. Alguns factos, ideias e personalidades*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

_____. *Four Centuries of Portuguese Expansion, 1415-1825: A Succinct Survey*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press; Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1969.

_____. *António Bocarro and the Livro do Estado da Índia Oriental. A bibliographical note*. Separata Garcia de Orta: Lisboa, 1956.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*. 2 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Vol.2. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Vol.3. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BUENO, Beatriz. "Entre teoria e prática: a cartografia dos engenheiros militares em Portugal e no Brasil, séculos XVI-XVII". In: *Terra Brasilis* (Nova Série), 7-8-9, 2012. P.2. Disponível em: <https://terrabrasilis.revues.org/271>. Acesso em 12/04/2014.

CAETANO, Marcelo. *O Conselho Ultramarino: esboço da sua história*. Rio de Janeiro: Sá Cavalcante Editores, 1969.

CANDIDO, Mariana. *An African slaving port and the Atlantic World: Benguela and its hinterland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

CAPELA, José. *Donas, Senhores e Escravos*. Lisboa: Afrontamento, 1995. (As armas e os varões).

_____. *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*. Lisboa: Afrontamento, 2002.

_____. “Reviewed work: A History of Mozambique by Malyn Newitt”. In: *The International Journal of African Historical Studies*, vol.29, nº2, 1996, pp.394-396.

CARROLL, Scott T. “Solomonic Legend: The Muslims and the Great Zimbabwe”. In: *The International Journal of African Historical Studies*, vol.21, nº2, pp.233-247.

CARVALHO, Teresa Nobre. “Registros da biodiversidade africana anotados por Frei João dos Santos em ‘Etiópia Oriental’ (Évora, 1609)”. In: *Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*. Lisboa, 24-16 de outubro de 2012. Disponível em: <https://2012congressomz.files.wordpress.com/2013/08/t05c02.pdf>. Acesso em 05/01/2014.

CHANAIWA, David. “Politics and long-distance trade in the Mwene Mutapa Empire during the sixteenth century”. In: *The International Journal of African Historical Studies*, vol.5, nº3, 1972, pp.424-435.

CHEATER, Angela. “The Ideology of ‘Communal’ Land Tenure in Zimbabwe: Mythogenesis Enacted?”. IN: *Africa Journal of the International African Institute*. 60 (2): 188-206.

CHITTICK, Neville. “Kilwa and the Arab Settlement of the East African Coast”. In: *The Journal of African History*. Vol.4, nº2 (1963), pp.179-190.

COMARROF, Jean; COMARROF, John. “Etnografia e imaginação histórica”. In: *Revista Proa*, nº02, vol.01, 2010. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa>. Acesso em 22/11/2016.

CONNAH, Graham. *African Civilization – Precolonial Cities and States in Tropical Africa: na Archaeological Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

CORTESÃO, Jaime. *Obras completas 1 e 2 – Os Descobrimentos Portugueses I e II*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990 (1958-60).

CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa, vol. VI, 1960.

COSTA, Elisa. “Frei João dos Santos e a sua *Ethiopia Oriental e Vária História*. Uma proposta de leitura”. In: *Actas do Congresso Internacional de História, Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*. Vol. II. Braga, 1993.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004. p.14.

DENIS, Philippe. *The Dominican friars in Southern Africa: a social history (1577-1990)*. Leiden: Brill, 1998. (Studies in Christian mission, 21).

DOMINGUES, Francisco Contente. “Colombo e a política de sigilo na historiografia portuguesa”. In: *Revista Mare Liberum*. Vol.I, 1990, pp.105-116.

DORÉ, Andrea. “A fortaleza e o navio: espaços de reclusão na Carreira da Índia”. In: *Topoi*, vol.9, nº16, jan-jun.2008, pp.91-116.

DRAMANI-ISSIFOU, Zakari. “O islã como sistema social na África, desde o século VII”. In: EL FASI, Mohammed. (ed.). *História Geral da África. III. África do século VII ao XI*. Brasília: UNESCO, 2010.

EL FASI, Mohammed e HRBEK, Ivan. “O advento do islã e a ascensão do Império Muçulmano”. In: EL FASI, Mohammed. (ed.). *História Geral da África. III. África do século VII ao XI*. Brasília: UNESCO, 2010.

ERIS, J.C. *Escola dos Annales e a Inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FAGAN, Brian M. *África Austral*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

_____ 'Early Trade and Raw Materials in South Central Africa'. In: *Journal of African History*, X (1): 1-13, 1969.

_____ "As bacias do Zambeze e do Limpopo, entre 1100 e 1500". In: NIANE, Djibril T. (ed.). *História Geral da África. IV. África do século XII ao XVI*. 2ªed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

FEBVRE, Lucien. *Phillippe II et la Franche-Comté. Étude d'histoire politique, religieuse et sociale*. Paris: Flammarion, 1970.

_____ *A Terra e a Evolução Humana. Introdução Geográfica à História*. 2ªed. Lisboa: Cosmos, 1991.

_____ *O Reno: história, mitos e realidades*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FEBVRE, Lucien. e DEMANGEON, Albert. *Le Rhin: problèmes d'histoire et d'économie*. Paris: Armad Colin, 1935.

FEIERMAN, Steven. "African histories and the dissolution of world history [Histórias africanas e a dissolução da história mundial]". In: BATES, R. H.; MUDIMBE, V. Y.; O'BARR, J. (editors). *Africa and the disciplines: the contributions of research in Africa to the Social Sciences and Humanities*. Chicago: University of Chicago Press, 1993, pp.167-212.

FERREIRA, José Miguel Moura. *A Restauração de 1640 e o Estado da Índia*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011. p.12. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7181/1/A%20Restaura%C3%A7%C3%A3o%20e%20o%20Estado%20da%20%C3%8Dndia%20->

[%20Agentes%2c%20espa%C3%A7os%20e%20din%C3%A2micas.pdf](#).

Acesso em 15/12/2016.

FERREIRA, Roquinaldo. “Ilhas Crioulas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África atlântica”. In: *Revista de História da Universidade de São Paulo*, 155 (2º-2006)

FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime Tadeu. “Espaço e Cartografia: Teoria do Espaço e avaliações da Cartografia e das Paisagens Pictóricas”. In: *Territorium Terram*, vol.1, nº1, p.24-45, out/mar 2012/2013. p.30. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/territorium_terram/article/viewFile/253/33
7. Acesso em 12/04/2014.

FONSECA, Luís Adão da. “Os comandos da segunda armada de Vasco da Gama à Índia (1502-1503)”. In: *Mare Liberum*, Lisboa, n.16, 1998, pp.35-55.

_____. *Pedro Álvares Cabral, uma viagem*. Lisboa: Inapa, 1999.

_____. *Vasco da Gama, o homem, a viagem e época*. Lisboa: Expo 98.

FRANCIS REA, William. *The Economics of the Zambezi Missions: 1580–1759*. Rom: Institutum Historicum, 1976.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Eva Barbada: Ensaio de Mitologia Medieval*. São Paulo: Edusp, 1996.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos e a economia mundial*. 2ªed. Lisboa: Editorial Presença 1981-1985.

_____. “Alguns problemas da economia portuguesa do século XVII de depressão internacional”. In: *Revista de História Económica e Social*, 5 (1980), pp.105-123.

HAMILTON, Earl J. *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650*. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

HEGEL, Friedrich. *Filosofia da história*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

HERNANDEZ, Héctor Guerra. *História: Questões & Debates*, volume 62, n.1 Jan./Jun. 2015.

HERNANDEZ, Leila Leite. *África na sala de aula: visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

HOUNTONDJI, Paulin J. "Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas Perspectivas sobre os Estudos Africanos". In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março (2008): 149-160.

HRBEK, Ivan. "A difusão do islã na África, ao Sul do Saara". In: EL FASI, M. *História Geral da África. III. África do século VII ao XI*. Brasília: UNESCO, 2010.

HUFFMAN, Thomas N. "The Rise and Fall of Zimbabwe". In: *The Journal of African History*. Vol.3, nº3, 1972, pp.353-366.

ISAACMAN, Allen. *Mozambique, the africanization of a European institution: the Zambezi prazos, 1750-1902*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1972.

_____. "The origin, formation and early history of the Chikunda of South Central Africa". In: *Journal of African History*, XIII, 3 (1972), pp.443-461.

ISAACMAN, Allen; ISAACMAN, Barbara. *Slavery and beyond: the making of men and Chikunda ethnic identities in the unstable world of south-central Africa, 1750-1920*. Portsmouth: Heinemann, 2004.

_____. "The prazeros as transfrontiersmen: a study in social and cultural change". *The International Journal of African Historical Studies*. Vol. 8, nº1 (1975).

KANTOR, I, BUENO, B.P.S. e FERLINI, V. “Território em rede: cartografia vivida e razão de Estado no Século das Luzes”. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. Vol.17, nº2, São Paulo, jul/dez, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142009000200002&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em 12/04/2014.

KI-ZERBO, Joseph. “Introdução geral”. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História geral da África I: metodologia e pré- história da África*. 2a. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, p. XXXI.

LACERDA, Teresa. *Os capitães das armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – uma análise social*. Dissertação de Mestrado, Depto. de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006. Disponível em: http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/files/varia/tese_teresa.pdf. Acesso em 19/07/2016.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ªed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LOBATO, Alexandre. *Evolução administrativa e económica de Moçambique (1752-1763)*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

_____. *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962.

LOPES, Luís Seabra. “A cultura da medição em Portugal ao longo da história”. In: *Educação e Matemática*, nº84, Associação de Professores de Matemática, 2005

MAGALHÃES, Juliana de Paiva. *Trajetórias e resistências de mulheres sob o colonialismo português (Sul de Moçambique, XX)*. 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25102016-124247/>>.

Acesso em: 20/02/2017.

MAQUIA VEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. Maria Lúcia Cumo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura). [1513].

MARQUES, A.H.O. e SERRÃO, J. (coord). *Nova História de Portugal: do Renascimento à crise dinástica*. vol.VI. Lisboa: Presença, 1990.

MATA, Eugênia; VALÉRIO, Nuno. *História Econômica de Portugal: uma perspectiva global*. 2ªed. Lisboa: Presença, 2002.

MATVEIEV, Victor V. "O desenvolvimento da civilização swahili". In: NIANE, D.T. (ed.). *História Geral da África. IV. África do século XII ao XVI*. 2ªed. Brasília: UNESCO, 2010.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Trad. Alfredo Margarido. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MENESES, Maria Paula. "Uma perspectiva cosmopolita sobre os estudos africanos: a lembrança e a marca de Aquino de Bragança". In: SILVA, Teresa Cruz e Silva; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de. *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas*. Dakar: CODESRIA, 2012.

MKENDA, Festo. *Jesuits and Africa*. Oxford Handbooks Online. Aug.2016. Disponível em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199935420.001.0001/oxfordhb-9780199935420-e-56?print=pdf>. Acesso em 23/10/2016.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social . *Almanack Braziliense*, [S.l.], n. 2, p. 4-20, nov. 2005. ISSN 1808-8139. Disponível em:

<<http://www.journals.usp.br/alb/article/view/11615>>. Acesso em: 30 mar. 2015. p. 6

MUDENGÉ, Isaak Stanislaus Goreraivo. *A Political History of Munhumutapa. c.1400-1902*. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1988.

MUKONYORA, Isabel. "Women and Ecology in Shona Religion". In: *Word & World*. Vol. XIX, nº3, 1999. pp.276-284.

MUSCALU, Ivana Pansera de Oliveira. *‘Donde o ouro vem’: uma história política do reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas (século XVI)*. São Paulo: Intermeios, 2015.

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

_____. "The Early History of the Sultanate of Angoche". In: *The Journal of African History*. Vol.13, nº3, 1972.

NIANE, Djibril T. "Relações e intercâmbios entre as várias regiões". In: NIANE, Djibril T. (ed.). *História Geral da África. IV. África do século XII ao XVI*. 2ªed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

NOGUEIRA DA COSTA, António. *Penetração e impacto do capital mercantil português em Moçambique nos séculos XVI e XVII. O caso do Muenemutapa*. Maputo: Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, 1982. (Cadernos Tempo).

OBENGA, Théophile. "Fontes e técnicas específicas da História da África". In: KI-ZERBO, J. (org.). *História Geral da África: I. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática/Unesco, 1982. pp.91-104.

PAIVA, Alfredo de Almeida. "Em torno da extinção da enfiteuse". In: *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v.13., pp.514-528, jan.1948. Disponível

em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/10775/9766>.
Acesso em 05/11/2015.

PANKHURST, Donna; JACOBS, Susie. "Land Tenure, Gender Relations and Agricultural Production": The Case of Zimbabwe's Peasantry". In: DAVIDSON, Jean (ed.). *Agriculture, Women and the Land. The African Experience*. Boulder: Westview Press, 1990.

PETERS, Beverly; PETERS, John E. "Women and Land Tenure Dynamics in Pré-Colonial, Colonial and Post-Colonial Zimbabwe". *Journal of Public and International Affairs*, 9 (1998): 183-203.

POUWELS, Randall L. "Eastern Africa and the Indian Ocean to 1800: Reviewing Relations in Historical Perspective". in: *The International Journal of African Historical Studies*. Boston University; African Studies Center. Vol.35, nº2/3 (2002), pp.385-425.

PRINS, Adriaan Hendrik Johan. *The Swahili speaking peoples of Zanzibar and the East African coast: Arabs, Shirazi and Swahili*. Londres: IAI, 1961.

QUINTELLA, Inácio da Costa. *Anais da Marinha Portuguesa*. Lisboa: Academia da Marinha, 1839.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RAMOS, Fábio Pestana. "Os problemas enfrentados no cotidiano das navegações portuguesas da Carreira da Índia: fator de abandono gradual da rota das especiarias". In.: *Revista de História*, 137 (1997), 75-94.

RANDLES, W.G.L. *L'Empire Du Monomotapa Du Xve au XIXe Siècle*. Paris: Mouton & Co; Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1975.

_____. “South east Africa as show non selected printed maps of the 16th century”. *Studia*, 2, 1958. pp.103- 163

RANGER, Terence. “Territorial Cults in the History of Central Africa”. *The Journal of African History*. Vol.14, nº4, 1973

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales e a Inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. pp.52-63.

RIBEIRO, Guilherme. “Epistemologias braudelianas: espaço, tempo e sociedade na construção da geo-história”. *GEOgraphia*, América do Norte, 8, n15 (2006). Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/190>. Acesso em 25/02/2013.

RITA-FERREIRA, António. *African Kingdoms and Alien Settlements in Central Mozambique (c.15th – 17th cent.)*. Coimbra: Centro de Estudos Africanos/Departamento de Antropologia/Universidade de Coimbra,1999.

_____. *Povos de Moçambique: história e cultura*. Porto: Afrontamento, s/d.

_____. *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982.

RODRIGUES, Eugénia. “Embaixadas portuguesas à corte dos mutapa”. In: CARNEIRO, R. E MATOS, A.T. (coord.). D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento. Lisboa: CEPCEP, 2004, pp.753-779.

_____. “Resenha crítica: A Costa Oriental Africana (1640-1668). O Monopólio dos capitães, de Rui Miguel Costa Pinto”. Disponível em: http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS08_291.pdf. Acesso em 12/03/2016.

RODRIGUES, Teresa. "Portugal nos séculos XVI e XVII. Vicissitudes da dinâmica demográfica". Projeto *História da População Portuguesa. Das grandes permanências à conquista da modernidade*. POCI/DEM/57987/2004. Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/populacao-e-prospectiva/portugal-nos-seculos-xvi-e-xvii.-vicissitudes-da-dinamica-demografica/Portugal-nos-seculos-XVI-e-XVII-Vicissitudes-da.pdf>. Acesso em 27/05/2016.

SANTOS, Catarina Madeira. "*Goa é a chave de toda a Índia*". *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1579)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

_____. *Entre Velha Goa e Pangim: a capital do Estado da Índia e as reformulações da Política Ultramarina*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/Instituto de Investigação Científica Tropical, 2001.

SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do Sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo: Alameda, 2010.

SANTOS, Maria Emília Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. 2ªed. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1988.

_____. "O problema da segurança das rotas e a concorrência Luso-Holandesa antes de 1620". Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXII, 1985, pp.121-159.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 6ªed. São Paulo: Edusp, 2004. (Col. Milton Santos).

_____. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional*. 5ªed. São Paulo: Edusp, 2005. (Col. Milton Santos).

_____. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ªed. São Paulo: Edusp, 2003. (Col. Milton Santos).

SANTOS, Victor. *O missionário quinhentista Fr. João dos Santos e o seu livro Etiópia Oriental*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1951.

SARAIVA, António José. "António Bocarro". In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975

SÉRGIO, António. *Breve interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

SERRÃO, Joel (coord). *Nova História de Portugal: do Renascimento à crise dinástica*. vol.VI. Lisboa: Presença, 1990.

SHOKO, Tabona. "'My bones shall rise again': war veterans, spirits and land reform in Zimbabwe". Leiden: *African Studies Centre*, 2006. Disponível em: <https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/12894>. Acesso em 20/04/2015.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700 – Uma história política e econômica*. Lisboa: Difel, s/d.

_____. *A carreira e a lenda de Vasco da Gama*. Lisboa: CNCDP, 1998.

TANGRI, Daniel. "Popular Fiction and the Zimbabwe Controversy". In: *History of Africa*, vol. 17 (1990), pp.293-304.

THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re)ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894-c.1940*. Tese (doutorado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. 2ªed. Lisboa: Difel, 1998.

_____. “Descobrimentos e evangelização. Da Cruzada à missão pacífica”, In: *Congresso Internacional de História da Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas – Actas*, 4 vols., vol. I, Braga, 1993.

VILARDAGA, José Carlos. *Lastros de viagem: expectativas, projeções e descobertas portuguesas no Índico (1498-15540)*. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. *São Paulo no império dos Felipes: conexões na América Meridional (1580-1640)*. São Paulo: Fapesp, Intermeios, 2014.

VILHENA, Maria da Conceição. “O Preste João: mito, literatura e história”. In: *Arquipélago. História*, 2ª série, V (2001). 627-650. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/357/1/Maria_Vilhena_p627-649.pdf. Acesso em 04/07/2016.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americano”. In: ALGRANTI, L.M. e MEGIANI, A.P.T. *O império por escrito*. São Paulo: Alameda, 2009. pp.375-393.

Fontes

ANÔNIMO. “Sobre os Rios de Cuama”, 1683. Biblioteca da Ajuda, 51-VIII-43, fls.474.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Fundo Conselho Ultramarino, Série Moçambique, Cxs. 1 a 4

“Regimento [cópia] dado por D. Filipe III ao vice-rei da Índia, conde da Feira, D. João Forjaz Pereira, pelo qual aquele vice-rei deverá reger-se na conquista do Monomotapa”. Lisboa, 21 de março de 1608.

“Carta de Filipe II”. 16 de dezembro de 1609.

“Carta do Conselho da Fazenda para El-Rei”. 14 de março de 1614.

“Despacho de Filipe III”. 11 de janeiro de 1616.

“Carta de Filipe II”. 03 de outubro de 1616.

“Treslado dos papéis da Chicova e Minas de Prata que se tresladaram neste juízo dos feitos da Fazenda de Sua Majestade”. Tete, 03 de março de 1617.

“Consulta régia”. 03 de março de 1622.

“Resposta a uma carta régia”. 23 de março de 1622.

“Requerimento”. c.1631.

“Cartas de Pero Alvares Pereira para Filipe IV”. 27 de janeiro de 1633.

“Cópia do Regimento que Sua Majestade deu a João da Costa”. 04 de abril de 1635.

“Parecer do Conselho de Portugal”. 05 de maio de 1635.

“Carta Régia”. Lisboa, 30 de agosto de 1635.

“Carta de Filipe IV para o vice-rei da Índia”, 14 de dezembro de 1635.

“Carta de Dom Lourenço Sotto Maior, capitão de Moçambique, para El-Rei”. Moçambique, 28 de junho de 1636”.

“Carta de Júlio Muniz da Silva, capitão de Moçambique, para El-Rei”. 15 de junho de 1643.

“Resposta do Conselho à consulta de D. João IV”. Lisboa, 28 de janeiro de 1645.

“Requerimento de D. Álvaro de Ataíde”. 26 de dezembro de 1648.

“Resposta à consulta de D. João IV”. Lisboa, 11 de maio de 1651.

“Carta do vice-rei da Índia para El-rei”. 27 de julho de 1651.

“Parecer do Conselho sobre a carta do vice-rei da Índia”. Lisboa, 8 de janeiro de 1652.

“Ordem Régia”. Lisboa, 6 de fevereiro de 1652.

“Carta do Monomotapa a D. Afonso VI”. Zimbabué, 20 de abril de 1663.

“Parecer da consulta que El-Rei fez ao Conselho Ultramarino”. 09 de setembro de 1673.

“Parecer do Conselho Ultramarino”. Lisboa, 26 de janeiro de 1675.

“Carta de D. Afonso VI para o vice-rei da Índia”. Lisboa, 14 de março de 1675.

“Parecer da Junta de Comércio de Moçambique”. 29 de dezembro de 1676.

“Consulta de D. João IV”. Lisboa, 23 de junho de 1677.

“Resposta à consulta de D. João IV”. Lisboa, 25 de junho de 1677.

“Petição de Antónia Pereira”. Lisboa, 8 de julho de 1677.

“Petição de Manoel Ruiz”. Lisboa, 8 de julho de 1677.

“Pareceres do Conselho Ultramarino”. Lisboa, 06 de agosto de 1677.

“Petição de Vicente da Costa e António Ribeiro de Araújo”. Lisboa, 09 de setembro de 1677.

“Parecer do Conselho Ultramarino”. Lisboa, 11 de setembro de 1677.

“Parecer do Conselho Ultramarino”. Lisboa, 13 de setembro de 1677.

“Petição de António Mago de Mello, Manoel Mago de Bulhões e João Mendes de Gouveia”. Lisboa, 13 de setembro de 1677.

“Parecer do Conselho Ultramarino”. Lisboa, 17 de setembro de 1677.

“Petição de Manoel Ribeiro e outros”. Lisboa, 20 de setembro de 1677.

“Petição de Paschoal Vaz Colaço”, Lisboa, 25 de setembro de 1677.

“Parecer do Conselho Ultramarino”. Lisboa, 5 de outubro de 1677.

“Carta do Conselho Ultramarino a El-Rei”. Lisboa, 13 de janeiro de 1678.

“Carta de Pero de Almeida, vice-rei da Índia, para El-Rei”. Moçambique, 25 de julho de 1678.

“Carta de Gaspar de Souza de Lacerda, governador de Moçambique, para El-rei”. 03 de julho de 1682.

“Carta de Caetano de Melo e Castro, governador dos Rios de Sena”. Sena, 24 de julho de 1685.

“Carta dos moradores dos Rios de Cuama a D. Pedro II”. 20 de abril de 1694.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, *Documentos Remetidos da Índia*

“Carta régia ao vice-rei da Índia, D. Jerônimo de Azevedo”. 24 de março de 1612.

“Resposta à carta nº27”.

“Carta régia ao vice-rei da Índia, conde de Redondo”. Madri, 10 de março de 1618.

“Carta régia para o vice-rei, conde de Redondo”. Lisboa, 18 de março de 1619.

“Carta de Gatse Lucere para Nuno Álvares Pereira”. 4 de junho de 1620.

“Carta de D. Nuno Álvares Pereira para El-rei Gatse Lucere”. Tete, 5 de junho de 1620.

“Carta de Gatse Lucere para D. Nuno Álvares Pereira”. Zimbabué, julho de 1620.

“Carta de Fernão de Albuquerque para El-Rei”. Goa, 16 de dezembro de 1620.

“Carta do Monomotapa para o Rei”, Zimbabué, 23 de outubro de 1644.

“Proposta que o Rei Monomotapa oferece ao vice-rei da Índia pelo seu procurador”. Zimbabué, 12 de abril de 1645.

BARRETO, Manoel. “Informação do estado e conquista dos Rios de Cuama vulgar e verdadeiramente chamados rios de ouro”. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 4 – nº 1 – pp.33-53, 1883. [1667].

BARROS, João. *Ásia. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e descobrimento das terras e mares do Índico*. Primeira Década. Livro V. 4ªed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932. [1552].

_____. *Ásia: primeira década*. Livro X. Org. António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932. [1552].

BOCARRO, António. *Década 13 da História da Índia*. Vol. II. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1876. [séc.XVII].

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Livro I. Tomo I. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

CONCEIÇÃO, António. “Tratado dos Rios de Cuama”. In: *O Chronista de Tissuary*. Goa: Imprensa Nacional, 1867. [12 de dezembro de 1696].

CORREIA, Gaspar. *Lendas da Índia*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1858-1866. [1510]. Disponível em <http://purl.pt/12121/4/>. Acesso em 19/07/2016.

FARIA, Manuel Severim. *Notícias de Portugal*. Lisboa: Colibri, 2003. [séc.XVII].
VASCONCELOS, Luís Mendes de. *Diálogo do Sítio de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. [1608].

GOMES, António. “Viagem que fez o Padre António Gomes da Companhia de Jesus ao Império de Monomotapa, e assistência que fez ns ditas terras durante alguns anos”, 1648, *Studia*, nº3, 1959 (separata).

IMPRENSA NACIONAL. *Memória e documentos acerca dos direitos de Portugal aos territórios de Machona e Niassa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

MONCLARO, Franciso de. “Relação da viagem que fizeram os padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na conquista de Monomotapa...”. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 4, nº10, pp.492-508 e série 4, nº11, pp.542-563.

NATIONAL ARCHIVES OF RHODESIA, CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS. *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África central*. 9 vols. Lisboa, 1962-1972 [sécs. XVI e XVII].

“Ordem de Vasco da Gama aos capitães dos navios que aportarem a Quiloa”. Quiloa, 20 de julho de 1502.

“Relação das Armadas”. 1505.

“Carta de poder de capitão-mor a D. Francisco de Almeida”. 27 de fevereiro de 1505.

“Regimento de capitão-mor a D. Francisco de Almeida”. 27 de fevereiro de 1505.

“Mandado de Pero de Anhaia”. Outubro de 1505.

“Mandado de Pero de Anhaia”. 24 de outubro de 1505.

“Mandado de Pero de Anhaia”. 27 de outubro de 1505.

“Mandado de Pero de Anhaia”. 30 de outubro de 1505.

“Mandado de Pero de Anhaia”. 13 de janeiro de 1506.

“Mandado de Pero de Anhaia”. 3 de fevereiro de 1506.

“Mandado de Pero de Anhaia”. 11 de fevereiro de 1506.

“Sumário de uma carta de Manuel Fernandes, capitão de Sofala, para El Rei”. 2 de novembro de 1506.

“Carta de Diogo de Alcáçova para El-Rei”. Cochim, 20 de novembro de 1506.

“Mandado de Nuno Vaz Pereira, capitão de Sofala, para o feitor de Quiloa”. Quiloa, 18 de janeiro de 1507.

“Sumário de uma carta de Afonso de Albuquerque para El Rei”. 6 de fevereiro de 1507.

“Sumário de uma carta de Afonso de Albuquerque para El Rei”. 10 de novembro de 1507.

“Carta de Duarte de Lemos para El-Rei”. Moçambique, 30 de setembro de 1508.

“Ata do Conselho de Oficiais da Armada do Estreito”. Moçambique, 25 de janeiro de 1509.

“Carta de Diogo Vaz, feitor de Moçambique, para António Carneiro, secretário de Estado”. Moçambique, 4 de setembro de 1509.

“Carta de Diogo Vaz, feitor de Moçambique, para Estevão Vaz, provedor das casas da Índia e Guiné”. 4 de setembro de 1509.

“Carta de Pero Vaz Soares, feitor de Sofala, para El Rei”. Sofala, 30 de junho de 1513.

“Rol do pagamento de soldos e mantimentos na fortaleza de Sofala”. 1516.

“Informação sobre as fortalezas da Índia enviada a El-Rei”. 1530.

“Regimentos de Sofala”. Lisboa, 20 de maio de 1530.

“Carta [cópia] do padre D. Gonçalo para os irmãos da Companhia de Jesus de Portugal”. Goa, novembro de 1559.

“Carta [cópia] do padre jesuíta Luís Fróis”. Goa, 15 de dezembro de 1561.

“Carta de D. Sebastião”. Lisboa, 21 de fevereiro de 1571.

“Livro sobre a ação da Companhia de Jesus no Índico”. Nápoles, 1573.

“Carta do Conselho da Fazenda [?] para El-Rei”. 4 de abril de 1614.

PAULUS, *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

REIS, J.C. (org.). *A empresa da conquista do senhorio do Monomotapa*. Lisboa: Heuris, 1984.

Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia (1497-1499). Lisboa: Agência Geral das Colônias/Divisão de Publicações e Biblioteca, 1940.

SANTA CATHARINA, Lucas de. *Quarta Parte da História de S. Domingos, particular do Reino e Conquistas de Portugal*. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1767. [1706].

SANTOS, João dos. Ethiopia Oriental. Varia Historia de cousas notáveis do Oriente e da christandade que os religiosos da Ordem dos Pregadores nele fizeram. Vol.1. Lisboa: Coleção Biblioteca dos Clássicos Portugueses, 1981. [1609].

SILVA, Manoel Galvão da. “Diário das viagens feitas pelas terras de Manica por Manoel Galvão da Silva em 1788”. In: *Anais do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, série I, Fev/1854-Dez/1858. Lisboa, 1867, pp.242-246.

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

“Tratado da escritura e doação que o Imperador Monomotapa mandou fazer n’este campo de um rio chamado Manzovo”. 01 de outubro de 1607.

“Tratado de vassalagem entre o Monomotapa e Portugal”. 24 de maio de 1629.

THEAL, George McCall. *Records of south-eastern Africa, collected in various libraries and archive departments in Europe*. Vol.1. Cidade do Cabo: Struik, 1964

“Relato dos sobreviventes do naufrágio da nau Santiago, que partiu de Lisboa para Goa em 01 de abril de 1585 com mais de 450 pessoas e naufragou no canal de Moçambique em 18 de agosto de 1585”.

“Carta régia ao vice-rei da Índia”. 31 de março de 1593.

“Carta régia”. 7 de março de 1595.

“Apontamentos para Vossa Majestade ver sobre as coisas do Estado da Índia e Reino do Monomotapa”.

“Provisão régia”. Lisboa, 28 de fevereiro de 1605.

“Carta de Filipe IV para o vice-rei da Índia”. Lisboa, 10 de março de 1622.

“Carta de Filipe IV para o vice-rei da Índia”. Lisboa, 1 de fevereiro de 1623.

“Carta de Filipe IV para o vice-rei da Índia”. Lisboa, 17 de fevereiro de 1624.

“Carta do Frei Luís do Espírito Santo para o Provincial da Ordem de S. Domingos”. 3 de fevereiro de 1630.

“Carta régia para o vice-rei da Índia”. Madrid, 31 de março de 1631.

“Carta Del-rei para o vice-rei da Índia”. Lisboa, 27 de março de 1639.

“Monomotapa”. Zimbabué, 14 de agosto de 1652.

“Carta de El-Rei para o vice-rei da Índia”. Lisboa, 15 de março de 1655.

“Carta de El-rei para o vice-rei da Índia”. Lisboa, 17 de março de 1698.

VASCONCELOS, Luís Mendes de. *Diálogo do Sítio de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. [1608].

GLOSSÁRIO

A

Aforamento: concessão de licença de uso da terra (utilizada, na África austral, como referência aos *prazos*).

Almadia: canoa.

Alqueire: medida equivalente a 13,8 litros.

Aringa: praça-forte de grandes dimensões.

Azagaia: lança curta e delgada, utilizada como arma de arremesso.

B

Bangwa: navio de origem árabe (chamado de *pangaio* pelos portugueses).

Barra: medida de peso equivalente a 235kg.

Bazar: espaço geralmente localizado no centro de uma povoação, destinado às trocas comerciais (equivalente às *feiras* portuguesas).

Boca: pagamento necessário para a obtenção de uma audiência com o *mutapa*.

C

Cafre: corruptela da palavra árabe *kaffir* (infiel), era utilizada pela documentação portuguesa, indistintamente, todos os africanos.

Cartaz: salvo-conduto concedido aos navios pelas autoridades portuguesas no Índico.

Chicanga: título do soberano de Manica.

Chikunda: nome dado aos soldados-escravos que compunham os exércitos particulares dos *prazeiros*.

Chuambo: praça-forte.

Conto: mil unidades monetárias (*réis*).

Cruzado: moeda de quatrocentos *réis*.

Curva: imposto pago pelos capitães portugueses ao *mutapa* para garantir o funcionamento do comércio.

D

Dobra: moeda de valor desconhecido.

E

Empata: embargo comercial.

F

Façarola: medida de peso equivalente a 8kg.

Fato: tecido.

Foreiro: rendeiro.

Fumo: chefe de povoação no vale do Zambeze.

I

Inkosi: membro proeminente da aristocracia *shona*.

L

Luzio: embarcação para transporte fluvial.

M

Machamba: plantação ou jardim.

Machira: pano de algodão.

Makdashi: tecidos de Mogadíscio.

Mambo: chefe de aldeia.

Manamuzungo (*manumosungo* ou *muzungulo*): nome dado, nos Rios de Cuama, aos filhos de portugueses e que, posteriormente, acabaria por se estender aos mestiços em geral.

Matical: unidade de medida equivalente a 4,25 gramas de ouro. No século XVI, o valor do matical variou de 500 réis (até 1514) a 467 réis, após 1514.

Mashavi: espíritos dos estrangeiros que morreram longe de casa e foram enterrados sem os ritos funerários apropriados.

Mhondoro: médium dos espíritos entre os *shona*.

Mihrab: nicho na parede das mesquitas que indica a direção de Meca.

Mocoque: designação dada, no vale do Zambeze, aos naturais da Índia.

Mucha: menor unidade social e produtiva das sociedades *shona*.

Muri: ancestral comum de um grupo de famílias *shona*.

Mussambazes: comerciantes do vale do Zambeze.

Mussenze: população livre dos *prazos*.

Mussoco: tributo.

Mutapa: título do soberano do Monomotapa.

Mwari: Deus Supremo, na religião *shona*.

Mwenyi: chefe eleito da comunidade muçulmana do vale do Zambeze.

N

N'anga: feiticeiro ou curandeiro, entre os *shona*.

O

Onça: unidade de medida de peso que varia entre 24 e 33gr.

P

Pangaio: corruptela de *bangwa*, navio de origem árabe.

Pardau: moeda de 360 *réis*.

Pasta: medida de ouro que, no século XVIII, equivalia a 800 *cruzados*.

Prazo: nome dado às terras sobre as quais a Coroa portuguesa reclamava jurisdição, cedidas sob regime de enfiteuse.

Prazeiro: concessionário de um *prazo*.

Presídio: porto ou cidade com guarnição militar.

Q

Quintal: medida de peso equivalente a 59kg.

R

Régulo: chefe de aldeia, nas fontes portuguesas.

S

Sachikunda: chefe de um grupo de *chikunda*.

Sachiteve: título do soberano do Quiteve.

Saguate: presente.

Senhor: título usado pelos detentores de *prazos*.

T

Tanga: oitava parte de um *matical*.

Terras da Coroa: o mesmo que *prazo*.

V

Vadzimu (sing. Muzimo): espíritos ancestrais, entre os *shona*.

Vara: unidade de medida que corresponde a 1,10m.

Vatorua: estrageiros, na língua *shona*.

X

Xerafim: moeda no valor de 360 *réis*.

Z

Zambuco: navio de origem árabe.

Zimbabué: corte de um chefe *shona*.

APÊNDICES

Mapa 1 – Localização aproximada dos reinos mencionados neste trabalho

Fontes: O fundo de mapa foi extraído de <http://cartographie.sciences-po.fr/>. As fronteiras dos reinos e a localização aproximada das cidades nas quais se realizavam as principais feiras estão indicadas conforme: MUDENGE, S.I.G. A political history of Munhumutapa. c.1400-1902. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1988. p.XXV e RANDELS, W.G.L. L'Empire du Monomotapa du XVe au XIX siècle. Paris: Mouton & Co/Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1975. Não foi possível estabelecer os limites aproximados do antigo reino do Butua; Mudenge recuperou uma tradição oral segundo a qual este limites estender-se-iam até a atual fronteira de Angola. Cf. MUDENGE, op. cit., p.XXV.

Mapa 2 – O Monomotapa e a presença portuguesa no vale e no planalto do Zambeze, na descrição de Manuel Barreto.

Genealogia dos *mutapa* até c.1702

ANEXOS

Esquema – O sistema de sucessão colateral

Anexo II
Sistema de sucessão colateral*

* Os herdeiros sucedem-se em ordem numérica do 1 ao 36.

Fonte: MUDENGE, S.I.G. *A political history of Munhumutapa, c.1400-1902*. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1988. p. 82.

Imagem 1 – As ruínas do Grande Zimbábue

Imagem 2 – O *mutapa* no olhar europeu

Gravura “O Grande Rei do Monomotapa”, de P. Bertrand, Paris, c.1631. É provável que este “retrato” represente o *mutapa* Mavura (1629-1652).

Fonte: RANDLES, W.G.L. op.cit., p.81.